CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

Revista USP / Superintendência de Comunicação Social
da Universidade de São Paulo. – N. 1 (mar./maio 1989) -
- São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Superintendência
de Comunicação Social, 1989-

Trimestral.

Continuação de: Revista da Universidade de São Paulo

Descrição baseada em: N. 93 (2012)

ISSN 0103-9989

1. Ensaio acadêmico. I. Universidade de São Paulo.
Superintendência de Comunicação Social

CDD-080

dossiê americanistas

- 5 Editorial**
- 8 Apresentação** *Carlos Eduardo Lins da Silva*
- 11 A presença dos EUA na obra infantil de Monteiro Lobato** *J. Roberto Whitaker Penteadó*
- 19 Monteiro Lobato e os Estados Unidos: espectador, leitor, tradutor** *Milena Ribeiro Martins*
- 29 Lanterna de luz mórbida - Érico Veríssimo e os problemas raciais nos Estados Unidos**
Carlos Cortez-Minchillo
- 39 Americanos por brasileiros no fim do século XIX** *Antonio Dimas*
- 55 A outra América de Gilberto Freyre** *Alfredo Cesar Melo*
- 67 DaMatta: cronista de duas culturas** *Roque de Barros Laraia*
- 75 Nos desprendemos da Europa tão completa e definitivamente como a Lua da Terra: o americanismo de Nabuco** *Luís Cláudio Villafañe G. Santos*
- 85 Vianna Moog e seu cotejo entre Brasil e Estados Unidos** *Fernando de Mello Barreto*
- 97 Hipólito da Costa visita a jovem democracia yankee** *Oscar Pilagallo*
- 107 O amigo americanista. Entrevista com o professor Antonio Pedro Tota** *Matthew Shirts*
- 113 América: a importância do olhar estrangeiro** *Carlos Eduardo Lins da Silva*
- 121 Uma análise comparativa sólida, que rejeita determinismos** *Paulo Sotero*
- 129 Antibrasilianismo: doença infantil da historiografia brasileira** *José Carlos Sebe Bom Meihy*
- 143 Um olhar para as cidades: Richard Morse e a história urbana no Brasil** *Ana Claudia Veiga de Castro*

arte

- 158 Reflexos do olhar** *Joel de La Laina Sene*

livros

- 176 Lessing quintessencial: um pouco da lucidez iluminista para a contemporaneidade**
Simone Homem de Mello

A **revistausp** é uma publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP. Os artigos encomendados pela revista têm prioridade na publicação. Artigos enviados espontaneamente poderão ser publicados caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor MARCO ANTONIO ZAGO

Vice-reitor VAHAN AGOPYAN

Superintendência de Comunicação Social

Superintendente EUGÊNIO BUCCI

revistausp

Editor chefe FRANCISCO COSTA

Editor executivo JURANDIR RENOVATO

Editora de arte LEONOR TESHIMA SHIROMA

Revisão MARIA ANGELA DE CONTI ORTEGA

SILVIA SANTOS VIEIRA

Secretária MARIA CATARINA LIMA DUARTE

Colaboradores MARCOS SANTOS (fotografia)

SAULO ADRIANO (tradução)

Conselho Editorial

ANA LUCIA DUARTE LANNA

BELMIRO MENDES DE CASTRO FILHO

CICERO ROMÃO RESENDE ARAUJO

EDUARDO VICTORIO MORETTIN

EUGÊNIO BUCCI (membro nato)

FRANCO MARIA LAJOLO

JOÃO SAYAD

JOSÉ ANTONIO MARIN-NETO

LILIA KATRI MORITZ SCHWARCZ

MIGUEL TREFAUT URBANO RODRIGUES

OSCAR JOSÉ PINTO ÉBOLI

Ctp, impressão e acabamento

J.L.E. Gráfica e Editora

Rua da Praça do Relógio, 109 – Bloco L – 4º andar – sala 411
CEP 05508-050 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP

Telefax: (11) 3091-4403

<http://jornal.usp.br/revista-usp>

e-mail: revisusp@edu.usp.br

dossiê que a **Revista USP** traz neste número é nada menos que trepidante. Indo na contramão do que se solidificou na *intelligentsia* brasileira, trataremos aqui dos americanistas, aquele seletto grupo de brasileiros que escreveu, pensou e viveu (uma boa parte deles) nos Estados Unidos da América. Ao todo, são 14 ensaios tratando do seguinte assunto: como os brasileiros viram e pensaram, até aqui, a maior potência do planeta – pelo menos do século XX para cá. O trabalho de organização do dossiê contou com o renomado jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva, um conhecedor da cultura americana como poucos, pois lá viveu durante vários anos, inclusive como correspondente. Seu trabalho agregador e minucioso se reflete na seção como um todo. E não poderia deixar de agradecer ao excelente Antonio Dimas, da Letras da FFLCH, com quem privo há longos anos de uma amizade da qual me orgulho e com quem conversei longamente sobre o dossiê – ele também profundo conhecedor da América (vamos chamá-la assim).

Quanto a mim, posso dizer que, desde os 7 anos, convivi com a obra infantil de Monteiro Lobato, notório americanista, tendo lido mais de uma vez todas as peripécias da turma do Sítio do Picapau Amarelo. E também com autores americanos, como Mark Twain, com seus incríveis Tom Sawyer e Huckleberry Finn (todos eles deliciosos). Mais tarde, quando já era fã de carteirinha de Muhammad Ali, pelos 15, 16 anos, topei com James Baldwin, “o” escritor negro e *gay* dos anos 1960, que me fez literalmente a cabeça com *Numa Terra Estranha* e, depois, com *Giovanni*. É dessa época ainda o meu contato com o escritor judeu sensacional que foi Norman Mailer – seu *A Luta*, sobre o combate mais famoso do século XX, entre Ali e George Foreman, é uma obra poderosa, que só encontra rival n’*O Rei do Mundo*, do atual diretor da aclamada revista *The New Yorker*, David Remnick. Ouso dizer que cresci tendo também a luta dos direitos civis americanos – ao lado de Martin Luther King, Malcolm X, a Nação do Islã e os Panteras Negras, do raivoso Eldridge Cleaver – povoando minha cabeça.

Pois bem, a leitura deste dossiê Americanistas é uma oportunidade raríssima e eloquente para que o leitor possa sentir a qualidade dos corações e mentes de brasileiros que verdadeiramente mergulharam na potência do Norte.

Francisco Costa

americanistas

Apresentação

E muito provável que os primeiros brasileiros a se interessarem de modo metódico pelos EUA tenham sido os inconfidentes mineiros. José Honório Rodrigues registra que “os vários conjurados e testemunhas revelam na Devassa sua grande satisfação com o que acontecera na América Inglesa, e nota-se que se tivessem igual oportunidade não deixariam de lançar mão dela. Conheciam os sucessos da história revolucionária americana e possuíam desmedida paixão pelos Estados Unidos”¹.

Rodrigues também menciona que Tiradentes tinha uma coleção de livros sobre os EUA e sua Constituição, e que José Joaquim Maia, sob o pseudônimo de Vandek, escreveu em 1786 cartas a Thomas Jefferson, então ministro americano em Paris, para pedir apoio ao movimento pela independência do Brasil². Jefferson respondeu que sua função em Paris (equivalente à de um embaixador) não lhe permitia assumir compromissos desse tipo com os brasileiros, mas disse que uma revolução no Brasil não podia deixar de excitar os EUA.

Quando a independência veio, os EUA foram o primeiro país a reconhecê-la, talvez com entusiasmo menor do que o antecipado por Jefferson, já que o novo país não se constituiu como república, mas sim como monarquia, regime que os pais da pátria americana detestavam. Os vínculos mais sólidos e significativos do Brasil durante o Império foram com a Europa; só após a Proclamação da República o país se voltou para a América, inclusive os EUA.

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, aumentou o número de intelectuais, escritores e jornalistas brasileiros que viajaram aos EUA, procuraram conhecê-los com mais profundidade e relataram a seus compatriotas as impressões que tiveram sobre aquele país, como uma espécie de intérpretes para o Brasil da cultura e da sociedade americana.

Durante e após a Segunda Guerra Mundial, quando tropas das duas nações lutaram juntas na Europa, a influência dos EUA sobre o Brasil se intensificou exponencialmente, assim como a curiosidade dos brasileiros em relação aos EUA.

Entretanto, a produção de conhecimento sobre os EUA no Brasil não é proporcional à relevância econômica, política, científica, social e cultural dos EUA para o Brasil. Impressiona como o Brasil ainda conhece pouco e mal os EUA, o que é um paradoxo quando se constata a enormidade da presença americana no cotidiano dos brasileiros, mesmo os mais simples.

1 José Honório Rodrigues, “A Revolução Americana e a Revolução Brasileira da Independência (1776-1822)”, in *Revista de Historia de América*, n. 83, jan.-jun./1977, p. 78.

2 Idem, *ibidem*.

Na comunidade acadêmica brasileira, o trabalho dos brasilianistas, os autores americanos que estudam o Brasil, é mais conhecido do que o dos americanistas, que fazem a via inversa. Esta edição da **Revista USP** procura atenuar um pouco essa situação. Doze dos 14 artigos deste número tratam de alguns dos mais relevantes americanistas brasileiros.

Quando este projeto começou a ser gerado, o primeiro nome lembrado foi o de Monteiro Lobato, que teve uma relação intensa e complexa com os EUA, refletida em muitos de seus livros, aqui analisada em dois textos: o de José Roberto Whitaker Penteado, sobre a representação dos EUA em sua obra para crianças, e o de Milena Ribeiro Martins, sobre os muitos aspectos da cultura americana por ele tratados em seus escritos para adultos.

Érico Veríssimo foi outro grande ficcionista brasileiro que viveu nos EUA, fascinou-se com o país e escreveu extensivamente sobre ele para o público brasileiro, como nos mostra o texto a esse respeito escrito por Carlos Cortez-Minchillo.

O ensaio de Antonio Dimas trata de um grupo de intelectuais que, na virada do século XIX para o XX e de diferentes modos, refletiu sobre os EUA, como Adolfo Caminha, Eduardo Prado, Machado de Assis, Oliveira Lima, Olavo Bilac e José Veríssimo.

Como os EUA influenciaram a interpretação que Gilberto Freyre fez do próprio Brasil é o eixo do artigo de Alfredo Cesar Melo, que mostra como as percepções dos EUA pelo autor de *Casa-Grande & Senzala* ajudaram a estruturar sua visão do Brasil.

Já Roque de Barros Laraia faz um estudo da obra de um dos mais conhecidos americanistas contemporâneos, Roberto DaMatta, que tem refletido sua longa experiência de vida nos EUA em milhares de textos em veículos de comunicação de massa, nos quais faz com frequência comparações com o Brasil, e que têm ajudado a moldar a imagem dos EUA aqui.

Joaquim Nabuco, que foi um grande intelectual de sua época e também embaixador do Brasil em Washington, é o tema de Luís Cláudio Villafañe G. Santos, que foca principalmente o papel dos EUA na política externa brasi-

leira, tema recorrente e seminal nos estudos sobre relações internacionais do país e de vital importância para o interesse nacional.

O autor de um dos livros mais importantes sobre o cotejo das duas nações (o clássico *Bandeirantes e Pioneiros*), Clodomir Vianna Moog, está no ensaio de Fernando de Mello Barreto, que analisa aquele trabalho pioneiro e ainda hoje balizador dos que o sucederam no assunto, sob uma perspectiva tanto do momento em que ele foi produzido quanto de agora.

Um dos precursores dos americanistas, talvez o primeiro após os incondidentes, foi Hipólito José da Costa, o patrono do jornalismo brasileiro, que nesta revista tem seu trabalho analisado por Oscar Pilgallo.

E um dos mais jovens americanistas, com uma bibliografia consagrada que inclui um livro que já pode ser considerado clássico, *O Imperialismo Sedutor*, é Antônio Pedro Tota, cuja obra é aqui apresentada por Matthew Shirts, na forma de uma entrevista.

Não só por meio das letras pode-se interpretar um país. João Moreira Salles fez isso com os EUA no seu documentário para a TV *América*, que nesta edição é resenhado por Carlos Eduardo Lins da Silva.

Outro americanista contemporâneo é Ricardo Lessa, cujo livro principal sobre os EUA é o objeto do texto de Paulo Sotero nesta revista.

Os dois textos que fecham a edição não tratam diretamente de americanistas, mas têm muita relação com o tema central deste número. José Carlos Sebe Bom Meihy faz uma retrospectiva da produção dos americanos que pesquisaram o Brasil, os brasilianistas. E Ana Claudia Veiga de Castro aborda o trabalho de um intelectual *sui generis*, Richard Morse, um americano que culturalmente talvez tenha sido mais brasileiro que muitos de nós, e que em sua trajetória acadêmica ajudou brasileiros a entenderem melhor os EUA tanto quanto americanos a entenderem melhor o Brasil.

Da leitura desses artigos pode-se constatar que, embora tenham sido relativamente poucos até agora, os americanistas produziram material riquíssimo, capaz de ampliar a compreensão da sociedade americana a partir de uma perspectiva brasileira, e a do próprio Brasil a partir da comparação dele com os EUA.

A necessidade de aumentar a produção desse tipo de trabalho é imperiosa ao final desta segunda década do século XXI. O início do governo de Donald Trump representa desafio sem precedentes para o mundo inteiro. Por mais que se possa argumentar, muitas vezes com razão, que o poder relativo dos EUA no mundo tem diminuído, é indiscutível que quase todas as nações ainda são fortemente influenciadas pelo que acontece naquele país, devido ao seu hegemônico poder econômico, político, militar e cultural. Com o Brasil não é diferente.

A estratégia de Trump sob o lema “America First”, baseada em princípios isolacionistas e protecionistas, coloca em risco alianças e compromissos americanos que vêm sendo mantidos há décadas. E também ameaça a hegemonia política que o país exerceu sobre o mundo após o fim da Guerra Fria, em 1989.

A aparente obstinação de Trump em passar a tratar todas as relações com outros países no nível da bilateralidade, ameaçando deixar ou ignorar a OMC, os acordos de clima e vários organismos da ONU, pode, ao menos em princípio, fraturar todo o sistema internacional.

Até que ponto o presidente americano será capaz de levar adiante seus propósitos vai de-

pende do quanto as instituições democráticas americanas conseguirão impor limites ao seu poder. Conhecê-las a fundo, bem como a sociedade, a história, a demografia, a cultura e o eleitorado dos EUA, é fundamental para poder fazer prognósticos mais calibrados a respeito do futuro a curto e médio prazos.

Para o Brasil poder desenhar bem o seu próprio futuro, é essencial tentar prever com alguma acuidade como os EUA vão se mover no tabuleiro das relações internacionais e como vão resolver seus problemas domésticos. Tudo que se faz nos EUA em termos de políticas públicas internas ou externas sempre tem alguma repercussão no Brasil, como em outros países. Agora que o grau de imprevisibilidade das decisões do governo americano aumentou tanto, é ainda mais necessário dedicar-se a estudar a fundo aquela nação.

Que venham mais brasileiros americanistas com nível de qualidade intelectual similar aos que nesta edição são analisados. Eles serão cada vez de maior valia para o país.

Carlos Eduardo Lins da Silva

***A presença dos EUA na obra infantil
de Monteiro Lobato***

J. Roberto Whitaker Penteado

resumo

Monteiro Lobato (1882-1948), além de ter sido contemporâneo de um período de domínio econômico e político dos EUA em todo o planeta, também sempre manifestou interesse e preocupação com a questão da identidade brasileira e do relativo “atraso” do país em relação ao seu poderoso vizinho. Sua visão talvez se tenha acirrado em função do período que passou naquele país, entre 1926 e 1930, como adido comercial consular. Da análise feita especificamente sobre sua produção infantil transparece a inegável admiração do autor pelas evidentes conquistas materiais, a operosidade ianque e, com frequência, pelo destaque que tinha, na época, a sua produção cinematográfica. Ocorrem, também, a crítica e a ironia. No cômputo geral, o conjunto de todas as menções “americanistas” encontra-se balanceado – e até ofuscado – pela verdadeira universalidade do mundo infantil lobatiano, nas quase 5 mil páginas que lhe dedicou o escritor.

Palavras-chave: Estados Unidos da América; literatura infantil; identidade nacional; análise literária.

abstract

Besides living in a period in which the United States prevailed economically and politically across the planet, Monteiro Lobato (1882-1948) also showed interest and concern about Brazilian identity and the country's “lagging behind” its powerful neighbor. His view might have been sparked by the time he spent in that country, between 1926 and 1930, as a consular commercial attaché. An analysis focusing specifically on his children's books shows the author's undeniable admiration for the material achievements, American productivity, and often the emphasis placed at that time on its film production. There is also criticism and irony. In general, all “Americanist” remarks are balanced – and even overshadowed – by the true universal character of Lobato's children's world, in the almost 5,000 pages the author dedicated to them.

Keywords: *United States of America; children's literature; national identity; literary analysis.*

Na correspondência publicada de Monteiro Lobato, há uma frase, que já usei algumas vezes, em contextos diversos: “[tenho] medo [de] que o brasileiro acabe mais sem-vergonha do que é”. Devo confessar que, ao fazê-lo, tomei uma liberdade com a frase (que não seria autorizada pelo próprio Lobato), pois é provável que seja o único texto original em que o escritor nos trate – seus con-

terrâneos – de “sem-vergonha”...

A verdade, na visão da minha pesquisa: em 1944, Lobato escreveu uma carta ao professor Jorge Americano, então reitor da USP, para justificar o seu pedido de demissão do conselho da União Cultural Brasil-Estados Unidos:

“Como verifiquei que os americanos fazem a maior das guerras ao fascismo na Europa e dão todo o apoio moral e material ao mesmo fascismo aqui, achei de bom conselho não contribuir para a união cultural entre os dois povos, de medo que o brasileiro acabe ainda mais sem-vergonha do que é”.

O escritor tem, então, 62 anos. Está precocemente envelhecido (morrerá em 1948). Acaba de escrever sua última obra completa destinada ao público infantil: *Os Doze Trabalhos de Hércules*. Já realizou quase todos os “seus” trabalhos hercúleos: inventou o Jeca Tatu, implantou a modernidade na literatura brasileira, defendeu o ferro e o petróleo,

enfrentou a ditadura de Vargas, da qual foi prisioneiro, e escreveu a melhor literatura para crianças desde Hans Christian Andersen. Sem se dar totalmente conta disso, entretanto, continua perplexo, na busca de uma identidade nacional para o Brasil que minimamente o satisfaça.

É notável a ambivalência da frase epistolar disparada ao reitor da USP. Nela, Lobato afirma, sem pejo, que considera seus compatriotas “sem-vergonha”. Mas faz uma afirmação surpreendente, para alguém que a pequena história contemporânea registra como americanófilo: a de que ainda mais sem-vergonha do que os brasileiros são os americanos, um povo – ou governo – capaz de guerrear à morte contra o fascismo europeu, mas de apoiá-lo aqui – no Brasil e na América Latina em geral.

No ano de 1996 apresentei, no curso de doutorado de Comunicação e Cultura da UFRJ, uma tese sob o título *Os Filhos de Lobato – O Imaginário Infantil na Ideologia do Adulto*. O texto foi publicado como livro, pela Editora Globo, em 2011. Durante cerca de uma década, estudei sobre a formação da personalidade e do pensamento; li obras sobre literatura infantil de todas as partes do mundo, incluindo o Brasil; investiguei a vida e a obra do cidadão José Bento Monteiro Lobato

J. ROBERTO WHITAKER PENTEADO foi um dos criadores da Escola Superior de Propaganda e Marketing e é autor de *Os Filhos de Lobato – O Imaginário Infantil na Ideologia do Adulto* (Globo).

– nascido em 1882 e falecido em 1948 – e literalmente “morei” nas quase 5 mil páginas de sua obra infantil, fazendo um levantamento dos principais temas sociais e políticos que o autor propunha a seus pequenos leitores – sobre a família, o papel da mulher, religião, governo, Estado, povo e indivíduo, progresso e mudanças, entre outros – e consultei tudo e todos sobre Monteiro Lobato e sua literatura infantil.

Para atender à solicitação da direção desta revista – quais as visões do escritor como “americanista”, em sua obra infantil? – retornei, e confesso que com prazer, àquelas páginas tão queridas na minha infância. Como não poderia deixar de ser, há muitas observações sobre os Estados Unidos, seu povo e sua cultura, que tentarei resumir nas páginas seguintes.

Na obra infantil de Lobato, publicada em livro, encontrei menções ou reflexões sobre o tema em 14 dos 20 remanescentes da série original (em ordem cronológica):

- 1921 - *O Saci*
- 1931 - *Reinações de Narizinho*
- 1932 - *Viagem ao Céu*
- 1933 - *História do Mundo para as Crianças*
- 1934 - *Emília no País da Gramática*
- 1935 - *Geografia de Dona Benta*
- 1935 - *História das Invenções*
- 1936 - *Memórias da Emília*
- 1937 - *Serões de Dona Benta*
- 1937 - *O Poço do Visconde*
- 1941 - *A Reforma da Natureza*
- 1942 - *A Chave do Tamanho*
- 1944 - *Os Doze Trabalhos de Hércules*
- 1947 - *Histórias Diversas*.

Uma observação importante é que as obras infantis foram publicadas em muitos formatos, em grande número de edições. Os estudiosos do assunto, que detalham suas pesquisas em *Monteiro Lobato Livro a Livro*¹ advertem para o fato de que o próprio autor fez muitas modificações nos textos ao longo do tempo e – o que me incomodou um

1 Marisa Lajolo e J. Luis Ceccantini (orgs.), São Paulo, Imprensa Oficial, 2008.

pouco –, após a morte do autor, em 1948, e até os dias de hoje, houve diversos acréscimos, feitos por outras pessoas, que seriam quase impossíveis de identificar. (Alguns deles são óbvios, como menções a satélites artificiais, lançados em 1968, em *Serões de Dona Benta*; referências a artistas de cinema contemporâneos, como Jane Fonda, etc.)

Lia Cupertino Duarte, por exemplo, chama a atenção para uma correção feita pelo próprio Lobato, em 1947, que comprova certa preocupação do autor em minimizar, de alguma forma, a presença da imagem norte-americana em seu pensamento, reproduzindo um mesmo trecho da edição de 1937, de *Serões de Dona Benta*, e na de 1947.

No texto de 1937, os personagens ficam consternados com a leitura de uma notícia de jornal sobre “o incêndio de uma escola *dos Estados Unidos, na América*” (grifos da pesquisadora), que, em 1947, se tornam “o incêndio *duma escola indeterminada*” (idem).

As obras de natureza ostensivamente didática foram escritas nos cinco anos entre 1933 e 1937, isto é, depois de sua vivência norte-americana. A partir de 1936-37, contudo, concentra-se no que se denomina obra de fantasia.

COMENTÁRIOS SOBRE OS TRECHOS SELECIONADOS

O Saci

Seria difícil encontrar um “americanismo” nesta obra intensamente brasileira. A notar, contudo, que o Saci, ao despedir-se da família, deixa uma nota em inglês: “*forget me not*”.

Reinações de Narizinho

Nesta coleção de histórias que Lobato publicou a partir de 1921 e reuniu em livro em 1931, a notar – entre os personagens do mundo das maravilhas – dois artistas norte-americanos da época do cinema mudo: o *cowboy* Tom Mix e o gato Félix. Este último se vangloria: “[...] nasci nos Estados Unidos, em Nova York. As casas lá são tão altas que se chamam arranha-céus”.

Ilustração de Manoel Victor Filho para a Coleção Monteiro Lobato da Editora Brasiliense

Viagem ao Céu

Referência ao moderníssimo e gigantesco telescópio de Palomar, na Califórnia, *que custou 6 milhões de dólares*.

História do Mundo para as Crianças

Adaptação de *A Child's History of the World*, de V. M. Hillyer, diretor da Calvert School, de Baltimore.

O continente americano ocupa poucas páginas, no final do livro, mas há referências elogiosas de Dona Benta a Benjamin Franklin, George Washington e Abraham Lincoln.

Emília no País da Gramática

Quando o rinoceronte Quindim descreve as várias “cidades” de palavras, observa (incorretamente) que “Anglópolis é a maior de todas, com

mais de 500 mil palavras”. O *Webster* registra que o vocabulário inglês tem mais ou menos o mesmo porte do português: 250 mil palavras.

Geografia de Dona Benta

“Uma parte é a América do Norte; o rabinho é a América Central; e a outra parte é a América do Sul. Esse rabinho foi cortado pelo Governo dos Estados Unidos por meio do Canal do Panamá...”

Observação irônica de Lobato?

Nesse livro, os personagens visitam, de fato, os EUA – ainda que num brigue imaginário. Vão a Nova York, Washington e Hollywood.

Assim que saem a passear pela cidade, o grupo atrai a atenção das pessoas, sobretudo pela presença do rinoceronte – parceiro indispensável, por falar inglês fluente. Providencialmente surge um cidadão, que se propõe a ser *manager* de Quindim – e cobrar pelas exibições do paquiderme –, o que resolve os problemas financeiros dos viajantes.

Merece destaque a goma de mascar, produto inexistente no Brasil de 1935, e que Lobato chama de “**chewing-gum**”, em negrito. Muito impressiona Tia Nastácia que os negros americanos só falem inglês.

Na Casa Branca, são recebidos pelo presidente Roosevelt, que, ao descobrir que o Visconde de Sabugosa é um sábio brasileiro, providencia que se lhe entregue o grau de doutor honorífico da Universidade de Princeton.

De forma semelhante ao fictício encontro com Shirley Temple, nas *Memórias da Emília*, mais adiante, a chegada do grupo de Dona Benta atrai ao hotel as grandes estrelas do cinema da época: Greta Garbo, Joan Crawford, Joan Blondell e Clara Bow. Aos do gênero masculino, Pedrinho e o Visconde, cabe a companhia de Tom Mix.

História das Invenções

Adaptação de Hendrik van Loon – *História das Invenções do Homem, o Fazedor de Milagres*.

A afirmação de Lobato pode ser considerada vanguardista, no ano de 1935:

“Na América os irmãos Wright conseguiram realizar o primeiro voo um pouco antes de Santos Dumont. Quando uma invenção está madura, sua tendência é brotar ao mesmo tempo em vários pontos”.

Memórias da Emília

Os leitores sabem que a maior parte – ou a totalidade – dessas “memórias” da boneca foram por ela inventada e ditada ao Visconde de Sabugosa. Ficção dentro da ficção...

Pela boca da boneca, Lobato dá vazão a uma megalomania mansa:

“– Para ver o anjinho que os pica-paus trouxeram da viagem ao céu, todas as crianças do mundo querem ser levadas ao sítio. Foi preciso tirar a sorte. O presidente Roosevelt escreveu o nome de cada país num pedacinho de papel e os inglesinhos foram sorteados”.

O marinheiro Popeye faz parte de uma das tripulações dos barcos que trazem a criançada. E leva

O marinheiro Popeye em ilustração para as *Memórias da Emília*, da Editora Brasiliense

uma surra de Pedrinho e de Peter Pan, apesar do espinafre – que Emília substitui por couve.

A boneca faz uma visita relâmpago a Hollywood e é recebida pela estrela infantil dos anos 30, Shirley Temple. Mas é Shirley quem diz:

“– Ora, Emília! Quem não conhece a Marquesa de Rabicó? Fique sabendo que em Hollywood todos sabemos de corzinho aqueles livros onde vêm contadas as suas estórias”.

Serões de Dona Benta

Nesse livro paradidático, que não é adaptado, Lobato filosofa através da personagem da velha senhora:

“– Não creio que o homem seja inteligente, minha filha. O que acontece é surgirem na grande massa humana alguns homens realmente dotados de inteligência. Na maioria, porém, o homem é extraordinariamente estúpido. O triste no rebanho humano é a força dos maus sentimentos.

Os países da culta Europa ainda hoje fazem ‘guer-ras de conquistas’ contra os povos mais fracos, para roubá-los”.

E reportando-se às notícias dos jornais sobre os EUA (talvez esquecido da “correção” anterior):

“– Em 18 de março de 1925, ocorreu um terrível tornado na América do Norte. A coisa começou no estado do Arkansas, e foi morrer no centro do estado de Indiana, matando quatro mil pessoas e causando tremendos prejuízos materiais”.

O Poço do Visconde

O mais politizado dos livros infantis de Lobato deve ter alertado algumas gerações de brasileiros, cada um à sua maneira, sobre as virtudes do desenvolvimento econômico como projeto nacional. Uma das primeiras frases do texto é: “Foi assim que começou o petróleo no Brasil”.

A história começa com Narizinho criticando Pedrinho por sentar-se à varanda com os pés sobre o gradil, nivelados à cabeça. Dona Benta interfere:

“– Certos sábios afirmam, minha filha, que quando uma pessoa se senta com as extremidades niveladas, a circulação do sangue agradece, e a cabeça pensa melhor. É por esse motivo que os homens de negócios da América costumam nivelar as extremidades, sempre que têm de resolver um assunto importante. Os negócios de lá prosperam melhor que os de qualquer outro país”.

Depois das lições introdutórias de Dona Benta sobre a importância do petróleo (e uma menção a Rockefeller como milionário benfeitor, inclusive financiando a Escola de Medicina de São Paulo), cabe ao Visconde de Sabugosa passar aos meninos (e aos leitores) noções básicas de geologia – nem sempre fáceis de acompanhar. A ação começa quando o grupo decide perfurar um poço de petróleo no Sítio do Picapau Amarelo.

Como não há especialistas em perfurações no país, será necessário importar um técnico, Mr. Kalamazoo. A decisão é tomada com alguma relutância: “– Não sei se este homem merece confiança. Pode ser um agente dos tais trustes que não querem que o Brasil tenha petróleo e venha sabotar o nosso poço...” (Pedrinho).

O americano é contratado, mas quatro olhos o seguirão permanentemente – os dois do rinoceronte e os dois do Visconde.

O químico-geólogo “é um moço distinto, parecido com o Clark Gable”, que vinha sempre jantar com Dona Benta, com a qual conversava durante horas, em inglês. Chama-se Mr. Champignon, filho de francês e americana, mas vai se revelar, no final da obra, também um sabotador contratado pelos trustes...

No final da perfuração, revela-se a sabotagem: não chegaram as válvulas de vazão para controle do fluxo do petróleo. Em vez dos *blowout preventers*, estão, nos caixotes, dois aparelhos de rádio.

Salvos pelo faz-de-conta da Emília, o óleo negro traz a prosperidade ao sítio e ao povoado do Tucano Amarelo. Rockefeller aparece, novamente, oferecendo 5 milhões de dólares pela compra do sítio.

Como evidência do progresso, a visão sempre lobatiana do cinematógrafo: “– A roça está virando cidade com uma fúria louca. Ontem repeti três vezes a sessão do Cine Tucano Amarelo. Aquilo é que é cinema!” (Coronel Teodorico).

Kalamazoo e Champignon confessam que vieram pagos para sabotar “todos os poços que Dona Benta quisesse abrir”. Faltou-lhes coragem. “– Quem poderia prejudicar uma senhora de tão altos espíritos, como Dona Benta; ou um menino tão empreendedor e sincero, como Pedrinho”.

O próprio Visconde muda de tom:

“– No começo dei-me à filologia: hoje dou-me à geologia. Por uma razão econômica. A filologia não aumenta a riqueza dum país. Os Estados Unidos são o país mais rico do mundo porque compreenderam isso e lançaram-se à exploração das reservas do subsolo, de onde extraem, por ano, produtos no valor de 6 bilhões de dólares, ou seja, mais de 100 bilhões de cruzeiros na nossa moeda!”.

Nos dois livros seguintes – de fantasia quase pura – Lobato assume de vez o papel do Sítio do Picapau Amarelo como centro do planeta e não hesita em 1) acabar com a humanidade e 2) reformar a própria natureza.

A Chave do Tamanho

Foi isso o que se deu: a completa extinção da humanidade, porque os insetos bípedes que a substituíram já não eram propriamente humanos. A Emília do sítio de Dona Benta havia realizado um prodígio: suprimido a humanidade!

Talvez de forma previsível, a primeira manifestação de civilização da nova humanidade ocorre na América: em Pail City.

A “Cidade do Balde” nasce numa inominada região dos EUA – um começo de tribo. Seu líder é o Doutor Barnes, professor de antropologia na Universidade de Princeton. Elegem-no chefe, porque acham que tem “boa cabeça”.

A reação do governo americano aos relatos da Emília sugere que Pail City será o verdadeiro reinício da civilização.

A Reforma da Natureza

Lobato começa:

“– Quando a guerra da Europa terminou, os ditadores, reis e presidentes cuidaram da discussão

da paz [...] E puseram-se a discutir, mas por mais que discutissem não saía paz nenhuma. Parecia a continuação da guerra”.

Resolvem, então, chamar Dona Benta e Tia Nastácia para atuarem como “consultoras” da nova organização pela paz.

Emília fica sozinha no sítio e decide – simplesmente – reformar a natureza, com a ajuda de uma amiga (a Rã, provavelmente pequena leitora do autor, como a Cléo – que aparece em outra obra). Destaco uma conversa entre as duas:

“– ‘Dona Benta vai acabar com os exércitos e as marinhas, com os canhões e as metralhadoras.’ Mas a Rã, que entendia um pouco de política, achou que as grandes nações eram muito orgulhosas para se sujeitarem a ser simples Estados dum grande Estados Unidos”.

Os Doze Trabalhos de Hércules

Afora frequentes manifestações críticas às guerras (o livro é de 1944) e às nações que as protagonizam, nada se identificou como “americanista”.

Todavia, este autor teve um *insight* inusitado, que peço licença para registrar no encerramento: terá Lobato sido estimulado pelos ubíquos super-heróis da moderna mitologia norte-americana para ir ao encontro de Hércules, na Antiguidade grega?²

O Visconde observou que, nos tempos modernos, havia a “justiça organizada”, mas ali a justiça

eram os heróis. Eles andavam à caça dos maus, como polícia. E pegavam-nos e liquidavam-nos com a maior simplicidade.

Histórias Diversas

Nessa coletânea de histórias avulsas (que Lobato não chegou a reunir em livro), há uma curiosa “fugida” da boneca Emília, que, com o uso do notório pó de pirlimpimpim, vai fazer uma visita ao Atol de Bikini, para verificar os efeitos de um teste de explosão de uma bomba atômica (provavelmente em 1946).

Ocorrem também breves participações de personagens de Walt Disney: Donald, Mickey e Pluto – todos bem mais recentes do que Tom Mix ou o Gato Félix.

Minha amiga pessoal Rose Lee Hayden – e pioneira dos estudos sobre Lobato, nos Estados Unidos (apresentou tese de doutorado sobre a sua literatura infantil na Universidade Estadual de Michigan, em 1974!) – observa que o escritor não se incomodava muito com o que, na atualidade, poderiam ser consideradas como infrações a direitos autorais alheios, ao incluir pessoas reais e personagens de cinema em suas histórias. Mas acrescenta:

“Lobato queria criar uma identidade moderna para o seu país, sintonizada com o positivismo e o progresso, e assim punha as crianças brasileiras a conversar com naturalidade com os ícones da época, celebridades, personalidades, e até deuses e super-heróis”³.

2 Superman é de 1938, Batman e Capitão Marvel, de 1939, e Capitão América, de 1941.

3 Rose Lee Hayden, *The Children's Literature of José Bento Monteiro Lobato of Brazil, a Pedagogy for Progress* (pu-

blicado em versão adaptada, em português, como: *A Literatura Infantil de José Bento Monteiro Lobato, uma Pedagogia para o Progresso*. São Paulo, Instituto Cultural ESPM, 2012).

**Monteiro Lobato e os Estados Unidos:
espectador, leitor, tradutor**

Milena Ribeiro Martins

resumo

Este texto apresenta e analisa aspectos da cultura norte-americana representados em textos críticos, ficcionais e pessoais de Monteiro Lobato. O escritor paulista discute o cinema, suas narrativas e ideologia; traduz e incorpora à sua obra temas da cultura escrita; participa da ampliação da circulação de livros norte-americanos no Brasil; e tece comentários do ponto de vista de quem viu e viveu a América do final dos anos 1920.

Palavras-chave: Monteiro Lobato; América; tradução; intertextualidade.

abstract

This text presents and analyzes aspects of the North American culture represented in some of Monteiro Lobato's critical, fictional and personal texts. The Brazilian writer discusses narratives and ideology of movies; translates and incorporates into his work some themes of written culture; helps to increase the circulation of North American books in Brazil; and also writes comments from the point of view of someone who experienced the America of the late 1920s.

Keywords: Monteiro Lobato; America; translation; intertextuality.

Há cerca de um século, quando se planejava o centenário da Independência do Brasil, Monteiro Lobato (1882-1948), festejado autor do *best seller* *Urupês* (1918), começava a se aventurar também na literatura infantil, ao mesmo tempo em que consolidava, com passos ousados, seu empreendimento editorial. Como editor, Lobato participava de forma ímpar da renovação do nosso ainda tímido

mercado editorial, dando materialidade gráfica à produção de uma variedade de escritores, sobretudo nacionais, muitos dos quais até então inéditos. Ao mesmo tempo, o jornalismo, as artes plásticas e a saúde pública também estiveram no centro dos interesses desse profissional das letras.

Sua imagem entrou para a história de forma bastante associada a alguns aspectos de sua produção – sua literatura infantil, o universo rural de seus contos, a querela com os modernistas. Isso se deve, dentre outros fatores, à força estética de sua produção literária e à importância dos seus temas na sociedade brasileira desde então. Mas outros assuntos de que o escritor também tratou, e que acabaram ficando à sombra dos já citados, merecem ser relidos e reavaliados, com as inevitáveis lentes do distanciamento temporal.

Numa época “apressada, automobilística, aviação [e] cinematográfica” (Lobato, 1948a, p. 223), Lobato mostrava-se atento ao poder do cinema para a ciência, a indústria e a sociedade. Interes-

sado no desenvolvimento e no alcance dessa tecnologia, o escritor faz pensar nas consequências da imagem em movimento para a produção cultural escrita, como também nas transformações que o cinema norte-americano provocava, desde cedo, nos seus espectadores brasileiros, imiscuindo-se no imaginário afetivo e sexual dos jovens e adultos, tanto quanto nas brincadeiras das crianças:

“As *girls* americanas, ricas de beleza e saúde, senhoras duma arte pessoal que não revê o molde do conservatório francês – acrobatas, nadadoras insignes, dançarinas, mestras na arte de dominar, cavalgar, amansar espadaúdos representantes do sexo forte, empolgam em absoluto a nossa gente masculina. Em casa, vindos da fita, diante das esposas empalamadas, todas nervos e medo às baratas, eles sonham outra vida mais forte, mais bela, perfumada de lindas mulheres, num país de devaneio onde tudo corra na maciota cinematográfica. As meninas, românticas ou realistas, essas viraram místicas, dum misticismo novo. Como as outrora esposas de Jesus, todas hoje, mais ou menos, esposaram os George Walsh, os Wallace Reid, os William Farnum, essa plêiade de suculentos heróis modernos, magnificamente belos, esplendidamente fortes. E suspiram de decepção piedosa quando, fora da tela, os Chiquinhos, Lulus

MILENA RIBEIRO MARTINS é professora de Literatura Brasileira da Universidade Federal do Paraná.

e Pedrocas cor de cuia, sem peito, sem ombros, sem músculos, sem masculinidade, aproximam-se para uma corte de namoro. [...]

Até as crianças se fanatizam pelo *shadowland*. Os cinemas do interior reservam-lhes os bancos da frente, com entradas a 200 réis, e elas ali deliram, torcendo como no futebol em favor do herói do dia e aplaudindo-o com delírio no momento da vitória. Tom Mix, William Hart, Eddie Polo, Antonio Moreno e outros maravilhosos *cowboys* povoam hoje os cérebros infantis, impregnando-os fortemente num ideal novo.

Porque o cinema americano renova, ressurge a cavalaria andante, dá-lhe as formas atuais, lógicas e modernas, conservando-lhe, porém, o espírito” (Lobato, 1948b, pp. 20-1).

A penetração do cinema mudo contrastava com as dificuldades enfrentadas pela indústria do livro no país, fosse pelos preços de produção do livro, fosse pelas elevadas taxas de analfabetismo. Enquanto o público potencial de leitores era reduzido a 20% ou 30% da população (a depender do estado), o cinema alcançava também os analfabetos e os imigrantes¹. Embora atento ao alcance dessa tecnologia e estimulado por suas potencialidades², Lobato não deixou de notar que a mudança da linguagem narrativa ainda não trazia consigo uma transformação significativa no “espírito” dessa nova modalidade de produção cultural. Nesse ícone da modernidade que era o cinema, Lobato apontava então a permanência de estruturas e valores tradicionais, encontrando raízes na cultura e nos valores medievais, como também nos renascentistas e românticos. O aspecto realmente novo identificado por ele residia no alcance dessa arte:

1 O conto “O Fisco” (Lobato, 1948a, pp. 52-66) faz uma crônica do processo de adaptação de famílias de imigrantes italianos em bairros então periféricos de São Paulo, destacando o contraste entre a pobreza e a falta de infraestrutura do Brás e a modernidade da Pauliceia. A diversão dessas famílias é garantida especialmente pelas comédias norte-americanas.

2 Com humor, ironia e boa dose de liberdade, o conto “Marabá” (Lobato, 1948a, pp. 217-34) apresenta os efeitos da linguagem cinematográfica sobre leitores, espectadores e escritores, prenunciando e potencializando transformações narrativas que estavam em ebulição na década de 1920 e cujos desdobramentos podem ser percebidos na produção literária desde então.

até mesmo Jeca Tatu poderia aprender com ela, sugere o escritor, aludindo com entusiasmo ao público do cinema e à ideologia de suas narrativas:

“A última fita de William Hart dá a impressão dum capítulo da ‘História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França’, posto em linguagem e ambiente modernos. [...] É pura cavalaria andante. É idealismo industrial dos melhores quilates. Ensina a generosidade, a defesa do inocente, o castigo do mau e a força invencível da boa causa. [...] E está influenciando poderosamente a elaboração da mentalidade do nosso povo, o qual encontra afinal uma escola. Jeca Tatu nela aprenderá a perdoar com generosidade o erro dos fracos e a punir com dureza o erro dos fortes. E aprenderá ainda a mover-se, a correr, a nadar, a ser homem com H maiúsculo em todas as situações da vida.

O Brasil de amanhã não se elabora, pois, aqui. Vem em películas de Los Angeles, enlatado como goiabada. E a dominação *yankee* vai se operando de maneira agradável, sem que o assimilado o perceba” (Lobato, 1948b, pp. 21-3).

Não deve passar despercebido o tom menos eufórico com que é feita a constatação final: o potencial de massificação dessa produção cultural traz, com o entretenimento, a possibilidade de aculturação e de dominação. O poder de sedução do cinema não perturba a visão crítica do escritor, aqui convertido em observador de um fenômeno cultural da maior importância para o século XX.

2

O artigo “A Lua Córnea”, publicado pela primeira vez em 1920, está diretamente vinculado a um conjunto de aspectos centrais na obra e na atuação profissional de Monteiro Lobato, dentre os quais se destacam: de um lado, a reflexão sobre os efeitos dos processos de modernização social sobre grupos pobres ou minoritários e, de outro, o esforço programático de estabelecimento de vínculos culturais entre a produção nacional e outras, especialmente pan-americanas.

Como editor, ao longo da década de 1920, Lobato investiu no estabelecimento de vínculos com a literatura hispano-americana; e ao mesmo tem-

po, atravessando também os anos 1930, investiu na tradução de títulos da literatura norte-americana, além de fazer dos Estados Unidos o tema e a ambientação de algumas de suas produções ficcionais³. Por meio desse duplo investimento, Lobato participou ativamente de um processo maior de independência cultural do país especialmente com relação a Portugal e França. A palavra “independência”, aqui, não pretende sugerir rompimento de laços, mas construção de uma maior autonomia material e intelectual com relação a esses países, por meio, por exemplo, da criação de condições infraestruturais para a edição de livros no Brasil, por meio da reavaliação das relações culturais entre o Brasil e sua ex-metrópole, e por meio da descoberta ou da construção de laços de identidade com outros países do continente americano. Dentre eles, os Estados Unidos⁴.

Parece importante lembrar que o crítico José Veríssimo (1902) informou que, no final do século XIX, os intelectuais brasileiros desconheciam a literatura norte-americana. Talvez essa seja mais uma impressão do que uma constatação. Ainda assim, se o desconhecimento não era absoluto, ele era digno de destaque. Brito Broca, citando Veríssimo, informa a respeito da falta de traduções de obras literárias norte-americanas no Brasil dos anos 1930:

“Até 1938, nem mesmo os ianques mereciam a atenção dos editores brasileiros. Poucos haviam sido traduzidos, sem falar na literatura folhetinesca e policial. Lembramos as novelas de Mark Twain, que, incluídas numa coleção juvenil, juntamente com o formidável *Moby Dick*, de Melville, passaram quase despercebidas pelos intelectuais” (Broca, 1998, pp. 71-2).

Essas percepções e informações são importantes para contextualizar e dar sentido às traduções de obras norte-americanas feitas por Lobato ao longo das décadas de 1930 e 1940, dentre as quais se incluem as obras mencionadas por Brito

Broca e outras narrativas de aventura e policiais, gêneros usualmente menosprezados pela crítica. Da extensa lista, destacamos: *Caninos Brancos* (1933), *O Lobo do Mar* (1934), *O Grito da Selva* (1935) e *A Filha da Neve* (1947), de Jack London; *Aventuras de Huck* (1934), de Mark Twain; *Pollyanna* (1934), de Eleanor Porter; *O Homem Invisível* (1934) e *A Ilha das Almas Selvagens* (1935), de H. G. Wells; *Moby Dick* (1935), de Herman Melville; *Tarzan* (1935), de Edgar Rice Burroughs; *Scarface: O Tzar dos Gangsters* (1935), de Armitage Trail; *Por Quem os Sinos Dobram* (1942) e *Adeus às Armas* (1942), de Ernest Hemingway; *Diamante Negro, História de um Cavalo* (s/d), de Anna Sewell, dentre outros (cf. Lajolo, s/d; Bottmann, 2011). Lobato também traduziu outros importantes autores de língua inglesa, não norte-americanos, dentre os quais se destacam: Conan Doyle, Lewis Carroll e Rudyard Kipling. Alguns dos nomes que constam dessa lista nunca tinham sido traduzidos para a língua portuguesa. Cabe a Lobato, portanto, não apenas o mérito de tê-los traduzido, mas também de lhes ter franqueado o ingresso no mundo lusófono.

Além dessas, outras obras da literatura norte-americana foram incorporadas à de Lobato, por meio de citações, menções ou comentários críticos dignos de destaque. Um deles refere-se a Walt Whitman, que, num conto de 1920, é alçado à condição de símbolo, tomado metaforicamente como poeta social, engajado, atento ao mundo em que vive e aos seus contemporâneos. O conto em questão é “As Fitas da Vida”, que se abre com o narrador contemplando, em êxtase, a Hospedaria dos Imigrantes, espaço de sonhos e promessas, caldeirão de elementos étnicos que se diluiriam na sociedade brasileira, transformando-a. Diante das potencialidades percebidas naquele lugar, o narrador incita eventuais poetas nacionais – comparáveis a Whitman – a produzirem um canto de louvor à população de imigrantes, aos seus sonhos e privações, ao seu heroísmo:

“Onde pairam os nossos Walt Whitmans, que não veem esses aspectos do país e os não põem em cantos? Que crônica, que poema não daria aquela casa da Esperança e do Sonho! Por ela passaram milhares de criaturas humanas, de todos os países e de todas as raças, miseráveis, sujas, com o

3 Não coube nos limites deste texto tratar do romance *O Presidente Negro*, parcialmente ambientado nos Estados Unidos do ano de 2228. Remeto à excelente análise feita por Carlos Minchillo (2014).

4 Para conhecer outros aspectos e pessoas que participaram dessas relações, cf. Lajolo, 2010.

estigma das privações impresso nas faces – mas re floridas de esperança ao calor do grande sonho da América. No fundo, heróis, porque só os heróis esperam e sonham” (Lobato, 1948a, p. 13).

O comentário inserido no texto ficcional faz ecoar o poema “I Hear America Singing”, de *Leaves of Grass*, espécie de ode ao trabalho de uma variedade de atores sociais (mecânicos, marceneiros, sapateiros e outros, inclusive mulheres em suas rotinas domésticas) que, enquanto trabalham, entoam cada qual o seu canto. A soma de suas vozes constrói o país; cabe ao eu lírico registrar os cantos individuais e costurá-los, construindo uma ideia de coletividade, de nação.

É de Câmara Cascudo a tradução a seguir:

“EU OUÇO A AMÉRICA CANTAR!

Eu ouço a América cantar! Ouço os variados
[cantos,
Os dos mecânicos, cada um cantando como se
[fosse jovial e forte!
O carpinteiro cantando e medindo vigas e
[pranchas!
O marceneiro começando ou findando sua tarefa,
[e cantando.
O barqueiro cantando o que lhe pertence no barco,
[o estivador cantando
Na cobertura das barcas!...
O sapateiro cantando, sentado no seu banco, e o
[chapeleiro, cantando de pé.
A cantiga do lenhador, a do lavrador no seu
[caminho matinal!
Na pausa do meio-dia ou ao entardecer...
A deliciosa canção das mães, ou das moças
[trabalhando, os das meninas,
Costurando ou lavando...
Cada um cantando o que é seu, o que é alheio ou
[de ninguém!
O dia pertence ao dia – À noite a reunião dos
[jovens companheiros,
Fortes, afetuosamente.
Cantando a plenos pulmões sua ardente canção
[melodiosa!”
(Whitman apud Alves, 2015, p. 43).

Os poemas traduzidos de Whitman só seriam editados no Brasil em meados dos anos 1940 (Paro,

1993; Alves, 2015). Antes disso, em 1926, alguns deles foram traduzidos e publicados na revista *Festa*, e foram mencionados aqui e ali por escritores e críticos de variadas “filiações”.

Assim como Lobato conclama os eventuais Walt Whitmans brasileiros, oferecendo-lhes motivos para seus “cantos”, dividindo o que poderia ser um fardo pesado para um só, o poeta americano também o fizera, no seu “Poets to Come!”, de que citamos o trecho final, em tradução de Ivo Barroso:

“Apenas escrevi uma ou duas palavras indicativas
[do futuro,
Apenas avancei por um momento ao leme e voltei
[correndo para a sombra.
Sou um homem que, perambulando por aí sem me
[deter, dirige
um olhar casual para vocês e vira o rosto,
Deixando para vocês a prova e a definição,
À espera dos grandes feitos de vocês”
(Whitman apud Barroso, 2016).

Whitman lançou um apelo, no que foi seguido por Lobato, que por sua vez lançou o seu apelo. Num livro da década seguinte, não por acaso intitulado *América*, Lobato apresenta uma concepção de livro e de leitura que referenda essa noção whitmaniana de continuidade, de legado: “Um livro é uma ponta de fio que diz: Aqui parei; toma a ponta e continua, leitor. Platão pensou até aqui: toma o fio do seu pensamento e continua, Spinoza” (Lobato, 1932, pp. 37-8).

3

Entre a referência ao poeta americano e a publicação de *América* (1932), importantes reviravoltas transplantaram o escritor-editor para um novo endereço e uma inesperada condição social.

Em 1927, Monteiro Lobato assumiu o posto de adido comercial do Consulado do Brasil em Nova York. Sua nomeação parece ter sido algo súbita e inesperada, inclusive para a Embaixada do Brasil, que, em maio de 1927, não tinha notícias da nomeação do interino, ocorrida no mês anterior (Lajolo, 2009). Pesquisas permitiram verificar que Lobato não foi a primeira escolha do presidente Washington Luís, e que sua situação

se manteve como provisória, pelo menos no papel, por bastante tempo: no “Quadro dos Adidos Comerciais”, até a data de 31/12/1929, o nome do funcionário efetivo continua sendo Arno Konder, enquanto Lobato aparece em nota de rodapé, como interino (Brasil, 1930, p. 19).

Na prática, em junho de 1927 a família Lobato estava instalada em Nova York, de onde enviaria, por carta, suas primeiras impressões:

“Já estamos americanizados, isto é, já temos automóvel e rádio. O rádio cá é um assombro, porque pode ser ouvido o dia e a noite inteira. O programa de hoje, p. ex., consta de mais de 400 números, entre os quais as melhores orquestras e virtuosos do mundo. Você aqui ficava saturado de música pelo resto da vida. [...]

Sente-se em tudo a riqueza espantosa do país. Não há pobres, o pobre daqui equivale ao remediado daí. Toda a gente possui auto. O porteiro cá da nossa casa possui um Cadillac.

A cidade é um oceano de automóveis. Para onde quer que você vá só se veem automóveis, de dia ou de noite porque a vida não para. Tudo é tão desconformemente grande, tudo é tão ou maior do mundo, que depois da 2ª-semana a gente resolve não admirar mais coisa alguma. Do contrário seria preciso andar de boca aberta o dia inteiro. A mim o que mais me assombrou foi a New York subterrânea, com as suas numerosas ilhas de *subway*, seus trens, suas estações imensas, restaurantes, lojas, cafés, livrarias, etc. etc. etc., tudo invisível para quem anda na New York da superfície. Uma pessoa pode passar a vida na cidade subterrânea sem necessidade de vir à superfície para coisa nenhuma. Lá comprará livros e roupas e, se for mulher, chapéus e vestidos da última moda” (Lobato, 1970, pp. 104-5).

As experiências e impressões de Lobato sobre os Estados Unidos aparecem numa variedade de textos relativos a esse período: são cartas pessoais e profissionais, enviadas a familiares e amigos; relatórios e documentos profissionais, produzidos no âmbito do serviço consular; e por fim o texto híbrido de *América*.

“As cartas americanas de Lobato”, sintetiza Emerson Tin (2007, p. 131), apresentam “esse deslumbramento com a terra nova, e são muito

semelhantes entre si na escolha dos fatos a serem narrados”. É recorrente o tom de deslumbramento com a tecnologia e a riqueza do país, com os espaços urbanos (os arranha-céus, por exemplo), com os costumes (a presença das mulheres na vida social) e com as diferenças entre os Estados Unidos e o Brasil. É bastante comum que, a uma observação extasiada sobre um aspecto da sociedade norte-americana, siga-se um lamento ou crítica a respeito do seu equivalente na sociedade brasileira. É o que se observa nestes dois parágrafos de uma carta a Lino Moreira, seu amigo desde os tempos de faculdade:

“A semana passada fui a Washington de auto. Que estradas! Que conforto, que maravilha... Vim besta pelo resto da minha vida e com tristeza imensa do Brasil não ser assim. Em 650 milhas de ida e volta, cortando inúmeras cidades do interior, lindas como sonhos, não vi um pobre, um esfarrapado, um mendigo... E o que mais me assombra aqui – a riqueza, o bem-estar do povo. [...]

E a lei? Sim, existe uma coisa muito séria chamada lei. E todos a respeitam porque a lei não distingue entre este ou aquele. Cada vez que compro jornais na esquina me assombro. Os jornais estão à vista do público com uma caixinha de dinheiro ao lado. O freguês tira o jornal que quer, faz o troco e pronto. Não há fiscal, não há ninguém espiando ali por perto. Como, então, ninguém furta, ninguém abusa? Numa cidade destas que tem mais italianos do que Roma, como nenhum italiano (tão rapaces em S. Paulo) se atreve a lesar a caixinha? É a lei, meu caro, essa coisa de cuja ausência o Brasil vem padecendo desde 1500” (Lobato, 1970, p. 107).

Lobato permaneceu nos Estados Unidos até o início de 1931. Seu retorno ao Brasil deve ter sido turbulento, pelo que sugere uma carta enviada a Cândido Fontoura: “Sigo a 19 [de março] pelo CUBANO, vapor da Kerr Line. A necessidade de fazer economia fez-me adotar esse navio, já que o governo até agora não me mandou recursos para a volta, como prometeu e tenho direito” (Lobato apud Tin, 2007, p. 347).

Imediatamente depois da sua chegada, Lobato dedica-se à escrita de *América*. O livro não é um relato de viagem *stricto sensu*; é uma narrativa ficcional de gênero híbrido, na qual se

mesclam elementos dos gêneros crônica, relato de viagem e romance de ideias. Lobato recupera uma dupla de personagens já usada num livro anterior: um narrador brasileiro, um tanto ingênuo, e Mr. Slang, seu amigo inglês. Os dois passeiam juntos pelo país estrangeiro, observando, lendo e conversando sobre os mais variados aspectos dessa sociedade. Em geral, suas conversas culminam com o estabelecimento de comparações entre o país visitado e a sociedade brasileira. Os amigos comparam o clima tropical e o temperado, extasiam-se diante do acervo da Biblioteca do Congresso e da riqueza das universidades americanas, comparam condições econômicas dos dois países, conversam sobre personalidades políticas americanas, sobre cinema, rádio, censura, puritanismo, sistemas eleitorais e mudanças linguísticas, dentre outros assuntos.

Assim como nas cartas, predomina o elogio à América. Mas o livro não é unívoco: ele se constrói por meio da incorporação e discussão de textos que circulavam em jornais e livros americanos; assim, uma variedade de vozes e pontos de vista é incorporada às falas dos dois personagens⁵. E é por meio desse recurso que algumas das complexidades e contradições da sociedade norte-americana *também* são representadas nesse livro.

Destaco uma situação em que a variedade de pontos de vista se mostra com alguma clareza. Trata-se de um momento em que os personagens propõem uma análise consideravelmente densa da produtividade em massa diagnosticada nas sociedades industriais (não exclusivamente na norte-americana). Antes de citar o texto, é importante lembrar que Mr. Slang defendia a necessidade de adaptação do indivíduo aos movimentos e processos sociais, a qualquer custo. Usando frases de efeito, ele mostra não haver alternativa à adaptação. Quando o narrador observa que a “rapidez da maquinização da América não dá tempo aos alijados de se adaptarem”, Mr. Slang rebate sem piedade, interessado apenas no movimento social:

“– Nesse caso o remédio único é precipitarem a marcha da adaptação. A América impõe rapidez de

juízo e trote largo. Quem for lerdo de ‘mind’, ou de movimentos, que emigre, para não ser esmagado” (Lobato, 1932, p. 64).

Frases de efeito semelhantes a essa ecoam no texto. Porém, inserindo uma nota dissonante no discurso progressista, de elogio à máquina e ao desenvolvimento norte-americano, Mr. Slang apresenta e discute as ideias de um certo Raymond Fosdick (1883-1972), a respeito dos excessos de produtividade numa sociedade industrial, e os efeitos desse excesso na vida individual. Comenta o narrador: “O que chamamos progresso não passa duma escravização cada vez mais apertada, que as massas consentem e aplaudem e, portanto, impõem à minoria individualista” (Lobato, 1932, p. 222). Concordando com o seu interlocutor, Mr. Slang avalia que o avanço da máquina (símbolo da sociedade moderna) priva o indivíduo da sua independência:

“Vai-nos ela transformando em abelhas. Presos na sua engrenagem, o esperar dos indivíduos se torna pueril. As novas adaptações econômicas – a produção em massa, a entrefusão das empresas (‘mergers’), os ‘chain stores’, os ‘chain’ teatros, os ‘chain’ jornais e todas as modalidades do emassamento, da coletivização, nesta guerra contra o indivíduo, tornam bem claras as tendências do amanhã: ‘corporatedness’ do mundo. Colmeização. Cada novo invento significa passo à frente para a vida agregada, para a uniformidade, para o ‘standard’. A tendência é fortificar os grupos, fundi-los em grupos sempre maiores, integrar o indivíduo na massa, fazer da média, não da exceção, o ideal. Criar, em suma, o homem abelha” (Lobato, 1932, p. 224).

A crítica ao modelo de desenvolvimento norte-americano destoa de elogios anteriores, sugerindo a relativização de algumas das certezas antes apresentadas. Nem tudo é louvável, nesse mundo de máquinas e progresso. Os argumentos de Mr. Slang parecem ganhar força pela citação da obra de Henry Thoreau e do discurso de Raymond Fosdick.

O nome do advogado norte-americano é introduzido no texto sem nenhuma explicação adicional, o que faz supor que ele falasse por si,

5 Esse aspecto intertextual de *América* foi documentado e analisado em textos anteriores (cf. Martins, 2014 e 2016).

que fosse reconhecido pelos potenciais leitores do livro. Fosdick foi membro do conselho da Fundação Rockefeller, de que se tornaria presidente nos anos 1930 (cf. The Rockefeller Archive Center, s/d). Embora a referência a ele seja discreta, uma pesquisa nos arquivos do *The New York Times* permitiu encontrar um discurso de formatura proferido por ele em 1930, no qual analisa e critica os rumos da sociedade norte-americana. Os personagens de Lobato não estão, portanto, discutindo quaisquer ideias sobre aquele país; estão apresentando e discutindo ideias que efetivamente circularam naquela sociedade.

Lendo o texto de Raymond Fosdick, publicado no jornal americano, observa-se que ele usa/menciona o texto clássico de Henry Thoreau – *Walden* (1854) – para fazer críticas ao consumo e à produção em massa. Lobato, por sua vez, traduz e incorpora ao seu texto o discurso de

Fosdick, parafraseando-o e citando-o, tomando suas ideias como parte das reflexões de seus personagens. A crítica feita por Fosdick tem, pois, seu público ampliado: o discurso de formatura ganha novos leitores e efeitos quando publicado em jornal; e ganha um público novo quando é traduzido e citado num livro brasileiro. Com a incorporação desse discurso, o livro de Lobato chega aos seus capítulos finais com um toque de melancolia – que, segundo nos parece, funciona como um convite à releitura e reavaliação dos argumentos mais incisivos que o povoam.

Mais do que um passeio pelos Estados Unidos, *América* funciona como um convite à leitura daquele país, por meio do contato com textos e ideias que lá circulavam. Não por acaso, seu autor era um editor e um tradutor: ele selecionou, traduziu e pôs em circulação, no seu país, textos e ideias do país visitado.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Alexandre. "Câmara Cascudo e Walt Whitman: Poesia Moderna em Diálogos Tradutórios", in *Imburana*, Revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses, n. 11, UFRN, jan./jun. 2015, pp. 38-57.
- BARROSO, Ivo. "Mais um Poema de Walt Whitman", in *Gaveta do Ivo*, *Poesia & tradução* [website]. Disponível em: <https://gavetadoivo.wordpress.com/2016/09/26/mais-um-poema-de-walt-whitman>. Acesso em: 15/2/2017.
- BOTTMANN, Denise. "Traduções de Monteiro Lobato", in *Não Gosto de Plágio* [website], 14/1/2011. Disponível em: <http://naogostodeplagio.blogspot.com.br/2011/01/traducoes-de-monteiro-lobato.html>. Acesso em: 14/2/2017.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Ano de 1929. 2 vols. 1ª parte. Anexos B e C. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930.
- BROCA, Brito. "O Brasil e as Literaturas Latino-Americanas", in *Americanos*. Coord. Alexandre Eulálio. Campinas, Editora da Unicamp, 1998, pp. 66-73.
- FOSDICK, Raymond. "The Individual's Place in the Age of Machines", in *The New York Times*, ProQuest Historical Newspapers New York Times, 22/6/1930, p. E4.
- LAJOLO, Marisa (org.). "Inventário do Fundo Monteiro Lobato", in *Projeto Monteiro Lobato e Outros Modernismos Brasileiros* [website]. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, s/d. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/livros.htm>. Acesso em: 14/2/2017.

- LAJOLO, Marisa. "Monteiro Lobato: Um Brasileiro em Trânsito", in *Ilha do Desterro*, v. 57, UFSC, 2009, pp. 37-57.
- _____. "Monteiro Lobato & Isaac Goldberg: A América Latina na América do Norte", in *Remate de Males I*, v. 30. Campinas, 2010, pp. 293-310.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 1ª ed. São Paulo, Edição da Revista do Brasil, 1918.
- _____. *América*. 1ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932.
- _____. *Negrinha*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1948a.
- _____. "A Lua Córnea" in *A Onda Verde e O Presidente Negro*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1948b.
- _____. *Cartas Escolhidas*. 6ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- MARTINS, Milena Ribeiro. "América: Um País, Homens e Livros", in M. Lajolo (org.). *Monteiro Lobato, Livro a Livro. Obra Adulta*. São Paulo, Editora Unesp, 2014, pp. 249-62.
- _____. "América, Um Livro Essencialmente Intertextual", in N. Schapochnik; G. Venancio (orgs.). *Escrita, Edição e Leitura na América Latina*. Niterói, PPG História-UFF, 2016, pp. 676-93.
- MINCHILLO, Carlos. "Engenharia Reversa em *O Choque de Raças*", in M. Lajolo (org.). *Monteiro Lobato, Livro a Livro. Obra Adulta*. São Paulo, Editora Unesp, 2014, pp. 187-202.
- PARO, Maria Clara Bonetti. "Walt Whitman in Brazil", in *Walt Whitman Quarterly Review* 11 (Fall 1993), pp. 57-66. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13008/2153-3695.1397>. Acesso em: 15/2/2017.
- THE ROCKEFELLER ARCHIVE CENTER [website]. "Raymond B. Fosdick". Disponível em: <http://rockefeller100.org/biography/show/raymond-b--fosdick>. Acesso em: 15/2/2017.
- VERÍSSIMO, José. "Um Americano e a Literatura Americana", in *Homens e Cousas Estrangeiras*. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, 1902, pp. 47-59.

Lanterna de luz mórbida - Érico Veríssimo
e os problemas raciais
nos Estados Unidos

Carlos Cortez-Minchillo

resumo

A partir da década de 1940, por meio de narrativas de viagem, entrevistas e palestras, Érico Veríssimo tornou-se um dos mais importantes intérpretes dos Estados Unidos para os brasileiros. Em *O Senhor Embaixador* e *O Prisioneiro*, Veríssimo chega a incorporar à ficção questões centrais da realidade norte-americana, como o “problema negro”. Neste artigo, analiso como as tensões raciais nos Estados Unidos foram tratadas por Veríssimo, especialmente em seus dois livros de viagem aos Estados Unidos, *Gato Preto em Campo de Neve* e *A Volta do Gato Preto*. A ideia central é de que, ao longo dos anos, Veríssimo refina sua compreensão da sociedade norte-americana, propondo uma visão mais complexa e menos otimista sobre os embates raciais que a assolam.

Palavras-chave: Érico Veríssimo; narrativas de viagem; relações culturais Brasil-Estados Unidos; questões raciais.

abstract

As of the 1940s, through his travel narratives, interviews and lectures, Érico Veríssimo became one of the most important interpreters of the United States for Brazilians. In His Excellency, the Ambassador and O Prisioneiro [The Prisoner], Veríssimo incorporates into fiction key issues of the North American reality, such as the “black problem”. In this article, we seek to analyze Veríssimo’s approach to racial tensions in the United States, especially in his two travel books to the United States, Gato Preto em Campo de Neve [Black Cat in a Field of Snow] and A Volta do Gato Preto [The Return of the Black Cat]. The central idea is that over the years Veríssimo refines his understanding of the American society and proposes a more complex and less optimistic view of the racial strife afflicting it.

Keywords: Érico Veríssimo; travel writing; United States-Brazil cultural relations; racial issues.

Em 1941, dias antes de embarcar pela primeira vez para o Estados Unidos, Érico Veríssimo faz no Rio de Janeiro uma palestra sobre a moderna literatura norte-americana. Nesse evento, o escritor gaúcho sugere – pelo que diz e pelo que deixa de dizer – pistas importantes sobre sua visão da América do Norte naquele momento e sobre como viria a exercer a função, que estava prestes a assumir, no jogo das relações culturais interamericanas. Tendo desenvolvido por estudo e ofício grande intimidade com a cultura e a sociedade norte-americanas, o palestrante Veríssimo, leitor de publicações como *Saturday Review of Literature*, soa seguro no papel de guia em uma breve viagem na qual, por meio de sua literatura, pretende traçar um perfil dos Estados Unidos. Sua intenção é mostrar a “experiência humana realmente interessante que se está processando naquela terra, *melting pot* de inúmeras raças, e uma das cidadelas derradeiras da cultura num mundo de violência e desintegração” (Veríssimo, s/d, pp. 11-2).

Associar os Estados Unidos ao convívio entre raças e à preservação da cultura contra a barbárie tinha evidente apelo naquele contexto da Segunda Guerra Mundial, quando as forças alemãs haviam invadido a França e quando se temia que a ideologia nazifascista e seu projeto francamente racista pudessem espalhar-se pela América do Sul. Mas não era exatamente uma tarefa fácil, dada a prevenção em relação aos Estados Unidos de muitos

brasileiros que, no texto da palestra, Veríssimo representa como “o homem do elevador”, aquele cidadão mediano, gentil e minimamente ilustrado que será o interlocutor implícito de seus relatos de viagem e, de forma mais geral, do discurso de irmandade pan-americana que se disseminou nos anos de 1940. Érico estava ciente do imaginário social que se consolidava havia algumas décadas entre os leitores e frequentadores das salas de cinema no Brasil e no resto do mundo. De um lado, os Estados Unidos do poder econômico e político, da inventividade tecnológica, da vibração de metrópoles como Nova York e Chicago e da romântica atmosfera dos musicais, comédias e dramas hollywoodianos. De outro, a América da ganância ilimitada, dos vícios morais – como a disseminação do divórcio deplorada pelos setores católicos – e de múltiplas formas de crime e violência. Érico procura corrigir as “meias-verdades” que reduzem os Estados Unidos a uma nação “mecânica e materialista”, repelindo “ideias sugeridas por palavras como *dinamismo, produção em massa, gigantesco, milhão, arranha-céu, rapto, gangster, eficiência, publicidade*” (Veríssimo, s/d, p. 11). É notável, porém, que, ao tentar angariar para os Estados Unidos a simpatia de uma assistência que o *Correio da Manhã* caracterizou de “elegante e fina”, Érico tenha ignorado uma outra série de

CARLOS CORTEZ-MINCHILLO é professor do Dartmouth College (Dartmouth, EUA) e autor de *Érico Veríssimo, Escritor do Mundo* (Edusp).

termos que também integrava o repertório de informações e juízos a respeito da sociedade norte-americana: *linchamento, Ku Klux Klan, Harlem, jazz, segregação racial*.

A “questão do negro” nos Estados Unidos, certamente também porque se articulava com as disputas que o tema então suscitava no Brasil, era constantemente veiculada pela imprensa nacional, tecendo uma representação social composta de, por um lado, discriminação, violência, miséria, criminalidade e, de outro, poder de organização, capacidade de reivindicação, êxito cultural e sucesso individual. Em 1930, Garcia de Rezende escrevia no jornal capixaba *Diário da Manhã*: “A luta contra os negros é um dos mais dramáticos aspectos da vida norte-americana. Tio Sam quer que o seu país seja o líder da raça branca. Por isso os dez milhões de negros existentes nos Estados Unidos carecem de ser destroçados” (Rezende, 1930, p. 1). Oito anos depois, matéria da *Folha da Manhã* (1938, p. III), de São Paulo, informava que “cada quatorze dias, durante cinquenta anos, um negro ou mulato foi linchado pelos brancos”.

Ao destacar a imagem do *melting pot* e ao pôr em surdina a literatura norte-americana dos e sobre os negros – Veríssimo não faz, por exemplo, referência ao movimento cultural batizado de Harlem Renaissance –, o palestrante joga para a sombra questões raciais que estavam no centro do debate intelectual da época¹ e que contribuíam grandemente para aquele “mundo de violência e desintegração” que ele menciona. Já em 1935, Múcio Leão destacava “o problema do negro e o problema do judeu” como os dois principais fatores “que causam terror nos Estados Unidos e na Europa” (Leão, 1935, p. 8). Se, por um lado, Veríssimo parece satisfeito com que os escritores proletários norte-americanos tenham quebrado tabus, identificando-se com “as classes pobres” e “com as questões políticas, sociais e sexuais” (Leão, 1935, p. 20), a causa específica da população negra se dilui entre outros

tantos “problemas humanos”. A atitude moderada ao tratar de um dos mais graves atritos da sociedade norte-americana talvez se deva aos limites de tempo do evento, que o palestrante descreve como a “pobre viagem” de um “turista que não tem tempo” (Veríssimo, s/d, p. 13). Mas as escolhas do percurso proposto por Veríssimo também podem indicar certo cuidado por parte de quem iniciaria, em alguns dias, uma viagem patrocinada pelo governo norte-americano.

Como se sabe, frente ao conflito na Europa e na Ásia, os Estados Unidos, para manter sua segurança interna e sua hegemonia no continente, buscaram neutralizar a propaganda nacional-socialista e consolidar os vínculos interamericanos, conquistando a simpatia e o apoio das nações vizinhas. Isso explica, como se sabe, as múltiplas ações de diplomacia cultural norte-americana durante toda a década de 1940, quando o Department of State deu apoio a visitas aos Estados Unidos de muitos artistas plásticos, músicos, escritores, bibliotecários, jornalistas e editores de toda a América Latina. O pressuposto era de que membros criteriosamente selecionados da elite intelectual do continente, uma vez que tivessem *in loco* a experiência americana, voluntariamente disseminariam – para um público igualmente selecionado – uma atitude mais positiva em relação ao vizinho do norte. Para as massas, investiu-se em outros canais: o cinema de Hollywood, as animações de Walt Disney e publicações como *Seleções do Reader's Digest*.

Um dos primeiros brasileiros a se beneficiar da política de boa vizinhança do governo de Franklin Roosevelt, Érico Veríssimo tinha vários trunfos para estabelecer a ponte entre Brasil e Estados Unidos. Sua formação escolar e seu interesse pela literatura, cinema e música proporcionaram familiaridade com o idioma inglês e com a cultura norte-americana. Além disso, sua mais profunda convicção em favor da democracia afastava-o tanto do fascismo quanto do comunismo. Por fim, àquela altura, Veríssimo já desfrutava de uma popularidade incomum para um escritor brasileiro, tanto que seu romance *Olhai os Lírios do Campo* (1938) foi um dos primeiros *best sellers* brasileiros do século XX. Tudo isso fazia do escritor gaúcho um interlocutor especialmente qualificado para observar o *american way of life* e, em seguida, divulgar amplamente suas impressões entre os brasileiros

1 Esse debate, que toma fôlego nos anos 1930 e se prolonga na década seguinte, não só focalizou questões biológicas, históricas, sociológicas e políticas, mas difundiu o interesse pela cultura afro-brasileira e pela literatura negra norte-americana. Ver, nesse sentido, Camilo (2012).

letrados. Foi o que Érico efetivamente fez por meio de entrevistas, programas de rádio, textos de jornal e revista e, especialmente, pela publicação de dois extensos livros de viagem, *Gato Preto em Campo de Neve* (1941) e *A Volta do Gato Preto* (1946). A despeito das diferenças que se podem apontar entre essas duas obras, o fato é que, entre outros muitos assuntos e ângulos de análise, ambas dedicam considerável espaço para descrever e analisar as relações raciais e étnicas nos Estados Unidos e o problema correlato das condições de vida de setores desprivilegiados da sociedade americana. No intervalo de cinco anos entre o lançamento de cada uma dessas duas narrativas de viagem, é perceptível, porém, como se altera a análise de Érico Veríssimo sobre os Estados Unidos e sobre as tensões sociais e raciais aí existentes.

Gato Preto em Campo de Neve é fruto dos três meses do inverno de 1941 em que Érico Veríssimo cruzou vários estados norte-americanos, visitando cidades como Washington D. C., Nova York, Chicago, Nova Orleans, São Francisco e Hollywood. Nas primeiras páginas, o narrador-viajante caracteriza sua viagem como uma fuga da “hora escura” de “um mundo em que há miséria, sofrimento, ódio, carnes e almas dilaceradas” (Veríssimo, 2006, p. 23). Logo adiante, porém, admite que, como homem e romancista, seu interesse recai sobre as “criaturas da vida real” e os conflitos humanos.

Efetivamente, em *Gato Preto em Campo de Neve*, Érico aponta múltiplos e contrastantes aspectos dos Estados Unidos, pondo à luz, mesmo que de maneira ponderada, as imperfeições do país e os impasses de seu tempo. Ao traçar o perfil de cada lugar por que passou, ao reproduzir seus diálogos com as pessoas comuns e suas entrevistas com escritores famosos como Pearl S. Buck, Thomas Mann e Somerset Maugham, e ao fantasiar uma longa conversa final entre um leitor hipotético e o narrador-viajante, em todos esses momentos desponta o “*approach* caleidoscópico” do escritor, que aceita de forma empática a multidimensionalidade do real (Vieira, 1996, pp. 119 e 121). Com isso, embora os relatos de viagem dificilmente possam se furtar às generalizações etnográficas, o livro de Érico incorpora tantas perspectivas e mantém um olho tão atento para o jogo entre permanência e transformação da sociedade americana ao longo do tempo, que

consegue escapar quase sempre do reducionismo mais rasteiro, que tende a reduzir o outro a uma essência imutável (Herzfeld, 1996, p. 289). O viajante de *Gato Preto* tem apetite voraz – “Quero tudo. As casas dos milionários de Park Avenue e os bairros da miséria” (Veríssimo, 2006, p. 53) – e ele parece imediatamente se abrir e se conectar com os ambientes que visita, com as paisagens e pessoas que vê e com quem dialoga. Em Nova York, por exemplo, Érico considera desde logo que a “cidade tem um jeito acolhedor e amigo” (Veríssimo, 2006, p. 49), o que contrasta com as impressões de outros viajantes, como Ribeiro Couto, cuja primeira noite na metrópole em 1942 (“sete milhões de seres humanos desconhecidos”) causou-lhe uma impressão triste de não pertencimento e inacessibilidade (Couto, 1942, p. 136).

A atitude curiosa, abrangente e inclusiva do viajante Érico constitui um elemento retórico a favor da credibilidade de seu relato, fazendo a voz do narrador de *Gato Preto* soar sempre franca e imparcial, disposta inclusive a antecipar possíveis objeções de seus hipotéticos leitores. Evita assim uma postura dogmática e autoritária, o que casa bem com a celebração, em muitos níveis do texto, dos princípios democráticos que o autor identifica na sociedade norte-americana. No seu relato de viagem, a convivência entre classes sociais distintas seria – juntamente com a honestidade, o senso de responsabilidade e a confiança no próximo – o emblema de uma sociedade harmônica, na qual o “banqueiro se acotovela com o moço empregado da bomba de gasolina” e compartilham durante o almoço as mesmas mesas, as mesmas comidas e “a mesma quantidade de vitaminas” (Veríssimo, 2006, p. 63). Esse nivelamento social representaria, no entender de Érico, um “conceito esportivo de democracia” (Veríssimo, 2006, p. 63) tipicamente norte-americano e oposto ao caráter elitista que, segundo o viajante-narrador, seria responsável tanto pela decadência da cultura europeia quanto pela derrocada do projeto social e político do velho continente. Ao descrever e comentar um grupo de ricos refugiados franceses que circulam pelo saguão do hotel, o narrador conclui que são:

“[...] representantes duma espécie que está fadada a desaparecer como os búfalos e as girafas. [...] Nasceram e se criaram num ambiente de estufa,

aquecidos por ideais abstratos de beleza, adorando fórmulas feitas, ignorando a miséria em que vivem as classes inferiores” (Veríssimo, 2006, pp. 47-8).

Comprometido com o espírito democrático, Érico Veríssimo não poderia deixar de registrar e comentar as “classes inferiores”, mas, certamente por estar empenhado na promoção do discurso pan-americanista, ele estabelece nessas passagens um equilíbrio entre a denúncia e um certo otimismo, de modo que o saldo é em todo caso positivo. Assim, no capítulo em que comenta sua visita a Washington, inclui uma seção intitulada “Negros”. O narrador explica que o tema lhe surgiu quando, deixando os monumentos da Constitution Avenue, teve o choque de deparar com a miséria de “uma povoação de negros composta de casinhas feitas com caixão de gasolina e panos encardidos” (Veríssimo, 2006, p. 82). Porém, na frase seguinte, surge a descrição da Howard University, “para gente de cor”, onde há “rapazes vestidos com decência” (Veríssimo, 2006, p. 83). Na continuação do texto, mantém-se o mesmo padrão de composição: para cada aspecto negativo, há uma contrapartida positiva. As taxas de desemprego e de mortalidade infantil entre os negros são altas, mas há negros de classe média que moram em boas casas e seus filhos são “mulatinhos limpos, bem vestidos e de cabelos lustrosos” (Veríssimo, 2006, p. 84); os negros são segregados, mas existem escolas, teatros e cinemas para eles; as condições de vida nos cortiços onde habitam são precárias, mas muitos saem de lá e obtêm sucesso. A possibilidade de mobilidade social, pedra de toque do *american dream*, aponta para um futuro promissor: “As gentes que encham as calçadas [de Washington] têm um aspecto sadio e estão bem vestidas. *Vejo entre elas muitos pretos e mulatos*” (Veríssimo, 2006, p. 58, grifo meu). Por observações como essa (seria digno de nota que pretos e mulatos sejam sadios e se vistam bem), despontam no discurso as expectativas raciais e as marcas de classe e de cultura do viajante observador, que chega a uma conclusão parcialmente reparadora: ainda que não acredite no fim do preconceito contra os negros – “uma dificuldade que não se resolve com dinheiro” –, o narrador declara-se confiante de que a maioria dos problemas das populações negras será resolvida com o tempo, “porque há um sério esforço

nesse sentido” (Veríssimo, 2006, p. 86). Esperança semelhante no progresso material e social arremata a descrição do setor miserável do *east side* de Nova York, onde residem os judeus pobres. Nesse aspecto, Érico Veríssimo revela-se um homem de seu tempo, já que, a despeito da radical aversão ao totalitarismo, manifesta grande esperança no poder de ação de líderes, como Franklin Delano Roosevelt, capazes de alterar a realidade por meio de iniciativas governamentais, como os programas sociais e econômicos do *new deal*.

Em *Gato Preto em Campo de Neve*, a segregação social dos negros é apresentada recorrentes vezes com certa naturalidade, sem marcas de indignação, um problema “mais moral que político” (Veríssimo, 2006, p. 450). Não se dá ênfase tampouco aos atos mais bárbaros de racismo, como os linchamentos, que estariam diminuindo “sensivelmente”. É sugestivo, nesse sentido, que no momento de síntese histórica ao final do livro Veríssimo não inclua os negros entre os que primeiro povoaram a “exuberante nação de nações” (Veríssimo, 2006, p. 440) que é a América: quando o narrador destaca a “mistura estonteante de raças” (Veríssimo, 2006, p. 443) ele cita europeus, mexicanos e judeus.

O *colored people* surge, porém, ao lado de outras etnias nas descrições de cenários atuais de “luta e miséria” (Veríssimo, 2006, p. 261), como o da feira de bugigangas na Maxwell Street, em Chicago, em páginas que traduzem profunda consternação por parte do narrador. Entretanto, ao tratar do Harlem, em Nova York, o retrato físico e social resulta bastante leve. A despeito das “histórias tenebrosas” e da “má reputação” que o narrador-viajante conhece de antemão, e mesmo que a “fisionomia das casas” lhe pareça pouco amigável, sua imersão no Harlem não rende uma análise da questão racial e da segregação dos negros mesmo numa cidade do norte, onde supostamente eles encontrariam menos rejeição. Érico prefere dar destaque à reunião dos seguidores de Father Divine, um controverso líder religioso negro “que os outros pretos adoram como uma nova encarnação de Jesus” (Veríssimo, 2006, p. 166). Numa segunda visita ao Harlem, Érico vai a um *dancing*, onde “demônios negros suados e epiléticos dançam ao som de sonoro e espasmódico *jazz band*” (Veríssimo, 2006, p. 169). Destaca-se o tom lamentoso

dos blues, que evocam os gemidos dos navios negreiros, mas nem mesmo essa conexão histórica dá ensejo a uma reflexão substanciosa por parte do narrador, ao contrário do que ocorre em outras passagens do relato de viagem, quando o passado explica a América atual. O trecho contrasta igualmente com outros relatos de estrangeiros sobre o Harlem escritos à mesma época, como o artigo do peruano Fernando León de Vivero, que lamenta a “distância cruel que uma sociedade injusta criou” e defende que a alegria debochada dos moradores do bairro negro nova-iorquino não os faz esquecer que “os trabalhos mais duros foram feitos para eles” (Vivero, 1940, p. 337). Talvez a explicação para esse olhar conformista de Érico se encontre em um comentário no “Diálogo sobre os Estados Unidos”, a seção final da obra. Lá, o narrador estabelece uma acomodação argumentativa que pode servir de síntese da atitude ideológica de Veríssimo naquele momento. Aceitando a existência de problemas – “alguns sérios” – na sociedade americana, seria no entanto preciso “buscá-los com uma lanterna de luz mórbida” (Veríssimo, 2006, p. 447). Num lance que contradiz algumas de suas anotações mais sombrias durante o relato de viagem, Érico advoga que não se devem esquecer os aspectos mais animadores da sociedade norte-americana, um espetáculo “que se oferece natural nas ruas”. Seria então um erro ir buscar “*num gesto literário*” (grifo meu) as agruras econômicas e sociais de uma obra como *As Vinhas da Ira*, de John Steinbeck. O narrador, então, estabelece uma comparação ilustrativa: “O Brasil não é o cangaço nem a seca do Nordeste” e portanto “se um estrangeiro nos julgasse através de qualquer um desses dois dolorosos aspectos, ficaríamos com toda razão revoltados” (Veríssimo, 2006, p. 447). Estaria aí, nos êxitos e não nos problemas, nas classes médias e não nos segmentos pobres, o denominador comum que viabilizava a boa vizinhança entre as repúblicas da Pan-América?

Quando, em 1946, Érico Veríssimo lança o livro de sua segunda e mais extensa viagem pelos Estados Unidos, muita coisa havia mudado, no mundo e para o escritor gaúcho. Uma mais longa convivência com a realidade norte-americana entre setembro de 1943 e setembro de 1945, a atuação nos Estados Unidos como professor universitário e profícuo palestrante de literatura e cultura bra-

sileiras, a revelação dos horrores do holocausto e do uso da bomba atômica, a leitura de obras como *Formação do Brasil Contemporâneo* e o fim do Estado Novo no Brasil resultaram em um posicionamento menos iludido e mais informado. Recorrendo a um novo repertório analítico e outro tom enunciativo, Érico parece agora empunhar com mais frequência a tal “lanterna de luz mórbida” que havia anteriormente rejeitado. Se disso não resulta um livro pessimista – nas páginas finais o narrador afirma que não trocaria por nada as experiências que viveu nos dois anos de Estados Unidos –, é inegável que se trata de um texto mais radicalmente ácido e *desconfiado*, tanto em relação à possibilidade de solução dos problemas detectados na realidade observada quanto em relação à capacidade do próprio relato de viagem de produzir sínteses interpretativas: “Todas essas afirmações que tenho feito [...] vão temperadas de um grão de sal. É danadamente perigoso generalizar” (Veríssimo, 2007, p. 276). O tom crítico contamina inclusive o modo como o narrador avalia sua atuação a serviço da “boa vizinhança”, colocando em dúvida o valor de seu trabalho no contexto da guerra: “Que importância pode ter a literatura brasileira nesta hora em que os povos estão empenhados numa luta de morte?” (Veríssimo, 2007, p. 38).

Em *A Volta do Gato Preto*, o narrador de viagem mostra-se mais consciente de sua origem e de sua alteridade, marcando com mais nitidez o *locus* de onde observa e comenta a realidade. A experiência norte-americana e o ofício de explicar o Brasil para os gringos o levam a compreender melhor o Brasil. Um formulário da escola dos filhos exige-lhe uma definição racial que lhe parece impossível: “Estou agora diante de um espelho a perguntar a ele e a mim mesmo se sou branco, mexicano ou japonês”. O narrador então conclui que “sempre desconfiei que tivesse sangue índio, mas num *melting pot* como é o Brasil (e diga-se de passagem, também os Estados Unidos) a gente nunca sabe ao certo que espécie de sangue traz nas veias” (Veríssimo, 2007, p. 110). Sua especificidade também advém da consciência de particularidades históricas e políticas brasileiras que influenciariam em sua conduta e formatariam uma maneira de encarar as experiências no exterior, como a crença de que “o Governo não passa mesmo dum instrumento de opressão”

(Veríssimo, 2007, p. 19) num país “em que tudo é pretexto para meter um homem na cadeia. A terra do ‘não pode’. Tudo proibido. Dip. Deisp. Dasp. Censura. Hora do Brasil. Polícia Especial” (Veríssimo, 2007, p. 37). Diga-se de passagem que o fim do aparato censor e repressor do regime getulista provavelmente permitiu, em *A Volta do Gato Preto*, maior transparência sobre os problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil.

A maior frequência de referências ao Brasil neste segundo *Gato Preto* é favorecida pelas próprias circunstâncias de viagem. O relato de Érico Veríssimo começa desta vez pelas regiões que o narrador chama de “porta dos fundos” da casa do Tio Sam (Veríssimo, 2007, p. 48) e antes mesmo de chegar aos Estados Unidos, o avião pousa em Recife, Natal, Fortaleza, Maceió e Belém, onde o narrador confessa sua “comovida impressão” de um Brasil “tão malcuído”: “[...] ao passar por aquela zona de miséria não pude deixar de sentir uma sensação de culpa. Que estava fazendo eu como escritor e como homem para melhorar a sorte daquela pobre gente?” (Veríssimo, 2007, p. 43). Uma vez desembarcados na Flórida, Érico e a família empreendem uma longa e exaustiva viagem de trem até a Califórnia, onde irão residir enquanto Érico será professor na Universidade de Berkeley. Passam então pelo Alabama, Mississippi, Louisiana e Texas. Nesse périplo, a família Veríssimo põe-se em contato com uma América tropical, negra, indígena e pobre que, sendo muito familiar ao Brasil, frustra expectativas à medida que se afasta dos estereótipos do grande país do norte. As comparações entre Estados Unidos e Brasil não são apenas contrastantes, mas em muitos momentos, especialmente quando se discutem deficiências, põem à tona semelhanças. Para o narrador, trata-se de uma oportunidade de refletir sobre uma América problemática e, dessa vez, aceitando aspectos negativos como miséria e discriminação não mais como questões periféricas, senão como parte intrínseca do todo.

Nessas regiões do sul dos Estados Unidos, a presença negra é evidente e está articulada com algumas reflexões corrosivas sobre sua história e as condições de vida do *colored people*. Ao passar pelo Alabama, vem à mente do narrador um “negro do banjo”, com quem imagina um

diálogo que mescla um tom acusatório e uma declaração de culpa:

– “[...] Na tua terra também há calor, mosquitos, banhados, preconceito e miséria.

– Mariana está decepcionada – digo. – Imaginava que tudo neste país fosse tocado de *glamour*. Tudo aerodinâmico, limpo, rico...

– Quem é o culpado de ela pensar assim?

– Nós, escritores, pintores, que em geral não vemos as coisas como elas são, mas sim como desejávamos que fossem.

– E por quê?

– Talvez medo da realidade. Escapismo. Comodismo. Ou defeito de visão.

O negro do banjo atira os braços para o ar.

– Mas não há por onde escapar. Mais tarde ou mais cedo o problema nos esmaga.

[...]

– O que fazer então?

O negro encolhe os ombros:

– Vocês, os brancos, que se entendam. Nós estávamos quietos na África. Trouxeram-nos de lá para cá à força. Fizeram-nos trabalhar abaixo de chicotadas. E a todas essas continuavam a usar palavras grandes, como justiça, fraternidade, humanidade, sentimentos cristãos.

– Cala a boca. Vai-te!

– Não calo. Não vou. Agora tens que ouvir. Milhares de pretos americanos estão neste momento lutando na Europa no Exército de Uncle Sam. Dizem que esta é a guerra do direito contra a força, da tolerância contra a intolerância, do bom senso contra o racismo. [...]

Ponho-me a assobiar para não ouvir a voz minúscula dentro de meu cérebro. Mas é inútil.

– Que podemos nós, os negros, esperar do futuro?

– Começa a brandir o banjo como um tacaie. — Será que estes orgulhosos senhores de plantações de agora em diante passarão a considerar-nos seres humanos com direitos iguais aos seus?” (Veríssimo, 2007, p. 54).

A situação dos negros nos Estados Unidos, a guerra na Europa, o atraso e pobreza no Brasil encontram agora uma articulação cujo fulcro são questões de interesses econômicos. Ainda que resista às explicações do materialismo histórico – “Não creio que o fator econômico seja todo-

-poderoso como força histórica” –, Érico verbaliza uma crítica ao poder econômico como fator determinante dos problemas de então: “[...] neste ano de 1944, só um ingênuo, um débil mental ou um fanático do espiritual poderia negar a grande importância do econômico na vida dos indivíduos e das nações” (Veríssimo, 2007, p. 120). Essa nova compreensão por parte do escritor gaúcho afasta a esperança mais cândida em um futuro de progresso material para todos: “Como fazer que a maioria do povo goze dos benefícios desse progresso? Porque até agora os únicos que desfrutaram dele são os que podem pagar” (Veríssimo, 2007, p. 149). De acordo com esse ângulo de análise, o “problema negro” – que merece todo um capítulo do livro – é discutido aqui em termos mais incisivos e complexos do que em *Gato Preto em Campo de Neve*. Para explicar a situação do negro, o narrador ultrapassa o julgamento moral do preconceito para detectar um sistema bem concreto de segregação e opressão, cujos fundamentos são históricos – “essa coisa absurda, errada e cruel que era a escravatura” (Veríssimo, 2007, p. 301) –, sexuais – “curiosidade sexual com relação às mulheres negras” (p. 301) –, econômicos – “preferência ao trabalhador branco” (p. 302) –, legais – “o negro sempre tem menos chance de absolvição” (p. 302) – e eleitorais – “existem muitos truques [...] para evitar que o negro vote” (p. 302). Até mesmo a referência ao Harlem adota agora uma perspectiva bem distinta: o narrador aponta para o fato de que os proprietários das casas “caras e sem conforto” são judeus, sugerindo que nem mesmo o gueto nova-iorquino pertence aos negros.

Uma vez percebida dessa maneira, a questão das populações negras norte-americanas não poderia ser facilmente contornada. No sentido contrário do que postulou em seu primeiro relato de viagem, nem mesmo a educação é panaceia para os negros: “[...] a educação torna-os ainda

mais infelizes, pois o negro esclarecido sente ainda mais agudamente o isolamento social em que vive” (Veríssimo, 2007, p. 302). O narrador então sente que não há solução para o problema dos negros norte-americanos “nem dentro de cem anos” (Veríssimo, 2007, p. 305). Até porque, para Veríssimo, que tinha o Brasil como modelo racial menos imperfeito, a forte repressão contra a miscigenação nos Estados Unidos impediria que o sangue negro desaparecesse “na grande corrente desse misturado sangue americano” (Veríssimo, 2007, p. 305). É preciso ressaltar, a crédito de Érico Veríssimo, que mesmo a sua percepção da situação do negro no Brasil também se alterou. Se persiste ainda a ideia de que entre os brasileiros não há problema racial e de que aqui os empecilhos são antes econômicos, por outro lado, o narrador reconhece que “entre nós a posição do negro é economicamente a pior possível e socialmente não é lá muito melhor” (Veríssimo, 2007, p. 306).

Em texto de 1945, Jean-Paul Sartre relata que alguém o teria aconselhado: “[...] se você não é um cidadão americano, não mencione o tema do problema negro. [...] mesmo se você tiver tato, você vai dar a impressão de que está se metendo, sem ser convidado, numa briga familiar” (Sartre, 1945, p. 1). Frente à importância da questão, Sartre recusou o silêncio. Da mesma forma, Érico Veríssimo, apesar de convidado pelo Departamento de Estado norte-americano, abriu corajosamente espaço em seus dois livros de viagem para discutir relações raciais nos Estados Unidos. Conforme então previu, o problema não se atenuou com o passar dos anos. Tanto que, em *O Senhor Embaixador* (1965) e *O Prisioneiro* (1967), Veríssimo voltará à carga, incorporando o ódio racial – em suas cores mais fortes – como fator de crise permanente para sofridas personagens ficcionais de nacionalidade norte-americana.

BIBLIOGRAFIA

- CAMILO, Vagner. "Jorge de Lima no Contexto da Poesia Negra Americana", in *Estudos Avançados*, v. 26, n. 76. São Paulo, IEA-USP, dez./2012.
- COUTO, Ribeiro. "Primeira Noite em Nova York", in *Pensamento da América*, n. 7, 26/7/1943.
- FOLHA DA MANHÃ. "Cumprirá Roosevelt sua Promessa de Acabar com os Linchamentos?", in *Folha da Manhã*, caderno Suplemento, 3/7/1938.
- HERZFELD, Michael. "Essentialism", in Alan Barnard; Jonathan Spencer (orgs.). *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. Londres/Nova York, Routledge, 1996.
- LEÃO, Múcio. "Registro Literário", in *Jornal do Brasil*, 4/10/1935.
- REZENDE, Sezefredo Garcia de. "Nota Ligeira", in *Diário da Manhã*, 8/2/1930.
- SARTRE, Jean-Paul. "Ce que j'ai appris du problème noir", in *Le Figaro*, 16/6/1945, p. 1.
- VERÍSSIMO, Érico. *A Volta do Gato Preto*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Gato Preto em Campo de Neve*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- _____. *Viagem Através da Literatura Americana*. Rio de Janeiro, Instituto Brasil-Estados Unidos, s/d.
- VIEIRA, Nelson H. "Um Caçador de Almas no País dos lanques: Érico Veríssimo e a América Caleidoscópica", in *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, v. 2, n. 3. Porto Alegre, nov./1996.
- VIVERO, Fernando León de. "La Barriada Negra de Harlem", in *Revista Geográfica Americana*, v. 14, n. 86, nov./1940, pp. 337-9.

***Americanos por brasileiros
no fim do século XIX***

Antonio Dimas

resumo

No final de 1893, Eduardo Prado tumultuou o cenário intelectual e político brasileiro ao publicar *A Ilusão Americana*, imediatamente confiscado pelo governo de Floriano Peixoto, nem um pouco interessado em provocar atrito com o governo norte-americano. Em 1899, foi a vez de Oliveira Lima publicar seu *Nos Estados Unidos*, obra de franca simpatia pelo país norte-americano. Entre ambos, o jovem Adolfo Caminha publicou seu *No País dos lanques* (1894), relato de viagem que realizara como guarda-marinha do Almirante Barroso, em visita oficial a Nova Orleans e Nova York. Estas obras, com algumas crônicas de Olavo Bilac e com a crítica literária de José Veríssimo, diluem parte da histórica francofilia brasileira e nela inserem uma alternativa que aponta para o universo de língua inglesa.

Palavras-chave: Adolfo Caminha; Eduardo Prado; José Veríssimo; Olavo Bilac; *A Ilusão Americana*; *No País dos lanques*; *Nos Estados Unidos*; crônica.

abstract

In the end of 1893, Eduardo Prado stirred quite a buzz in the Brazilian intellectual and political scene when he published The American Illusion, which was immediately confiscated by the government of Floriano Peixoto, who wanted to avoid spurring clashes with the American government. In 1899, Oliveira Lima published In the United States, a work which was clearly supportive of America. Between those two works, the young Adolfo Caminha published his In the Country of the Yankees, an account of the trip he took as an ensign on the Almirante Barroso, in an official visit to New Orleans and New York. Those works, along with some chronicles by Olavo Bilac and the criticism by José Veríssimo, tone down the historical Brazilian Francophilia and bring into it an alternative pointing to the English language universe.

Keywords: Adolfo Caminha; Eduardo Prado; José Veríssimo; Olavo Bilac; The American Illusion; In the Country of the Yankees; In the United States; chronicle.

Q

uando derrubaram o Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, na década de 70, derrubava-se não só um monumental conjunto arquitetônico, mas também um marco de nossa indecisão cultural. Implantado em 1904 na cabeceira sul da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco, aquele edifício público explicitava nossa francofilia e repudiava, de modo pouco sutil, nossa herança urbana portuguesa. Dois anos depois, o Monroe tornava-se

cenário de outro movimento, de outra escolha: nosso alinhamento com os Estados Unidos, quando ali se instalou a 3ª Conferência Pan-Americana, em 1906. Em muito pouco tempo, o imponente “bolo de noiva” esquartejou-se entre a Europa e os Estados Unidos. Setenta anos depois, em 1976, apagaram-no, de vez, em nome de um Brasil novo e eufórico, porque – era o que se alegava – *ficou na contramão atrapalhando o tráfego*.

De um ponto de vista simbólico, é esse imponente “bolo de noiva”, segundo o jargão arquitetônico, que concentra e ilustra essa indecisão, esses impasses, essas escolhas, que vinham de longe e de que participaram muitos intelectuais brasileiros, com intensidades diferentes e com discursos variados, desde os mais radicais aos mais moderados; desde os mais contundentes aos mais maleáveis. Para efeito desta especulação curta, compatível com

este espaço e com o grau de intervenção neste debate, vêm-nos à mente nomes como Adolfo Caminha (1867-1897), Eduardo Prado (1860-1901), Joaquim Nabuco (1849-1910), José Veríssimo (1857-1916), Machado de Assis (1839-1908), Olavo Bilac (1865-1918) e Oliveira Lima (1867-1928). Excetuando-se Adolfo Caminha e lembrando que houve diferentes graus de participação, todos eles estiveram envolvidos com a criação da Academia Brasileira de Letras, uma iniciativa de timbre nitidamente francês, pensada para conferir reconhecimento grupal a uma classe intelectual já atuante, mas ainda carente de imagem pública coesa e institucionalizada.

Servem-nos esses nomes para esboçar algumas considerações em torno dos intelectuais brasileiros do final do século XIX, que se manifestaram, contra ou a favor, da incipiente presença dos Estados Unidos em nosso universo político e cultural, um relacionamento que sempre se mostrou conturbado e sujeito aos humores do momento. Ou, se quisermos dilatar o espectro, esquadriñar alguns componentes da construção lenta do fluxo transatlântico entre a língua inglesa e este país de ascendência latina e composição mestiça, cujo centro de irradiação era, de preferência, o Rio de Janeiro, até o início da Segunda Guerra Mundial.

ANTONIO DIMAS é professor titular de Literatura Brasileira da FFLCH-USP e autor de, entre outros, *Bilac, o Jornalista* (Edusp/Imprensa Oficial/Unicamp).

Do nosso lado, uma bibliografia já assentada – ficcional, testemunhal ou documental – estende-se sobre o assunto, mas sua inclusão aqui não cabe.

Aqueles escritores, jornalistas e intelectuais, reunidos em torno da Academia Brasileira de Letras e autorizados por uma carreira pública que não era de somenos, externaram sua opinião, a partir de um centro irradiador de informações, que era o Rio de Janeiro da virada do século. Não obstante estarem imersos em uma cultura francófila, foram eles que ajudaram a construir um repertório alternativo para nossa formação cultural mestiça, na qual a França parecia protagonizar papel exclusivo no século XIX, devorando todas as outras influências. Mas não era bem assim.

É claro que não foram apenas esses os intelectuais, nem estavam eles inaugurando alguma contenda nova.

Hipólito José da Costa (1774-1823), por exemplo, antecipara-se a eles e nos deixou seu *Diário da Minha Viagem para Filadélfia*, escrito entre 1798 e 1799, mas publicado no Brasil apenas em 1955. Em 2016, Tânia Dias, pesquisadora da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, deu-nos uma robusta edição crítica desse diário, muito bem contextualizado e com tratamento filológico exemplar. Depois de Hipólito, outra figura importante nessa conexão Brasil-Estados Unidos foi a de José Carlos Rodrigues (1844-1923), que publicou em Nova York uma revista denominada *O Novo Mundo*, entre 1870 e 1879, e da qual foi secretário o maranhense Sousândrade (Joaquim de Sousa Andrade, 1832-1902), poeta de traço radical. No campo específico das conexões literárias incipientes entre os dois países, não é complicado elaborar lista preliminar, onde alguns nomes têm presença garantida. Por exemplo: Alceu Amoroso Lima, Brito Broca, Cassiano Nunes, Eugênio Gomes, Hélio Lopes, Lúcia Miguel Pereira, Manuel Bandeira, Otto M. Carpeaux, Sérgio Milliet, Vinicius de Moraes, Willi Lewin e tantos outros, que atuaram também como intermediários entre o Brasil e a Inglaterra. Numa antologia de contos norte-americanos, de 1963, organizada a partir de uma outra publicada em 1945, nomes como Alfredo Mesquita, Antonio

Candido, Decio de Almeida Prado, João Cabral de Melo Neto, Lauro Escorel, Marques Rebelo e Rachel de Queiroz aparecem como tradutores.

Quando a universidade brasileira atenuar ou levantar o veto ideológico que pende sobre as relações intelectuais entre nós e os norte-americanos, talvez reduplique-se a bibliografia desse campo, ainda repleto de recantos obscuros e profundos.

* * *

É de uma das crônicas de Bilac – ele, de novo! – que desencravo comentário de amplo alcance cênico no qual se visualiza como era a imagem dos Estados Unidos. Escrevendo sua coluna “Diário do Rio” para o *Correio Paulistano* (31/5/1908), o cronista comenta a reação zangada da imprensa carioca à visita de uma “baronesa dada às letras e às viagens”, suspeita de ingratidão. Diz o parágrafo meio longo:

“Aí está bem vivo o exemplo dos Estados Unidos da América. Desde que me conheço, e desde que leio jornais da Europa, só encontro nesses jornais publicações malevolentes contra a grande nação americana. Segundo a imprensa europeia, o povo americano é profundamente egoísta, plutocrata, açambarcador e amoral; a sua preocupação única e absorvente é ganhar dinheiro; o seu único ideal é o gozo das baixas satisfações da vida; as suas mulheres são sacerdotisas do deus *Flirt*; os seus políticos são de uma venalidade inexcedível; os seus casamentos são negócios; os seus negócios são ladroerias... É isso o que se lê em artigos de jornais, em crônicas, em revistas, em livros franceses, ingleses, alemães, italianos, portugueses, espanhóis. E tudo isso não impede que a nação assim julgada seja hoje a mais rica da terra – nação nascida ontem, e já fazendo sombra e inveja às mais velhas e opulentas!!”¹.

Segundo Bilac, não só a baronesa era previamente suspeita. Uma outra leva de visitantes

1 As crônicas bilaquianas aqui utilizadas foram recolhidas por Dimas (2006). Esta é do vol. 2, p. 186. Daqui em diante só serão indicados o volume e a página.

estrangeiros também, porque, argumentavam alguns jornalistas, “toda essa gente aqui vem com o fito no nosso dinheiro, e, não sendo paga, vinga-se de nós, caluniando a nossa civilização” (vol. 2, p. 186).

Desmanchada a pontualidade da questão, o que está em jogo, em contexto mais largo, é a opinião do cronista, que defende maior receptividade ao estrangeiro, mesmo que sua opinião não nos adule; que não preencha nossas expectativas de afago; que não se curve à propalada beleza do país ou à nossa mítica simpatia.

Aquilo que parece lembrança isolada de Bilac e, portanto, mero repente condenado à evanescência da crônica, perde essa característica se o juntarmos com outras passagens de outras crônicas suas nas quais o relacionamento com o estrangeiro é fio condutor. Habituaado a prolongadas viagens anuais, rumo à Europa, ou afeito a caminhos internos e distantes de seu Rio querido, Bilac expande-se sobre seus contatos com o outro, sempre disposto a encará-lo de forma receptiva, mas não isenta de crítica. Ao longo de sua produção para jornais e revistas não é difícil recortar comentários seus sobre nosso comportamento diante do estrangeiro, seja ele abonado e famoso, seja imigrante pobre em busca de novas oportunidades de vida. Em outra crônica para o *Correio Paulistano* (4/6/1908), por exemplo, sua atenção volta-se para os imigrantes árabes que nos procuravam, aponta para a hostilidade que sofriam anos antes e para o acolhimento de então. Mais importante que o fato em si, no entanto, é sua conclusão a respeito da nossa política migratória:

“Uma de duas: ou temos vitalidade própria bastante para absorver e incorporar ao nosso gênio e à nossa raça todos os elementos estrangeiros que nos procurem – ou não a temos. No primeiro caso, havemos de absorver igualmente os morenos e os claros, os pretos e os amarelos, os europeus e os asiáticos. E, no segundo caso, não será a escolha da colonização que nos há de manter uma independência e uma preponderância impossíveis” (vol. 2, p. 187).

Não é difícil também recolher aqui e ali suas opiniões sobre nossa política externa e o

modo como nos conduzíamos diante dos países europeus com quem mantínhamos contato histórico ou diante da força emergente dos Estados Unidos. Nesse caso, variando entre o sério e o irônico, mas mantendo sempre uma perspectiva *cool*, alinham-se várias crônicas suas em que se diversifica o assunto em torno da conduta norte-americana. Em certo momento, o que interessa é a iniciativa disparatada de um grupo de magnatas locais, que pretende comprar a Torre Eiffel e transportá-la de Paris para Baltimore. O gesto provoca a plena aprovação do cronista, que achava um horror aquele monumento criado para festejar a Exposição Universal de Paris de 1889. Sua opinião a respeito é taxativa: “Um sindicato de capitalistas *yankees* adquiriu o monstro por cerca de dous mil contos: Paris, se a sua municipalidade tivesse juízo, devia dar ainda a Baltimore um milhão de francos de quebra para lhe agradecer o favor” (vol. 1, p. 142). Em outro momento, sua preocupação é com desordens públicas em Boston, onde “ainda se ensangentam caras e ainda se arrebetam crânios em lutas religiosas” (vol. 1, p. 169). Mais adiante, sua atenção se volta para o gigantismo norte-americano: “Nos Estados Unidos só se fazem cousas monumentais: tudo ali é descomunal – casas e ideias, fortunas e falências” (vol. 1, p. 874).

O bom cronista ajusta sua pulsão narrativa ao assunto. Do ponto de vista do artefato literário, o equilíbrio entre o discurso e sua motivação externa deve ser o mais justo possível para que não haja sobrecarga emocional do texto, nem do leitor. Na construção da crônica, Bilac pregava com insistência o uso da ironia e da piedade, título, aliás, de um de seus livros, publicado em 1916. Numa de suas crônicas, ele se explicita a respeito dessa dualidade que deve controlar a construção do gênero:

“Vêde bem! Se há um desastre, se há um crime, se há um suicídio, descrevemos essas cousas com a mesma indiferença, com a mesma calma, com a mesma impassível opulência de palavras ocas com que descreveríamos um baile, um batizado, uma pândega. Manejamos a ironia e a piedade com o mesmo soberano desdém” (vol. 1, p. 264).

Movido por esse princípio, o cronista enfrenta os assuntos pândegos ou os sérios com a mesma tonalidade estilística, sem demonstração de ânimo alterado. Isso não significa, é claro, omissão opinativa. Diante da notícia de transferência continental da Torre Eiffel ou de uma outra que previa a construção nos arredores de Pittsburgh, o grande polo siderúrgico dos EUA, de uma estátua enorme de Tubalcaim, o descendente tinoso de Caim, que era tido como o primeiro homem a manejar o ferro e o cobre, a reação do cronista é sempre a mesma: ponderada, mas humorada. E o mesmo se pode dizer se o fato em foco é de alcance mais amplo e menos local. Quando os Estados Unidos decaparam parte da Colômbia para criar o Panamá, em novembro de 1903, o cronista atribuiu ao “sentimentalismo” – variante eufêmica de conservadorismo – as reações contrárias à nova geografia mesoamericana. Segundo Bilac, o gesto ousado provocou a indignação conservadora:

“Contra a intervenção cirúrgica, praticada com soberba audácia pelo Tio Sam, já começou a ouvir-se protestos do Sentimentalismo. O Sentimentalismo é um médico da escola antiga, que tem medo dos processos novos, e não se anima a praticar outra medicina que não a de pomadas e pílulas. O grande Cirurgião do Norte não acredita na ação de pílulas e pomadas: empunhou a sua rutilante faca cirúrgica e deu o golpe decisivo na questão, com uma coragem e uma perícia que encheram o mundo de espanto” (vol. 1, p. 607).

A metáforização médica do *affair* político alivia, mas não disfarça a posição do cronista, sempre entusiasmado com modificações de cenários urbanos ou nacionais. Daí que não se cale frente a conflitos expansionistas europeus, às ocupações territoriais por parte de estados hegemônicos, ao temor generalizado diante do “perigo alemão”, do “perigo amarelo”, do “perigo americano” ou “pan-americano”. Sua visão pragmática, parente muito próximo da feição realista de sua poesia parnasiana, impeliu o cronista a sugerir alinhamentos úteis e a repelir alianças concessivas. Não é à toa que se pergunta ele em crônica para a *Gazeta de Notícias* de 8 de abril de 1906:

“Com quem devemos procurar manter uma solidariedade, que favoreça o nosso progresso, tão retardado por sessenta e sete anos de monarquia inepta e dezessete anos de república desmiolada? – com os vizinhos, que só querem crescer e prosperar à custa da nossa difamação, sistematicamente organizada? com os cafres? com os chins? com os lapões? com os zulus?!” (vol. 1, p. 787).

Da recusa a determinadas parcerias à aceitação eufórica de outras, seu passo é curto e temerário, mas ajustado ao tempo. Bilac não se poupa pelos jornais. Graças ao conforto do prestígio poético mais que assegurado, sua intromissão no cotidiano não se faz esperar. Mal fizera 20 anos, seu nome explodira como poeta helênico; aos 40, capitalizava o trunfo e apostava numa outra reconfiguração geopolítica menos literária e mais *Realpolitik*. A 3ª Conferência Pan-Americana, reunida no Rio de Janeiro, em agosto de 1906, sob o comando do Barão do Rio Branco e de Joaquim Nabuco, seria o palco ideal para a guinada decisiva e assumida de sua carreira. Como cenário perfeito para essa transformação pessoal e pública, que visava ao coletivo, nada melhor que o Palácio Monroe, cuja arquitetura e decoração rasgadamente francesas haveriam de acolher a mudança significativa de rumos políticos, emparelhando o fascínio francês à gula norte-americana.

Se nos voltarmos para suas crônicas desse período, verbaliza-se de modo ostensivo sua adesão à política americanista preconizada pelo Barão do Rio Branco e implementada por Joaquim Nabuco. Além dessa adesão, de cambulhada com manifestações desembaraçadas a favor de novas tecnologias (automóveis, aeronaves, maquinário para imprensa...), o antigo poeta não vacila e esclarece que tais mudanças implicam abandono de uma linguagem em benefício de outra; que a poesia serve menos que a prosa para os tempos que lhe correm entorno; que aquela serve ao sonho e que esta, à dureza das relações comerciais e políticas. Cedendo-lhe a palavra, dele ouvimos:

“Do istmo do Panamá para baixo, a América é um imenso Parnaso, um vastíssimo viveiro de

pássaros canoros, que nascem gorjeando, e gorjeando vivem e morrem. Entre tantos poetas, os *yankees* não podiam deixar de tornar-se poetas: porque ninguém vive impunemente entre vates [...]. Não vão agora os leitores imaginar que, na Conferência, os pareceres sobre a ‘Doutrina Drago’ foram escritos em redondilhas, ou que cada um dos considerandos do tratado sobre ‘Patentes e Marcas de Fábrica’ foi enviado à Mesa sob a forma de um soneto clássico, de rimas alternadas ou de um rondó arcádico, torcido em voltas e estribilhos. Não! Durante as sessões, falava-se prosa maciça e severa – às vezes um pouco bárbara, cheia de antipáticos termos técnicos” (vol. 1, p. 810).

Não era essa a primeira conversão de Bilac. Em 1893, uns 13 anos antes, sua atuação pelos jornais tinha-lhe valido um exílio interno, quando caiu na repressão florianista decorrente da 2ª Revolta da Armada. Do Rio de Janeiro, assustado, foi asilar-se em Ouro Preto, onde descobriu, fascinado, o Barroco religioso e a riqueza documental dos arquivos locais. Num ímpeto retórico, declarou logo na primeira crônica que de lá enviou para a *Gazeta de Notícias*: “Vir a Minas é vir ao coração do Brasil” (vol. 1, p. 48).

Por mera, mas curiosa coincidência, no mesmo novembro de 1893 em que o cronista Bilac era despachado para o interior de Minas Gerais, por causa de seus comentários antiflorianistas pela imprensa, Eduardo Prado fugia às pressas de sua Fazenda do Brejão, no interior de São Paulo, porque fora notificado de que seria uma das vítimas da mesma instabilidade republicana de então. O motivo concreto era seu livro recém-saído e imediatamente cassado, *A Ilusão Americana*, que denunciava, sem reboços, o expansionismo norte-americano. Atropelando argumentos, alguns dos quais ordenados mais pela paixão que pela racionalidade histórica, o representante da cafeeira paulista atribuía o grosso de nossas mazelas à crescente presença norte-americana no Ocidente e não hesitava em denunciar essa influência – perniciosa e grosseira, a seu ver – como resultado da deselegância republicana, tida por ele como inferior aos bons modos da monarquia. Frases recortadas,

mas que não desfiguram sua reflexão, dão o tom da diatribe desse europeizado até a medula, que se locomovia mal em solo brasileiro, do qual extraía seu bem viver, ocioso e sibarita. Preferências supostamente objetivas à parte, não se pode ignorar, por outro lado, que seu discurso deixa escapar, aqui e ali, preconceitos de classe difíceis de controlar e que turvam sua pregação. Sua rejeição aos Estados Unidos é categórica. Alguns exemplos curtos ilustram sua aversão aos norte-americanos:

- “Os Estados Unidos são, para o resto do mundo, o veículo transmissor da bÍlis argentina contra o Brasil [...]”;
- “[...] a influência deletéria que os Estados Unidos exercem na América [...]”;
- “[...] os americanos têm pouco respeito pela vida humana”;
- “[...] onde estão os escritores norte-americanos que se têm ocupado de modo sério do nosso país?”;
- “[...] não temos com aquele país afinidades de natureza alguma real e duradoura”;
- “[...] a influência moral daquele país, sobre o nosso, tem sido perniciosa” (Prado, 1961, pp. 164-86).

O livro de Eduardo Prado poreja preconceitos de classe.

No afã de desqualificar um país que considerava *nouveau riche* sob qualquer aspecto e a léguas de distância, portanto, de uma Europa bem restrita e determinada, *A Ilusão Americana* destila opiniões preconceituosas, que refletem com precisão a medida do seu tempo e do seu espaço.

Como representante de nossa aristocracia cafeeira, treinado desde pequeno pelo *décor* francês de uma residência versalhesca e descendente direto de Dona Veridiana Prado – “uma rebelde que descobriu sua causa ao transplantar a cultura europeia para São Paulo”, como recurso “para adquirir a própria liberação”, na opinião de Darrell Levi (1977, p. 152) –, Eduardo Prado não negou as origens, absorveu a noção da superioridade racial, generalizada no seu tempo, e aferrou-se ao fascínio europeu. Mas fendido em dois. De um lado, encantava-

-se com a *joie de vivre* da burguesia francesa, padrão social obrigatório em seu meio; de outro, não se desgrudou das manobras capitalistas inglesas, com as quais manteve contato estreito, talvez como forma de sustentar seu galicismo, com folga e garantia adicional. Ao longo de seu texto sanguíneo, no qual fustiga a versão norte-americana do capitalismo, mas poupa a versão inglesa, Eduardo Prado goteja veneno racial até mesmo quando elogia, ao contrapor molduras nacionais históricas, ou quando embaralha, de propósito, o modelo de exploração capitalista com a origem étnica de seus praticantes, como nesta passagem: “O capitalismo, semita ou não semita, goza hoje de privilégios reais e efetivos muito mais vexatórios do que os privilégios antigos da nobreza e do clero” (Prado, 1961, p. 133). Por outro lado, ao vitimizar o destino de países pobres, ele não hesita em reconhecer que os Estados Unidos são habitados pela “raça mais enérgica da espécie humana em contraposição a outros espaços habitados por indivíduos de raças menos enérgicas” (Prado, 1961, p. 170). Um pouco mais adiante, o destemperado ensaísta admite que a mistura étnica norte-americana carrega consigo “camadas inferiores da população rural” (Prado, 1961, p. 175). Mas o caldo entorna de vez no final desta catilinária de concatenação frágil, quando Eduardo Prado, expondo suas vísceras patriarcais e liberando sua visão de mundo de brasileiro *enragé*, providencialmente bem instalado na *rue de Rivoli*, acusa os estudantes brasileiros nos Estados Unidos de ignorarem “os rudimentos de toda e qualquer instrução geral”. Segundo o patriarca do café,

“[...] esta mocidade julga as cousas americanas, compara os Estados Unidos com o Brasil, não vê as nossas qualidades, não conhece os antecedentes da nossa história, os feitos dos nossos maiores, e por isso quer lançar tudo ao desprezo, rompendo com o passado e, se eles pudessem, transformariam a sociedade brasileira num arremedo simiesco dos Estados Unidos, que eles julgam o primeiro país do mundo, porque há por lá muita eletricidade e bons *water closets*. Não tendo a ponderação que à raça saxônia dá a harmonia do seu desenvolvimento,

estes nossos pobres luso-índio-negróides desequilibram-se de todo, no meio da febricitação americana” (Prado, 1961, p. 181).

São poucos os estudos dedicados à figura de Eduardo Prado, se levarmos em conta sua repercussão. Em 1967, Candido Mota Filho, através da José Olympio, dedicou-lhe biografia fornida e simpática: *A Vida de Eduardo Prado*. Anos depois, em 1977, foi a vez de Darrell Levi publicar livro sobre *A Família Prado*, acima citado. Lúcia Lippi Oliveira, depois, sumariou bem as principais linhas de *A Ilusão Americana* em ensaio publicado como parte de livro organizado por Lourenço Dantas Mota: *Um Banquete no Trópico* (Dantas Mota, 1999). Mas o dedo rápido e curto na ferida quem o põe é Maria de Lourdes M. Janotti, que, numa breve passagem de *Os Subversivos da República*, enquadrada, com elegância acadêmica, o panfletário Eduardo Prado:

“No conjunto, *A Ilusão Americana* é uma obra que explora três ordens de ideias: o nacionalismo, a crítica da república brasileira e a defesa dos interesses britânicos. Esta última dimensão, ainda não explorada pela crítica, permeia todo o discurso” (Janotti, 1986, p. 80).

Não é de mosqueteiro um outro livro que aparece no final do século XIX. É de um estudioso, de um diplomata, de um homem do *métier*, de um historiador sistemático, pernambucano de origem, autor de bibliografia considerável. Bibliófilo compulsivo, adquiriu estupenda biblioteca, que legou à Catholic University of America (Washington, DC), em aparente gesto de enfado contra o Brasil. É de Oliveira Lima (1867-1928) um dos depoimentos mais extensos e mais substanciosos sobre os Estados Unidos, publicado em 1899: *Nos Estados Unidos* (Oliveira Lima, 1899). Independente de eventuais passagens discutíveis, seu livro respira estudo e serenidade, decorrentes de observação contínua e de profissionalismo, sobretudo.

Como ex-funcionário de nossa embaixada em Washington, Oliveira Lima estabeleceu fortes relações intelectuais com o país, do que

é bom exemplo sua ligação com John Casper Branner (1850-1922), perito em geologia brasileira, professor da Stanford University, onde foi seu segundo reitor, e para a qual doou sua enorme biblioteca também. O vínculo entre ambos, ainda a ser melhor investigado, fica claro em dedicatória que Oliveira Lima inscreveu na página inicial de outro livro seu, *La Evolución Histórica de la América Latina* (1912). Neste livro, dedicado ao colega de Stanford, Oliveira Lima recolheu suas seis conferências pronunciadas naquela universidade, em outubro de 1912, a convite de Casper Branner. Em seguida, elas foram repetidas em Berkeley, em Chicago, em Madison, em Ann Arbor, em Cornell, em Columbia, no Vassar College, na John Hopkins, em Yale e Harvard. Por esse circuito acadêmico, percebe-se que a familiaridade de Oliveira Lima com os Estados Unidos ia muito além da rotina diplomática.

Nos Estados Unidos – voltemos ao livro – é dividido em 11 capítulos, que cobrem uma gama considerável de assuntos: a questão do negro; os efeitos da imigração; as qualidades do povo; a influência da mulher; a sociedade em geral; o modelo político; a fé católica e a educação; a literatura norte-americana; a política externa do país; as relações entre os dois países; a política colonial.

A perspectiva do ensaio é, de preferência, comparatista. Com base em sua extensa folha corrida de diplomata acreditado em Berlim, Washington, Londres, Tóquio, Caracas, Bruxelas e Estocolmo, Oliveira Lima procura sempre pensar o seu país a partir de um outro estrangeiro. Daí que não lhe seja incomum a reflexão paralela, na qual a herança latina é confrontada, sempre que possível, com a saxônica. Sua bibliografia geral e extensa navega entre esses dois polos, entre os quais mal se esconde um toque de iberismo como pano de fundo.

Ambiciosa, mas nada afoita, *Nos Estados Unidos* é obra de estudioso aclimatado ao recolhimento do escritório. Mesmo que possa incorrer em opiniões temerárias – e como incorre! –, é livro que não brotou de zanga pessoal, nem de preferência por esta ou aquela forma de governo, mas do exercício sistemático da observação, da análise, da erudição, do contraste, da con-

sulta, da vivência sistemática com bibliografia selecionada e atualizada. Sua leitura exige – e aguarda – meditação, não reação emocional, de aplauso ou de rejeição².

Logo na “Introdução”, Oliveira Lima deixa claro sua admiração pelo país e com lápis grosso destaca seus traços comportamentais públicos e privados, tendo como referência simbólica as figuras de Washington, o aristocrata de origem, e a de Lincoln, “o rachador de lenha e barqueiro do Mississippi” (Oliveira Lima, 1899, p. 15). Depois dessa contraposição didática, *Nos Estados Unidos* abre-se com uma exposição sobre a espinhosa questão do negro norte-americano, um tema que viria a ser do agrado, bem mais tarde, de um discípulo informal de Oliveira Lima: Gilberto Freyre. Nas linhas desse primeiro capítulo não é difícil surpreender sugestões que, mais tarde, viriam a ser desenvolvidas pelo sociólogo pernambucano.

Nesse primeiro capítulo, é visível o esforço panorâmico para a avaliação da questão, mas evitado de conservadorismo. Como se fosse enorme tabuleiro, Oliveira Lima vai dispendo as peças sociais e políticas de uma engrenagem complexa, não se abstém de opinar, esforça-se para desenhar um quadro das contradições locais, socorre-se de dados estatísticos e alia a observação direta com a informação que lhe trazem não só os livros, mas também a leitura atualizada dos periódicos norte-americanos. Com esse método vivo, porque nascido da combinação do silêncio com a vivência, não surpreende que um desconcertante elogio ao conservadorismo confederado – capaz, segundo o autor, de expandir as fronteiras do país rumo ao sul ou ao oeste (Oliveira Lima, 1899, p. 24) – venha atrelado, em seguida, a uma acusação: a de que essa energia política confederada gera, ao mesmo tempo, um cenário político demagógico. De acordo com as próprias palavras de Oliveira Lima, “a aristocracia sulista era no fundo uma demagogia: repousava sobre massas incultas” (Oliveira Lima, 1899, p. 24). Nesse

2 Em 2008, o Senado Federal de Brasília publicou nova edição deste livro com estudos introdutórios de Paulo Roberto de Almeida e Margarida Patriota.

tom que não se cansa de apontar as contradições internas, Oliveira Lima vai desfilando suas observações, minuciosas ou abrangentes, sobre “falcatruas eleitorais, discriminação, segregacionismo, migração interna, porte físico do negro para o trabalho duro, indolência e negligência dos negros, o fazendeiro branco, que cultiva frutos e cereais, e o preto [que] cria porco” (Oliveira Lima, 1899, p. 31), o “explicável desprezo do Americano pela raça africana” (Oliveira Lima, 1899, p. 31), a “divisão da propriedade”, o seu “arrendamento” ou sua “posse”, a abundância de filhos entre os negros, o erro de lhes atribuir “direitos políticos”, a existência de “índios [como] criaturas fatalistas e taciturnas, os chineses que não votam, a superioridade americana [que se deve] ao branco, a mão de obra barata” desempenhada pelo negro, o “cultivo do açúcar e do algodão”, o papel da mulher na sociedade, a escolha do “magistério” e do “sacerdócio” pelos negros e por aí adiante. Não lhe faltam nem mesmo alguns comentários passageiros que, mais tarde, ressoarão, *sotto voce*, no primeiro Gilberto Freyre de *Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX*. Como este, por exemplo: “Nós estamos por conseguinte mais perto de pôr em prática a equidade social educando a raça negra, evitando que ela, fora do carinho interesseiro das plantações, recaia na barbárie que ainda lhe não tinha sido dado despir inteiramente” (Oliveira Lima, 1899, p. 45).

Um painel bem geral, não se pode negar.

São 11 os capítulos de *Nos Estados Unidos*. Afora os temas políticos e sociais, que se espalham por dez capítulos deste livro, há um outro, de feição complementar, sobre a literatura norte-americana. Trata-se, no entanto, de inserção um pouco enganosa, uma vez que não é a literatura em si que está em discussão, mas uma concepção mais larga, menos beletrística e mais próxima da concepção onívora de Sílvio Romero, que via a literatura como fenômeno onde cabiam todos os documentos escritos, viessem de onde viessem. No caso de Oliveira Lima, este capítulo de 40 páginas ocupava-se de historiadores, filólogos, memorialistas, etnógrafos, paleontólogos, o que deixa pouco (ou nenhum?) espaço para escritores que se

tornaram canônicos dentro daquela literatura. Incomoda um pouco o esforço do autor no sentido de incluir figuras governamentais, que se permitiram o exercício literário. Da listagem de Oliveira Lima ficaram de fora nomes que, embora correntes, vieram a se tornar de relevo naquela literatura. Para não exemplificar muito, lembraríamos alguns, como os de Fenimore Cooper, E. Allan Poe, Nathaniel Hawthorne, Herman Melville e Walt Whitman.

Em vez deles, Oliveira Lima preferiu, por ordem de entrada em cena, Mark Twain (1835-1910), Francis Marion Crawford (1854-1909) e John Fiske (1842-1901).

Mark Twain, por conta de seu humor e de seu nacionalismo, “indubitavelmente americano” (Oliveira Lima, 1899, p. 336); F. Marion Crawford, por conta de seu forte apego ficcional à paisagem italiana e romana; e o polígrafo John Fiske, por conta de sua precocidade, de sua “curiosidade” enciclopédica e porque Oliveira Lima acreditava que fosse ele “o maior filósofo dos Estados Unidos” (Oliveira Lima, 1899, p. 355).

Desse tipo de rompante emocionado escapou José Veríssimo (1857-1916). Mas não escapou dos preconceitos de época. Ao fazer a crítica de *Nos Estados Unidos*, recolhida em 1902 no primeiro volume de seu *Homens & Coisas Estrangeiras (1899-1900)*, sob o título de “O País Extraordinário”, Veríssimo reconhece que o livro de Oliveira Lima é, naquele fim de século, “o melhor manual existente em português para conhecermos os Estados Unidos” (Veríssimo, 1902, p. 185). Em seguida, ao resenhar alguns capítulos, como aquele sobre o negro, de Veríssimo emerge, sem censura, uma visão de mundo surpreendente para quem se conduzia pela ponderação crítica contínua, quase asséptica: “Estou convencido, como o Sr. Oliveira Lima, que a civilização ocidental só pode ser obra da raça branca, e que nenhuma grande civilização se poderá levantar com povos mestiços” (Veríssimo, 1902, p. 192).

Não são poucos os textos de José Veríssimo sobre escritores da cultura de língua inglesa ou, mais especificamente, da cultura norte-americana. Sua atenção cautelosa à produção literária norte-americana já vinha de longe, dos tempos

em que ainda batalhava por uma “educação nacional” – título de um de seus primeiros livros, publicado em 1890 – mais ajustada às nossas necessidades. Nessas alturas, ainda em Belém do Pará, ele já apregoava: “Estudemos os Estados Unidos, estudemo-los não superficialmente como em tudo soemos fazer, mas fundamente” (Veríssimo, 1906, p. 199). E, um pouco antes dessa passagem, para que não o acusassem de adésista leviano, sua advertência não era menos incisiva: “Essa civilização sobretudo material, comercial, arrogante e reclamista, não a nego grande; admiro-a, mas não a estimo” (Veríssimo, 1906, p. 177).

Se feito um recenseamento estatístico das dezenas de artigos críticos escritos pelo intelectual paraense, não causará nenhum espanto ficarmos sabendo que os ficcionistas e intelectuais que lhe servem de parâmetro são os franceses, primeiro, e os portugueses, em seguida. Nos muitos livros de ensaios sobre literatura brasileira escritos por José Veríssimo, a francofilia é constante e isso não é novidade nenhuma, nem defeito. Isso é acaciano. Isso era praxe. Isso é de época. Naquele momento, a literatura francesa funcionava como modelo generalizado para a criação literária, em termos de ficção, poesia e crítica, não só no Brasil como no resto da América Latina e na Península Ibérica. Gravítávamos todos em torno de Paris, meca para a imortalidade intelectual. O Sena era o único rio que corria em todas essas aldeias.

No precioso repertório bibliográfico das últimas páginas de *A Tradição do Impasse*, João Alexandre Barbosa arrolou cerca de 544 itens assinados por José Veríssimo, entre artigos e resenhas, éditos ou inéditos, espalhados por livros, jornais e revistas (Barbosa, 1974). Entre eles contam-se 18 itens que abordam os Estados Unidos em sua literatura, política, sociedade e relações internacionais. Se, no plano político, a reserva de Veríssimo é sistemática, no plano intelectual sua admiração pelas conquistas educacionais, institucionais e editoriais não se cala, mas também não se excita. Como era do seu feitio, é admiração controlada, mas nem por isso menos importante, porque seu foco, nos poucos artigos que escreveu a respeito do segmento literário e cultural, toma rumo es-

pecífico e escapa até mesmo à crítica literária convencional. Em vez de se pronunciar sobre este ou aquele romance, este ou aquele livro de poemas, Veríssimo prefere ressaltar componentes que colaboram para constituir o sistema intelectual e literário norte-americano: universidades, agremiações, periodismo especializado, rede de bibliotecas, remuneração intelectual, hábito das doações, etc.

Naquele contexto de franca adesão às fontes francesas em que vivia, surpreende, pois, a frequência com que José Veríssimo se refere a revistas literárias e culturais norte-americanas: *The Forum*, *North-American*, *Arena*, *Nineteenth Century*, *Harper's Monthly Magazine*.

Uma pesquisa focada no tema talvez pudesse aumentar este elenco e qualificá-lo com mais apuro. Enquanto isso não ocorre, vejamos dois artigos seus, publicados no primeiro volume de *Homens e Coisas Estrangeiras (1899-1908)*³: “Um Americano e a Literatura Americana” e “A Vida Literária nos Estados Unidos”. São estes que nos interessam por causa de sua rota alternativa.

No primeiro deles, que é de junho de 1899, Veríssimo comenta artigo de Hamilton W. Mabie, “codiretor de um magazine e autor de meia dúzia de livros de crítica e literatura” (Veríssimo, 1902, p. 52); no segundo, que é de outubro de 1899, sua atenção se volta para um livro que rendia culto à memória de John Russell Lowell (1819-1891), poeta romântico norte-americano.

Se nenhum desses dois artigos se ocupa de criação literária especificamente, por que destacá-los? Exatamente porque não se ocupam da criação literária especificamente, mas, antes, de ocorrências que lhes são periféricas e, nem por isso, menos importantes. Trata-se de ocorrências que viriam a ser valorizadas muitos anos depois, quando entraram em discussão as questões relativas à produção material de um sistema literário e artístico.

Sem separar com nitidez o conteúdo desses dois artigos, o que importa neles é

3 Em 2003, João Alexandre Barbosa organizou, prefaciou e publicou os três volumes de *Homens e Coisas Estrangeiras* em um volume só, que saiu pela Topbooks.

como José Veríssimo captura, com precisão, alguns elementos que favorecem a constituição de uma sociedade literária no lado de cá do Atlântico, sem que isso implicasse fazer do pensamento americano “um pálido reflexo do pensamento europeu” (Veríssimo, 1902, p. 49). O que está em causa, de forma sub-repticiamente comparativa e como recado indireto para o leitor brasileiro de Veríssimo, é a especificidade da produção artística norte-americana. É para o processo de produção do segmento literário que Veríssimo chama nossa atenção. De acordo com ele, não se pode descuidar do processo, se a quisermos robusta, volumosa e saudável. Não basta prestar atenção apenas no romance ou no poema. É preciso se preocupar, também, com o sistema de bibliotecas; com a formação dos profissionais, que nelas atuarão; com uma rede universitária extensa e de qualidade indiscutível; com um periodismo especializado e sistemático; com livrarias que não só vendam, mas que acolham também escritores de exercício variado; com uma programação contínua de conferências e exposições públicas; com a remuneração intelectual condigna; com a separação inequívoca entre interesses de procedência diversa, a fim de se impedir a “mistura perniciosa de convento e quartel” (Veríssimo, 1902, p. 119); com a rede escolar; com o fomento às doações institucionais. Uma longa frase sua sintetiza bem a desatenção pela alta cultura que nos castiga no hemisfério sul. Diz Veríssimo:

“Nada obstante a sua admirável organização do ensino primário, exemplo e inveja da mesma Europa, as suas numerosas universidades, academias, colégios e institutos de instrução de toda a ordem, a cópia assombrosa das suas sociedades de estudos, instituições científicas, estabelecimentos didáticos de todo o gênero, dotados alguns como não há outros no mundo, da produção maravilhosa e única da sua livraria em revistas, magazines, jornais científicos, literários e artísticos, do número sem igual das suas bibliotecas, do progresso sempre crescente dos estudos clássicos e desinteressados, da cultura da erudição e da cultura científica nesse país que a muitos se afigura apenas como um

bronco e vasto armazém, não conseguiram eles fazer exceção notável ao legítimo desapareço em que, nesse particular, os temos nós mesmos americanos” (Veríssimo, 1902, p. 50).

Ora, todo esse aglomerado explícito de instâncias que produzem e sustentam a cultura, elencadas por José Veríssimo, discrepa, até onde sabemos, da batida rotineira de nossa crítica literária do final do XIX, que se concentrava, de preferência, nas novidades e nos lançamentos. Uma pesquisa mais extensa poderá confirmar esta suspeita: a de que novos ingredientes críticos estão sendo acrescentados por Veríssimo à reflexão sobre o fazer cultural e literário, encorpando-o. Se voltarmos à listagem final de *A Tradição do Impasse*, de João Alexandre Barbosa, vamos observar que os títulos de muitos dos artigos de Veríssimo, disseminados pela imprensa da época, já sugeriam essa inquietação precoce com as condições materiais da produção literária. Fiquemos com alguns exemplos: “Das Condições da Produção Artística”, “A Produção Literária no Brasil”, “Condições da Produção Literária no Brasil”, “A Propriedade Literária no Código Civil”, “A Imprensa em Minas Gerais”, “Sobre a Formação da Literatura Brasileira”, “A Academia Brasileira” e a série sobre “Vida Literária”, publicada na revista *Kosmos* entre 1904 e 1908. Se conciliarmos essas pistas soltas com a introdução de Veríssimo para a sua *História da Literatura Brasileira* (1916), obra que compendia e coroa sua carreira como crítico, não será difícil observar que muitas dessas noções de estruturação convergente a favor de um processo de formação de uma literatura nacional foram agregando-se devagar em sua reflexão e culminaram com a “Introdução” que abre sua *História da Literatura Brasileira*. Nela, não passam despercebidas certas expressões e sintagmas que, anos depois, vieram a se tornar vitais para a construção da *Formação da Literatura Brasileira* (1957), de Antonio Candido, cujos dois volumes originais deram nova régua e compasso para pensarmos a nossa literatura, a partir de 1957. Anos depois, tamanha afinidade crítica veio a lume mais uma vez, quando Antonio Candido se ocupou, por exemplo, da

literatura como fenômeno “associativo” em “A Literatura na Evolução de uma Comunidade” em seu *Literatura e Sociedade*, de 1965.

Essa especulação, no entanto, afasta-se demais do recorte temporal que nos impusemos para este artigo. Fica para outra ocasião.

Dentro, portanto, dos limites que traçamos, faltam ainda muitos itens a considerar, o que estenderia demais também este texto. Que esperem, pois, as crônicas sempre discretas de Machado de Assis; um que outro artigo de Euclides da Cunha ou de Aluísio Azevedo; alguma crônica trêfega de João do Rio, sempre encantado com as modernidades técnicas a seu redor; a correspondência de Salvador de Mendonça e de Joaquim Nabuco, nossos embaixadores em Washington; o confronto assustador entre Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, que redundou em comovente, elegante e breve carta de ruptura pessoal, assinada por Nabuco; a disputa em torno da política pan-americanista, motivo do confronto entre ambos; a zanga de Lima Barreto; a poesia hermética de Sousândrade. A seu tempo, virão, se der.

Mas que venha já, a título de finalização, o depoimento raro e inesperado de um dos nossos naturalistas mais radicais, precocemente falecido e francófilo militante, Adolfo Caminha (1867-1897). Que foi autor de dois romances que sacudiram e amarrotaram casacas e cartolas, corpetes e corseletes da comportada sociedade brasileira do fim do século: *A Normalista* (1893) e *o Bom-Crioulo* (1895). Entre o aparecimento de um e de outro, Caminha publicou *No País dos Ianques* (1894), relato de viagem aos Estados Unidos, quando o escritor tinha apenas 19 anos, nas vésperas da Abolição. O livro foi escrito em 1890, mas publicado apenas em 1894.

Dessa viagem como praça da Marinha brasileira, Caminha deixou declaração apaixonada. Tão apaixonada quanto sua admiração pelo romance de Zola, seu guru literário. *No País dos Ianques* parece ser, salvo cochilo da pesquisa, o segundo depoimento de intelectual brasileiro sobre os Estados Unidos, depois do *Diário da Filadélfia*, de Hipólito José da Costa, que – lembre-se – foi escrito entre 1798 e 1799, mas publicado no Brasil apenas em 1955.

Adolfo Caminha visitou Nova Orleans, Nova York, Baltimore, Filadélfia, Anápolis, West Point e Newport, a bordo do Almirante Barroso. Antes de chegar a Nova Orleans, seu barco tocou no Recife, em Barbados e na Jamaica. Depois de Nova Orleans e a caminho de Nova York, o Almirante Barroso estacionou oito dias em Cuba, sempre sob o comando do feroz e inflexível almirante Saldanha da Gama, de “temperamento atrabiliário, sanguíneo, nervoso, sujeito a transições bruscas, inesperadas, impetuosas e violentas, arbitrário e prepotente”, adepto entusiasmado da pavorosa chibata. Segundo Caminha, a “natureza rancorosa” de Saldanha da Gama não titubeava em transgredir o “código penal militar”, que estipulava “vinte e cinco” chibatadas, por dia, no máximo. O almirante “não trepidava, e isto é sabido, em mandar açoitar com duzentas chibatadas um praça qualquer, tal fosse o delito cometido. A um simples olhar seu as guarnições tremiam como caniços” (Caminha, 1979, p. 131).

Do pouco que se escreveu a respeito do escritor cearense, uma das apreciações mais adequadas parece ser a de Frota Pessoa (1902, p. 226):

“Adolfo Caminha foi um desses seres de destino errado. Ele não nasceu, nem para o homem que foi, nem para o escritor que se manifestou. O desencontro da sua missão social e da sua missão intelectual formou todo o seu infortúnio”.

A morte precoce atalhou, no entanto, seu percurso, impedindo-o de, quem sabe, burlar mais sua vocação literária. Porque, se nos fiarmos na escolha temática de seus dois romances principais, de tom próximo do denunciatório, difícil será compatibilizá-los com o entusiasmo juvenil que toma conta de *No País dos Ianques*. Para Caminha, a viagem prolongada de quase um ano foi mesmo de libertação e descoberta. Seu encontro com uma sociedade de carne e osso revelou-se em tudo contrário aos seus romances, que preferiam tão somente a carne. Sua disposição simpática para o novo, em inevitável perspectiva comparativa, mostra-se amiúde e se escancara diante de Nova York, onde os bra-

sileiros permaneceram ancorados por “quase dois meses” (Caminha, 1979, p. 175):

“E punha-me, nessa embriaguez do grandioso, a pensar no progresso dos Estados Unidos, desse país modelo, onde tudo move-se por meio de eletricidade e vapor, onde tudo é feito às carreiras, num abrir e fechar de olhos, sem a menor perda de tempo; vinham-me à imaginação escandecida as descobertas de Franklin, de Fulton e de Edison, as maravilhosas experiências sobre o telégrafo, sobre o telefone e sobre o fonógrafo, e eu repetia com os meus botões, mergulhando o olhar na distância, abarcando a cidade inteira: – Grande país! Grande povo, gente feliz, que sabe compreender a vida e amar a pátria! Como era pequeno meu país, com toda a grandeza de suas montanhas e de seus rios, diante do colosso americano do norte!” (Caminha, 1979, p. 164).

Mas, antes que alguém o tome por leviano e deslumbrado, é preciso lembrar que, ao longo de seu relato, há momentos – curtos, é verdade – de constrangimento, de azedume ou de observação crítica, quando aquilo que o marinheiro vê não corresponde a uma vaga noção de ordem ou de evolução. Diante dessa discordância, admite Caminha na “Introdução” de seu diário de bordo, é Taine que o orienta, como “uma espécie de bússola”, no rumo da observação visual, assentada sobre a boa fé: “*Que chacun dise ce qu’il a vu, et seulement ce qu’il a vu*” (Caminha, 1979, p. 115).

Em sendo assim, podemos acompanhá-lo na viagem e testemunhar seu desapeço inicial por Barbados e Jamaica. Seguindo-o mais um pouco, testemunhamos sua admiração pelo comportamento da mulher norte-americana, que se impõe diante do homem; sua contrariedade com o mau alçamento de Nova Orleans; sua mágoa com a presença pífia do Brasil numa exposição internacional que se realizava naquela cidade do delta do Mississippi, motivo da viagem oficial; sua rejeição ao “anacrônico império do Sr. D. Pedro II”; seu bom humor com a balbúrdia de Coney Island; sua repulsa à cidade de Anápolis, “um quilombo africano”, que dorme “seu pesado sono tumbal”; seu en-

cantamento com West Point e Newport, “uma cidadezinha elegante e sossegada”⁴.

As impressões juvenis de Adolfo Caminha desapontam a expectativa de quem aguarda comportamento judicioso em relato de viagem. No entanto, talvez por isso mesmo, colaboram para oferecer, ao brasileiro a quem se destinam, uma visão precoce sobre a região meridional norte-americana, que dificilmente entra em nossa cogitação. Uma região que, por força de sua alta demografia negra e de sua forte mestiçagem étnica e cultural, sem contar seu cenário político historicamente tortuoso e sua forte propensão à ruralidade, dá muito o que pensar em termos de contraste Brasil-Estados Unidos.

É a Bilac – mais uma vez! – que recorremos, no entanto, para encerrar estas considerações em torno das relações intelectuais entre Brasil e Estados Unidos.

Como se sabe, o parnasiano conseguiu conciliar bem sua carreira de jornalista e de poeta. Como cronista, sua presença nos jornais resultaria em boa quantidade de livros, se produzidos a tempo; como poeta, seus versos apareceram, pela primeira vez, em *Poesias*, edição de 1888, seguida de inúmeras outras sempre acrescidas. O último acréscimo, “Tarde”, se dá em 1918, ano de sua morte. E é nele que se encontra um soneto dedicado a “New York”.

Pouco ou nada se sabe se, viajante contumaz, Bilac teria conhecido ou não os Estados Unidos. Seus quatro biógrafos – Afonso de Carvalho, Eloy Pontes, Raymundo Magalhães Jr. e Fernando Jorge – silenciam a respeito. Não há, portanto, segurança nenhuma em torno dessa hipótese.

O importante, no entanto, não é a concretude da presença na cidade, mas a sua representação poética, cerne íntimo e indisputável da literatura, sua resistência.

“New York” está na página direita do livro, bem em frente a um outro soneto dedicado a “Vila Rica”. Em páginas opostas, enfrentam-se e espelham-se os dois (Bilac, 1961, pp. 316-7). Se casual ou proposital, é assunto que provoca, mas de piso arenoso. Para torná-lo menos cedi-

4 Essas passagens relativas aos Estados Unidos estão entre as páginas 137 e 176 da edição utilizada.

ço seria necessário um mínimo de informação de caráter editorial. Sem ela, é temerário. Mas isso não impede que a imaginação, calcada na configuração das páginas e no conteúdo dos sonetos, se alvorece, se mexa.

Sem pretender a análise dos dois sonetos, mas apenas sua paráfrase, começemos por “Vila Rica”, cujo nome já regressivo situa a cidade em tempo remoto, colonial e anterior ao século XIX, capaz de evocar o sacrifício de Tiradentes, a violência da devassa, o peso da dependência política e os conflitos em torno do ouro, conjunto de fatores que ajudou a depauperar a cidade. A hora escolhida pelo poeta para o retrato urbano é a do fim do dia, quando tudo perece, escurece e se deforma, pela perda de nitidez dos contornos. Reforçam essa atmosfera de declínio a velhice das casas, as minas em sangue e a terra que se fende, resultado da cobiça. Um toque religioso de luto se mostra presente como que a intensificar a atmosfera de morte inevitável, que a extrema-unção sugere e garante. O lusco-fusco da cerração, do crepúsculo e da neblina impede a presença da luz, que é o contrário da escuridão, própria do fim. Nesse cenário, se alguma coisa se mexe não é gente: são espectros, figuras que deixaram de viver e se arrastam sem destino, ao som de música que se arrasta igual. A vila que, apesar de antiga, era rica, tornou-se triste, amarelada e ensopada. Agora, o som que a preenche vem de versos que cantam um amor também condenado à morte, e o ouro, que já foi brilhante e vivo, agora é preto.

Na página oposta, dá-se o inverso.

“New York” contorce-se em movimento ruído. Nela o movimento ascensional, a agitação e o ruído se apresentam logo no primeiro verso, onde o céu não amortalha a terra, mas, sim, corre o risco de ser invadido por uma tropa terrestre de deuses extraordinariamente musculosos e barulhentos, de origem grega. São tão ousados que desrespeitam a tradição do céu como morada celestial e partem da terra para invadi-lo, em inversão explícita. O cortejo de referências clássicas à cidade preenche-a de história, empresta-lhe vitalidade extraordinária, estufa-lhe as artérias, energiza-lhe as praças, provocando agitação incessante e assombrosa em todos os seus recantos. Nada está parado em “New York”. É tão frenética a agitação da cidade que nem a falta de tempo, que Lutécia e Roma poderiam lhe oferecer, prejudica-a. Porque seu porte gigantesco agasalha em si a figura do volumoso Prometeu, o ladrão do fogo que socorreu os homens e deles se tornou protetor, indiferente ao martírio e à punição de que seria vítima. O contraste flagrante entre o clima soturno e religioso da cidade mineira e a alacridade de Nova York torna ociosos outros comentários. Diante da imagem de uma cidade que se esvai e se esgarça no passado soturno e de outra que se tonifica e se alimenta do presente excitante, parece ficar registrado e condensado um modelo de comportamento possível. Mas imagem e imaginação, sempre. Passível de ser desmanchada pela ação humana real, privilégio da história.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, João Alexandre. *A Tradição do Impasse. Linguagem da Crítica & Crítica da Linguagem em José Veríssimo*. São Paulo, Ática, 1974.
- BILAC, Olavo. *Poesias*. 27ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1961.
- CAMINHA, Adolfo. *Tentação/No País dos lanques*. Edição org. por Sânzio de Azevedo. Rio de Janeiro/Fortaleza, J. Olympio/Academia Cearense de Letras, 1979.
- DANTAS MOTA, Lourenço (org.). *Um Banquete no Trópico*. São Paulo, Editora Senac, 1999.
- DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista*. São Paulo/Campinas, Edusp/Imprensa Oficial/Unicamp, 2006 (3 vols.).
- FROTA PESSOA, José Getúlio da. *Crítica e Polêmica*. Rio de Janeiro, Artur Gurgulino, 1902.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LEVI, Darrell E. *A Família Prado*. Trad. de José Eduardo Mendonça. São Paulo, Cultura 70, 1977.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Nos Estados Unidos. Impressões Políticas e Sociais*. Leipzig, F. A. Brockhaus, 1899.
- PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1906.
- . *Homens e Cousas Estrangeiras I - 1899-1900*. Rio de Janeiro, Garnier, 1902.

A outra América de Gilberto Freyre

Alfredo Cesar Melo

resumo

O artigo pretende estudar as tensas e ambíguas relações que a obra de Gilberto Freyre estabelece com o signo “América”. Por um lado, procuramos investigar como as percepções iniciais que o autor de *Casa-Grande & Senzala* cria das culturas brasileira e norte-americana ajudaram a estruturar sua consagrada interpretação do Brasil. Por outro lado, examinamos o modo como Freyre posiciona o Brasil num antigo e duradouro debate sobre o sentido dos dois projetos civilizatórios existentes nas Américas – a Anglo e a Latina.

Palavras-chave: Gilberto Freyre; América Latina; Estados Unidos; Sul Global.

abstract

*This article seeks to study the tense and ambivalent relationships established by Gilberto Freyre’s work with the sign “America”. On the one hand, we attempt to investigate how the initial perceptions created by the author of *The Masters and the Slaves of the Brazilian and North American cultures* helped structure his famous interpretation of Brazil. On the other hand, we examine the way Freyre places Brazil in a lasting and old debate on the meaning of the two main civilizing projects existing in the Americas – the Anglo and Latin Americas.*

Keywords: *Gilberto Freyre; Latin America; United States; Global South.*

Um paradoxo notável da história cultural brasileira reside na constatação de que duas das mais consagradas interpretações do Brasil foram germinadas longe do país: *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. É sabido que Gilberto Freyre concebeu a arquitetura de *Casa-Grande & Senzala* quando dava aulas como professor-visitante na Stanford University, já sob o impacto da antropologia cultural boasiana. Por sua vez, Sérgio Buarque escreveu aquilo que viria a ser o embrião de *Raízes do Brasil* em Berlim, onde assistiu a aulas de Friedrich Meinel e leu avidamente Werner Sombart, Ferdinand Tönnies e Max Weber. Tanto para Gilberto Freyre como para Sérgio Buarque, deslocar-se do país foi um convite para tentar decifrar a esfinge chamada Brasil.

Pedro Meira Monteiro pensou tal paradoxo a partir do conceito da *(im)pertinência*. De acordo com Monteiro, “não é possível falar da terra, que é minha, ou nossa, ou deles, sem experimentar o desterro” (Monteiro, 2015, p. 99). É o desterro que transforma o olhar do intérprete brasileiro em terras estrangeiras, fazendo com que a mirada *pertinente* (que pertence à comunidade) se transforme em *impertinente* (estranha à comunidade e, por isso também, um tanto inadequada para a doxa local). Retirar-se do raio

de alcance do pertencimento nacional gera reflexões repletas de estranhamento, distantes dos padrões habituais a que o analista estava acostumado, quando imerso em sua cultura natal. Da tensão entre essas várias (im)pertinências, emerge uma dialética entre identificação e estranhamento que norteia obras como *Casa-Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil*.

Recorreremos a essa dialética para refletir sobre a presença da cultura norte-americana como um fator estruturante no pensamento freyriano. Nosso objetivo é verificar como a “outra América” ajudou Freyre a elaborar sua visão sobre a “nossa América”¹.

O segundo objetivo deste ensaio é buscar compreender como Freyre se posiciona, ou melhor, posiciona a cultura brasileira, diante do duradouro discurso que contrapõe a América Latina católica (“nossa América”) à Anglo-América protestante (“outra América”). Afinal, para Freyre, o Brasil faria parte de que América?

1 E aqui estamos fazendo referência à coluna dominical escrita por Gilberto Freyre no *Diário de Pernambuco*, no período em que morou nos EUA e que se chamava “Da Outra América”. Já a “nossa América” é uma referência a um clássico do ensaísmo latino-americano chamado *Nuestra América*, do escritor cubano José Martí, e que também foi produzido no período em que Martí esteve em Nova York.

ALFREDO CESAR MELO é professor de Literatura Brasileira e Literatura Comparada do Departamento de Teoria Literária da Unicamp.

O ensaio é regido por dois movimentos: no primeiro, tentamos entender como o signo América – com suas fraturas, contradições e descontinuidades – ajuda Freyre a pensar o Brasil. No segundo movimento, examinaremos como o signo “América” é pensado por Freyre a partir de sua obra.

|

À primeira vista, a relação de Gilberto Freyre com os Estados Unidos parece ser marcada por uma certa repulsa. Ao longo dos vários artigos que mandou dos Estados Unidos para o *Diário de Pernambuco* durante o período em que lá estudou, é possível perceber uma tensão entre o jovem estudante brasileiro e o meio norte-americano. Podemos dar alguns exemplos: Freyre criticava a adesão arrivista dos norte-americanos à tecnologia, quando denuncia a “telefonite” de que muitos padeciam (Freyre, 1978, p. 170); o futuro autor de *Casa-Grande & Senzala* também não suportava o comercialismo vulgar do americano que a todos os objetos dava um preço (Freyre, 1978, p. 181), além de ter um solene desprezo pela mediania que estandardizava todos os aspectos da vida social (Freyre, 1978, p. 222). As reclamações de Freyre são típicas de alguém que se considerava parte de uma aristocracia espiritual, vendo-se obrigado a confrontar-se com o materialismo tosco da sociedade de massas².

Há estudiosos, como Paul Freston e Jeffrey Needell, que defendem a tese de que a interpretação freyriana do Brasil é concebida a partir de uma reação à sua experiência norte-americana. Contra o puritanismo da cultura ianque, nada melhor que a exaltação de uma sociedade sexualmente promíscua (Freston, 1987, p. 34). Contra os desvios de suas vivências homoeóticas nos EUA e na Europa, a afirmação da

masculinidade patriarcal heteronormativa (Needell, 1995, p.70). A cultura brasileira, tal como interpretada e enaltecida por Freyre, serviria como antídoto a uma série de representações atreladas aos Estados Unidos.

Analisando com mais vagar, as ambivalências de Freyre em relação aos Estados Unidos e a sua cultura se tornam mais notórias. A cultura estadunidense está longe de figurar no seu pensamento apenas como uma referência negativa indicando o que o Brasil não deveria ser. Percebemos que a sua experiência americana foi bastante multifacetada e repleta de nuances. Pensemos num tema central para sua obra: o racismo. No mesmo país em que Freyre se familiarizou e se alinhou com o racismo de *The Rise of the Color Tide*, escrito por Lothrop Stoddard, e *The Passing of the Great Race*, obra de Madison Grant, ele também conheceu a obra de Franz Boas, que serviria como lição antirracista lentamente assimilada e aprendida ao longo dos anos 1920³.

Fica claro, portanto, que os Estados Unidos não constituem um objeto a ser afastado, rejeitado ou admirado por Freyre. A cultura do país, com suas contradições e pluralidades, aparece como força estruturadora da própria visão de mundo do autor de *Casa-Grande & Senzala*, isto é, como elemento formador de sua subjetividade.

Gilberto Freyre é um autor conhecido por sua identificação, entre entusiasta e nostálgica, com a sociedade brasileira. É o olhar “estrangeiro” que guia o vetor de estranhamento na sua obra, criando zonas de recuo diante do objeto admirado – o Brasil –, nas quais aspectos da sociabilidade brasileira passam a ser questionados e criticados. Estamos no centro da dialética entre identificação e estranhamento. Poucos fizeram um retrato mais preciso de como essa dialética opera no ensaio freyriano do que Darcy Ribeiro quando descreve a dualidade interna de Gilberto Freyre:

“Por um lado, o senhorito fidalgo evocativo de um mundo seu. Por outro lado, o moço formado no estrangeiro, que trazia de lá um olhar per-

2 Trata-se de um fenômeno comum da história cultural da modernidade, quando a ascensão das massas à esfera do consumo e da cidadania gerou desconforto em muitos intelectuais. Matthew Arnold escreve seu *Culture and Anarchy* em 1869, dois anos depois do *Representation of the People Act*, que praticamente duplicou o número de ingleses aptos a votar. Escritos também sob o signo de um certo mal-estar frente às massas emergentes está o *Ariel* (1900), de José Enrique Rodó, e *La Rebelión de las Masas* (1929), de Ortega y Gasset.

3 O estudo mais bem documentado sobre a transição pela qual passa Freyre, do racismo para o antirracismo, é o livro de Maria Lúcia Pallares-Burke, *Gilberto Freyre: Um Vitoriano nos Trópicos* (2005).

quiridor, um olho de estranho, de estrangeiro, de inglês. [...] Combinando as duas perspectivas nele interiorizadas, sem fundi-las jamais, GF viveu sempre o drama, a comédia – a novela, na verdade – de ser dois: o pernambucano e o inglês” (Ribeiro, 1979, p. 26).

É o olhar perquiridor que acaba tensionando a obra freyriana, evitando que ela se tornasse uma representação tão somente idílica da sociedade brasileira, tecida pela ótica do “senhorito fidalgo”⁴. Vejamos um exemplo: em artigo publicado no *Diário de Pernambuco* em 21 de outubro de 1923, Freyre faz uma crítica contundente à mentalidade do letrado brasileiro e seu apego filistino à gramática. Tal obsessão beletrista pela gramática acabava por obnubilizar no brasileiro o pensamento crítico. Quando ensinavam *Os Lusíadas*, os mestres brasileiros obrigavam os alunos a entrarem em ginásios “para os mais penosos esforços de acrobacia gramatical” (Freyre, 1978, p. 325). Ainda segundo Freyre, na língua inglesa não havia o fetiche gramatical. Tratava-se de uma *grammarless language* (Freyre, 1978, p. 325). Quando se lê Shakespeare não se entra num ginásio, mas numa catedral “desdobrada em laboratório de psicologia” (Freyre, 1978, p. 325). Freyre confessa que só depois de ter visitado as “catedrais” de Chaucer, Shakespeare, Dante e Swift, sendo capaz de “soletrar-lhes as ideias, a sentir-lhes as emoções e, sobretudo, esse ansioso preocupar-se deles com os problemas mais íntimos da vida” (Freyre, 1978, p. 325), pôde ele achar n’*Os Lusíadas* “algo mais que uma sala de exercícios gramaticais” (Freyre, 1978, p. 325). Essa crítica à inteligência brasileira reverbera na sua obra posterior, como podemos constatar nesse trecho de *Sobrados e Mucambos*:

“A monocultura, devastando a paisagem física, em torno das casas, o ensino de colégio de padre jesuíta devastando a paisagem intelectual em torno dos homens, para só deixar crescer no in-

4 Tal tensão entre essas diferentes óticas – a do senhorito fidalgo e a do estrangeiro – acaba se traduzindo num estilo de escrito repleto de vaivéns entre diferentes perspectivas ideológicas, como constata Araújo (1994).

divíduo ideias ortodoxamente católicas, que para os jesuítas eram só as jesuíticas, quebraram no brasileiro, principalmente da classe educada, não só as relações entre o homem e a natureza [...] como a curiosidade de saber, a ânsia e o gosto de conhecer, a alegria das aventuras de inteligência, de sensibilidade e de exploração científica da natureza. Essa curiosidade, esse gosto, essa alegria nos foram comunicados nos fins do século XVII, e através do XIX, pelos enciclopedistas e pelos revolucionários franceses e anglo-americanos” (Freyre, 2007, p. 43).

O Brasil não havia sofrido apenas com a monocultura da cana-de-açúcar, devastadora da natureza. Graças ao ensino jesuíta e à prevalência da retórica, a paisagem intelectual do país também havia sido destruída. É sintomático que Freyre atribua aos revolucionários franceses e *anglo-americanos* a influência que chegou ao Brasil entre os séculos XVII e XIX capaz de arejar minimamente a “classe educada” do país. A cultura norte-americana está sempre associada a um jeito mais ágil, pragmático e arejado de pensar e resolver problemas, enquanto a cultura letrada brasileira estaria presa na estufa da retórica e das fórmulas prontas, incapaz de transigir com as exigências do mundo real.

O exemplo é bastante eloquente para mostrar que a experiência americana de Gilberto Freyre não modulou a sua interpretação do Brasil de modo simplesmente reativo, mas o ajudou a formular uma série de críticas à sociedade brasileira; assim como um certo desconforto diante da sociedade estadunidense permitiu a Freyre ressaltar aspectos virtuosos do Brasil.

II

Qual seria o lugar do Brasil no mundo? Na visão de Gilberto Freyre, que posição ocuparia o Brasil no tradicional debate sobre a(s) América(s), que concebe o continente como um espaço em disputa por duas projeções do Ocidente (a latina e a anglo-saxã)? A segunda parte deste ensaio buscará localizar a obra de Gilberto Freyre dentro de tal debate, centrado nos projetos civilizatórios embutidos nas diferentes ideias de América que existem no continente.

Pensando a América para além do europeísmo e do indigenismo

Para realçar as especificidades dos projetos ideológicos de Freyre, tentarei compreender sua obra dentro do contexto latino-americano, isto é, em comparação com a América Hispânica. Afinal, os letrados hispano-americanos também tiveram que lidar com o legado colonial, buscando soluções e alternativas que valem a pena descrever para entender o alcance das propostas imaginadas por Gilberto Freyre.

Na América Hispânica, o debate sobre os destinos do continente foi estruturado a partir da tensão entre os polos do europeísmo e do autoctonismo. De um lado, intelectuais como o venezuelano Andrés Bello, que viam na colonização ibérica na América uma continuação da missão civilizatória de Roma (Bello, 1957, p. 165). De outro lado, um intelectual como José Martí defendia a autoctonia do continente contra os exotismos de teorias alienantes, advogando o estudo de “*nuestra Grecia*”, em vez da Grécia que não pertencia aos americanos: “*La historia de América, de los incas acá, ha de enseñarse al dedillo, aunque no se enseñe la de los arcontes de Grecia*. Nuestra Grecia es preferible a la Grecia que no es nuestra” (Martí, 2005, p. 34, destaques meus)⁵. Essas linhas de pensamento tiveram prolongamento no século XX, seja no arielismo de Rodó – elogiando o espírito contemplativo dos ibéricos, herdeiros espirituais da Grécia e de Roma –, seja na defesa de um socialismo autóctone “indo-americano” de José Carlos Mariátegui. O elogio às raízes greco-latinas da América Ibérica, de um lado, e a afirmação de um projeto autóctone para o continente, de outro, foram duas linhas-mestras da imaginação hispano-americana para entender as origens do continente e devisar o seu destino.

5 Efraín Kristal oferece um amplo panorama das diferentes estratégias utilizadas pelos intelectuais hispano-americanos para escreverem o passado colonial da América Hispânica. Para muitos, o passado pré-colombiano representava o verdadeiro passado das suas nações. Para uma análise refinada do sentimento de autoctonia, especificamente em José Martí e sua ideia de “homem natural americano”, cf. Avelar (1997).

No Brasil, como as populações indígenas foram mais facilmente dizimadas, a vertente propriamente “autóctone” nunca teve a mesma densidade intelectual que na América Hispânica, pois a cultura indígena nunca foi seriamente pensada ou imaginada como uma alternativa civilizacional à Europa da maneira que havia ocorrido entre os intelectuais hispano-americanos, de José Carlos Mariátegui a José Maria Arguedas. O próprio indianismo brasileiro, articulado por José de Alencar, não passava de, nas palavras de Alfredo Bosi (1992, p. 179), um mito sacrificial dos índios, no qual estes só atingiriam a nobreza quando fossem capazes de se autoimolar⁶. Os índios Peri, de *O Guarani*, e Iracema, personagem central do romance homônimo, se tornam heróis na medida em que se anulam e se sacrificam em gesto de servidão aos colonizadores portugueses. O indianismo alencariano foi assim um elogio à submissão do indígena à sabedoria europeia e por isso jamais se poderia pensar a cultura ameríndia como alternativa civilizacional à Europa.

No Brasil, o europeísmo sempre deu o tom da nossa tradição intelectual. A seguir, eu gostaria de mostrar como a noção de cultura brasileira articulada pelo autor de *Casa-Grande & Senzala* se assemelha e se diferencia daquela que foi a mais proeminente ideologia eurocêntrica a dar inteligibilidade à formação cultural latino-americana no século XX, que é o arielismo⁷.

Destaco abaixo um trecho escrito por Gilberto Freyre em *Ordem e Progresso*. Trata-se de uma passagem em que um projeto de Brasil contido nas obras de Freyre ganha um delineamento mais claro frente a outros “projetos civilizatórios”, por assim dizer. É o que Freyre chama de busca por “terceiro tempo social”:

6 Mesmo as tendências do indianismo que não se alinhavam a esse elogio da colonização, como é o caso de Gonçalves Dias, adotavam um tom eminentemente elegíaco para tratar do tema, isto é, lamentavam a dizimação da maior parte do povo indígena no Brasil (cf. Treece, 2008).

7 Para uma discussão mais ampla sobre o conceito de América Latina, cf. Ardao (1980). Para o estudo sobre as relações entre Brasil e América Latina, cf. Schwartz (1993). O melhor exame sobre o conflito entre a Anglo-América e a América Latina está em *O Espelho de Próspero* (1988), de Richard Morse.

“Um terceiro tempo social que não sendo nem o agrário, escravocrático, quase medieval – mantido nos seus relógios, sempre atrasados, pelos senhores de terras e de escravos –, nem o ‘europeu’ ou o ‘americano’, desejado pelos progressistas desordenados – gente utópica que pretendia situar o Brasil fora de todas as sugestões de espaço – o tropical – e de passado – o lusitano ou hispânico – que o condicionavam –, fosse um justo meio-termo, em que à doçura de viver o brasileiro em clima quente, se juntasse a capacidade de realizar esse mesmo brasileiro, num clima assim diverso do europeu, um progresso equivalente – mas não igual – ao do europeu, como a conquista do conforto material e, sobretudo, de cultura do espírito; de aperfeiçoamento da pessoa humana e do seu bem-estar; de refinamento das graças ou dos encantos da vida; e essa conquista sem pressa; sem exagero de rapidez; com bastante vagar para escolher-se dos modelos europeus e anglo-americanos de progresso apenas os convenientes ao trópico e ao Brasil; os possíveis de serem adaptados a um ritmo de vida próprio do Brasil” (Freyre, 1959, pp. 717-8).

No trecho acima, é possível verificar que Freyre defende que todo o desenvolvimento seja centrado no ritmo de vida próprio do brasileiro, habitante dos trópicos, ao mesmo tempo em que empreende uma crítica ao progresso industrialista baseado apenas nos ganhos materiais, e sugere um investimento na “cultura do espírito”. Não há nessa tentativa de contrapor o “espírito” à “matéria” nenhuma novidade, afinal, a dicotomia entre a cultura utilitarista do progresso material e a cultura da contemplação estética ou espiritual é um verdadeiro *tópos* do arielismo. É *Ariel* de José Enrique Rodó que inaugura essa tradição de pensamento. Publicado em 1902, o ensaio de Rodó deve ser compreendido levando-se em conta o impacto da derrota da Espanha frente aos Estados Unidos em 1898, quando Cuba e Porto Rico se desgarram do império espanhol, passando a atuar na esfera de influência dos Estados Unidos.

Diante dessas reconfigurações geopolíticas ocorridas no continente, intelectuais ibero-americanos como José Enrique Rodó reagiram ao agigantamento dos Estados Unidos na região, propondo uma narrativa sobre a América Lati-

na que enfatizava a diferença cultural entre os países de herança cultural latina e países anglo-saxões (sobretudo os Estados Unidos). Segundo essa tradição ensaística capitaneada por Rodó, as culturas ibero-americanas, em decorrência do legado greco-latino, tinham uma vantagem simbólica em relação aos países colonizados pelos ingleses: estes eram desenvolvidos material e tecnologicamente, mas não possuíam o espírito contemplativo e estético dos latinos. A vantagem dos latino-americanos sobre os anglo-saxões (leia-se: Estados Unidos) poderia ser compreendida como um triunfo do espírito sobre a matéria. Não é por acaso que Rodó associa o personagem Ariel à cultura latino-americana. Ariel figura na peça *A Tempestade*, de Shakespeare, e representa o elemento etéreo, do ar, do espírito. José Vasconcelos, importante ensaísta mexicano e autor de *La Raza Cósmica*, de 1925, cria o lema da Universidade Autônoma do México em 1921 inspirado num tema arielista: “*Por mi raza hablará el espíritu*”.

Pode-se dizer que essa ideia arielista de América Latina serviu muito bem às elites euro-americanas. Tal concepção tinha uma dupla função: 1) oferecia às elites euro-americanas uma racionalização para o seu atraso, pois, comparados à Anglo-América, os latino-americanos eram pobres e sem recursos materiais, mas, por se identificarem como herdeiros da tradição greco-latina, imaginavam-se pertencentes a uma cultura robusta, caracterizada pelo espírito contemplativo que muito excedia em requinte a vulgaridade materialista e utilitária dos anglo-americanos; 2) fazia com que as elites euro-americanas se sentissem parte de uma longa e consolidada tradição, a ocidental, dando assim um capital simbólico e cultural com o qual procuravam legitimar a segregação social frente à maioria do povo latino-americano, constituído por negros e ameríndios. Deve-se ressaltar, no entanto, que essa sensação de pertencimento era quase sempre unidirecional, uma vez que dificilmente intelectuais europeus consideravam (ou consideram, para usar o verbo no presente) a América Latina como parte do Ocidente.

A digressão em torno à tradição arielista é importante pois ajuda a mostrar o que há de semelhante e diferente no arielismo e no pensamento social de Gilberto Freyre. A semelhança

estaria na aposta de uma maior ênfase na especificidade cultural dos países latino-americanos, o que serviria como um anteparo à homogeneização social levada a cabo pela americanização das culturas. Em outras palavras, Gilberto Freyre apostava numa cultura brasileira mais aberta, isto é, disposta a experimentar outras temporalidades e novas sensibilidades mais sintonizadas com o meio tropical em que estava inserida, assim como mais resistente à padronização cultural e material imposta pelo Ocidente. É possível verificar no projeto ideológico de Freyre uma clara oposição entre “espírito” e “matéria”, ou a afirmação da singularidade cultural contra a estandardização material da sociedade. Essa oposição também está no centro do arielismo.

Isso posto, as diferenças entre os posicionamentos de Gilberto Freyre, de um lado, e a tradição arielista, de outro, são dignas de nota. Destacar essa diferença é importante para entender a especificidade da proposta freyriana. A distinção principal entre Freyre e a tradição arielista reside na ausência, por parte do brasileiro, de qualquer culto à latinidade. Se, para José Vasconcelos, no intuito de interpretar as culturas ibero-americanas, era necessário primeiramente destacar que “*pugna de latinidad contra sajonismo ha llegado a ser, sigue siendo nuestra época; pugna de instituciones, de propósitos y de ideales*” [“pugna da latinidade contra o saxonismo chegou a ser, e segue sendo em nossa época, pugna de instituições, de propósito e ideais”] (Vasconcelos, 1925, p. 6), para Gilberto Freyre tal questão não se colocava, uma vez que o escritor brasileiro não se alinhava a qualquer ideia de latinidade, de onde pudesse derivar a noção de cultura brasileira da maneira como fazia Vasconcelos para compreender a cultura mexicana. Veremos mais adiante que nem mesmo o lusófilo Gilberto Freyre vinculará a cultura portuguesa ao espírito latino.

Gilberto Freyre: o Brasil formado pelo Oriente

Gilberto Freyre é considerado um dos grandes defensores das virtudes da colonização portuguesa no Brasil. Poucos intérpretes do Brasil atribuíram de maneira tão substancial e

enfática a força formadora da cultura brasileira à empreitada portuguesa. Não há dúvida que o elogio ao antigo colonizador é um traço do pensamento conservador latino-americano. No entanto, como em quase tudo na obra de Freyre, esse movimento de simpatia a Portugal esconde algo bem menos óbvio e desconcertante. Já Gilberto Freyre constantemente mencionava a importância da África, dos muçulmanos e judeus na formação do Brasil colonial. Mesmo quando se referia a países ibéricos, como é o caso frequente em relação a Portugal. Em outras palavras, o Portugal de Freyre é “antes, um Portugal orientalizado, a defesa da vitalidade portuguesa está longe de ser um alinhamento com a Europa, pois Portugal representaria uma Europa reinando mas sem governar; governando antes a África” (Freyre, 2002, p. 34). O Portugal de Freyre é um Portugal orientalizado, mourisco, africano, judeu, desprovido de qualquer senso de latinidade⁸. Como Freyre define nas páginas de *Sobrados e Mucambos*:

“Já hoje ninguém tem a ilusão de sermos nós, brasileiros – quase todos, mesmo em São Paulo e no Rio Grande do Sul, parentes de mulatos –, um povo verdadeiramente latino, muito menos rigorosamente cristão, no sentido em que o é, por exemplo, o povo francês” (Freyre, 2006, p. 799).

Deve-se notar que a afirmação acima de Freyre o coloca em posição diametralmente oposta à dos conservadores brasileiros (e não apenas brasileiros), tão obcecados pela identidade cristã e ocidental como algo que não apenas define quem somos, como algo que precisa ser defendido de ataques e descaracterizações. Em *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre já havia discutido o intrincado processo cultural que deu ensejo à formação cultural portuguesa. São páginas que bem poderiam sintetizar uma teoria da ambivalência cultural:

8 O que não deixa de ser uma subversão se levarmos em conta que, na época, a visão oficial de Portugal, devido ao fascismo de Salazar, era fortemente vinculada a uma retórica de resgate do legado latino. Depois essa equação vai se modificar, com a colaboração de Gilberto Freyre com o Estado Novo salazarista (cf. Melo, 2014).

“O ódio ao espanhol já assinalamos como fator psicológico de diferenciação política de Portugal. Mas nem esse ódio nem o fundamental, ao mouro, separaram o português das duas grandes culturas, uma materna, outra, por assim dizer, paterna, da sua. A hispânica e a berbere. Contra elas formou-se politicamente Portugal, mas dentro de sua influência é que se formou o caráter português. Neste a romanização intensa não apagou os traços essenciais hispânicos nem a reconquista cristã, os profundos traços berberes e mouros. É ponto que nos sentimos na necessidade de salientar porque explica nossa insistência em considerar hispânica a formação social e cultural da América colonizada por espanhóis e portugueses. *Hispânica e não latina. Católica, tingida de misticismo e de cultura maometana, e não resultado da Revolução Francesa ou da Renascença italiana*” (Freyre, 2002, p. 260 – grifos meus).

Muitos anos antes de Homi K. Bhabha (2004), com seu aporte psicanalítico, perceber que o discurso colonial é poroso e instável, sempre aberto a incursões fantasmáticas do outro-colonizado, Freyre compreendeu que os traços formadores de uma cultura são forjados sob o signo do conflito, da guerra, da violência e da barbárie. Os mouros e judeus perdem a batalha política pelo domínio do Estado-nação, mas triunfam culturalmente. Os perdedores vicejam no subterrâneo da cultura, modelando-a de maneira silenciosa mas ativa. Isso é o que faz a sociedade portuguesa ser marcada pelas cosmovisões judaica e árabe ao mesmo tempo que norteadas pelo antissemitismo e pela islamofobia.

Tem um papel estruturador do argumento freyriano – já exposto em *Casa-Grande & Senzala*, mas bastante desenvolvido em *Sobrados e Mucambos* – a oposição entre a Europa burguesa (Inglaterra e França) e o Brasil meio orientalizado, resultado dos fortes traços mouros e judeus trazidos pelo colonizador português do século XVI. Segundo Freyre, após três séculos de relativo isolamento, estabeleceu-se na América portuguesa uma cultura híbrida a partir do encontro do português “oriental” e do escravo africano. Ainda de acordo com o argumento desenvolvido por Freyre, no início do século XIX, a cultura

brasileira era repleta de “Áfricas e Índias”, para usarmos a expressão de Mário de Andrade⁹.

“Pois não se vence o trópico sem de algum modo ensombrá-lo à moda dos árabes ou dos orientais. Sem suas ruas estreitas. Sem xales, panos da Costa, guarda-sóis orientalmente vastos para as caminhadas sob o sol dos dias mais quentes. Sem sombras de grandes árvores, asiáticas e africanas, como a mangueira, a jaqueira, a gameleira, em volta das casas, nas praças e à beira das estradas [...] Sem refrescos de tamarindo, de limão, de água de coco, nas horas de calor mais ardente [...] *E esses valores orientais, o Brasil assimilara-os através do português, do mouro, do judeu, do negro. O Brasil fizera-os valores seus. Ao findar o século XVIII eram valores brasileiros. Ligavam amorosamente o homem e a sua casa à América tropical. Não podiam deixar de afetar a mentalidade ou o espírito dos homens, certo como é que o hábito tende a fazer o monge: tanto o hábito-traje como o hábito-costume*” (Freyre, 2006, p. 558).

Freyre associa o orientalismo ao português, ao mouro, ao judeu e ao negro, formando assim uma rede não ocidental de conhecimentos e práticas sociais que forjariam aquilo que veio a ser a cultura brasileira. Seria a partir de 1808, com a vinda da família real de Portugal para o Rio de Janeiro, que o Brasil passaria a se reeuropeizar. *Sobrados e Mucambos* narra com riqueza de detalhes – e o mérito de Freyre está em mostrar detalhes que, somados, configuram totalidades – o conflito entre o Brasil da casa-grande e o da senzala, por três séculos isolado, e o olhar europeu com suas novas práticas e valores; entre uma sociabilidade ainda repleta de influências e ritmos árabes e hebraicos e o processo vertiginoso de ocidentalização. Ao final da narrativa, a Europa vence o Oriente, a

9 A expressão está em *O Turista Aprendiz*: “[O] Brasil, em vez de se utilizar da África e Índia que teve em si, desperdiçou-as, enfeitando com elas apenas a sua fisionomia, suas epidermes, sambas, maracatus, trajes, cores, vocabulários, quitutes” (Andrade, 1979, p. 61). As similaridades entre os projetos de Gilberto e Mário são notáveis, já que Mário também estava pensando a cultura brasileira a partir das colaborações que hoje chamaríamos “Sul-Sul”, isto é, com as culturas tropicais como africana, chinesa, indiana, etc.

rua vence a casa, o bacharel europeizado triunfa sobre o senhor de engenho “oriental”, e o olhar do estrangeiro se impõe como metro normativo, fazendo muitos brasileiros se envergonharem de não serem europeus.

CONCLUSÃO

Sobrados e Mucambos dramatiza a derrota das “Áfricas e Índias” perante a Europa burguesa e industrializada. Poderia ser dito que tal narrativa, por sua vez, reproduz o conflito já encenado por Euclides da Cunha no seu *Os Sertões* em 1902: a vitória do litoral europeizado e supostamente moderno sobre o interior isolado que detém uma cultura nacional embrionária.

Na escala de valores de Gilberto Freyre, a progressiva ocidentalização do Brasil implicaria uma perda do núcleo mais vital e pujante da cultura brasileira – que nada teria a ver com uma essência, mas com um conjunto de práticas e saberes não ocidentais lentamente consolidado ao longo dos anos. Essa derrota do núcleo vital da cultura brasileira, no entanto, deve ser vista como uma derrota ambivalente, do mesmo tipo da derrota dos judeus e árabes em Portugal. Por mais que o letrado brasileiro denegue, por mais que ele deseje uma integração com o Ocidente, haverá sempre um estoque cultural que pode ser ativado e mobilizado contra a hegemonia ocidentalista. Ainda que as elites reproduzam ideologias eurocêntricas, sempre haverá “Pan-Américas de Áfricas utópicas” e um “novo quilombo de Zumbi”, para usar expressões da letra de “Sampa”, de Caetano Veloso, para ser-

vir como contraideologia, mostrando que o mapa das forças formadoras da cultura brasileira é bem mais amplo e complexo.

No último capítulo de seu livro-manifesto *The Idea of Latin America*, Walter Mignolo tenta vislumbrar um cenário de uma América “pós-latina”, isto é, Mignolo pensa em maneiras de descolonizar a ideia de “América Latina”. Tal ideia foi e tem sido bastante útil para os euro-americanos, que são uma minoria demográfica perto dos descendentes de africanos e indígenas no continente. De acordo com Mignolo, seria preciso imaginar uma outra América que não fosse “latina”: “Desligar-se do conceito para construir uma América pós-latina é um dos passos dados por ameríndios, afrodescendentes, mulheres, gays e lésbicas” [*“Delinking from the concept and building an ‘after (Latin) America is one of the steps being taken by Indians, Afros, women of color, gays and lesbians”*] (Mignolo, 2005, p. 101). Espero ter mostrado que o modo como Gilberto Freyre pensa o lugar da cultura brasileira no mundo fornece subsídios para refletir sobre o continente de um jeito que não o ligue tão somente à Europa (seja a matriz greco-latina ou a versão moderna da Europa burguesa), nem busque apenas uma solução autóctone. O que Freyre faz, portanto, é alargar as referências desse “universal”, deslocando-o do eixo eurocêntrico e enfatizando outras formações culturais com as quais o Brasil tem até mais afinidades. A América de Freyre não é necessariamente inglesa ou latina, mas híbrida, repleta de referências árabes, africanas, ameríndias e judaicas.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Mário de. *O Turista Aprendiz*. São Paulo, Duas Cidades, 1979.
- ARAÚJO, Ricardo. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995.
- ARDAO, Arturo. *Génesis de la Idea y el nombre de America Latina*. Caracas, Centro Rómulo Gallegos, 1980.
- AVELAR, Idelber. "Toward a Genealogy of Latin Americanism", in *Dispositio* n. 49, 1997, pp. 121-33.
- BELLO, Andrés. "Investigaciones sobre la Influencia de la Conquista y del Sistema Colonial de los Españoles en Chile", in *Obras Completas*, vol. 19. Caracas, Ministerio de Educación, 1957.
- BHABHA, Homi K. *The Location of Culture*. London, Routledge, 2004.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Ed. Leopoldo Bernucci. São Paulo, Imprensa Oficial, 2002.
- FRESTON, Paul. *Os periódicos do Instituto Joaquim Nabuco e a Carreira de Gilberto Freyre*. São Paulo, Idesp, 1987.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso: Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o Regime de Trabalho Livre*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.
- _____. *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Edição crítica de Guillermo Giucci, Enrique Larreta e Edson Fonseca. Paris, Coleção Archivos, Allca XX, 2002.
- _____. *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 16ª ed. São Paulo, Global, 2006.
- _____. *Tempo de Aprendiz: Artigos Publicados em Jornais na Adolescência e na Primeira Mocidade do Autor (1918-1926)*. São Paulo, Ibrasa/MEC, 1978.
- KRISTAL, Efraín. "The Degree Zero of Spanish American Cultural History and the Role of Native Populations in the Formation of Pre-Independence National Pasts", in *Poetics Today* 15, 1994, pp. 587-603.
- MARTÍ, José. *Nuestra América*. Caracas, Biblioteca Ayacucho, 2005.
- MELO, Alfredo Cesar. "Hibridismos (In)Domáveis: Possíveis Contribuições de Gilberto Freyre para uma Teoria Pós-Colonial Lusófona", in *Luso-Brazilian Review* 51, 2014, pp. 68-92.
- MIGNOLO, Walter. *The Idea of Latin America*. Oxford, Blackwell Publishing, 2005.
- MONTEIRO, Pedro Meira. *Signo e Desterro: Sérgio Buarque de Holanda e a Imaginação do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2015.
- MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- NEEDLELL, Jeffrey D. "Identity, Race, Gender and Modernity in the Origins of Gilberto Freyre's Oeuvre", in *American Historical Review* 100 (1), 1995, pp. 51-77.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre: Um Vitoriano nos Trópicos*. São Paulo, Editora Unesp, 2005.
- RIBEIRO, Darcy. *Ensaio Insólitos*. Porto Alegre, L&PM Editores, 1979.
- RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Montevideo, Imprenta de Dornaleche y Reyes, 1900.
- SÁ, Lúcia. *Rain Forest Literatures: Amazonian Texts and Latin American Culture*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2004.

SCHWARTZ, Jorge. "Abaixo Tordesilhas!", in *Estudos Avançados* 17. São Paulo, IEA-USP, 1993, pp. 185-200.

TREECE, David. *Exilados, Aliados, Rebeldes – O Movimento Indianista, a Política Indigenista e o Estado-Nação Imperial*. São Paulo, Nankin/Edusp, 2008.

VASCONCELOS, José. *La Raza Cósmica: Misión de la Raza Iberoamericana*. Madrid, Agencia Mundial de Librería, 1925.

DaMatta: cronista de duas culturas

Roque de Barros Laraia

resumo

O fato de ter ido para os Estados Unidos, por um longo período de tempo, como professor visitante da Notre Dame University, em Indiana, proporcionou a Roberto DaMatta a oportunidade de fazer uma observação etnográfica do comportamento do povo americano. Essas observações eram praticadas nos seus contatos frequentes com os membros da universidade e principalmente nos atos da vida diária. Em suas longas caminhadas pelas ruas de Salt Bend, ia fazendo as suas comparações com as observações realizadas no Brasil. Autor de um texto clássico sobre o papel da rua na cultura brasileira, é natural que tenha dirigido a sua atenção para o significado da rua para os americanos. Em sua permanência produziu numerosas crônicas para diversos jornais brasileiros. Muitas dessas crônicas foram reunidas em livro.

Palavras-chave: Roberto DaMatta; crônicas; *american way of life*; Alexis de Tocqueville.

abstract

The fact that Roberto DaMatta lived for a long time as a visiting lecturer at Notre Dame University in Indiana provided him with the opportunity of undertaking an ethnographic observation of the behavior of the American people. Such observations were carried out through his frequent contacts with university staff members and mainly in his daily life activities. Through his long walks along the streets of Salt Bend, he drew his comparisons with the observations carried out in Brazil. An author of a classical text on the role of the street in Brazilian culture, it was only natural that he focused his attention on the meaning of the street to Americans. During his stay, he produced numerous chronicles for many Brazilian newspapers. Many of those chronicles were compiled into a book.

Keywords: Roberto DaMatta; chronicles; *American way of life*; Alexis de Tocqueville.

Quando Charles Wagley veio ao Brasil para estudar os índios tapirapés, nos meados da década de 30 do século passado, não pensava que estava iniciando laços mais amplos e permanentes com o país, além do tempo necessário para realizar um trabalho de campo antropológico. Não imaginava que iria se casar com uma brasileira e se tornar um dos primeiros “brasilianistas”, publicando diversas obras sobre o Brasil como um todo.

Processo análogo ocorreu com Roberto DaMatta. Em 1961, partiu para estudar, na região de Marabá, os índios gaviões. Graças a essa sua primeira pesquisa de campo, pôde associar-se ao Harvard-Museum National Research Project, coordenado por David Maybury-Lewis (1929-2007) e Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006), que tinha como objetivo o estudo dos índios jês do Brasil Central. Foi no âmbito desse projeto que partiu, em 1963, para um estágio de um ano no Laboratory of Social Relations da Universidade de Harvard. Mesmo quando realizou o seu doutorado na mesma universidade, entre 1966 e 1972, não teria passado por sua cabeça a ideia de que poderia ser um dia considerado um “americanista”.

Nos anos 70, de volta ao Museu Nacional, dedicou-se ao estudo da própria sociedade, tomando como tema o modo de ser dos brasi-

leiros e realizando análises antropológicas de seus ritos sociais. Um momento marcante foi a publicação, em 1979, de *Carnavais, Malandros e Heróis*. Esse livro tornou-se, na época, um dos mais citados em uma significativa coleção de teses (Gomes, Barbosa & Drummond, 2000).

Capa da primeira edição do livro de Roberto DaMatta

ROQUE DE BARROS LARAIA é antropólogo e Professor Emérito da Universidade de Brasília (UnB).

Em 1985, voltou aos Estados Unidos para assumir o cargo de professor titular na prestigiosa Notre Dame University, em Indiana, para retornar definitivamente ao Brasil, em 2002. Como ele próprio diz, “o fato de ter ido para os Estados Unidos como professor e não como um funcionário de uma multinacional, como artista contratado por alguma corporação da indústria audiovisual ou como imigrante em busca da América” lhe proporcionou uma excelente possibilidade de observação etnográfica. Observações essas praticadas nos seus contatos frequentes com os membros da universidade – tanto alunos como docentes – e, principalmente, nos atos da vida diária americana. Torna-se necessário recordar que, desde o início de sua carreira como antropólogo, utilizou-se do método de “observação participante”, que lhe foi útil para a compreensão da sociedade timbira e, posteriormente, da sua própria sociedade. Com certeza, como aluno de Harvard, ele não deixava de observar o comportamento dos habitantes da Nova Inglaterra, mas evidentemente dedicou muito mais tempo para observar os habitantes de Indiana.

Aproveitou dessas observações sobre o “*american way of life*” para produzir artigos e crônicas para diversos jornais brasileiros, como o *Jornal da Tarde*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Segundo ele próprio, “todos os assuntos foram lidos da perspectiva de uma antropologia social ou cultural, cujo foco é o estranhamento, a suspensão dos julgamentos e compartimentalizações familiares, e a comparação” (DaMatta, 2005, p. 9).

Muitas dessas crônicas sobre a vida diária dos americanos foram reunidas no volume *Tocquevilleanas. Notícias da América. Crônicas e Observações sobre os Estados Unidos*. A coletânea é, de certa forma, uma homenagem ao francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), que foi enviado pelo governo francês para estudar o sistema prisional. Durante nove meses, em 1832, Tocqueville percorreu o território americano. O que de fato o impressionou foi o sistema democrático americano, baseado nas ideias de igualitarismo e de individualismo. Retornando à França, publicou em 1835 o seu famoso livro *De la Démocratie en Amérique*.

Capa da coletânea de textos sobre os Estados Unidos, de 2005

O livro de Tocqueville não é simplesmente um “livro de viagem” como os produzidos por turistas. Pelo contrário, tem uma maior proximidade com os textos antropológicos. Mas, de qualquer forma, podemos considerar que turistas e antropólogos têm uma certa similaridade. Ambos gostam de conhecer povos estranhos para depois regressarem a suas comunidades de origem. Regressam, “então, como portadores de felizes notícias de nossos irmãos espalhados nos mais longínquos confins do universo” (Degerando apud DaMatta, 1981). Em suas longas narrativas, os turistas contemplam os seus convidados com intermináveis exposições de fotos, mas, na maioria dos casos, não demonstram nenhuma preocupação com as diferenças culturais, mesmo porque foram incapazes de percebê-las. Segundo DaMatta, eles fizeram a viagem horizontal mas deixaram de lado a jornada vertical, que os etnólogos realizam, distanciando-se de sua própria cultura para entender a do país que visitam.

Essa capacidade de observação ou de estranhamento é encontrada em Tocqueville. E, por isso, serviu de inspiração para que DaMatta, contratado para ensinar antropologia em uma importante universidade americana, aprovei-

tasse todos os seus momentos para buscar uma compreensão do modo de ser dos cidadãos americanos. Mesmo nas salas de aula, quando ensina teoria antropológica para jovens americanos, ou nas reuniões departamentais, quando discute projetos de ensino e de pesquisa com seus pares – que também são seus anfitriões –, não deixa de ser um atento observador, fazendo também suas comparações. Mesmo quando sai dos muros acadêmicos, caminhando pelas ruas e parques da cidade – ou, ainda, entre as estantes das *bookstores* ou nos corredores dos grandes *shopping centers* –, ele continua a fazer suas observações e as consequentes comparações: “[...] os americanos andam pelos corredores e pelas ruas fechados em si mesmos. Podem ouvir de tudo e não se voltam [...] Como têm um profundo desdém pelos elos, valorizam a compartimentalização pessoal. E lá vão eles, cada qual metido na sua própria ‘bolha’” (DaMatta, 2005, p. 27).

De fato, é muito fácil imaginar que em volta de cada cidadão americano exista uma espécie de redoma, pois toda vez que alguém, por descuido, o toca, inevitavelmente ouve a reação “*I beg your pardon*”, antes mesmo que o “transgressor” tenha tempo de se desculpar. Note-se que não é necessário tocar para se desculpar, basta atravessar na frente do caminho de alguém! E nas portas das lojas há uma sucessão de agradecimentos para os que o antecedem e cuidadosamente lhe possibilitam o ingresso ou a saída.

Autor de um texto clássico sobre o papel da rua na cultura brasileira, é natural que DaMatta tenha dirigido a sua observação sobre o significado da rua para os americanos. Em seu artigo “Não Há Rua na América” (DaMatta, 2005, pp. 150-2), relembra que no Brasil a rua é um espaço “para o encontro, a conversa, a troca de informação que acompanha alegre o prazer inesperado do encontro com esta ou aquela pessoa”. Cita Manuel Antônio de Almeida (*Memórias de um Sargento de Milícias*) quando este afirma ser todo o espaço do Rio de Janeiro marcado por sua ocupação pelos mais diversos grupos profissionais: “Há o canto dos meirinhos como existem as áreas dos ciganos, dos feiticeiros, das camadas pobres e nobres da população [...]”.

Para ele, nos Estados Unidos, a rua é muito mais uma via de acesso que um local de encon-

tro, “[...] tanto que a rua nos Estados Unidos é, em princípio, despersonalizada, sendo classificada por número e pontos cardeais, o que no limite indica um triunfo da racionalidade iluminista [...]”. Em resumo, para DaMatta a rua na América, quando comparada com a rua no Brasil, não passa de um “não lugar”, como definiria Marc Augé.

Em várias de suas crônicas fica evidente que o fascínio de Roberto DaMatta pelos Estados Unidos decorre do fato de ter nascido na década de 30 e pertencer a uma geração que deixou de lado o encantamento pela Cidade-Luz e trocou o aprendizado da língua francesa pela inglesa. Segundo ele próprio, “o futuro era tudo para nós, meninos parcialmente educados pelo cinema americano. Um dia donos de automóveis e namorados daquelas louras de cabelos esvoaçantes que não tinham pai, mãe ou parentes [...]” (in *O Globo*, 4/1/2017). Assim, são muitas as suas crônicas em que se associam a sua experiência de vida nos Estados Unidos com os temas de muitos filmes. De fato, foi na sua geração que o cinema se transformou na principal fonte de divertimento, quando – ainda livres da televisão – predominava o hábito de ir ao cinema duas ou três vezes por semana!

São numerosas as crônicas nas quais DaMatta busca interpretar a sociedade americana inspirado por obras da rica cinematografia produzida por Hollywood e suas adjacências. Em “Beleza Americana” (DaMatta, 2005, p. 85-7), o autor procura demonstrar como “a hipocrisia é o ingrediente básico da vida americana [...] todo mundo finge seguir as regras, trabalhar com afinco, não ter preferências pessoais, não ter fantasias sexuais com categorias proibidas, amar o seu emprego e respeitar o seu chefe, ser inteiramente racional, equilibrado e objetivo”.

É também através da análise de um filme que o autor tece as suas observações sobre o principal rito social americano, o *Thanksgiving*, o ritual de agradecimento a Deus criado pelos pioneiros americanos, após sobreviverem aos rigores de um duro inverno. O filme é *Feriados em Família*, dirigido por Jodie Foster e estrelado por Holly Hunter e que “situa sua trama nas várias fases do reencontro de uma família americana de classe média para celebrar o *Thanksgiving*”.

Segundo DaMatta, o filme aponta para um lado penoso, “porque numa sociedade que salienta a independência individual e a autoconfiança, a presença dos pais e irmãos indica que todo mundo foi criança, que todo mundo foi dependente, que todo mundo teve que aprender alguma coisa com alguém [...]” (DaMatta, 2005, pp. 97-98).

A música americana foi tão importante quanto o cinema para o jovem DaMatta, que, muito cedo, escolheu Frank Sinatra como o seu principal ídolo. Mas a sua preferência musical decorreu do fato de ter um ouvido educado para a apreciação dessa nobre arte. Isso foi possível graças ao fato de sua mãe, Lulita, ter sido uma excelente pianista, que, com as suas *performances* vespertinas, no seu ambiente doméstico, possibilitou que o futuro antropólogo desenvolvesse a sensibilidade necessária para fazer as suas escolhas. Assim é que ele termina o seu artigo “As Lições do Piano de Mamãe”: “Foi ouvindo música americana que estive nos Estados Unidos muito antes de conhecer a realidade americana [...] Foi ouvindo música que andei pelos jardins cobertos de poeira de estrelas, lugar imaginário onde se dançava uma valsa que eu não sabia com uma moça que ainda haveria de conhecer [...]” (DaMatta, 2005, pp. 110-2). Foi a sua admiração pela música americana que o levou a estudar canto nos Estados Unidos e se tornar um competente intérprete das canções de Sinatra.

Como todo etnólogo, DaMatta foi treinado para utilizar o método comparativo. Andando pelas ruas de Salt Bend, observando o comportamento dos transeuntes e dos motoristas, não hesitava em fazer comparações. Admirava o comportamento disciplinado dos motoristas e dos pedestres locais e o comparava com o trânsito do Rio de Janeiro ou de qualquer outra cidade brasileira. Com certeza, ficava estarrecido em relação ao número de mortos no Brasil: uma cifra anual maior do que o número de soldados americanos mortos em diversas guerras. Foi assim que começou a escrever sobre o trânsito no Brasil, onde alguns motoristas acreditam ser proprietários da via pública, buzinando desnecessariamente, fazendo ultrapassagens perigosas, desrespeitando os sinais e as faixas de pedestres e ofendendo os que ousam interferir em suas trajetórias. Em suas crônicas que com-

param o trânsito dos dois países, começa a surgir um interlocutor americano, Richard Moneygrand, seu colega de Harvard, que se tornou um famoso brasilianista e seu principal interlocutor. Foram tantas as suas participações que um dia o Detran do Rio de Janeiro contactou DaMatta para que ele fornecesse o endereço de Moneygrand. Após a confissão de que se tratava de uma personagem inventada, DaMatta foi convidado para fazer uma palestra no Detran. Em seguida, foi contratado pelo governo do Estado do Espírito Santo, alarmado com o grande número de acidentes, para realizar uma pesquisa na Grande Vitória, a qual resultou no livro *Fé em Deus e Pé na Tábua ou Como e Por Que o Trânsito Enlouquece no Brasil*. Nessa pesquisa e na edição do livro o autor contou com a colaboração de João Gilberto M. Vasconcellos e Ricardo Pandolfi e, naturalmente, de Richard Moneygrand. De fato, a cada crônica em que era citado, Moneygrand foi se tornando cada vez mais versátil, oferecendo as suas opiniões sobre os mais diversos assuntos. No artigo “Ser Doutor no Brasil”, DaMatta (2005, p. 202) informa que, no Brasil, “todas as pessoas que, estando bem vestidas e sendo bem-apegoadas, são chamadas de ‘doutor’ e assim o título universitário se amplia pela sociedade, transformando-se em fórmula generalizada de senhorio, de respeito e de deferência”. Enquanto isso, nos Estados Unidos, todos são chamados de “*misters*”, mesmo os que tenham titularidade acadêmica. Essa afirmação é complementada pelo professor Richard Moneygrand, repetindo sem saber Lima Barreto: “A América é um país de *misters* diplomados; o Brasil é uma terra de ‘doutores’ sem doutoramentos”.

Roberto DaMatta não foi o primeiro antropólogo brasileiro a ir estudar nos Estados Unidos. Antes dele outros o fizeram, como Eduardo Enéas Gustavo Galvão e Josildeth Consorte, entre outros. Mas foi o que teve uma preocupação constante em fazer comparações, muitas das quais transformou em textos. E é preciso considerar que, quando foi pela primeira vez, no início da década de 60, o choque cultural era muito maior. Logo de início foi surpreendido pela dimensão dos supermercados, com uma imensa variedade de produtos, nada igual aos “armazéns” do Rio de Janeiro, nos quais os

fregueses compravam a crédito os seus mantimentos. A surpresa maior foi ter o seu pedido de instalação de um telefone atendido em 48 horas, quando no Brasil o tempo de espera podia ser medido em anos! E, finalmente, como não se encantar com a Widener, a maior das bibliotecas universitárias americanas? E a possibilidade de encontrar os livros indicados na grande variedade de *bookstores* de Cambridge e Boston?

Os seus escritos refletem bem as suas surpresas e admiração com suas descobertas referentes à sociedade americana. Como ele próprio expressa, encontrou “dados perturbadores para quem cresceu imaginando que os capitalistas andavam de fraque preto, usavam cartolas, fumavam charutos e tinham o coração tão duro quanto as portas dos cofres que guardavam as suas imensas fortunas obtidas pela exploração do trabalho dos oprimidos” (DaMatta, 2015, p. 195). Esta é a sua reação ao ver na revista *Newsweek* (29 de setembro de 1997) a foto de um milionário que teria doado um bilhão de dólares para uma organização filantrópica. E na mesma revista encontrou a informação de que “nos Estados Unidos, doadores ricos, pobres e remediados doaram um total de 150,7 bilhões de dólares”. Comenta, então, a ausência de filantropia no Brasil, onde milionários doadores constituem exceções. Pelo contrário, os fatos recentes demonstram a voracidade dos mesmos para se apossarem dos recursos públicos.

Finalmente, DaMatta não poderia deixar de comentar a culinária americana. Cita Octavio Paz, que observou que “os americanos comem como vivem, de modo segregado e honesto”. Comem os alimentos separadamente e “evitam os molhos, que personalizam e permitem criar descontinuidade nos sabores”. Nada mais repugnante para eles do que uma feijoada, uma estranha mistura de líquido e sólidos. Em compensação, “adoram os cremes, manteigas e açúcares. Um café aqui vem transbordante de creme: uma salada é sempre acompanha-

da de um *dressing* suculento”. Em um país repleto de obesos, não é difícil constatar que “as multidões americanas estão sempre comendo...”.

Para terminar este nosso breve ensaio sobre as crônicas de DaMatta relativas à cultura americana, decorrentes de um longo período de observação e com a acuidade de um arguto observador, treinado que foi na análise de uma sociedade tão díspar da nossa como a dos apinayés, gostaríamos de comentar o seu artigo referente à reação americana a um dos momentos mais dramáticos deste século: “A Visão Brasileira da Tragédia Americana” (DaMatta, 2005, pp. 315-7).

O seu primeiro comentário sobre o ataque às torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001, refere-se ao fato de que a primeira preocupação do governo americano foi com as vítimas. Antes de discutir os aspectos políticos havia a preocupação em atender os feridos e fazer o resgate dos corpos. Enquanto isso, os jornalistas brasileiros estavam preocupados com análises políticas, sobre quais seriam as consequências do atentado. “Enquanto para nós estava decretado o fim da arrogância e da confiança dos Estados Unidos em si mesmos, para eles o episódio era lido como mais um teste histórico-moral para os valores de sua democracia e instituições.”

No Brasil, continua DaMatta, o presidente da República sofreria um tiroteio acusatório por não ter tomado medidas preventivas. Lá, o que ocorreu foi uma demonstração de “solidariedade cívica, administrativa, social e moral em torno do presidente Bush!”. Simplesmente porque, “nos Estados Unidos, os papéis se separam das pessoas”.

Concluindo, ao contrário de outros americanistas, que fizeram as suas análises através de livros, DaMatta utilizou-se das crônicas publicadas com regularidade em jornais de grandes tiragens. Com certeza, esse procedimento possibilita ter acesso a um maior número de leitores e de tratar de temas mais atuais.

BIBLIOGRAFIA

- DAMATTA, Roberto. *Um Mundo Dividido. A Estrutura Social dos Índios Apinayé*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- . *Relativizando. Uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- . *Tocquevilleanas. Notícias da América. Crônicas e Observações sobre os Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Rocco, 2005.
- . *Fé em Deus e Pé na Tábua, Ou Como e Por Que o Trânsito Enlouquece no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco, 2010.
- . *Brasileirismos. Além do Jornalismo, Aquém da Antropologia e Quase Ficção*. Rio de Janeiro, Rocco, 2015.
- LARAIA, Roque de Barros. "Da Mata ao Carnaval, uma Trajetória Antropológica", in Laura Graziela Gomes; Lívia Barbosa; José Augusto Drummond (orgs.). *O Brasil Não É para Principiantes*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

***Nos desprendemos da Europa tão completa
e definitivamente como a Lua da Terra:
O americanismo de Nabuco***

Luís Cláudio Villafañe G. Santos

resumo

O artigo analisa a evolução do pensamento de Joaquim Nabuco sobre o lugar dos Estados Unidos na política externa brasileira. A ênfase recai sobre o período em que ele atuou como embaixador do Brasil em Washington.

Palavras-chave: Joaquim Nabuco; americanismo; política externa brasileira; Brasil-EUA.

abstract

The article analyzes the evolution of Joaquim Nabuco's thought on the role of the United States in the Brazilian foreign policy. The emphasis is on the period that he served as Brazilian ambassador in Washington.

Keywords: *Joaquim Nabuco; Americanism; Brazilian foreign policy; Brazil-USA.*

Em um tempo em que os olhos e os corações da elite brasileira ainda estavam quase que inteiramente voltados para a Europa, Joaquim Nabuco pôde desfrutar de uma precoce experiência nos Estados Unidos. Filho de prócer liberal, mas momentaneamente sem chances reais na cena política dominada pelos conservadores, entre 1876 e 1877 posou de adido na legação brasileira em Washington, chefiada então pelo conselheiro Antônio Pedro de Carvalho Borges. Pouco trabalhou. Fixou-se em Nova York e, em meados de 1877, solicitou seis meses de licença sem vencimentos para obter a sonhada transferência para Londres e não mais voltou ao posto. Sua falta de interesse em relação à grande república americana ficou patente no breve balanço de sua experiência que deixou registrado em seu diário:

“Eu cometi um grande erro vindo a este país; em vez de estudá-lo, de visitar suas instituições de caridade e de letras, de conhecer os seus homens. Quis divertir-me com as mulheres; o resultado é uma impressão de tempo perdido. Posso, porém, ainda reparar o meu erro quando voltar e só então poderei dizer que estive nos Estados Unidos” (Nabuco, 2005, vol. 1, p. 220)¹.

1 Entrada de 27 de setembro de 1877.

A oportunidade para refazer suas impressões tardaria bastante: Joaquim Nabuco só voltaria aos Estados Unidos quase 28 anos depois.

O AMERICANISTA IMPROVÁVEL

É conhecida a passagem da autobiografia precoce de Nabuco, *Minha Formação*, de 1900, em que ele garantiu trocar de bom grado todas as paisagens americanas por “um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, um pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre”. “O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação, europeia” (Nabuco, 1999, p. 16), resumiu. Seu europeísmo não era apenas cultural, mas também um princípio político. Refletia a afinidade eletiva das monarquias com a Europa e das repúblicas com as Américas². No Brasil, já em 1870, o Manifesto Republicano proclamava que “Somos da América e queremos ser americanos”. Com a queda de D. Pedro II, a política externa da Nova República deu uma súbita guinada americanista, uma mudança recebida com críticas acerbas dos monarquistas como Nabuco.

2 Sobre o tema ver Santos (2004).

LUÍS CLÁUDIO VILLAFÑE G. SANTOS é diplomata, historiador e autor de, entre outros, *O Dia em que Adiaram o Carnaval* (Unesp).

Durante o governo de Floriano Peixoto, a intervenção dos navios de guerra estadunidenses rompendo o bloqueio decretado pelos insurgentes na Revolta da Armada foi um “ato sem precedentes” denunciado com ênfase por Nabuco em artigos de jornal (depois reunidos no livro *A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta de 1893*). Nabuco (2003, p. 126) alertou que “a proteção, a intervenção, o socorro é sempre na história o modo por que primeiro se projeta sobre um Estado independente a sombra do protetorado”. O monarquismo (e o europeísmo) de Nabuco resistiu até aos apelos de correligionários como o Barão de Jaceguay, que, em 1895, lhe dirigiu uma carta aberta para que pusesse seus talentos à disposição do novo regime, em favor da nação. Não funcionou. Ao contrário, Nabuco participou ativamente da fundação do Partido Monarquista no ano seguinte. Em 1899, contudo, rendeu-se. Aceitou preparar a defesa brasileira no contencioso de limites com a Guiana Inglesa e partiu para a Europa em missão diplomática. A negociação direta, que vinha sendo dirigida pelo ministro Souza Correia, em Londres, fracassou e os dois países decidiram entregar o litígio à arbitragem do rei da Itália, Vitor Emanuel III. Com a morte repentina de Souza Correia, em 1901, Nabuco passou a acumular a chefia da Legação em Londres com seu papel de advogado brasileiro na questão de limites. Passou a viver, então, entre Londres e Roma até a decisão do árbitro.

A divulgação do laudo de Vitor Emanuel, em junho de 1904, constituiu-se em grave percalço para Joaquim Nabuco. O rei da Itália dividiu o território em litígio de forma que foi percebida pela opinião pública brasileira (e pelo próprio Nabuco) como injusta e desfavorável. Pela decisão arbitral, coube ao Brasil uma fração do território em litígio ainda menor do que os ingleses haviam oferecido nas negociações diretas prévias ao processo de arbitragem. Em carta à esposa, desabafou: “Tendo feito todo o meu dever, estou com a consciência tranquila, mas o coração sangra-me; parece-me que sou eu o mutilado do pedaço que falta ao Brasil” (Nabuco, 2005, vol. 2, p. 310, nota 233). Os jornais brasileiros reagiram, em geral, com comedimento, mas as comparações com as duas vitórias insofismáveis de Rio Branco nas arbitragens de Palmas e do Amapá eram inevitáveis.

Dias depois do mau resultado, Rio Branco telegrafou-lhe oferecendo um cargo que pensava criar. O chanceler pretendia elevar a legação do Brasil em Washington ao nível de embaixada e fazer de Nabuco o primeiro embaixador nos Estados Unidos (e o primeiro diplomata brasileiro a ter esse título). Nas palavras de Nabuco, “um terremoto”. Ao que aduziu em seu diário: “Vou pensar muito antes de responder” (Nabuco, 2005, vol. 2, p. 324)³.

Então, Joaquim Nabuco era titular do posto que seguia considerado como o mais importante para a diplomacia brasileira, a Legação em Londres. Começavam as tratativas para a sucessão do presidente Rodrigues Alves na eleição que se daria em março do ano seguinte. Caso tivesse tido sucesso na arbitragem, Nabuco seria um nome muito forte para suceder a Rio Branco na chefia do Itamaraty. Com o fracasso, suas chances despencaram. Nabuco desconfiou que a oferta mascarava a intenção do Barão de reservar para si a chefia da Legação em Londres, caso não fosse reconduzido ao cargo de chanceler. Suas hesitações e dúvidas foram compartilhadas com Graça Aranha, seu discípulo e confidente, e este resumiu a questão em carta a Nabuco:

“O ponto é simplesmente este: vale a pena deixar a Europa e passar para a América? Vale a pena deixar Londres e ir ocupar a legação classificada de ‘primeira’ pela chancelaria brasileira e onde se presume estar toda a chave (senão a base) da vida internacional do Brasil? Se o Rio Branco quer Londres, ele não trepidou para obtê-la em rebaixar este posto, elevando o que ofereceu em troca” (Graça Aranha apud Viana Filho, 2008, p. 427).

Na verdade, derrotado na questão do Pirara, era pequena a margem de manobra de Joaquim Nabuco frente ao Barão do Rio Branco, que, aliás, conseguiu manter-se no cargo na gestão de Afonso Pena e nas duas outras que se seguiram. Não havia remédio. Aceitou a oferta. Nabuco chegou a Nova York em 20 de maio de 1905 e hospedou-se no mesmo hotel onde tinha vivido entre 1876 e 1877. Suas expectativas quanto ao seu retorno aos Estados Unidos não eram das melhores. Confessou em carta à sua esposa: “Estou com medo de ter

3 Entrada de 19 de junho de 1904.

feito uma grande tolice aceitando este posto, uma grandíssima tolice da qual me custará muito tirar-me com vantagem” (Nabuco, 2005, vol. 2, p. 351)⁴.

A CONVERSÃO AO CREDO AMERICANISTA

A despeito de suas hesitações, já em sua apresentação de credenciais ao presidente Theodore Roosevelt, em 24 de maio de 1905, Joaquim Nabuco inaugurou seu discurso americanista e chegou a declarar a Roosevelt que o Brasil fazia votos pelo “aumento da influência moral dos Estados Unidos, a qual se revela pela existência pela primeira vez no mundo de uma vasta zona neutra de paz e de livre competição humana”. Mas, na intimidade de seu diário, verifica-se que continuava a duvidar de sua missão. Aconselhava os amigos a não pedirem para ir para Washington, cujo custo de vida considerou muito caro, e, quanto a si, considerava que: “Se vir a) que posso servir e b) se o governo me der os meios, *irei ficando até renunciar*” (Nabuco, 2005, vol. 2, p. 332)⁵. Imaginava que apenas depois de decorrido um ano de sua permanência nos Estados Unidos poderia ter uma ideia clara sobre se teria valido a pena ter aceito a incumbência que lhe fora dada. Contudo, em sua correspondência com Rio Branco não deixava transparecer suas dúvidas. Ao contrário, com sua imodéstia habitual, no telegrama pelo qual relatou sua entrega de credenciais sentenciou: “Considero data 24 maio 1905 tão grande nossa ordem externa quanto 13 maio 1888 nossa ordem interna” (Nabuco, 2011, vol. 1, p. 30).

Muito antes de transcorrido o prazo de um ano, sua conversão ao americanismo seria completa e seu entusiasmo pelos Estados Unidos passaria a ser inigualável. Alugou a casa onde havia morado o secretário de Estado Elihu Root, quando este chefiou o Departamento de Guerra. Depois de um breve intervalo, Root voltava ao governo quase ao mesmo tempo em que Nabuco assumia suas funções. O poder de sedução e as habilidades sociais do embaixador brasileiro obtiveram uma boa acolhida na capital estadunidense, e Nabuco desenvolveu

uma boa relação pessoal com Root. No início de dezembro, uma boa notícia para Nabuco. Presidindo o Bureau das Repúblicas Americanas, Root conseguiu que o Rio de Janeiro fosse indicado como sede da próxima Reunião Pan-Americana, em grande medida para contornar a candidatura venezuelana. Melhor ainda, Root anunciou que iria pessoalmente ao encontro. Seria a primeira participação de um secretário de Estado em função em uma reunião desse tipo no estrangeiro. Ainda que nem ao menos estivesse presente na discussão que decidiu pela indicação do Brasil como sede, para a vaidade de Nabuco, ainda ferida, nada poderia ser mais revigorante. Anotou em seu diário o comentário de seu colega costa-riquenho: “Isso é sorte, é fortuna! Você acaba de chegar, e se hoje deixasse a embaixada já teria feito mais em um mês de Washington do que outros em anos, já teria justificado a sua escolha e a criação da sua embaixada” (Nabuco, 2005, vol. 2, p. 346)⁶. Na verdade, a ida de Root ao Rio de Janeiro deveu-se ao interesse estadunidense em promover suas exportações e investimentos na América do Sul, ainda grandemente dominada pelo comércio e por capitais britânicos. Em consonância com a Doutrina Monroe, a América Latina era vista como um mercado potencialmente cativo para os Estados Unidos, mas os capitais e comércio britânicos ainda levavam vantagem.

O pan-americanismo apelava para uma visão de paz e fraternidade entre os países americanos, ainda que liderados por Washington. O Brasil tinha participado ativamente da I Conferência, realizada em Washington em 1889-1890, e de modo discreto no encontro seguinte, na Cidade do México, entre fins de 1901 e o começo do ano seguinte. A III Conferência apresentava-se como um palco privilegiado para avançar um discurso de amizade, paz e harmonia que suavizasse o Corolário Roosevelt, e Root decidiu fazer de sua estada no Rio de Janeiro parte de uma turnê pela América Latina. Partindo de Nova York, Root fez escala em Porto Rico antes de seguir pela costa brasileira até o Rio de Janeiro. Depois de passar pela capital brasileira, visitou Montevideú, Buenos Aires, Santiago, Lima, Bogotá e a Cidade do Panamá.

4 Carta a Evelina de 20 de maio de 1905.

5 Entrada de 22 de junho de 1905. Grifo meu.

6 Entrada de 7 de dezembro de 1905.

Ainda no final daquele ano, outro incidente se-
 lou de vez a adesão de Nabuco ao que ele mesmo
 qualificava como monroísmo, a aceitação do pa-
 pel autoatribuído pelos Estados Unidos de forma
 explícita pelo Corolário Roosevelt. Em dezembro
 do ano anterior, o presidente estadunidense tinha
 deixado claro que se as nações latino-americanas
 não se comportassem dentro dos padrões consi-
 derados “aceitáveis”, caberia aos Estados Unidos
 arrogar-se um poder de polícia internacional para
 que elas se conformassem às normas “civilizadas”
 de convivência. Em compensação, as potências eu-
 ropeias não mais poderiam intervir no continente.
 Para Nabuco (e para Rio Branco), isso não seria
 uma ameaça ao Brasil, pois o país não se confundi-
 ria com os vizinhos instáveis e malgovernados e a
 proteção contra ameaças europeias era bem-vinda.

Em dezembro de 1905, em um incidente
 confuso, uma pequena tropa de marinheiros da
 canhoneira alemã Panther havia desembarcado
 em Santa Catarina supostamente para prender
 um alemão que desertara do serviço militar. A
 violação da soberania nacional ganhou ares de es-
 cândalo e Rio Branco acabou por responder com
 grande vigor, ameaçando até mesmo a captura
 e a revista forçada do navio de guerra alemão
 com o intuito de libertar o alemão que teria sido
 sequestrado em território brasileiro. Esse curso
 de ação poderia levar o Brasil à guerra contra
 uma das maiores potências militares do planeta
 ou, ao menos, ao bloqueio dos portos brasileiros
 em represália. Rio Branco instruiu Nabuco a que
 provocasse a publicação de “artigos monroístas”
 na imprensa dos Estados Unidos.

Nabuco foi além e queixou-se pessoalmente
 com o Departamento de Estado. O secretário de
 Estado aproveitou-se do pretexto para reafirmar a
 Doutrina Monroe e pediu explicações ao emba-
 xador alemão, que lhe garantiu que o incidente
 seria resolvido pacificamente. O cidadão alemão
 supostamente sequestrado não apareceu e tam-
 pouco foi tomada qualquer medida militar contra
 a Panther, mas o assunto resolveu-se com um pe-
 dido de desculpas de Berlim e a promessa de uma
 investigação e das medidas cabíveis, inclusive o
 afastamento do comandante do navio.

A repercussão da gestão de Nabuco acabou
 sendo, contudo, péssima. Parte da imprensa in-
 ternacional e brasileira interpretou a intromissão es-

tadunidense como uma confissão de subordinação
 do Brasil aos Estados Unidos. Rio Branco exigiu
 que Nabuco desmentisse que ele tivesse solicitado
 a ajuda e o Departamento de Estado chegou a ne-
 gar oficialmente ter recebido qualquer pedido de
 auxílio. Nabuco acabou magoado com Rio Branco
 por não “atinar com a razão desse desmentido”.
 Aduziu que: “De certo, não fui lá de sua parte, mas
 que pode ter havido de tão desagradável na falsa
 notícia para você a esmagar publicamente e dar-me
 aviso de que o fizera?” (Nabuco, 2005, vol. 2, p.
 348, nota 282). Se Rio Branco buscava aparentar
 uma posição de autonomia e independência em
 relação aos Estados Unidos, Joaquim Nabuco já
 tinha perdido aí todos seus escrúpulos sobre a ne-
 cessidade de contar com a amizade estadunidense:

“Para nós a escolha está entre o monroísmo e a
 recolonização europeia. O equilíbrio dos dois
 mundos não permite mais a existência de nações
 isoladas dele e tirando benefícios dele. Hoje a pro-
 teção impõe deveres às nações que a recebem, e a
 única proteção da América é o *sea-power* que só
 os Estados Unidos têm nela. Monroísmo é assim a
 afirmação da independência e integridade nacional
 pelo único sistema que as pode garantir. Quero in-
 teligência que pareça aliança tácita. Agora mesmo
 o Brasil procede com a Alemanha como a França
 não ousaria. Em quem se fia? Sem o *sea-power*,
 um bloqueio alemão do Rio e Santos nos faria
stew in our own juice, que nesse caso seria suco de
 café (muito caro). Gozar de uma vantagem como
 o monroísmo sem o reconhecer é mesquinhez e
 hipocrisia” (Nabuco, 2005, vol. 2, pp. 346-7)⁷.

No entender de Nabuco, a rejeição do prin-
 cípio do *uti possidetis*, implícito no laudo da
 arbitragem que definiu os limites com a Guiana
 Inglesa, expunha grande parte do território na-
 cional à cobiça europeia. Reconhecer e apoiar
 o intervencionismo estadunidense na América
 Central, no Caribe e, mesmo, no norte da Amé-
 rica do Sul parecia um preço baixo diante dos
 riscos do imperialismo europeu.

7 Entrada de 12 de dezembro de 1905. A correspondência
 trocada entre Joaquim Nabuco e Rio Branco sobre o
 tema está transcrita em Nabuco (2011, vol. 1, pp. 70-87).

A III CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA

A III Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro, de 25 de junho a 27 de agosto de 1906, constituiu-se no ponto alto das relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante o período em que Joaquim Nabuco foi embaixador. Nas reuniões prévias, em Washington, o brasileiro trabalhou em coordenação com a delegação estadunidense para que se excluíssem da agenda do encontro temas polêmicos, em especial a chamada Doutrina Drago, que condenava a cobrança coercitiva de dívidas soberanas. A questão acabou remetida para a II Conferência da Paz de Haia, que se realizaria no ano seguinte⁸ e a agenda do encontro restringiu-se aos temas em que não havia diferenças de visão graves entre os participantes.

A despeito de seus poucos resultados práticos, a Conferência Pan-Americana foi considerada pelos jornais brasileiros um grande sucesso e o símbolo do bom entendimento entre o Brasil e os Estados Unidos, um passo firme no projeto de Nabuco de forjar uma “inteligência que pareça aliança tácita”. Para a decepção do embaixador em Washington, contudo, Rio Branco foi cauteloso em suas expressões de americanismo nos dois discursos que proferiu. Ao contrário, negou expressamente que a reunião pudesse representar uma dicotomia entre a América e a Europa e lembrou que esta última “nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente o apoio e o exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades de sua indústria e a lição mais proveitosa do progresso”⁹. A pouca substância dos temas tratados reduziu o conclave a um exitoso exercício de relações públicas dos Estados Unidos, com uma entusiasmada coadjuvação brasileira, mas certamente foi útil para projetar – interna e externamente – a ideia de um íntimo entendimento entre Rio de Janeiro e Washington.

8 As negociações da agenda do encontro estão descritas em um longo ofício de Nabuco para Rio Branco, datado de 31/3/1906, transcrito em Nabuco (2011, vol. 1, pp. 168-75).

9 Os discursos de Rio Branco na Conferência estão reproduzidos em Rio Branco (2012).

A CONFERÊNCIA DE HAIA

A II Conferência da Paz, em 1907, seria desde sua preparação uma fonte de aborrecimentos para Nabuco. Ele imaginava-se candidato natural para chefiar a delegação brasileira e, nessa condição, faria do encontro nova oportunidade para realçar o íntimo entendimento entre o Brasil e os Estados Unidos. A chefia da delegação, que chegou a lhe ser oferecida, acabou atropelada pela candidatura de Ruy Barbosa, que logo se impôs. Nabuco acabou desconvidado pelo oferecimento de uma improvável chefia compartilhada, mas não sem que o episódio causasse um forte estremecimento de suas relações pessoais com Rio Branco. Nabuco entendia que seus contrapartes em Washington veriam sua ausência de Haia como sinal de desprestígio e solicitou, como desculpa, uma licença por motivo de saúde. Acabou designado para uma “missão especial” na Europa para preparar o terreno para Ruy. Deslocou-se para a Europa, preparou e mandou notas para o chefe da delegação, insinuou-se como negociador das tratativas prévias ao encontro, mas não obteve o respaldo de Ruy Barbosa e ficou completamente alijado da reunião.

A despeito da orientação geral de apoiar as teses estadunidenses, em Haia, Brasil e Estados Unidos acabaram em campos opostos em três dos quatro grandes temas discutidos: a Doutrina Drago, o Tribunal de Presas Marítimas, a Corte Internacional de Justiça e a imposição do princípio do arbitramento compulsório. Somente houve convergência em relação à Doutrina Drago, discutida no início da conferência. Em um foro global, com a presença dos países europeus, os interesses dos Estados Unidos convergiam para os das grandes potências, e o Brasil viu-se reduzido à sua condição de país periférico. As solicitações feitas por meio do encarregado de negócios em Washington para que os Estados Unidos apoiassem os pleitos brasileiros não foram ouvidas, para o grande desapontamento de Rio Branco e de Joaquim Nabuco. Ao desistir de se coordenar com os Estados Unidos, Rio Branco telegrafou a Ruy Barbosa com novas instruções:

“Infelizmente o presidente Roosevelt estava e está longe da capital e secretário Estado anda viajando

pelo interior. Não pôde assim esse governo tomar as iniciativas que desejávamos tomasse no seu próprio interesse e no dos demais países americanos. Agora que não mais podemos ocultar a nossa divergência com a delegação americana, cumpre-nos tomar aí francamente a defesa do nosso direito e do das demais nações americanas” (CHDD, 2014, pp. 128-30)¹⁰.

Ruy acabou por liderar um movimento dos países mais fracos, porém mais numerosos, e as propostas estadunidenses acabariam naufragando no plenário. A imprensa e, certamente, parte importante do governo estadunidense não deixariam de atribuir ao Brasil a culpa do fracasso de suas teses na conferência. De volta a Washington, sem ter participado das discussões, restava a Joaquim Nabuco a tarefa de buscar recompor as relações com os Estados Unidos.

MANEJANDO A CRISE DA RELAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS

Em julho de 1908 Nabuco ainda se queixava que o jornal *New York Herald* continuava sua “campanha diária” contra o Brasil, que acusava de ter promovido em Haia uma frente latino-americana contra os Estados Unidos. Em carta a Graça Aranha, lamentava-se:

“O Rio Branco mandou-me para cá porque queria o meu lugar em Londres, a vinha de Nabboth! Por isso me elevou, e não se lembra mais de mim. Sinto-me inteiramente isolado. A Haia acabou com a pouca simpatia que a aproximação americana aí inspirou um momento. Parece-me estar pregando no deserto” (Nabuco, 2005, vol. 2, pp. 438-9)¹¹.

Ao fim do ano, com as crescentes tensões entre o Brasil e a Argentina por conta do programa de reequipamento naval brasileiro, as relações com o governo estadunidense azedaram um pouco mais. A compra de poderosos encouraçados

poria a Marinha brasileira em grande vantagem frente à esquadra argentina, e Buenos Aires pressionava para que um dos três encouraçados encomendados fosse vendido à Argentina e a compra do terceiro, cancelada, ficando os dois países em relativa paridade. Chegou a haver a ameaça de a Argentina declarar uma guerra preventiva antes da chegada das belonaves compradas pelo Brasil. Em fins de 1908, a situação era tensa e a Argentina anunciou a realização de manobras militares diante da costa brasileira.

Em conversa com Nabuco, o secretário de Estado Root ofereceu-se para mediar uma negociação que estabelecesse o equilíbrio naval entre Brasil e Argentina. Rio Branco reagiu com fúria, pois considerava inegociável a compra dos encouraçados já encomendados. O chanceler brasileiro comentou com Nabuco que, ao contrário de apoiar o controle dos armamentos brasileiros, os Estados Unidos deveriam “ajudar-nos neste perigoso momento em que a propaganda zebalista se esforça para que o governo nos dirija um golpe enquanto estamos mais fracos, antes da chegada dos novos navios, e expediria logo para aqui espontaneamente uns quatro navios”. Nesse longo despacho, Rio Branco queixar-se-ia de que a amizade dos Estados Unidos “só existe nas bonitas palavras que temos ouvido de Roosevelt e Root” (Nabuco, 2011, vol. 2, p. 126)¹². Nabuco transmitiu o desconforto de Rio Branco a Root, que recuou na proposta de mediação, mas não se dispôs a enviar navios ou a fazer qualquer outro gesto contra uma eventual ameaça argentina. As visões de Nabuco e Rio Branco divergiam fortemente. O embaixador brasileiro chegou a propor que Rio Branco telegrafasse diretamente a Root “agradecendo interesse mostrado nossas boas relações com Argentina e abundando sentimentos amistosos” (Nabuco, 2011, vol. 2, p. 127)¹³, sugestão que o Barão ignorou.

A despeito da inesgotável boa vontade de Nabuco, os percalços nas relações com os Estados Unidos continuaram.

Em 1909, o Congresso estadunidense começou a discutir a criação de uma taxa sobre as importações do café brasileiro. O produto brasi-

10 Telegrama de 18 de agosto de 1907.

11 Entrada de 18 de agosto de 1908.

12 Telegrama de 8 de dezembro de 1908.

13 Telegrama de 10 de dezembro de 1908.

leiro concorria com a pequena produção porto-riquenha, porém muito mais importante era a ameaça contra a política de sustentação dos preços do café, inaugurada pelo Convênio de Taubaté, em 1906, que era vista como violação do livre funcionamento dos mercados. Ademais, os consumidores estadunidenses acabavam arcando com a taxa de exportação retida pelos Estados produtores, embutida no preço final. A questão angustiava Nabuco, que chegou a dizer em telegrama: “Sei bem que aí não me atribuirão nenhum mérito se imposto não for lançado e me tornarão responsável se for” (Nabuco, 2011, vol. 2, p. 166)¹⁴. Desenvolveu um intenso trabalho de convencimento junto às autoridades locais e conseguiu manter livre de tarifas a importação do café, do cacau, da borracha e das peles vindas do Brasil, mas a constante ameaça contra as exportações brasileiras continuaria durante anos. Com a mudança de governo em Washington e a “diplomacia do dólar”, as questões de comércio e investimento passaram ao primeiro plano das preocupações do governo dos Estados Unidos, e a ideia de algum tipo de relação especial com o Brasil ficou ainda mais distante da realidade. Nabuco tampouco conseguiu repetir com o novo secretário de Estado, Philander Knox, a boa sintonia que tinha logrado com Root.

A última tentativa de Nabuco para reencenar a ideia de uma “inteligência que pareça aliança tácita” com os Estados Unidos tampouco foi bem-sucedida. Ele propôs a Rio Branco que o Brasil patrocinasse uma moção de reconhecimento da Doutrina Monroe a ser adotada pelos países americanos durante a IV Conferência Pan-Americana, que se realizaria em Buenos Aires. A ideia foi bem acolhida por Rio Branco e Nabuco chegou a propor um texto:

“O largo período decorrido desde a declaração da Doutrina Monroe habilita-nos a reconhecer nela um fator permanente da paz externa do continente americano. Por isso, festejando os primeiros esforços para a sua independência, a América Latina envia à grande irmã do Norte a expressão do seu reconhecimento por aquela nobre e desinteressada

iniciativa, de tão grande benefício para todo o novo mundo” (Nabuco, 2011, vol. 2, p. 226)¹⁵.

A hipótese de os países latino-americanos subscreverem uma moção de apoio à Doutrina Monroe era, naturalmente, completamente irrealista e mostrava a singularidade da percepção da diplomacia brasileira de então sobre o papel dos Estados Unidos no continente, em contraste com a dos demais países latino-americanos. A IV Conferência Pan-Americana ocorreria depois da morte de Nabuco, mas a proposta foi prontamente repudiada pelos países latino-americanos sondados a respeito e também pelos Estados Unidos – que tinham pouco a ganhar e muito a perder se um tema tão espinhoso viesse a ser discutido em plenário – e nunca chegaria a ser oficializada.

Joaquim Nabuco faleceu em 17 de janeiro de 1910. Seu corpo foi trasladado ao Brasil a bordo do cruzador North Carolina, da Marinha de Guerra dos Estados Unidos, um significativo gesto de apreço do governo estadunidense ao primeiro embaixador brasileiro em Washington. O cargo ficou vago por mais de um ano, sendo Nabuco sucedido por Domício da Gama, homem de confiança de Rio Branco, mas as discussões sobre possíveis ações contra as exportações de café brasileiro continuaram. As relações entre o Brasil e os Estados Unidos só se recuperariam depois da morte de Rio Branco.

É recorrente na historiografia brasileira a comparação entre as prescrições de política para os Estados Unidos de Joaquim Nabuco e de Oliveira Lima, ficando o primeiro como representante de uma postura subordinada a Washington e o último como proponente de um latino-americanismo precoce, com Rio Branco ocupando um ponto intermediário entre esses dois polos. Inclusive pela vivência por vários anos na Europa e nos Estados Unidos, Nabuco, Rio Branco e Oliveira Lima certamente compartilhavam a percepção da fraqueza relativa do Brasil diante dos desafios daquele momento, em que o imperialismo europeu atingia seu zênite e Washington passava a atuar de forma especialmente agressiva na América Latina. Ademais das idiosincrasias e vaidades pessoais

14 Telegrama de 10 de fevereiro de 1909.

15 Telegrama de 6 de setembro de 1909.

de cada um, as distintas visões sobre como situar o Brasil nessa conjuntura explicam-se, em grande parte, pela situação pessoal e funcional dos três personagens. Nabuco, desde Washington (mas só depois de que lá chegou), passou a favorecer um alinhamento político com os Estados Unidos, como uma opção pragmática que, além de suas vantagens intrínsecas, o fortalecia como operador indispensável da política externa brasileira. Por diversas razões, mas principalmente pela

falta de interesse dos Estados Unidos em ajustar suas posições aos interesses brasileiros, trata-se de mera construção ideológica falar-se em uma aliança, mesmo “não escrita”, entre o Brasil e os Estados Unidos nesse período. Essa hipótese, porém, não apenas chegou a ser contemplada (unilateralmente pelo Brasil), mas efetivamente perseguida (ainda que, na prática, por um curto período) e Joaquim Nabuco foi, sem dúvida, seu maior defensor.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Ângela. *Joaquim Nabuco: Os Salões e as Ruas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- CHDD, Centro de História e Documentação Diplomática. *II Conferência da Paz, Haia 1907: A Correspondência Telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa*. Brasília, Funag, 2014.
- COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a Política Exterior do Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1968.
- NABUCO, Carolina. *A Vida de Joaquim Nabuco*. 4ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.
- _____. *A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta de 1893*. Brasília, Editora do Senado, 2003.
- _____. *Diários*. São Paulo/Recife, Bem-Te-Vi/Massangana, 2005 (2 vols.).
- _____. *Joaquim Nabuco, Embaixador*. Rio de Janeiro/Brasília, CHDD/Funag, 2011 (2 vols.).
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos do. *Obras do Barão do Rio Branco*, vol. IX. Brasília, Funag, 2012.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa – O Império e o Interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo, Unesp, 2004.
- VIANA FILHO, Luís. *A Vida do Barão do Rio Branco*. 8ª ed. São Paulo/Salvador, Unesp/Edufba, 2008.

***Vianna Moog e seu cotejo
entre Brasil e Estados Unidos***

Fernando de Mello Barreto

resumo

Ao revisitar *Bandeirantes e Pioneiros*, escrito há seis décadas, o texto busca entender a motivação de Vianna Moog, bem como erros e acertos nas suas comparações entre Brasil e Estados Unidos. Detecta no autor gaúcho interesse acentuado pela questão do preconceito racial, tema que sofreria mudanças em ambos os países. Conclui sobre a importância da obra em seu tempo e os desafios para tal comparação ainda hoje.

Palavras-chave: Vianna Moog; Brasil- Estados Unidos; preconceito racial.

abstract

*By revisiting *Bandeirantes and Pioneers*, written six decades ago, this article seeks to understand Vianna Moog's motivation, as well as the errors and correctness in his comparisons between Brazil and the United States. It identifies in the author a heightened interest in racial prejudice, an issue that would undergo changes in both countries. It concludes by addressing the importance of Moog's work at his time and the challenges for that comparison today.*

Keywords: Vianna Moog; Brazil - United States; racial prejudice.

“**Q**omo foi possível aos Estados Unidos [...] progresso quase milagroso... quando o nosso país [...] ainda se apresenta [...] apenas como o incerto país do futuro?” (Moog, 1954, p. 9). A essa pergunta Vianna Moog se propôs responder, há seis décadas, em *Bandeirantes e Pioneiros*, obra inovadora que ainda hoje demarca o estudo do tema. Dentre os autores brasileiros do século XX que se interessaram pelo cotejo do Brasil com os Estados Unidos¹, ele foi o único que se atreveu a tratar da questão de forma abarcadora. Qual terá sido sua motivação para essa empreitada precursora e por que teria se sentido credenciado para executá-la?

UMA EXPLICAÇÃO BIOGRÁFICA

A biografia de Clodomir Vianna Moog apresenta dados elucidativos da razão para a ambiciosa iniciativa. Gaúcho de São Leopoldo, advogado

1 Lucia Lippi Oliveira (1993, p. 214) inclui, entre estes, Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Monteiro Lobato e Anísio Teixeira; e Thomas E. Skidmore (1986, p. 71) lista Eduardo Prado, Adolfo Caminha, Gilberto Freyre e Monteiro Lobato.

por formação, funcionário público (agente fiscal) por concurso e colaborador regular da imprensa, tornara-se, em 1938, conhecido pela publicação do romance *Um Rio Imita o Reno*, em que trata, com muita ousadia para a época, da questão do preconceito racial no Sul do país, algo que sua mãe, descendente de açorianos, teria sentido em relação à família de seu pai, descendente de alemães². Na história, um engenheiro amazonense, com sangue indígena, apaixona-se pela filha de imigrantes teutônicos e encontra a intensa oposição da mãe da jovem, personagem inequivocamente racista. Vianna Moog escreveu o romance ao voltar de uma permanência por dois anos no Norte do país (Amazonas e Piauí), para onde havia sido transferido como punição a seu apoio à Revolução Constitucionalista paulista, contrária ao regime varguista. Sua estreia nesse campo da ficção³, em

2 Paula Cristina Weber (2013, p. 63) cita frase do próprio Vianna Moog, em artigo publicado na *Revista do Instituto Estadual do Livro*, em que ele revela sua “fidelidade à figura” de sua mãe e “resistência a tudo que era germânico”.

3 Escrevera ensaios (*O Ciclo do Ouro Negro*, em 1936, e *Eça de Queiroz e o Século XIX*, em 1938) e uma sátira (*Novas Cartas Persas*, em 1937).

FERNANDO DE MELLO BARRETO é embaixador, exercendo atualmente o cargo de chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo. É autor de, entre outros, *A Política Externa Após a Redemocratização* (Funag).

plena ascensão do nazismo na Alemanha e do Estado Novo no Brasil, rendeu-lhe, de um lado, o Prêmio Graça Aranha, de outro, nota de protesto do embaixador germânico do governo de Getúlio Vargas. O próprio autor referiu-se ao episódio nos seguintes termos:

“[...] um fato de todo imprevisto veio soprar forte nas velas do meu barco: o protesto da Embaixada alemã junto ao Itamaraty. Sim, por incrível que pareça, o embaixador alemão saiu-se de seus cuidados para reclamar do nosso Governo a imediata apreensão do meu romance, por ofensiva aos brios do III Reich. [...] esse episódio, entre os fatos e circunstâncias relacionados com *Um Rio Imita o Reno*, é positivamente muito do meu agrado. Digo mais: nem o Prêmio Graça Aranha, nem a cobertura da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, nem mesmo, mais tarde, a confiança do meu amigo Marechal Cordeiro de Farias, atribuindo a *Um Rio Imita o Reno* o poder de convencê-lo a promover com Coelho de Souza a nacionalização do ensino no Sul do Brasil, produziram em mim maior satisfação” (Moog apud Santos, 2014, p. 197)⁴.

Um Rio Imita o Reno catapultou assim o jovem Vianna Moog (32 anos) tanto para o centro da cena literária nacional quanto para o campo político contrário ao Eixo. Visto como opositor ao nazismo, em 1942, em meio às diligências diplomáticas americanas para que os países latino-americanos aderissem aos aliados na guerra, a Fundação Guggenheim convidou o autor gaúcho para visitar os Estados Unidos. No período de oito meses em que permaneceu em território americano, começaria, nas palavras de Lippi Oliveira (1993, p. 217), a “germinar o trabalho que só se transformaria em livro dez anos depois”.

Anos mais tarde, Vianna Moog colocou nas palavras de Juvenal Maia, personagem de outro romance, *Uma Jangada para Ulysses*, o dilema do autor que, instado por um amigo, relutava em escrever livro sobre os Estados Unidos:

“Com as suas reportagens sobre a infiltração nazista no Rio Grande do Sul e Santa Catarina o senhor já ajudou muito os Estados Unidos. Pois não é verdade que a Embaixada alemã pediu a censura dessas reportagens, pelo mal que estavam fazendo à Alemanha?” (Moog apud Marson, 2009, pp. 86 e 87).

Mais adiante, o personagem Juvenal Maia, *alter ego* do autor, inclina-se afinal a escrever obra sobre os Estados Unidos. Decidido a atribuir o desenvolvimento americano exclusivamente ao carvão, recebe de outro personagem, o diplomata Ripol, críticas à ideia por não ser “original” e o conselho de estudar as “relações entre capitalismo e protestantismo” (Moog apud Marson, 2009, p. 90).

Os conhecimentos para a redação de *Bandeirantes e Pioneiros* se sedimentariam quando, em 1946, já membro da Academia Brasileira de Letras, o escritor retornou aos Estados Unidos, desta vez como funcionário da Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, lá permanecendo até 1950. Dois anos depois, indicado pelo Brasil, foi eleito pelo Conselho Internacional Cultural para representar o Brasil na Comissão de Ação Cultural da Organização dos Estados Americanos, com sede no México, onde residiria por mais de dez anos⁵.

BANDEIRANTES E PIONEIROS

Foi durante esse período mexicano que Vianna Moog escreveu *Bandeirantes e Pioneiros*, em 1954. Para dissecar a pergunta a que se propôs responder, examinou as possíveis causas da diferença no desenvolvimento do Brasil e dos Estados Unidos em capítulos intitulados “Raça e Geografia”, “Ética e Economia”, “Conquista e Colonização”, “Imagem e Símbolo”, “Fé e Império” e “Sinais dos Tempos”.

Raça e Geografia

Dado seu conhecido interesse pela questão, não terá sido por casualidade que Vianna

4 Com base em prefácio de Vianna Moog à sexta edição do romance, em 1966.

5 Ver biografia de Vianna Moog disponível no portal da Academia Brasileira de Letras.

Moog tratou, logo no início de seu primeiro capítulo, da composição étnica dos americanos em comparação à dos brasileiros. De forma talhante, denunciou as ideias sobre superioridade racial manifestadas por Gobineau, Houston Stewart Chamberlain e Gustave Le Bon, contrapondo-as às de Gilberto Freyre, Roquette Pinto, Artur Ramos e Gilberto Amado (Moog, 1954, p. 17)⁶. Embora reconhecendo a existência de discriminação e segregação racial nos Estados Unidos, asseverou:

“[...] o racismo americano vai perdendo terreno dia a dia. [...] a segregação já não se mantém na base doutrinária da superioridade racial do branco [...] os livros pró-discriminação não encontram editor e vão constituindo raridade, a bibliografia contrária é torrencial. A verdade é que o racismo americano perdeu a batalha doutrinária e sabe que a perdeu. O resto é uma questão de tempo” (p. 24).

Nesse tópico, o autor acertou nas suas antevistas de que o racismo americano diminuiria em relação ao que havia na década de 1950, eliminando-se a segregação. Observou, aliás, em nota de pé de página, que no ano de publicação de sua obra, a Suprema Corte americana decidira ser inconstitucional a segregação racial nas escolas públicas, abrindo o caminho para os chamados direitos civis promovidos na década seguinte. Em seu otimismo, não chegou Vianna Moog a prever, no entanto, como Monteiro Lobato o fez no livro *O Presidente Negro*, publicado em 1926, a eleição de alguém como Barack Obama, ainda que o escritor paulista tenha previsto que tal fato ocorreria somente em 2228.

Moog não previu tampouco o aumento da miscigenação nos Estados Unidos e, portanto, as mudanças de atitudes e de políticas decorrentes dessa nova realidade. De acordo com o Censo americano, entre 2000 e 2010, o número de americanos birraciais (negros e brancos) duplicou e a população adulta de origem branca e asiática aumentou 87%. A proporção de bebês multirraciais

subiu de 1% em 1970 para 10% em 2013⁷. As consequências desse novo fenômeno começam a ser analisadas. Alguns estudos reconhecem a crescente multiracialidade americana (Masuoka, 2008) e discutem possíveis alterações a “políticas raciais” (Campbell & Herman, 2010), tais como a revisão de classificação de pessoas segundo etnias (Waters, 2008).

No tocante ao Brasil, o escritor gaúcho fez afirmação – corrente no seu tempo, mas hoje questionada – de que neste quase inexistiriam problemas raciais intransponíveis:

“[...] se nos perguntassem qual o aspecto mais alto, mais edificante e significativo da civilização brasileira, não teríamos a menor dúvida em indicar a quase inexistência de problemas raciais intransponíveis. Não que estes de todo não existam” (p. 47).

Na mesma linha de raciocínio, concluiu que “[...] o problema racial no Brasil, dissolvido no social, pode considerar-se, se não resolvido, a caminho de solução. [...] Somos em conjunto contra qualquer preconceito de raça” (p. 48). Thomas Skidmore (2003, p. 1.392) se referiria a esse pensamento como comum na década de 1950, tanto entre americanos quanto brasileiros, que acreditavam ter o Brasil “resolvido seu problema racial”.

Embora com desacertos nas previsões, fez bem Vianna Moog em comparar os dois países do ponto de vista de etnia, uma vez que ambos compartilham diversidade étnica, fenômeno ausente, no mesmo grau, em muitos países. Em ambos os casos essa heterogeneidade advém da presença em seus respectivos territórios de descendentes de indígenas, europeus, africanos e asiáticos, como se percebe no Quadro 1 (no qual é mostrada a atual heterogeneidade racial no Brasil e nos Estados Unidos) e no Quadro 2 (em que se vê – de uma lista de 158 países da qual foram selecionados 25 para amostragem – a proximidade entre Brasil e Estados Unidos em índice mundial de fracionalização étnica).

6 Daqui em diante, para as citações de *Bandeirantes e Pioneiros*, serão indicadas apenas as páginas.

7 Disponível em: <http://www.pewsocialtrends.org/2015/06/11/multiracial-in-america>. Acesso em: 27/10/2016.

QUADRO 1

Raça/Origem

	Estados Unidos ⁸	Brasil ⁹
Branços	77,1%	47,7%
Hispânicos ou latinos	17,6%	
Negros	13,3%	7,6%
Multirraciais	2,6%	43,1%
Asiáticos	5,6%	1,1%
Ameríndios	1,9% (inclusive nativos do Alasca – 1,5% e nativos do Havaí e de Ilhas do Pacífico – 0,2%)	0,4%

QUADRO 2

Fracionalização étnica

158	Coreia do Sul	0.004
157	Japão	0.012
155	Itália	0.040
153	Polônia	0.047
151	Países Baixos	0.077
148	Alemanha	0.095
140	Austrália	0.149
138	China	0.154
136	Egito	0.164
128	Suécia	0.189
126	Cuba	0.213
124	Bangladesh	0.223
120	Argentina	0.255
117	França	0.272
106	Rússia	0.333
109	Reino Unido	0.324
88	Venezuela	0.483
85	Estados Unidos	0.491
71	México	0.542
70	Brasil	0.549
60	Canadá	0.596
51	Peru	0.638
47	Colômbia	0.656
24	Indonésia	0.766
17	Índia	0.811

8 Fonte: U.S. Census Bureau, 2015

9 Fonte: IBGE, 2010

Na segunda parte do capítulo, o autor de São Leopoldo expõe suas ideias sobre as condições geográficas brasileiras adversas ao desenvolvimento, tais como cursos de rios que se dirigem para a costa e não para o interior; terrenos elevados junto ao litoral (Serra do Mar). Compara essas condições com as dos Estados Unidos, em que os rios facilitaram o acesso ao interior e as montanhas apalachianas distam da costa. Embora não se questionem as desvantagens descritas por Vianna Moog, é de se notar que teorias recentes tratam da resiliência de países que se desenvolveram diante de geografia adversa¹⁰ ou da primazia de instituições sobre a geografia para que os países se desenvolvam¹¹.

Ética e Economia

No capítulo sobre “Ética e Economia”, Vianna Moog examinou a influência de Auguste Comte no Brasil, citou Max Weber e R. H. Tawney, no tocante a religião e capitalismo (p. 70) e comparou, *inter alia*, a influência de Locke nos Estados Unidos à de Santo Tomás de Aquino no Brasil, para quem “o Estado ideal era o que tivesse menos necessidade de negociantes” e o lucro era visto como algo imoral (*torpe lucrum*) (p. 79). Examinou as alegadas incompatibilidades entre catolicismo e capitalismo (p. 87) e, mais especialmente, entre católicos e calvinistas em relação ao lucro (p. 89).

Embora tenha anunciado o capítulo como referente à ética e à economia, Vianna Moog nele não fugiu de seu tema preferido, a questão racial. Remontou ao século VII em Portugal para explicar a tolerância racial dos portugueses decorrente do convívio com os mouros (p. 96). Contrastou essa situação com a da Grã-Bretanha, que “não conheceu [...] como a Península Ibérica, a conquista e a ocupação de povos de pigmento mais escuro” (p. 98). Concluiu, em certo ponto, que “a desaprovação nos Estados Unidos ao cruzamento racial não é biológica; quando muito será religiosa e social” (p. 105).

10 Ver, por exemplo, Pyke, Dawley & Tomaney (2010).

11 Ver, por exemplo, Rodrik, Subramanian & Trebbi (2004, pp. 131-65).

Contrastou-a com a situação dos “padres amancebados” no Brasil, onde prevalecia o princípio de *ultra equinoxialem non peccavit* (p. 110).

Retomando a questão da ética e da economia, concluiu, noutro ponto, relativo ao Brasil, que “católico, como capitalista, só pode ser católico pela metade [...] será sempre um capitalista canhestro” (p. 114). Com relação aos Estados Unidos, afirmou: “Com os calvinistas que vieram a ter aos Estados Unidos não houve maiores dramas de consciência por motivos econômicos” (p. 118). Indagou se devemos “considerar [...] a circunstância de haver sido o Brasil conquistado por um povo mediterrâneo, católico, barroco e latino, e os Estados Unidos por um povo nórdico, anglo-saxão e protestante, como coisas absolutamente indiferentes ao processo de acumulação de riqueza em progressão geométrica nos Estados Unidos e apenas em progressão aritmética no Brasil?”. Argumentou, finalmente, que “não há senão recorrer à história [...] para o equacionamento do problema”.

Talvez seja nessa última frase que resida a fragilidade da defesa que faz Vianna Moog de sua análise, de certa forma, determinista, para a questão do desenvolvimento brasileiro comparado ao americano. Tal como no caso de sua análise da questão racial, o bravo autor não contava com o dinamismo das sociedades, seja pela disseminação de doutrinas novas, pela modificação da religiosidade em cada país ou ainda pela globalização da economia.

Bom exemplo dessa mutabilidade cultural é a religião. Vianna Moog dificilmente poderia prever o declínio proporcional do protestantismo nos Estados Unidos (Pew Research Center, 2015) e o aumento deste no Brasil (Pew Research Center, 2014). Na década de 1950, quando *Bandeirantes e Pioneiros* foi lançado, quase 94% dos brasileiros se identificavam como católicos, mas, entre as décadas de 1980 e 2000, esse percentual caiu para 74% (Pew Research Center, 2011). Nos Estados Unidos, os protestantes correspondiam a 66% do total em 1950; mas, em 2015, esse percentual havia caído para 38%¹², ou seja, pouco acima dos 22% que se declaram protestantes no Brasil. Em outras palavras, a atribuição do protestantismo como possível

12 Ver: <http://www.gallup.com/poll/1690/religion.aspx>.

causa de diferenças no processo de desenvolvimento terá tido valor para análise do passado, mas menos interesse para a previsão do futuro.

Conquista e Colonização

Vianna Moog iniciou o capítulo intitulado “Conquista e Colonização” com a afirmação de que o nível de instrução e alfabetização dos primeiros povoadores dos Estados Unidos era bem mais elevado que o dos portugueses que se dirigiram inicialmente ao Brasil. Associou esse desnível ao fato de serem os pioneiros americanos protestantes e “por definição alfabetizados” para poder ler a *Bíblia* (p. 127). Atribuiu esse fator à falta de documentação histórica brasileira, o que impede de se saber se “o Brasil foi descoberto por acaso ou de propósito”, contrastando essa situação com a da história americana, sobre cujos primórdios não haveria dúvida. Expressa a ideia de que a motivação portuguesa no Brasil teria “sentido predatório, extrativista e quase só secundariamente religioso”, enquanto que a inglesa nos Estados Unidos teria “sentido inicialmente espiritual, orgânico e construtivo” (p. 129).

A partir desse ponto, o autor passa a desenvolver exemplos históricos do espírito conquistador dos portugueses no Brasil e colonizador dos ingleses nos Estados Unidos (p. 130). Dessa premissa parte para uma análise do caráter do brasileiro, consistente

[...] na ausência de determinação e satisfação de ser brasileiro, na ausência de gosto por qualquer tipo de atividade orgânica, na carência de iniciativa e criatividade, na falta de crença na possibilidade de aperfeiçoamento moral do homem, descaso por tudo quanto não fosse fortuna rápida e, sobretudo, na falta de um ideal coletivo, na quase total ausência de sentimento de pertencer o indivíduo ao lugar e à comunidade em que vivia” (p. 150).

Contrasta esse caráter ao do americano, que, dotado da “capacidade de adaptar-se, própria daqueles que emigram com o ânimo de permanecer, [...] trabalha e inventa, adapta e aperfeiçoa, cria com o bom existente o bom que nunca existiu”

(p. 161). Conclui o capítulo com a afirmação de que, “a não ser que uma mudança fundamental de rumos venha a ocorrer no desdobramento das duas histórias e novos símbolos e novas imagens substituam as antigas”, as diferenças entre os dois países se acentuariam ainda mais (p. 190).

Permanecessem estáticas as características culturais brasileiras, tais como percebidas por Vianna Moog, as perspectivas de progresso no Brasil estariam, portanto, limitadas. Felizmente, dados recentes revelam que mudanças culturais ocorrem em prazos mais curtos do que os anteriormente imaginados. Assim, por exemplo, a World Value Survey (WVS) publica periodicamente mapas da dinâmica cultural no tempo e no espaço. Os cientistas políticos Ronald Inglehart e Christian Welzel analisaram dados da WVS e classificaram as dimensões mais relevantes na variação cultural dos países pesquisados. Os dados do mapa Inglehart-Welzel de 2015 mostram que tanto o Brasil quanto os Estados Unidos, em graus diferentes, mas no mesmo sentido, têm apresentado evolução de seus valores tradicionais¹³. Outro exemplo da mudança de valores culturais é o resultado da classificação dos países em índice de globalização. Segundo os professores Axel Dreher e Egbert Sturm, seus idealizadores, os resultados sugerem que uma das consequências da globalização (para o bem ou para o mal) é uma “erosão de culturas nacionais”¹⁴.

Imagem e Símbolo

Sob o título “Imagem e Símbolo”, Vianna Moog dá continuidade a seu argumento de que há uma “resistência do indivíduo a modificar suas categorias mentais em meio da vida e a substituir os símbolos que lhe são caros, ainda que reconheça a conveniência da mudança”. Refere-se à “persistência, através das idades, das imagens idealizadas fundamentais no processo de elaboração das culturas”. Trata do que chama de imagens magnificadas como símbolos inarredáveis e indestrutíveis. Reco-

13 Ver: <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSCContents.jsp>.

14 Ver: <http://www.statista.com/statistics/268168/globalization-index-by-country>.

nhece, no entanto, o surgimento de “movimentos sociais tendentes a substituir essas imagens” por outras “mais consentâneas com os novos tempos”. Conclui, no entanto, que as imagens continuam a vigorar (p. 193). Alega que, “uma vez idealizada uma imagem e convertida em símbolo, será muito difícil deslocá-la ou substituí-la” (p. 237).

Apesar desse aparente pessimismo quanto a mudanças, Vianna Moog volta a indagar: “Algo a fazer em relação a tudo isso?”. E responde, com confiança: “Claro que sim, e muito. Para tanto, porém, e para começar do princípio, é necessário não apenas preservar o passado e a tradição, mas reagir contra a tradição e o passado, a falsa tradição e o falso passado; não apenas sofrer passivamente a nossa história, como até agora temos sofrido, mas fazer história, deliberadamente, como até agora não fizemos” (p. 249). Lista, a seguir, reformas necessárias para o Brasil (econômica, financeira e constitucional) e declara que, “sem a reforma dos espíritos, sem reagir contra o passado, sem um exame de consciência nacional, um grande exame coletivo de consciência [...] continuaremos a ser o que somos” (p. 250).

Nesse ponto, Vianna Moog receita uma fórmula para o Brasil vir a ter o progresso dos Estados Unidos: mudar de “espírito” coletivo. Esclarece que isso não significaria “rejeitar ou renegar englobadamente o nosso passado, para transplantar fórmulas alheias”, mas “reexaminar o passado e reinterpretá-lo à luz dos valores e conhecimentos do nosso tempo”. Em outras palavras, propõe não uma modificação imediata de comportamento (solução behaviorista), mas uma análise coletiva freudiana de conhecimento do passado, que redundaria na aceitação deste como condição prévia para um *aggiornamento* brasileiro ao mundo moderno representado pelos Estados Unidos.

Fé e Império

Examina Vianna Moog, a seguir, o sucedido com a imagem do pioneiro nos Estados Unidos e com a do bandeirante no Brasil. Resume a primeira como “a *Bíblia*, o rompimento com o passado, o espírito associativo, a discriminação racial, primeiro o puritanismo temperado com a crença no aperfeiçoamento moral do homem e da humani-

dade”. Descreve a imagem do bandeirante como “o desejo de riqueza rápida, o apego ao passado, a indiscriminação racial, o individualismo exacerbado, o preconceito contra o trabalho orgânico, a vitória do material sobre o moral e o espiritual nos triunfos do Império sobre a Fé” (p. 253). Ao final da comparação dos traços resumidos acima, o escritor se pergunta: “Mas, se até agora foi mais ou menos assim, como será daqui para o futuro? Quais serão os sinais dos tempos?” (p. 302).

Sinais dos Tempos

Vianna Moog inicia o capítulo final com a afirmação de que “nem tudo são dessemelhanças e contrastes entre Brasil e Estados Unidos”. Psicanaliticamente, distingue, como traço comum de ambos os países, a imaturidade, por ele definida como desajustamento emocional ou falta de adaptação adequada à vida e à realidade.

No caso do Brasil, afirma que as “neuroses” nacionais nascem sobretudo da maneira como se processou no Brasil a “indiscriminação racial”. Refere-se às “terríveis condições morais do cruzamento racial no Brasil” e declara que “não há de ser em apenas duas ou três gerações, ou mesmo em dez, que vão se eliminar as consequências de moléstias sociais, como a escravatura e a promiscuidade” (p. 312). Em segundo lugar, assinala “a coíça resultante da procura da riqueza rápida, com o desprezo das virtudes econômicas”. Em terceiro lugar, indica como “fonte de nossos desajustamentos: o relegamento da religião a segundo plano”. Cita, nesse caso, Jung, para quem o “afastamento da religião original” estaria “na raiz de todas as neuroses” (p. 313). Em seguida, trata do “apego exagerado ao passado”. Volta nesse ponto, como faz a todo momento, à questão racial e pergunta: “Terá mesmo fundo biológico e racial a chamada preguiça brasileira?”. Responde que esta adviria do clima quente e da subalimentação, mas também, e sobretudo, da “prevenção emocional contra determinados tipos de atividade” (p. 312).

No tocante aos americanos, em sua análise de psicologia social, Vianna Moog apresenta como prova de igual desajuste a “fenomenal” procura e aceitação dos livros que tratam do problema das relações emocionais do indivíduo

com a realidade (p. 309). Atribui as neuroses americanas às “linhas mestras de sua formação – discriminação racial, rompimento com o passado, puritanismo e, logo em seguida, a crença na bondade essencial do homem e da humanidade, e a dignificação extrema do trabalho como meio e como fim” (pp. 316-7). Depois de analisar separadamente cada um desses elementos, conclui serem esses os “ingredientes históricos” do desajuste americano (p. 320).

Aponta, a seguir, para o que vê como uma “grande diferença” entre os dois países: o agravamento do desajustamento dos Estados Unidos depois da Primeira Guerra Mundial e a redução desse sintoma entre os brasileiros. Afirma que isso estaria ocorrendo porque “as duas grandes forças motrizes da civilização americana – capitalismo e protestantismo” estavam “longe de prover-lhe as fortes inspirações que presidem aos comportamentos sociais estáveis”. Ambos, na sua opinião, estariam em crise (p. 329). Enquanto isso, ao contrário, no Brasil, “com o movimento modernista alguma coisa mudou”. Os brasileiros teriam passado a se aceitar como são (p. 327). Estariam assimilando seu passado indígena e africano (p. 330). Afirma que os “desajustamentos provenientes do desamor ao trabalho” estariam mudando graças à imigração europeia para o Sul do país (p. 333).

O escritor termina o capítulo com a proposta de que americanos e brasileiros, em vez de saírem em busca do túmulo de seus personagens de ficção, deveriam empreender uma jornada ao longo de suas histórias e encontrar símbolos que fossem capazes de inspirá-los na retificação das linhas mestras de suas respectivas culturas (p. 367).

Epílogo

Vianna Moog dedica a maior parte de seu epílogo às biografias de Lincoln e de Aleijadinho. Afirma que as romarias de americanos e brasileiros aos locais em que estes viveram “terão um sentido de aprendizado e de identificação” com as almas desses personagens e “têm um sentido cada vez maior de procura e reconhecimento de santidade no tipo de heroísmo por ambos realizado”. Termina o texto com uma citação de Machado de Assis: “Os tempos serão retificados. O mal acabará [...]” (p. 404).

Repercussão

Qual foi a repercussão de *Bandeirantes e Pioneiros*?

Logo quando de sua publicação, o historiador Hélio Vianna apresentou resenha do livro em que elogiou as fontes americanas usadas por Moog, mas, “encontrando-se ausente de sua terra natal, longe de essenciais fontes de consulta, incidiu em vários pequenos enganos de história do Brasil que de outro modo teria certamente evitado” (Vianna, 1956, pp. 180-1). Em sua resenha sobre *Bandeirantes e Pioneiros*, E. Bradford Burns (1964) considerou a obra mais bem organizada e superior às de Oliveira Lima e Hélio Lobo, que também trataram de comparar o desenvolvimento do Brasil e dos Estados Unidos.

Outros autores apresentaram visões opostas sobre o livro. Maxine Margolis (1972, p. 6) viu na obra explicações religiosas (catolicismo, tradição moura e ética protestante) e não econômicas e ecológicas para as diferenças de desenvolvimento entre os dois países. Já para Jessé Souza (1998), “o atraso brasileiro é explicado [por Vianna Moog] tanto pelos fatores geográficos quanto por fatores ético-religiosos”.

Aguilar Filho e Dutra Fonseca (2011) incluem Vianna Moog, com Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, entre os intérpretes do Brasil de reconhecida orientação weberiana. De fato, tanto Buarque de Holanda quanto Faoro demonstraram certo pessimismo semelhante a trechos da obra de Moog. Assim, por exemplo, Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, afirmou que a mentalidade ibérica se tornara o maior obstáculo para o espírito de organização espontânea, tão característica de povos protestantes, especialmente calvinistas (Buarque de Holanda, 2012).

O recentemente falecido brasilianista Thomas Skidmore chamou *Bandeirantes e Pioneiros* de “o trabalho mais sistemático sobre o significado dos Estados Unidos para o Brasil”. Afirma ser Vianna Moog o único escritor relevante sobre o tema no período 1920-1945 (Skidmore, 1986, p. 71). Criticou, no entanto, Moog por ter reduzido seu argumento “ao conceito sedutor, mas difícil, do caráter nacional” (Skidmore, 1986, p. 78). Teria, assim, errado o alvo: “[...] não foi o caráter nacional que levou os Estados Unidos à superioridade

econômica, mas a aplicação capitalista de espírito pioneiro” (Skidmore, 1986, p. 81). Isso não impediu o brasilianista de traduzir a obra para o inglês, embora já existisse uma tradução. Indeferida a publicação por um editor, Skidmore desistiu da iniciativa. Anos mais tarde, ao escrever sobre Moog, informou ter com ele se encontrado uma única vez, tendo ambos, nas suas palavras, tratado um ao outro com civilidade, dando assim a entender que teriam alguma disputa intelectual (Skidmore, s. d.).

CONCLUSÃO

Pouco se poderia acrescentar às análises já feitas de *Bandeirantes e Pioneiros*. Há que se

concordar sobre sua importância no momento em que foi publicado e mesmo nos anos que se seguiram. Poderiam ser criticados seus erros na previsão da evolução do que ocorreria nos dois países. É preciso, no entanto, ter em conta que Vianna Moog não dispunha de dados, teorias e elementos de que hoje dispõem diversas disciplinas, sejam estas a ciência política, a economia ou a sociologia. Ainda que estas tenham avançado, hoje seria igualmente audacioso encetar empreitada tão ampla como a que se propôs o gaúcho nascido em 1906. Com populações respectivas de 327 milhões e 206 milhões de habitantes, ocupando vastos territórios, Estados Unidos e Brasil não podem facilmente ser cotejados sem incorrer em generalizações equivocadas.

BIBLIOGRAFIA

- AGUILAR FILHO, Hélio Afonso de; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Instituições e Cooperação Social em Douglass North e nos Intérpretes Weberianos do Atraso Brasileiro”, in *Estudos Econômicos*, v. 41, n. 3. São Paulo, jul.-set./2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612011000300003&script=sci_arttext&tlng=es.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Roots of Brazil*. Translated G. Harvey Summ. Notre Dame, Indiana, University of Notre Dame Press, 2012.
- BURNS, E. Bradford. “Bandeirantes and Pioneers. By Vianna Moog”, in *The Americas*, v. 21, Issue 1, 1964. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/americas/article/bandeirantes-and-pioneers-by-moog-vianna-new-york-george-braziller-1964-pp-316-695/C4DC6180259A48A3DCC966932D086360>.
- CAMPBELL, Mary E.; HERMAN, Melissa R. “Politics and Policies: Attitudes Toward Multiracial Americans”, in *Ethnic and Racial Studies*, v. 33, n. 9, October 2010, pp. 1.511-36.
- IBGE. *População Residente, por Cor ou Raça, Segundo o Sexo e os Grupos de Idade - Brasil - 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/tabelas_pdf/tab3.pdf.
- MARGOLIS, Maxine. “The Coffee Cycle on the Paraná Frontier”, in *Luso-Brazilian Review*, v. 9, n.1, Summer, 1972.

- MARSON, Ana Maria Rodrigues. *Vianna Moog, Ensaísta e Ficcionalista – Cotejo entre suas Concepções e suas Práticas Narrativas*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- MASUOKA, Natalie. "Political Attitudes and Ideologies of Multiracial Americans: The Implications of Mixed Race in the United States", in *Political Research Quarterly*, v. 61, n. 2, Jun, 2008, pp. 253-267.
- MOOG, Clodomir Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros. Paralelo entre Duas Culturas*, 4ª ed. Porto Alegre, Editora Globo, 1954.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. "Bandeirantes e Pioneiros. As Fronteiras no Brasil e nos Estados Unidos", in *Novos Estudos*, n. 37, 1993.
- PEW RESEARCH CENTER. *America's Changing Religious Landscape: Christians Decline Sharply as Share of Population; Unaffiliated and Other Faiths Continue to Grow*, Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, May 12, 2015. Disponível em: <http://www.pewforum.org/2015/05/12/americas-changing-religious-landscape>.
- _____. *Regional Distribution of Christians*, Pew Research Center, December 19, 2011. Disponível em: <http://www.pewforum.org/2011/12/19/global-christianity-regions>.
- _____. *Religion in Latin America: Widespread Change in a Historically Catholic Region*, Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, Nov. 13, 2014. Disponível em: <http://www.pewforum.org/2014/11/13/religion-in-latin-america>.
- PYKE, Andy; DAWLEY, Stuart; TOMANEY, John. "Resilience, Adaptation and Adaptability", in *Cambridge J Regions Econ. Soc.*, February 4, 2010.
- RODRIG, Dani; SUBRAMANIAN, Arvind; TREBBI, Francesco. "Institutions Rule: The Primacy of Institutions Over Geography and Integration in Economic Development", in *Journal of Economic Growth*, v. 9, June 2004, pp. 131-65.
- SANTOS, Rodrigo Luís dos. "Clodomir Vianna Moog e a Não Integração do Grupo Étnico Alemão no Brasil Estadonovista: Uma Análise a partir da Construção do Romance *Um Rio Imita o Reno*", in *História Unicamp*, v. 1, n. 2, jul./dez. de 2014.
- SKIDMORE, Thomas E. "Clodomir Vianna Moog (1906-1988)", in Brown University Library Collections, s. d. Disponível em: <http://library.brown.edu/collections/skidmore/portraits/clodomirVianaMoog.html>.
- _____. "Brazil's American Illusion: From Dom Pedro II to the Coup of 1964", in *Luso-Brazilian Review*, v. 23, n. 2, 1986, pp. 71-84.
- _____. "Racial Mixture and Affirmative Action: The Cases of Brazil and the United States", in *The American Historical Review*, v. 108, n. 5, December 2003.
- SOUZA, Jessé. "A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38. São Paulo, out./1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000300006&script=sci_arttext.
- U.S. CENSUS BUREAU. *Quick Facts*. United States Census Bureau, 2015. Disponível em: <https://www.census.gov/quickfacts/table/PST045215/00>. Acesso em: 2/7/2016.
- VIANNA, Hélio. "Bandeirantes e Pioneiros. Paralelo entre Duas Culturas by Clodomir Vianna Moog", in *Revista de Historia de América*, n. 41, jun./ 1956.
- WATERS, Mary C.. "Counting and Classifying by Race: The American Debate", in *The Tocqueville Review*, v. XXIX, n. 1, 2008.
- WEBER, Paula Cristina. *Representações da Integração Cultural das Comunidades de Origem Alemã no Rio Grande do Sul no Estado Novo: Um Estudo das Obras Um Rio Imita o Reno e Longe do Reno*. Dissertação de mestrado. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 2013.

***Hipólito da Costa visita
a jovem democracia yankee***

Oscar Pilagallo

resumo

No livro *Diário da Minha Viagem para Filadélfia*, Hipólito José da Costa registra sua visita de mais de um ano aos Estados Unidos no final do século XVIII. O futuro jornalista e criador do *Correio Braziliense* conheceu o país em um momento fundador da democracia. A experiência marcaria profundamente a vida profissional daquele que é considerado o mais influente jornalista do período colonial brasileiro. Filadélfia, na época capital federal provisória, tinha sido o palco principal da proclamação da independência do país, pouco mais de duas décadas antes. A cidade teve papel central na Revolução Americana desde a época das Treze Colônias que formaram o núcleo inicial dos Estados Unidos e ainda estava impregnada de um “iluminismo revolucionário”.

Palavras-chave: Hipólito José da Costa; imprensa do período colonial brasileiro; Estados Unidos; Filadélfia.

abstract

In this book *Diary of My Trip to Philadelphia*, Hipólito José da Costa provides an account of his over-a-year-long visit to the United States in the end of the 18th century. The future journalist and creator of the *Correio Braziliense* newspaper visited the country in a moment when democracy was being established. That experience would leave deep marks on the professional life of the one who is considered the most influential journalist of the Brazilian colonial period. Philadelphia, then a provisional capital city, had been the main stage of the proclamation of the independence of the country, about two decades earlier. The city had played a key role in the American Revolution since the time of the Thirteen Colonies, which formed the foundation of the United States, and which were still pervaded with some “revolutionary enlightenment”.

Keywords: Hipólito José da Costa; press in the Brazilian colonial period; United States; Philadelphia.

Dez anos antes de fundar em Londres o primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, em 1808, Hipólito José da Costa empreendeu uma viagem de mais de um ano aos Estados Unidos, que influenciaria decisivamente suas opiniões sobre democracia e liberdade de expressão.

Em 1798, aos 24 anos, aquele que se tornaria o jornalista brasileiro mais influente do período colonial atravessou o Atlântico em missão oficial do governo português. Nascido em Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, um enclave português que hoje pertence ao Uruguai, Hipólito fez os primeiros estudos em Porto Alegre e, como boa parte da elite brasileira da época, se formou em Portugal, na Universidade de Coimbra.

A oportunidade de conhecer a América surgiu três meses após se formar em filosofia e direito, graças à indicação de D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Marinha e dos Negócios de Ultramar e futuro Conde de Linhares. Além do padrinho poderoso, Hipólito contava com um perfil adequado para o trabalho. Eclético, ele dominava conhecimentos que iam além de sua formação acadêmica e o capacitavam, por exemplo, a estudar o cultivo de plantas eventualmente úteis ao Brasil.

A aventura de Hipólito – documentada no livro *Diário da Minha Viagem para Filadélfia* –

começou no porto do Rio Tejo em 10 de outubro de 1798, a bordo da corveta William. Devido às condições climáticas adversas, a embarcação não partiu no dia previsto, o que deu ao viajante a oportunidade de testemunhar os festejos em Lisboa pelo nascimento, em Queluz, daquele que, quando alcançasse a sua idade, proclamaria a independência do Brasil. A vinda ao mundo de D. Pedro foi registrada em 13 de outubro:

“Ontem [...] salvaram todas as torres e vasos de guerra e se iluminou a cidade. Hoje de manhã tornou a haver salva e indo à terra soube que S. Alteza tinha dado à luz um menino, porque me disseram algumas pessoas que o sinal fora de três triângulos de luzes, o que se costuma fazer quando é menino, sendo só dois quando é menina”.

Com 175 toneladas e uma pequena tripulação (um capitão, um piloto, sete marinheiros e “um preto, cozinheiro”), a corveta permaneceria mais uns dias ancorada. “Demos à vela de Lisboa terça-feira, 16 de outubro e de hoje até então, que é o quinto dia de viagem, um violento enjoo me obstou a que pudesse escrever meu diário...”

A travessia, de qualquer maneira, foi rápida para os padrões da época. Em menos de dois meses, Hipólito chegava à América, quando “o ordinário destas viagens são 60 dias”. Em 4 de

OSCAR PILAGALLO é jornalista e autor de, entre outros, *História da Imprensa Paulista* (Três Estrelas).

dezembro, ele anotou: “Hoje, pouco depois da meia-noite, vimos o farol do Cabo Henlopen, [...] toda esta costa é muito baixa e se assemelha ao Rio Grande”. Situado ao sul da Baía de Delaware, o cabo se chamava originalmente Hinlopen, batizado com o nome de Thijmen Jacobsz Hinlopen, um comerciante holandês, o que dá a medida da influência de seus conterrâneos na costa leste dos Estados Unidos.

O William aportou em 6 de dezembro, fim de outono, com temperaturas que indicavam a proximidade do inverno rigoroso. “Hoje pelas 9 horas, veio para bordo o piloto da barra”, escreveu Hipólito. “Neste tempo diminui a multiplicidade de botes de pilotos que aqui há porque a maior parte pertence à Filadélfia, e o gelo os não deixa descer.” Quatro dias mais tarde, registrou: “O navio estava encalhado, [...] felizmente rolou para uma parte onde era lodo, de modo que não teve dano nenhum [...] mas as velas e os cabos tinham adquirido no dia antecedente uma crusta vítrea de neve que parecia tudo envernizado, e não se podiam alar os cabos nem ferrar ou largar as velas”.

O destino principal de Hipólito era a Filadélfia, mas antes ele passou por New Castle – até hoje é um vilarejo, com pouco mais de 5 mil habitantes –, onde contou 50 casas de tijolos. “New Castle é o lugar onde se tentou pela primeira vez edificar Filadélfia [...] há 60 anos. Foi primeiro edificado por suecos em 1627, com o nome de Stokolmo; depois, tomado pelos holandeses e chamado de New Amsterdam, depois pelos ingleses que lhe deram o presente nome.” Para sua surpresa, o lugarejo oferecia novidades mesmo a um viajante cosmopolita vindo de um grande centro europeu: “Aqui vi pela primeira vez os *leads* ou carroças sem rodas, que se arrastam por cima do gelo por cavalos, dois ou mais”.

O futuro jornalista finalmente chegaria à Filadélfia em 13 de dezembro, dois meses depois de ter zarpado. A nevasca impediu o navio de subir o rio até seu destino. Hipólito foi obrigado a desembarcar e, com o comandante, fazer os últimos oito quilômetros a pé “porque não encontramos nem cavalgadura nem sege”. O viajante logo se instalou numa estalagem, onde pagaria 15 dólares por semana, “por mim e o meu cria-

do”. Lá, protegido do mau tempo, montou um posto avançado de observação da sociedade que estava prestes a conhecer, da “paisagem urbana de um país que recém se refazia da luta pela independência”, como nota Francisco Riopardense de Macedo, em texto introdutório do *Diário*, na edição comemorativa de 1974, ano do bicentário de nascimento de Hipólito.

Filadélfia era o lugar certo para se estar se o viajante quisesse estudar de perto a jovem democracia americana. Palco principal da proclamação da independência do país, pouco mais de duas décadas antes, a cidade teve papel central na Revolução Americana, desde a época das Treze Colônias que formaram o núcleo inicial dos Estados Unidos. Foi nessa cidade, por exemplo, que em 1774 se realizou o Primeiro Congresso Continental, que exigia da Grã-Bretanha o fim dos entraves ao desenvolvimento das colônias, e lá também foi assinada, em 4 de julho de 1776, a Declaração da Independência.

A importância da Filadélfia se deve, em boa parte, ao fato de lá ter vivido o célebre político e cientista Benjamin Franklin, um dos artífices do nascimento do novo país, que morreu aos 84 anos em 1790, oito anos antes de Hipólito pisar em suas largas ruas pavimentadas, muitas iluminadas a gás, resultado do mais antigo plano de desenvolvimento colonial dos Estados Unidos. No período em que o brasileiro lá morou, a Filadélfia ainda era a capital federal provisória, condição que manteria até 1800, um pouco depois de sua partida, quando a sede do governo seria transferida para uma Washington recém-construída. Apesar do planejamento urbano, ainda havia muita improvisação. “As pontes são todas de madeira [...], são verdadeiramente barcos flutuantes atados uns aos outros por correntes de ferro.”

A atmosfera cultural no final do século XVIII, marcada pela valorização do conhecimento acadêmico entre os membros de uma elite esclarecida, começara a se formar desde os primórdios da colônia da Pensilvânia, que tinha na cidade de Filadélfia o seu epicentro político e administrativo. A colônia e a cidade foram fundadas pelo inglês William Penn, que chegou à América em 1682. Quacker dissidente, Penn defendia a igualdade, a tolerância e a não

O jornalista Hipólito José da Costa em retrato de 1811

violência, e garantia a liberdade de culto. Tal postura funcionou como um ímã que atraía os que se sentiam oprimidos por sua fé, ou ausência de fé, entre os quais, empreendedores e intelectuais. Penn legou à colônia mais do que o próprio nome (Pensilvânia significa “a floresta de Penn”). Empenhado em promover o humanismo, colocou a Filadélfia – nome que, não por acaso, em sua origem grega, tem o sentido de “amor fraternal” – nos trilhos do que um historiador chamaria de “iluminismo revolucionário”.

Foi essa a Filadélfia que Hipólito conheceu. A cidade ainda estava impregnada de uma mentalidade revolucionária, mas os avanços civilizatórios nem sempre eram perceptíveis a um visitante da Europa. Para começar, o autor não compra pelo valor de face a ideia de uma “Atenas da América”, como seria posteriormente chamada. Reproduz, de um almanaque, um inventário educacional: havia nos Estados Unidos sete universidades, 16 colégios e 60 academias. Mas comenta que um certo bostonense “teve a imprudência de dizer a um inglês que as universidades de Inglaterra e Escócia esta-

vam 50 anos mais atrasadas que a Universidade de Cambridge, em Boston. Esta anedota, para mim, que observei a tal universidade, me prova bem o orgulho e a petulância dos americanos”.

Em alguns trechos, Hipólito olha os americanos de cima para baixo. Afinal, eles são os *yankees*, neologismo que aprende e do qual procura traçar a etimologia. “Informando-me sobre esta palavra soube que dão por escárnio, ou por graça, ou simples brinco, aos habitantes dos quatro Estados do Norte que formam a chamada Nova Inglaterra; supõe que provém de um povo selvagem de que os primeiros colonos ocuparam o terreno e que habitava entre Connecticut e Massachusetts.” Atualmente, a palavra “ianque”, na forma aportuguesada, é usada para se referir aos americanos em geral, muitas vezes, mas nem sempre, de maneira crítica. A origem do termo descrita por Hipólito está em linha com a raiz hoje estabelecida. Segundo o *Houaiss*, apesar da origem obscura do termo, o étimo mais provável vem do popular nome próprio holandês Janke, diminutivo de Jan, equivalente ao nosso João, e que se pronuncia “yanke”. A palavra passaria a ser mais usada durante a Guerra de Secessão (1861-1865) para se referir aos soldados confederados dos Estados do Norte.

Hipólito não esconde certo ar de superioridade. Pianista amador, por exemplo, não resiste a alfinetar: “Têm os americanos em New York propensão para a música; em quase todas as casas há um piano, mas vê-se bem que inda são muito noviços na arte”. Além disso, mantêm o nariz empinado ao andar pelas ruas. O brasileiro que vivia em Portugal reparou na “pobreza dos prédios” e na “falta de asseio nas ruas”, como registrou Macedo na introdução. Também lhe causaram espécie os “costumes mais ou menos grosseiros, contrastando com o Velho Mundo”.

Dessa perspectiva, liberal mas elitista, Hipólito mapeou o embrião da América moderna. O caminho em direção a uma democracia consolidada estava longe de lhe parecer uma estrada reta, com a “nação dando os primeiros passos num regime novo, ensaiando liberdades e contradizendo-se a cada passo”, nas palavras de Macedo.

Na questão religiosa, por exemplo, a liberdade não estava, na prática, tão enraizada quanto professava o discurso dos entusiastas

de Penn. Hipólito fez anotações que revelam algumas contradições. Em certo dia escreve: “É mesmo costume em tantas famílias não ensinar alguma religião aos seus filhos”. Em outro faz um contraponto: “Em Filadélfia só se é obrigado a guardar os domingos, sob pena de prisão; nestes dias, se se encontra alguém bêbado pela rua é conduzido à prisão”. A propósito, conta um episódio, ocorrido em 25 de março de 1799, em que ele próprio foi personagem. “Hoje de manhã estava em minha casa a jogar o florete [quando] recebi o recado de um padre de uma igreja luterana para que não jogasse o florete em minha casa visto que era a primeira 8^a da Páscoa.” A repreensão o levou a refletir: “Eis aqui a tolerância dos americanos, que um padre me quer obrigar a guardar um dia de festa que não é domingo, sem saber a que comunhão ou religião eu pertença”. E concluiu: “Tenho já notado, em outro lugar, que a intolerância é tal que enquanto estão nas igrejas cercam as ruas com cadeias de ferro para não passarem carruagens ou cavalos, impedindo com o exercício da religião o uso público das ruas”.

Hipólito, porém, não diminui a importância da questão religiosa na construção da democracia americana. “A revolução da América data de Carlos II de Inglaterra”, diz o viajante. Para ele, “os puritanos que fugiram para a Nova Inglaterra, [...] os quackers que se refugiaram em Pensilvânia, e os católicos que se estabeleceram em Maryland, [...], todos estes, digo, impelidos pelas opressões que receberam no tempo de Carlos II, tiveram sempre uma tendência para a liberdade e para estabelecer a tolerância religiosa, pela falta da qual eles tinham sofrido muitos vexames”. Mas a tolerância não estava arraigada culturalmente. “Inda que os católicos sejam tolerados, contudo as outras seitas, e principalmente os presbiterianos, os desprezam e tratam de supersticiosos”, escreveu Hipólito. “Quando o *Chief Justice* Mr. Hean foi proposto para governador, entre outras coisas que os seus inimigos alegavam ao povo para o fazer aborrecido, foi que ele era católico, romano, enumerando isto entre outros vícios.”

Durante a prolongada visita à Filadélfia, Hipólito se filiou à maçonaria, decisão que marcaria profundamente a sua vida na volta para

a Europa. Nos *Diários*, porém, há poucas referências ao tema. O autor diz ter sabido, durante a viagem de ida, que o “preto cozinheiro” da corveta era maçom, mas não vai além disso. Já na América, antes de chegar à Filadélfia, menciona, sem comentar, ter identificado uma casa de maçom em New Castle. “A primeira casa em que entrei foi uma estalagem muito bem provida e asseada; na bandeira de tábua que tinha sobre a porta estavam pintados um compasso e um esquadro, indicando ser isto casa de maçom ou para eles.” Há ainda algumas palavras dedicadas a Joseph Warren, maçom e herói americano morto em batalha no ano anterior à independência dos Estados Unidos. Warren é apresentado por Hipólito como um dos líderes da “resistência e oposição à exigência tributária inglesa”. Macedo, em seu texto, diz que o monumento em memória a Warren, visitado por Hipólito, “continha as armas dos pedreiros livres”.

Embora o jovem recém-formado nada diga no *Diário*, tem-se como certo que foi na Filadélfia que ingressou na maçonaria, um movimento secreto formado por iniciados que combatiam as tiranias e a Igreja, e que no Brasil fez oposição ao absolutismo de Portugal. É provável, portanto, que Hipólito tivesse bons motivos para preferir silenciar sobre o assunto. “Um de seus biógrafos diz que no dia seguinte de sua inscrição, alertado pelo cônsul português do perigo que isso representava, teria pedido cancelamento”, afirma Macedo. O perigo era real. De volta a Portugal, acusado de disseminar ideias maçônicas, foi preso por ordem dos tribunais da Inquisição em 1802. Ficou detido três anos, incomunicável, até fugir para a Inglaterra, onde estabeleceu a ligação entre lojas locais e portuguesas. Pouco depois, em 1808, criou o *Correio Braziliense*, em que defendia a independência do Brasil, movimento apoiado por vários maçons.

Hipólito também escreveu sobre a economia e a política dos Estados Unidos a partir de sua própria experiência. O viajante viveu com o conforto possível a um homem de sua condição social. Mas o dinheiro era curto. O governo português não lhe enviou todos os recursos prometidos e, depois de algum tempo, ele foi obrigado a pedir empréstimos para manter seus

planos. Mesmo assim, teve que cancelar a ida ao México, que estava inicialmente prevista.

Em fevereiro de 1799, registrou ter depositado no banco dos Estados Unidos 400 dólares “para não correr o risco de o ter em casa”. O episódio serve também para o leitor conhecer como funcionavam, no cotidiano, as instituições financeiras. “Deram-me um pequeno caderno onde me abriram uma conta de receita e despesa onde só eles deverão escrever.”

Na prática, Hipólito, como os americanos em geral, pagava contas com “um certificado em papel, bem aceito em toda a parte”, uma vez que havia escassez de dinheiro e ouro. A situação se refletia na Casa da Moeda local, um prédio de dois andares “sem grades de ferro nem segurança alguma”. O pouco metal disponível era importado. “O ouro que se cunha nos Estados Unidos vem da Costa d’África e a prata da Espanha e o cobre da Inglaterra, de modo que as minas aqui não fornecem algum metal para a moeda.”

Na nação que engatinhava, a segurança jurídica, que mais tarde seria um pilar do capitalismo americano, ainda era um conceito quase inexistente. “É difícilimo [...] comprar uma propriedade que esteja desembaraçada de dívidas. [...] A má fé dos americanos na venda de terras parece derivar-se do exemplo público.” Hipólito dá notícia do que ocorreu em outro Estado: “O antigo Congresso, antes da presente Constituição, deu terras aos militares em paga dos serviços – eles venderam essas terras depois. O Estado da Geórgia disse que o Congresso não tinha o direito de alienar essas terras que lhe pertenciam; passou em consequência a dispor delas e os primeiros compradores perderam o que tinham dado por elas”.

Desenho do autor no manuscrito original do *Diário da Minha Viagem para Filadélfia*

O autor também reparou na condição econômica modesta de grande parte da população. “Uma prova da pobreza das famílias nos Estados Unidos, apesar do grande luxo externo, é a grande quantidade de *boardings* e *lodgings* que há em New York”, escreveu sobre a cidade que visitou brevemente. “Quase todas as casas admitem gente para morar e comer por uma certa paga, ora isso não aconteceria se eles tivessem dinheiro.” E mais adiante: “Outra prova da pobreza do país é a falta de decoração dos edifícios; jamais se vê uma casa (mesmo pública) com suntuosas colunas, pórticos majestosos e outras superfluidades que se encontram na Europa”. Em sua percepção, outro sinal de “pobreza desta terra é que as rendas são pagas em frutos, principalmente no interior deste Estado [Nova York]”. No outro extremo da sociedade, o de mais posses, Hipólito percebeu uma prática que, ao contrário do costume em parte da Europa, evitava a concentração de bens, pelo menos no âmbito familiar. “Aqui há um uso geral (com algumas exceções) de se não darem dotes, o que contribui muito para a igualdade das fortunas, visto que os bens paternos se devem dividir, segundo a lei, pelos filhos igualmente.”

As reflexões de natureza política não abundam no *Diário*, apesar das oportunidades que Hipólito teve de tratar o assunto. Menos de um mês depois de chegar à Filadélfia, foi apresentado ao presidente americano, John Adams, numa festa no feriado de 1º de janeiro de 1799, “dia de Ano Bom, que aqui celebram muito”. Segundo presidente do país, Adams foi um dos responsáveis pela independência dos Estados Unidos, tendo ajudado Thomas Jefferson a redigir a Declaração da Independência. Mais tarde, seria o primeiro vice-presidente, no mandato de George Washington. Tomou posse como presidente no ano anterior à chegada de Hipólito e governou até 1801, sendo substituído por seu amigo Jefferson, para quem perdeu a eleição. Foi ele quem inaugurou a mansão na recém-construída Washington, que mais tarde ficaria conhecida como Casa Branca. Com seus escritos, influenciou decisivamente o pensamento político americano.

Se Hipólito conversou demoradamente com Adams, não deixou registro de sua visão de

mundo. Suas observações se limitam ao ambiente em que se deu o encontro. “Havia uma mesa com ponche, vinho e uns bolos, doces, que todas as pessoas eram obrigadas a provar, segundo a etiqueta, e que alguns comiam a faltar”, comentou. “Os senadores e pessoas mais qualificadas que entraram vinham uns de botas, outros sem pós nos cabelos, casacas velhas [...], de sorte que, à exceção dos ministros estrangeiros, todo o resto respirava muito pouca civilização.” Duas semanas mais tarde, Hipólito voltaria a se encontrar com Adams. Mais uma vez, ficou na superficialidade. “Hoje à noite fui a um baile que se fez em honra do presidente, no teatro da cidade. [...] As mesas, à ceia, não tinham criados para servir, não tinham pratos para se mudar; não havia facas e garfos senão de ferro; não se mudavam nem lavavam.”

Ainda sem um projeto editorial em mente – que só ganharia contornos ao morar em Londres no início do século XIX –, Hipólito testemunhou os primeiros passos da livre imprensa americana, com seus erros e acertos. Logo ao chegar, ainda em New Castle, entrou no correio e viu “pelas paredes muitos editais impressos para coisa de bagatela porque aqui como a imprensa é livre tudo se imprime para maior comodidade”. No mês seguinte, fez uma assinatura semestral, por quatro dólares, do *Aurora*, gazeta diária editada por Benjamin Franklin Bache, “um sobrinho do grande Franklin”. Não demorou para que notasse, em outras folhas, aspectos nada nobres do jornalismo agressivo, baseado em acusações pessoais não confirmadas e desprovidas de interesse público. “Em Filadélfia, e em geral nos E.U., é costume, quando alguém quer despicar-se de outrem, mandar pôr-lhe numa gazeta os fatos mais vergonhosos, que lhe sabe da vida; o outro responde do mesmo modo, e tem sucedido, algumas vezes, durar essa disputa nas gazetas um mês ou mais, descobrindo uns aos outros gerações de feitos pessoais, faltas das mulheres e filhas etc.”

O jovem viajante deixou algumas observações a respeito da mulher americana. Sobre suas vestes, disse: “As senhoras da América não usam pedras preciosas, raras vezes vestidos de seda, nunca bordados; o uso geral (de verão e de inverno) é um vestido de musselina mais fino ou mais grosso, segundo as posses ou qualidade

do dia, sempre muito lavado, e de uma brancura que desafia a neve”. Sobre a aparência: “As mulheres em New York são mais bonitas que em Filadélfia, tendo geralmente bons dentes, o que é raro entre as filadelfianas; porém, são muito mais desengonçadas, passeiam com as pontas dos pés para adiante, com longas passadas e depressa, ordinariamente”. Numa nota de rodapé, acrescentou, dando crédito a crenças da época: “Esta desordem de dentes, tão geral na América, é atribuída ao demasiado uso do chá, pois que a generalidade das mulheres, sendo bonitas, perdem este precioso ornato aos 18 anos, inda que há quem pense que isto é devido ao uso do pão quente”. Na noite gelada do Natal de 1798, lhe chamaram a atenção as prostitutas: “São tantas que inundam as ruas de noite, de modo que, em se vendo na rua, mesmo sem homem, é indefectivelmente; porém suas casas são sempre isentas de perigos, o contrário que em outras partes da Europa”.

O tom é sempre sóbrio e, mesmo quando os fatos narrados chocam, não há lugar para emoções em sua prosa basicamente descritiva. No início de janeiro de 1799, ele anota: “Hoje apareceu na rua, defronte de minha casa, uma criança recém-nascida, e morta na neve”. O episódio o leva a perguntar sobre crimes de infanticídio, que descobre serem muito comuns havia alguns anos. A razão, segundo apurou, seria a ausência da “roda de enjeitados”, um mecanismo, comum na Europa católica, de recolher recém-nascidos abandonados, garantindo o anonimato de quem não podia ou não queria ficar com a guarda da criança. Muito utilizada em Portugal e no Brasil, a roda consistia em um pequeno tambor instalado na parede externa de uma instituição de caridade, como as Santas Casas, dentro do qual uma portinhola giratória permitia que o bebê fosse entregue sem contato entre os adultos. A averiguação de Hipólito revela como a sociedade americana passou a lidar com a situação: “Agora, os infanticídios têm diminuído, depois da instituição do colégio de Wilmington, que é para educação de senhoras. Uma mulher recolhida, que se ache prenhe, se ausenta para o campo, para ocultar o seu estado, e a sua família publica que ela se acha em Washington etc.”

O autor se interessa particularmente sobre as prisões americanas, que lhe parecem melhores do que as europeias. A rotina dos cárceres por ele testemunhada mostra que, ao contrário do que se poderia imaginar, as condições dos presídios superam com folga as que vigoram ainda hoje em muitos países, Brasil inclusive. A descrição de um refeitório é ilustrativa: “Na mesa estão determinados os lugares dos presos. A mesa é coberta com uma toalha bem lavada, pratos de loiça, um prato pequeno no lugar de cada preso, com uma sopeira e um talher de ferro, mas tudo muito limpo”. Com um humor talvez involuntário, Hipólito prossegue no retrato da prisão: “Enquanto trabalham [os presos] não podem conversar uns com os outros [...]; é curioso notar aqui que as mulheres podem falar, e me disse o diretor [da prisão] que a razão desta concessão era ter-se achado impossível, na prática, o efetuar-se a proibição de falar nas mulheres”.

Algumas passagens parecem se referir a um colégio interno. “[Os presos] vão para os quartos então se acendem as luzes e cada quarto é uma escola para aprenderem a ler; os que mais sabem ensinam os outros. [...] Um é obrigado a ler para que os outros ouçam [...] a leitura é de um livro de devoção ou de moral.” A cena se desenrola a cada noite num ambiente em que prevalece o asseio: “A roupa da cama é sempre lavada e os colchões dispostos ao ar duas vezes cada semana”. Pelos relatos ouvidos pelo autor, “os presos se comportam bem porque a sua boa vida é um meio de alcançar empregos na prisão e depois obter mesmo o perdão”. Além disso, “o que os presos ganham é tão bem economizado que, quando saem, há sempre algum dinheiro que dar-lhes das suas sobras”.

Para Hipólito, os presos “não têm prazeres porque os não merecem homens condenados por crimes, mas não padecem misérias e adquirem sempre um hábito de virtude”. Sua conclusão é que “a prisão na Filadélfia é uma verdadeira casa de correção e a sua existência, há tantos anos, uma prova da possibilidade no melhoramento destas infames casas de correção e escolas de vício que têm o nome de prisões na Europa”. Tal realidade derivava das mudanças no código penal daquele Estado.

“A legislatura da Pensilvânia, em ato passado em 1793, declara no preâmbulo que o fim do castigo é prevenir os crimes, reparar a injúria; ora, estes objetos se obtêm melhor pelos castigos moderados que por grandes penas; assim, a pena de morte foi abolida em todos os casos que não fossem assassinio do primeiro grau, premeditado etc., roubo grande etc. etc.”

Sobre a escravidão na América, Hipólito da Costa escreveu pouco, para quem mais tarde se destacaria como um abolicionista. No período em que esteve nos Estados Unidos, se desenrolava na Bahia a Conspiração dos Alfaiates, em que tomou parte outro pioneiro da imprensa brasileira, Cipriano Barata. A conjuração, que tinha como uma das bandeiras a abolição da escravatura, eclodiu em 12 de agosto de 1798, dois meses antes de Hipólito iniciar sua viagem, e teve seu desfecho em 8 de novembro de 1799, quando o *Diário* chegava ao fim. Se soube do movimento frustrado, Hipólito a ele não fez menção. Sobre o que acontecia no estrangeiro, ele registra apenas a insurreição dos escravos em São Domingos, em 25 de janeiro de 1799: “Hoje veio a notícia de que os negros de S. Domingos deram a morte a todos os brancos existentes nas ilhas; apesar disso os franceses que aqui há e que lá têm mil parentes e relações deram um grande baile público”. Iniciada em 1791 naquela colônia francesa das Antilhas, a insurreição, que daria origem ao Haiti dez anos mais tarde, provocou grande temor nas sociedades escravagistas e ajuda a explicar a severidade das penas aplicadas aos insurgentes no Brasil.

Sobre a situação dos ex-escravos nos Estados Unidos, as observações de Hipólito vão da crônica de costumes ao fato político. Em um dia ele escreve: “Os negros forros, aqui em New York, fazem algumas vezes assembleias com tanto luxo que a negra que vai a pé por não ter carruagem é mal olhada”. E em outro: “É notável que o negro forro está habilitado cidadão e se tem outras qualidades requeridas por lei (como a residência, certa propriedade etc.) pode votar nas eleições e ser também eleito. Na eleição passada alguns negros foram votar”.

Um trecho chama a atenção por descrever um problema que, um século depois, seria verificado no Brasil pós-escravidão. “As leis de

alguns Estados da União, que dão liberdade aos escravos, depois de servirem certo número de anos, são mais contra o escravo que a seu favor; porque o senhor aproveita o trabalho do escravo enquanto ele é moço, e o despreza depois que é velho, vindo o escravo a ficar sem nenhum amparo na idade em que mais o precisava e, com efeito, depois destas leis se veem muitos pretos a pedir esmolas pelas ruas, porque não podendo trabalhar, e não tendo senhor, não há alguém que seja obrigado a sustentá-los.”

A primeira edição póstuma do *Diário da Minha Viagem para Filadélfia*, da Academia Brasileira de Letras, data de 1955, e foi feita a

partir dos originais encontrados na Biblioteca Pública de Évora, em Portugal. Não se trata de um livro acabado. Hipólito apenas tomou notas que, provavelmente, serviriam de base para um texto mais ambicioso que nunca foi escrito. É compreensível, portanto, que a obra tenha frases de sentido obscuro, informações vagas e ausência de contexto e referências. Como escreve Oswaldo Mello-Braga na nota final, perdoadando-lhe as imprecisões, o “*Diário* foi escrito ao sabor das circunstâncias”. Tais defeitos, porém, não diminuem a importância do documento, que flagra o patrono da imprensa brasileira em seu momento de formação.

O amigo americanista
Entrevista com o professor
Antonio Pedro Tota

Matthew Shirts

resumo

O brasileiro especializado na história dos Estados Unidos Antonio Pedro Tota discute, em entrevista com o jornalista de origem norte-americana Matthew Shirts, obras suas dedicadas à longa relação de Nelson Aldrich Rockefeller com o Brasil e a iniciativa cultural dos Estados Unidos à época da Segunda Guerra Mundial. Professor Antonio Pedro conta como se interessou pela história dos Estados Unidos e por que acha importante o Brasil estudá-la. Compara, ainda, Nelson Rockefeller com Donald Trump.

Palavras-chave: Nelson Rockefeller; imperialismo; Antonio Pedro Tota; história dos Estados Unidos; Donald Trump.

abstract

In an interview with the American journalist Matthew Shirts, Brazilian historian Antonio Pedro Tota discusses his books on Nelson Aldrich Rockefeller's long relationship with Brazil and the cultural offensive of the United States in Brazil during the Second World War. Professor Tota goes on to explain how he became interested in the US history and why he thinks it is important for Brazilians to study it. He also compares Nelson Rockefeller to Donald Trump.

Keywords: Nelson Rockefeller; imperialism; Antonio Pedro Tota; history of the United States; Donald Trump.

Perdi-me no bairro de Sumarezinho, em São Paulo, antes do primeiro encontro com o hoje professor de História dos Estados Unidos, Antonio Pedro Tota. Corria o ano de 1979 ou, talvez, 1980. Tinha ido de ônibus, se a memória não me falha, e descido na Heitor Penteado. Procurava a Rua Oscar Caravelas, onde o professor mantinha uma espécie de escritório. Americano de 21 anos de idade, eu era estudante de intercâmbio na FFLCH da USP. Conheço bem a região, hoje. Moraria ali do lado anos mais tarde. Mas àquela altura, sem GPS, nem Google, nem mesmo um guia de ruas em papel, equipado apenas com um endereço e algumas instruções anotadas na terceira capa de um *paperback* americano, tive que pedir orientação no barzinho da favelinha que havia na rua de baixo.

Já era de noite quando cheguei ao portão da garagem, ligado ao sobrado por uma escada de 20 ou 30 metros ladeira acima. Estava ansioso. Não sabia o que esperar. O orientador de Tota e meu professor, José Carlos Sebe Bom Meihy, havia me confiado uma missão. Era importante, explicou, que Tota aprimorasse o seu inglês. Havia recebido um convite para estudar e lecionar na Universidade de Miami. E seria mesmo conveniente que ele soubesse do país, explicou José Carlos, devido a perseguições políticas que sofrera alguns anos antes, quando foi preso e torturado (duas vezes).

José Carlos soube que eu dava umas aulas de inglês por aí para ajudar com o aluguel e me pediu esse favor. Aceitei na hora.

Ainda eram tempos de ditaduras no Brasil e em boa parte da América Latina. Estava ansioso para me distanciar do apoio que o meu país dera a esses regimes. Escolhi um livro que imaginei ler e discutir com Tota a partir desse critério. Chamava-se *Inside the Company: CIA Diary*, no qual o ex-agente da CIA Philip Agee detalhava a participação da agência de inteligência em golpes, assassinatos e diversas atividades ilegais no Equador, Uruguai e outros países do subcontinente. O livro entregava nomes de agentes, políticos e jornalistas envolvidos nos crimes. Causou furor na época.

A figura do professor Antonio Pedro Tota ao abrir a porta me é memorável, ainda hoje. A barba, descuidada e fora de controle, chegava à altura do umbigo. Vestia uma bata indiana branca de mangas compridas e bem abertas nos pulsos. Era careca, já, e usava óculos de lentes redondas, à moda de John Lennon ou Trótski. A mim, californiano criado nos anos 60 e 70, parecia que encontrara o esconderijo sul-americano do Mr. Natural, personagem lendário do cartunista Robert Crumb. Havia livros e discos de jazz e música brasileira mais antiga,

MATTHEW SHIRTS é jornalista especializado em ciência, sustentabilidade, mudanças climáticas e cultura brasileira. Dirigiu a edição brasileira da revista *National Geographic* e é autor de *O Jeitinho Americano* (Realejo) e *A Feijoada Completa e Outras Crônicas* (Realejo).

instrumentos musicais e vasilhames de cerveja espalhados pelo térreo do pequeno sobrado. Aquele ambiente me fascinava. Tentava entender o significado de cada objeto, interpretar detalhes. Fomos até a cozinha, onde Tota livrou dois lugares à mesa. Lemos em voz alta a primeira página do livro da CIA, uma tarefa árdua e sem muita graça depois da qual Tota sugeriu sairmos para tomar uma cerveja.

Somos amigos desde então. Foi a nossa única aula de inglês. Mantivemos contato por cartas. Tota contaria suas histórias da Universidade de Miami. Quando voltei pela quarta vez para São Paulo, em 1984, ele foi a primeira pessoa que procurei. Nessas três décadas, Tota se tornaria especialista na história dos Estados Unidos. Dá aulas dedicadas à cultura e à formação daquele país na PUC de São Paulo desde meados da década de 1990. Lançou três livros dedicados ao tema. O primeiro foi o hoje quase clássico *O Imperialismo Sedutor*, publicado pela Companhia das Letras, em 2000, no qual analisa a tentativa dos Estados Unidos de ganhar corações e mentes brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial. Este foi traduzido para o inglês com o título de *The Seduction of Brazil* (University of Texas, 2009). Em 2008 publicou uma interpretação da história dos Estados Unidos chamada *Os Americanos* (Editora Contexto). E, em 2014, lançou uma biografia do magnata e ex-governador de Nova York, Nelson Rockefeller, focada na sua longa, produtiva e pouco conhecida relação com o Brasil. O título do livro é *O Amigo Americano* (Companhia das Letras) e foi indicado ao Prêmio Jabuti.

Para melhor entender sua visão sobre a história e a cultura dos Estados Unidos, convidei o professor Antonio Pedro, hoje um distinto professor universitário, para minha casa, onde concedeu a seguinte entrevista, editada por motivos de tamanho e clareza:

MS – Você passou os últimos anos pesquisando a vida de um bilionário nova-iorquino, cujo sonho era chegar à presidência dos Estados Unidos. Nelson Aldrich Rockefeller se candidatou à nomeação do Partido Republicano à presidência mais de uma vez. Ele tem, aparentemente, pontos em comum com o homem que acabou de ser eleito presidente dos Estados Unidos. Donald Trump inspirou de alguma forma essa biografia?

APT – Não! Quando fui fazer o livro de Nelson Rockefeller quase nada sabia do Trump. Só conhecia seus prédios de mau gosto e alguma fofoca em torno dos escândalos provocados por seus muitos divórcios e casamentos. Sabia quem era, mas não lhe dava muita importância. A informação que eu tinha chegava dos amigos nova-iorquinos, que falavam mal da estética dos seus edifícios.

Há semelhanças entre os dois homens?

Superficiais. Mas são dois homens muito diferentes, quase opostos em alguns sentidos importantes. Quando Nelson concorreu à vaga de candidato do Partido Republicano em 1964, havia desconfiança em relação à sua candidatura em função da sua riqueza e refinamento. Goldwater era visto como um homem mais popular, mais próximo do povo, se quiser. Pesava contra o Rockefeller também o fato de ter trabalhado na administração do Franklin Delano Roosevelt (do Partido Democrata). Alguns no Partido Republicano tachavam o Nelson de comunista! Ele sempre teve essa preocupação pelo social mesmo. Em 1959, a crítica que Rockefeller fazia do Partido Republicano obrigou o Richard Nixon a assumir formalmente compromissos com uma plataforma mais voltada para questões sociais. Para garantir sua própria candidatura, Nixon foi até o apartamento do Nelson, na Quinta Avenida, negociar o documento com outros líderes do partido. Ficou conhecido, ironicamente ou não, como o Pacto da Quinta Avenida.

O que mudou de lá para cá?

Na verdade, Nelson e Trump são figuras muito diferentes. Nelson foi criado numa família empreendedora responsável pela maior transformação planetária antes da bomba atômica, fundadora da Standard Oil. Fazia parte da elite refinada e intelectualizada da ala mais sofisticada e progressista do Partido Republicano. Sua criação foi rigorosa e antirracista. O bisavô contribuiu para a chamada “*underground railroad*”, que ajudava escravos a fugir para o Norte, e se orgulhava disso. Sua mãe fazia verdadeiros discursos antirracistas para seus seis filhos. Nelson jamais imaginaria separar os Estados Unidos do México com um muro. Adorava o México. Dizia que sentia mais

calor humano lá do que nos EUA. Ia para lá se abraçar com os mexicanos, dizia. Falava espanhol fluentemente. Fez campanha em espanhol para governador no bairro de Spanish Harlem, em Nova York. Era amigo de latino-americanos ilustres, como o presidente Lázaro Cárdenas, do México, o embaixador Carlos Martins, do Brasil, e da sua mulher, a artista plástica Maria Martins. Conhecia Frida Kahlo, Assis Chateaubriand, Walter Moreira Salles. Quem come milho no Brasil o faz graças ao Nelson e ao pesquisador mineiro Antônio Segundinho, criador da Agrocerec.

Como é que você se interessou pela história dos Estados Unidos?

Muita gente da minha geração se interessou pelos Estados Unidos. Brincávamos de Segunda Guerra Mundial quando estava no primeiro grau. A nossa foi a primeira geração a brincar com soldadinhos de plástico e não de chumbo. Eu sabia os nomes de todos os aviões e de todos os generais. Assistia ao seriado *Combat* na TV. Mas a gente tinha medo, por outro lado, da bomba atômica. Lia a revista *Popular Mechanics*. Nela ficamos sabendo da campanha de defesa civil *duck and cover*. Quando criança, ainda levava meus irmãos para catar tubos de pasta de dente. É que na época eram feitos de chumbo. Minha ideia era juntar os tubos na construção de um abrigo antiatômico. Havia lido que o chumbo nos protegeria contra os efeitos da radiação. Décadas mais tarde, enquanto escrevia o livro sobre Nelson, li na *Folha de S. Paulo* que ele havia começado a construção de abrigo nuclear com paredes substanciais, na Ilha dos Gatos, logo em frente à Praia de Boiçucanga, no litoral norte de São Paulo. Fui até a ilha de barco para ver. A obra não foi terminada, longe disso. Mas está lá o buraco e o que sobrou das paredes. Parece uma ruína arqueológica de outra época. O que de fato é. Chequei o registro de imóveis. Foi arrendada a ilha em nome do seu primo, da família Aldrich, só indiretamente ligada ao Nelson Rockefeller.

Quando foi que você passou a estudar mais sistematicamente os Estados Unidos?

Escrevi minha tese de doutorado sobre a história do rádio em São Paulo. Durante as pesquisas notei

que todos os equipamentos de rádio daqui eram americanos. Precisavam ser importados. Isso atiçou a minha curiosidade. Eu já havia estudado e lecionado na Universidade de Miami. Pedi bolsa para a Fulbright, e também para a Fapesp, para estudar a influência técnica americana na radiotelefonía brasileira. A ideia era estudar esse tema para minha tese de titularidade. Imaginei que através dele poderia fazer uma análise mais refinada da influência cultural estadunidense no Brasil. Havia lido na época um livrinho da coleção Tudo é História, da Editora Brasiliense, chamado *Tio Sam Chega ao Brasil*, de Gerson Moura, aliás, você também leu, eu me lembro disso, e achei-o meio conspiratório. Identificava um grande plano para dominar o rádio, o cinema, a música, a cultura brasileira toda, à época da Segunda Guerra. Eu queria abordar o assunto da influência cultural de forma mais nuançada. Mas durante as minhas pesquisas em Washington DC descobri um departamento do governo chamado Office of the Coordinator of Interamerican Affairs, cujo titular era Nelson Aldrich Rockefeller. Fui vendo que era uma iniciativa ambiciosa e custosa cuja finalidade era, em linhas gerais, “dominar” a cultura brasileira à época da Segunda Guerra Mundial. Ou seja, Gerson Moura tinha razão. Não só isso, a iniciativa era maior ainda do que ele descrevera no seu livro introdutório. Aquilo me fascinou. Ainda mais quando percebi que o plano fora desenvolvido antes de os Estados Unidos entrarem na guerra de fato. O Roosevelt era um gênio. A Alemanha nazista acabara de entrar em Paris e os Estados Unidos já pensavam geopoliticamente sobre o futuro da América Latina, com a elaboração de um ambicioso plano do que seria chamado mais tarde, 50 anos depois, de “*soft power*”.

Foi aí que você começou a se interessar pelo Nelson Rockefeller?

Sim. Mas não era meu foco principal nessa época. Eu estava mais preocupado em descrever e entender o sentido histórico do esforço de guerra dos Estados Unidos no Brasil. Mas passei a pesquisar, no arquivo do Nelson em Nova York, e também no arquivo da FDR Library and Museum, em Hyde Park. Fui alocado na Columbia University, com *sponsorship* do professor de história Ralph Della

Cava. Foi a partir dessas pesquisas que passei a entender melhor a importância que os Estados Unidos davam ao Brasil na época da guerra. O Brasil estava quase todo dia na primeira página do *The New York Times*. Achei uma carta do famosíssimo ator Errol Flynn para a FDR pedindo mais compreensão de Getúlio Vargas. Nela o ator dizia que o Departamento do Estado não tinha sensibilidade da cultura e da arte suficiente para entender o regime do Vargas. Rockefeller foi chamado pelo Roosevelt para liderar a iniciativa porque conhecia a América Latina e tinha boas relações na região.

A partir desse momento você já se considerava um americanista?

Não, seria exagero dizer isso. Mas cheguei de volta ao Brasil com uma ideia na cabeça: a academia brasileira não dava a devida importância aos estudos da história dos Estados Unidos. Fui para lá para estudar a história do Brasil e acabei percebendo que, nesse caso, ao menos, era impossível entender a história do meu país sem uma boa compreensão da história estadunidense.

E em seguida você escreveu *O Imperialismo Sedutor*. O título do livro sempre chamou a atenção para essa obra. Como surgiu o título?

Foi você quem deu o título!

Juro que não me lembrava disso. É verdade?

Pois eu me lembro muito bem. Eu já havia entregue a tese de titularidade com o título de “A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra Mundial”. A Companhia das Letras iria publicar o livro, mas concordávamos que precisava de um título mais “*sexy*”, mais sedutor. Ficamos falando disso, eu, você e Reinaldo Moraes, naquele boteco Ponto X da Vila, na Vila Madalena. Fizemos um *brainstorming* em busca de um título mais sedutor e você saiu com *O Imperialismo Sedutor*. Fechei na hora.

E para finalizar: qual é o motivo de se estudar tão pouco os Estados Unidos no Brasil?

Não tenho certeza. Medo de ser cooptado, talvez, um pouco. É comum também o sentimento entre acadêmicos de que eles já sabem o suficiente sobre os Estados Unidos. O país está, afinal, constantemente nos jornais, na internet, na TV e no cinema. Possui uma cultura muito influente internacionalmente. Mas se você quiser fazer críticas relevantes aos Estados Unidos, é preciso mergulhar na sua história. Se você me permitir, *O Amigo Americano* é isso.

***América:
a importância do olhar estrangeiro***

Carlos Eduardo Lins da Silva

resumo

A visão defendida pelo documentário *América*, de 1989, de que os EUA são um país de estrangeiros e de que o olhar dos estrangeiros é a melhor saída para os seus problemas, se mantém atual e particularmente relevante, quando o presidente Donald Trump advoga exatamente o oposto como políticas públicas para seu país.

Palavras-chave: documentário *América*; EUA; estrangeiros; políticas públicas.

abstract

The documentary America, originally shown on Brazilian television in 1989, puts forward the argument according to which the United States' best asset to solve its problems is the contribution foreigners have brought to it and can still bring. This is particularly relevant in these days, when President Donald Trump advocates exactly the opposite of that thesis as public policies for the US.

Keywords: documentary *América*; USA; foreigners; public policies.

O

documentário *América*¹, de 1989, procura compreender os EUA por meio de um viés cultural que é absolutamente atual e importante, em virtude do que o presidente Donald Trump tem dito e feito desde que se tornou candidato à presidência do país e, em especial, após ter assumido o cargo.

João Moreira Salles, que dirigiu e escreveu a série de cinco programas exibidos originalmente há 27 anos, usou como eixo para o argumento de sua tese a visão de que “as terras ao norte do Rio Grande são mais do que um mero país – são um conjunto de versões, ou, em outras palavras, um país de estrangeiros” (Moreira Salles, 1989, p. 11).

Para alguém que a assiste em fevereiro de 2017, no ambiente criado por Trump contra o México e seus imigrantes, as primeiras cenas e palavras de Moreira Salles e seu roteirista, Nelson Brissac Peixoto, não poderiam causar mais impacto.

Moreira Salles introduz a América que vai estudar a partir de quem a vê de longe, do outro lado da fronteira, em uma pequena cidade, muito diferente das da nação vizinha, e começa a estabelecer contrastes culturais que ajudarão a

definir o seu objeto de trabalho de acordo com suas premissas.

Vale-se imediatamente de um de muitos entrevistados, a maioria não americanos, que pontuam o documentário com lances de inteligência, erudição e originalidade. No caso, Octavio Paz (1989, p. 100), para quem os EUA não têm, como outras nações, uma história comum, “e sim um futuro comum”.

Os colonizadores dos EUA e os que depois para lá foram como imigrantes deixaram o passado para trás definitivamente, sem retorno possível, e só pensavam o que fazer com o porvir. Os aborígenes não foram tratados pelos conquistadores como um povo com cultura, mas, afirma o documentário, como acidentes geográficos em sua marcha para o oeste com o fim de ampliar as terras que constituiriam o país.

Já para os mexicanos, diz o texto do programa, “sua história é tão sólida quanto a pedra” e seus “monumentos e espaços dizem a eles quem eles são, sendo sua referência no mundo”. A questão da memória, seu desprezo e ônus na América, onde “o que importa é o futuro”, fazem com que “os EUA se oponham ao México como o vento à montanha”.

Visto por esse prisma, fica mais fácil compreender o desconforto que mexicanos podem

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA é livre-docente e doutor em Comunicação pela USP, foi professor visitante das Universidades de Georgetown, Texas e Michigan State e é autor de, entre outros, *O Adiantado da Hora* (Summus).

1 Documentário de João Moreira Salles, em cinco episódios, produzido por Videofilmes e exibido pela TV Manchete, em 1989.

provocar em pessoas com personalidade como a de Donald Trump, um homem que pensa como se comunica, por meio de frases curtas como as exigidas pelo Twitter, que refletem conceitos também curtos, rápidos, frenéticos, em constante movimento. Trump representa como poucos o aspecto de ações incontidas e velozes, tão importantes na maneira coletiva de ser e agir dos americanos, que *América* registra muito bem.

Não é à toa que o título do primeiro episódio da série é “Movimento” e outro capítulo, o quarto, é dedicado a um assunto correlato, com o título de “Velocidade”, em que se mostra que, para os americanos, às vezes não importa o destino, o que conta é que seja possível mover-se velozmente. Tampouco é importante para eles que o aumento progressivo da velocidade altere a forma de se perceber o mundo.

Ao absorver a velocidade quase como um fim em si mesma, os EUA criaram uma paisagem que só faz sentido quando é vista em movimento, com seus *outdoors*, fachadas arquitetônicas, luminosos em neon, que também se transformam em valores próprios: ganha quem se exhibir melhor. A velocidade exigiu a construção de grandes *free ways*, que, por sua vez, destruíram os tradicionais centros de cidades, como em Detroit.

Um dos ícones fundamentais da nação americana ao longo do século XX e começo do XXI tem sido o carro (e, antes dele, o cavalo). O documento universal para os cidadãos não é uma carteira de identidade, mas sim a carta de motorista (ou, para os raríssimos que não dirigem, a carta de não motorista).

Moreira Salles e Brissac Peixoto seguem o conselho do suíço Robert Frank, fotógrafo genial, que disse que, para ver a América, é preciso ser ágil. O documentário *América* é extremamente ágil, filmado e editado num ritmo que é compatível com a nação que desvenda, mas com a adição de raciocínio sofisticado provido pelos intelectuais de porte que ouve.

Nesse item específico do movimento, se o documentário pudesse ser atualizado agora, talvez valesse uma nota de rodapé para contextualizar um pouco a hegemonia que a mobilidade e a velocidade têm na cultura americana. Embora ela se mantenha indiscutível, sinais de que isso

Robert Frank, *U.S. 285*, 1956. Do livro *America: Imagens*, de Nelson Brissac Peixoto (1989, p. 37)

pode vir a mudar vêm da geração chamada de “*millennial*”, dos que nasceram entre 1981 e 1996.

Segundo o Pew Research Center, em estudo feito com base em dados oficiais do Censo dos EUA, os americanos estão se mudando no ritmo mais baixo da história do país. Comparados com os indivíduos de todas as gerações anteriores, os *millennials* são os que menos se mudam, entre outros motivos, porque eles também se casam menos, compram menos casas e têm menos filhos do que seus antepassados quando tinham a mesma idade (Pew Research Center, 2017).

Os *millennials* também são muito menos entusiasmados em relação ao automóvel do que as gerações anteriores de americanos. O número de jovens de 16 anos que se habilitaram para dirigir caiu 37% entre 2009 e 2016 (Samuelson, 2016). O economista Robert Samuelson analisou o fenômeno e identificou possíveis razões para explicá-lo, que vão desde o custo de comprar e manter um carro num período de dificuldade econômica até alterações de estilo de vida, como a convicção de não contribuir para o aquecimento global, que é uma das maiores preocupações dos *millennials* (Samuelson, 2016).

Uma das mais intrigantes teses para esse desapego dos jovens da América atual em relação ao automóvel levantadas por Samuelson é a de que a internet está tomando do carro a primazia do interesse coletivo nacional: em vez de sair de casa, é mais barato e cômodo interagir com os amigos e conhecidos pelas mídias sociais e pelos aplicativos de conversas.

Se essa hipótese for a correta, então o documentário *América* estará, de novo, absolutamente atual, já que o título do último episódio é “Telas”, para destacar a presença enorme da TV e do computador no ambiente cultural e social do país no final da década de 1980. Nesse sentido, ter encerrado o programa com esse tema pode até ter demonstrado que seus realizadores apontavam para uma tendência que mais tarde se materializaria por completo.

Andréa França e Patrícia Rabello (2015) destacam bem tal aspecto:

“Se o ato de fundação do país parece atravessar as imagens da série continuamente – os desertos, as estradas, a fronteira, os subúrbios –, é esse episódio que melhor explora esse ato ao sugerir a

memória de um futuro sempre por se realizar. As imagens do cinema restituem camadas de memória, sentido e temporalidades aos espaços desertificados. As telas do computador e da televisão, diferentemente, enfatizam sua excessiva presença em um futuro próximo, introduzindo uma mediação essencial ao retrato da América”.

As imagens de teleconferências, videogames, computadores mostradas no documentário quando comparadas ao que se tem hoje (Skype, smartphone, WhatsApp) parecem quase tão absurdas como as da *Viagem à Lua*, o filme de 1902, de Georges Méliès, pareceram às pessoas que assistiram à chegada da Apollo XI ao satélite em 1969.

Mas os conceitos que Moreira Salles e Brissac Peixoto tangenciam são atualíssimos ao final da segunda década do século XXI. A ideia de partir das janelas tradicionais para explorar a concepção das telas de computador pode até ter sido premonitória ou, no mínimo, mostrou como os autores estavam antenados com o que estava por vir: o sistema Windows, da Microsoft, havia acabado de ser lançado na época em que o documentário foi feito e ainda não tinha atingido nem uma mínima fração da popularidade de que viria a desfrutar na década de 1990.

O roteiro também é feliz ao fechar a série como a complementação do seu início, ao desenvolver a teoria de que a anulação do mundo físico que é causada pelas telas teve início com a intensificação da velocidade decorrente da exacerbação da necessidade de movimento, abordada no primeiro episódio.

A atualidade de *América* em relação aos fatos da política americana contemporânea também é total quando o último episódio trata da utilização da TV como plataforma de difusão de mensagens eleitorais (“o palanque se transformou no palco, a política, em um grande espetáculo de mídia”, dentro da lógica do espetáculo, da trivialização, do efêmero).

A campanha eleitoral presidencial dos EUA registrada pelo documentário para delinear essa argumentação é a de 1988, entre George H. Bush e Michael Dukakis, e o programa também se refere a Ronald Reagan, que ficou célebre como “o grande comunicador”. São alusões relevantes e bem fundamentadas.

Mas as conclusões a que chega sobre este tema são mais do que perfeitas para a vitória de Donald Trump, o homem que se celebrou num *reality show* e que utilizou as técnicas e princípios da TV e a tecnologia do Twitter para chegar à Casa Branca.

Mike Johansson, pesquisador sênior da School of Communication do Rochester Institute of Technology, em recente entrevista publicada por *The Chronicle of Higher Education*, disse que Trump aprendeu com seu *reality show* (“The Apprentice”) que “insulto equivale a obter atenção” e que insultar maximamente o levaria a dominar o noticiário e a reforçar “comportamento extremo” entre aqueles que concordam com o conteúdo do insulto proferido (Field, 2017).

O México aparece diversas vezes no documentário como contraponto aos EUA, o que ajuda a entender melhor o país que a série examina, inclusive, no segundo episódio (“Mitologia”), com cenas na fronteira entre as cidades de El Paso e Juarez (esta, imortalizada por Bob Dylan em sua canção “Just Like Tom Thumb’s Blues”, de 1965).

Em 1989, já havia barreiras para impedir que mexicanos cruzassem o Rio Grande em direção aos EUA, nada parecidas com a grandiloquência do muro que Trump pretende construir ao longo de toda a fronteira. O filme relata que 600 pessoas por dia atravessavam os obstáculos, às vezes sob os olhares impotentes ou compreensivos de guardas que não conseguiam impedi-las.

Tendo ou não entrado legalmente no país, mexicanos e descendentes de mexicanos são atualmente 35,8 milhões de residentes nos EUA, ou 11,1% da população total². Na época em que o documentário foi feito, ainda não havia muitos mexicanos-americanos em cargos políticos relevantes, como atualmente (até Trump acabou por indicar um deles para o seu Ministério e outro foi seu concorrente nas primárias presidenciais do Partido Republicano), mas o filme mostra-os como uma importante força cultural no país.

Paz (1989, p. 102) diz que “os mexicanos que emigram para os EUA logo descobrem que continuam sendo mexicanos” e que, apesar dis-

so (ou até por causa disso), exercem forte influência política.

Para *América*, os mexicanos nos EUA se assemelham aos negros, que são o tema principal do terceiro episódio, intitulado “Blues”. Os negros são 14,4% da população americana, ou 46,3 milhões de pessoas³. Para Moreira Salles e Brissac Peixoto, os africanos, como os mexicanos, e ao contrário dos brancos americanos, têm uma ligação com o passado, têm história comum que os une, e é isso que os diferencia do grupo étnico dominante no país.

Ser americano é esquecer. Os imigrantes precisavam fazer isso para poderem se integrar melhor na sociedade aonde vieram para construir o seu futuro. “Os americanos não estão interessados no passado. Nem sabem de onde vieram seus avós”, diz a compositora Laurie Anderson no terceiro episódio da série.

Mas a série também identifica “uma ideia nova na América”, a de olhar para trás e, com isso, descobrir que ela tem também uma história. Essa tendência, como diz Octavio Paz, também no terceiro episódio, degenerou numa obsessão com nostalgia e com o receio da decadência. “A América está agora muito preocupada com a decadência, como se tivesse de repente descoberto a história; de certo modo, quem tem uma história atrás se sente predestinado à decadência.”

Esse sentimento, que se intensificou muito de 1989 em diante, em especial em grupos demográficos majoritariamente brancos, que sofreram graves prejuízos econômicos provocados pela revolução tecnológica e pela recessão de 2007-2008, pode ter sido um dos fatores de propulsão da candidatura de Donald Trump em 2016, quando tinha se intensificado muito a sensação de nostalgia coletiva nos EUA por seu passado glorioso, ainda que mitificado, da década de 1950. Foi esse desejo de retornar àquele tempo que empurrou o *slogan* “*Make America Great Again*”.

As saídas para essa *malaise* apregoada por Trump e acolhidas por seus eleitores são o isolamento do país em relação ao mundo e o impedimento da entrada de estrangeiros, em particular

2 US Census Bureau 2015 American Community Survey. September 22, 2016.

3 Idem.

David Hockney, *Pearblossom Hwy*, 1986. Do livro *America: Imagens*, de Nelson Brissac Peixoto (1989, pp. 200-1)

refugiados. O documentário não trata diretamente da questão dos refugiados, inclusive porque, em 1989, esse problema não estava na pauta das prioridades na agenda pública americana.

Mas, indiretamente, atesta a contribuição que os refugiados deram aos EUA ao longo dos anos, ao incluir vários deles entre seus entrevistados, três dos quais foram reconhecidos pelo *The New York Times* numa lista de 25 autores de obras seminais para a cultura americana que originalmente chegaram ao país fugindo de situações insustentáveis em suas pátrias, todos agraciados com Prêmios Nobel: o poeta polonês Czeslaw Milosz, o poeta russo Joseph Brodsky e o cientista político alemão Henry Kissinger.

Esses e outros estrangeiros entrevistados no documentário comprovam a sua tese central: o problema da nostalgia e do receio da decadência dos EUA diagnosticado no final do século XX e agravado ao longo do XXI talvez só se resolva com mais abertura a estrangeiros, não com fechamento em si mesmo, como defende Trump.

Ilustrados por cenas do filme *Down by Law* (1986), de Jim Jarmush, os argumentos finais do documentário seguem esta linha: é preciso alguém que redescubra aquilo que os americanos se desacostumaram a ver. Surge o estrangeiro. É ele que dará novos significados para tudo: para a língua, para a cultura, para as imagens. O estrangeiro é aquele que, por não ter ainda o seu olhar anestesiado, consegue encontrar um lugar aonde chegar. O olhar do estrangeiro tenta recuperar o que está desaparecendo, o sublime que há no simples fato de as coisas existirem. Contra a violência da proliferação das imagens, é preciso a delicadeza.

Para Moreira Salles (1989), a América “é uma nação em curso, saudavelmente inacabada, à espera do próximo olhar, de alguém que lhe diga que ainda há coisas para serem vistas, pintadas e escritas ali onde todos os outros, por excesso de hábito, já não viam mais nada”. Ele está certo. Tomara que a visão deturpada de Donald Trump não impeça os EUA de receberem esse olhar.

BIBLIOGRAFIA

- BEIRÃO, Nirlando (ed.). *America, Depoimentos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- BRISSAC PEIXOTO, Nelson. *America: Imagens*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- FIELD, Kelly. "What Reality TV Taught Trump, According to Professors Who Study It", in *The Chronicle of Higher Education*, February 15, 2017.
- FRANÇA, Andréa; RABELLO, Patrícia. "América e a Paisagem como Horizonte na Televisão", in *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (E-Compós)*, v. 18, n. 2. Brasília, mai.-ago./2015.
- MOREIRA SALLES, João. "Introdução", in Nirlando Beirão (ed.). *América, Depoimentos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- PAZ, Octavio. "Octavio Paz", in Nirlando Beirão (ed.). *América, Depoimentos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- PEW RESEARCH CENTER. "Americans Are Moving At Historically Low Rates, in Part Because Millennials Are Staying Put", in *Pew Research Center*, February 16, 2017.
- SAMUELSON, Robert. "Is the Car Culture Dying?", in *The Washington Post*, July 10, 2016.
- VOVLOCHKO, D. "Uma Crítica ao Espaço-Tempo Americano", in *Geosp – Espaço e Tempo (on-line)*, v. 18, n. 2. São Paulo, 2014, pp. 458-60.

***Uma análise comparativa sólida,
que rejeita determinismos***

Paulo Sotero

resumo

O artigo aborda o livro *Brasil e Estados Unidos: O que Fez a Diferença*, trabalho que o jornalista Ricardo Lessa publicou em 2008 pela Editora Civilização Brasileira e que é uma estimulante interpretação comparativa sobre os fatores sociais, culturais e econômicos que determinaram o sucesso dos Estados Unidos e frustraram, até aqui, o sonho brasileiro de repetir o feito norte-americano nos trópicos.

Palavras-chave: Ricardo Lessa; paralelo entre Brasil e EUA; Alexis de Tocqueville; Jean-Baptiste Debret.

abstract

*This article addresses the book *Brasil e Estados Unidos: O que Fez a Diferença* [Brazil and the United States: What Made the Difference], journalist Ricardo Lessa's work published in 2008 by Civilização Brasileira publishing company; and which is a gripping comparative interpretation of the social, cultural and economic factors determining the success and the United State, and frustrating the Brazilian dream of repeating the North-American accomplishment in the tropics.*

Keywords: Ricardo Lessa; a parallel between Brazil and the USA; Alexis de Tocqueville; Jean-Baptiste Debret.

O

Brasil chamou-se Estados Unidos durante os primeiros 78 anos da República, que nasceu de um golpe militar contra a monarquia dos Braganças, um ano e meio depois da abolição da escravatura. Nossa atual identidade nacional de República Federativa, cinquentona este ano, alcançará a longevidade da anterior somente em 2044.

A exemplo do nome do país, a primeira bandeira brasileira no período pós-monárquico também foi buscar inspiração, senão o próprio desenho, nos EUA. Tinha 13 listras horizontais verdes e amarelas e um retângulo azul no canto superior esquerdo, com 21 estrelas brancas representando os estados de então. Teve vida curta, de quatro dias. A 19 de novembro de 1889, um grupo de notáveis republicanos que conhecia as inclinações monarquistas do general-presidente Deodoro da Fonseca, o proclamador da República, foi até sua casa e o convenceu a adotar a bandeira do Brasil monárquico, sem a coroa e a cruz de Malta, substituídas pela esfera azul, as estrelas dos estados e o lema positivista “ordem e progresso” que os alentava. A data foi elevada a Dia da Bandeira e ganhou hino que celebra poeticamente o pavilhão nacional “como lindo pendão da esperança”, “símbolo augusto da paz”, cuja “nobre presença” traz à lembrança “a grandeza da pátria” poderosa, que “feliz há de ser”.

Como se vê, é antigo nosso fascínio pelas coisas dos Estados Unidos. Os inconfindentes de Minas Gerais tiveram contatos em Paris com Thomas Jefferson, um dos fundadores da nação americana e seu segundo presidente. Emulamos desde sempre a grande República do Norte. Mas o fazemos à nossa maneira. O verso do *Hino à Bandeira* que celebra o futuro feliz do Brasil é diferente da “busca da felicidade” proclamada como aspiração nacional no preâmbulo da Declaração de Independência dos Estados Unidos. O hino faz uma profissão de fé num futuro feliz que haverá de se materializar, não se sabe por que ou como. Já o documento fundacional americano é prescritivo e programático. Nele, a busca da felicidade é descrita como um projeto de realização de um direito do povo. E não um direito qualquer, mas um direito inalienável, tão importante quanto o direito à vida e à liberdade, que está baseado em verdades autoevidentes que dispensam comprovação.

Esse paralelo não figura de forma explícita no *Brasil e Estados Unidos: O que Fez a Diferença*, trabalho que Ricardo Lessa publicou em 2008 pela Editora Civilização Brasileira. Mas está nas entrelinhas dessa estimulante interpretação comparativa sobre os fatores so-

PAULO SOTERO é jornalista e diretor do Brazil Institute, do Woodrow Wilson International Center for Scholars, em Washington (EUA).

ciais, culturais e econômicos que determinaram o sucesso dos Estados Unidos e frustraram, até aqui, o sonho brasileiro de repetir o feito norte-americano nos trópicos. Não se trata de exercício novo. A busca na história dos Estados Unidos de explicações sobre o atraso do Brasil é tema recorrente de análises produzidas por estudiosos do assunto desde a década de 1950, quando o advogado, jornalista e romancista gaúcho Clodomir Vianna Moog publicou o clássico *Bandeirantes e Pioneiros*.

As comparações entre os dois países são preocupação não apenas de intelectuais. Elas fazem parte das conversas dos brasileiros comuns e habitam o imaginário popular, alimentado constantemente pela mídia. Em minhas mais de quatro décadas como jornalista, a maior parte nos Estados Unidos, fui inúmeras vezes instado por editores a fazer comparações nos mais diversos campos e atividades. “Investigue e conte como é isso aí”, pediam eles, “isso” podendo ser o seguro de automóveis, a organização da política e da polícia, o sistema escolar, o tamanho da população no campo, os subsídios agrícolas e as leis e regulamentos ambientais. A pergunta de fundo era sempre a mesma. Por que os Estados Unidos progrediram e o Brasil ficou para trás? Não se trata de manifestação do complexo de vira-lata, cunhado por Nelson Rodrigues, mas de uma indagação legítima sobre as diferenças e semelhanças entre países do Novo Mundo que compartilham dimensões continentais, datas de nascimento próximas, riquezas naturais e matérias-primas abundantes, passados de colônias europeias, séculos de escravidão e a presença abundante de imigrantes dos quatro cantos do mundo.

Por que dois países que “sempre se deram tão bem e são tão parecidos percorreram caminhos tão diferentes?”, pergunta a americanista Cristina Sureanu Pecequilo, da Universidade de São Paulo, no prefácio da obra de Lessa. O embaixador Thomas A. Shannon, um diplomata norte-americano que entende e gosta do Brasil, mantém viva a pergunta há mais de duas décadas, lembrando que os interesses permanentes das duas maiores democracias das Américas “são mais convergentes do que divergentes”

e geram pressões positivas por relações mais consequentes do que foram até agora.

Em busca de respostas, o autor rejeita desde logo as teses fáceis dos determinismos preconceituosos que atribuem as diferenças no desenvolvimento entre os dois países a fatores como o clima e a geografia, a religião ou “os portugueses”. Todos certamente tiveram influência na formação do país, como lembra Lessa nos paralelos que traça, em 12 capítulos, entre personagens e processos históricos nas duas nações. As diferenças iluminam sua busca de respostas. Colônia de exploração, “o Brasil já nasceu gigante”, escreve. E surgiu primeiro no papel, antes mesmo de existir, por força de decisão tomada de cima para baixo – o decreto papal que dividiu o Novo Mundo em 1492 entre a Espanha e Portugal, as superpotências da era das grandes navegações do século XV, que levaram à primeira globalização. Católico desde sempre, o Brasil tem hoje praticamente a mesma extensão de costa litorânea que tinha quando Cabral aportou em Porto Seguro.

Os Estados Unidos nasceram pequenos e cresceram aos poucos, de baixo para cima, a partir de 13 colônias povoadas por protagonistas e vítimas de guerras e perseguições religiosas europeias no período pós-Reforma, que atravessaram o Atlântico por falta de alternativa e o propósito de reinventar o mundo, guiados pelos ideais do Iluminismo. A ética protestante, da qual deriva a cultura do mérito, está no DNA norte-americano. Mas não explica tudo. Sucessivas ondas de imigração, no passado da Europa, hoje da América Latina, tornaram o catolicismo a maior denominação cristã no “país dos protestantes”. Visitantes brasileiros se surpreendem diante desse fato. Ou quando informados que a região de Washington, a capital dos EUA, abriga mais de mil templos. A perplexidade provavelmente resulta do contraste entre a religiosidade dos americanos, que é real, mas pode parecer forçada à luz da cultura secular que se enraizou no país, e das mensagens e imagens que sua poderosa indústria do entretenimento propaga mundo afora.

O mito da superioridade cultural britânica ante a portuguesa ou a ibérica, difundido entre gente bem-pensante no Brasil, é posto no seu

devido contexto histórico por Lessa e fica menor. Embora a ideia da limitação do poder do governante seja, de fato, da tradição britânica e tenha aportado cedo deste lado do Atlântico sob a forma de assembleias locais de cidadãos, e ganhado sua melhor expressão nas dez primeiras emendas da Constituição americana – o *Bill of Rights* –, não foi ela, argumenta o autor, que fez a diferença nos primórdios do desenvolvimento do Brasil e dos Estados Unidos.

No século XVII, “a Grã-Bretanha era um país convulsionado [onde] uma elite próspera convivía com grande miséria e o banditismo nas cidades”, escreve ele. Certamente aspirava às conquistas, mas não tinha cacife para acompanhar os portugueses e espanhóis. Assim, demorou para seguir as potências ibéricas e só o fez mais tarde, com franceses e holandeses, “optando pela pilhagem e pela pirataria para conquistar lugar nos espaços abertos nas Américas e na Ásia” pelos avanços tecnológicos que viabilizaram as grandes navegações. “O fato”, escreve Lessa, “é que a Inglaterra, no início da colonização americana [...] não tinha recursos nem condições militares e políticas para mandar tropas e construir fortes, como os portugueses fizeram no Brasil”. Isso, acrescenta ele, “acabou favorecendo o surgimento do movimento autônomo, já focado na independência, nas colônias (britânicas) que se fixaram na América”.

Uma decorrência desse processo foi a legitimação do princípio da representação popular, baseada na noção segundo a qual a cobrança de impostos pelo Estado deve ter como corolário o direito dos que pagam a participar da tomada de decisões sobre o uso do dinheiro público. “*No taxation without representation*” tornou-se o grito da mobilização que levou à Guerra de Independência dos Estados Unidos. A virtuosa campanha dos súditos rebeldes não surgiu da superioridade britânica, mas da incapacidade de Londres de impor controles e cobrar impostos a uma sociedade que se organizava em novos termos.

“Pela metade do século XVIII, o americano médio, descendente de europeu, já vivia melhor no Nordeste da América (a Nova Inglaterra) do que seus parentes que haviam ficado do outro

lado do Atlântico”, escreve Lessa. “A pobreza entre os brancos não passava dos 5% e praticamente todos votavam em suas câmaras de representantes. A economia americana cresceu 500% entre 1700 e 1750, enquanto a própria Inglaterra, que dava início à Revolução Industrial, não se expandia mais que 25%.”

O paralelo entre os Estados Unidos e o Brasil ganha sua melhor expressão em Lessa no esclarecedor exame que ele faz das obras de duas testemunhas, Alexis de Tocqueville e Jean-Baptiste Debret, filhos de famílias tradicionais da França que visitaram os Estados Unidos e o Brasil, respectivamente, na primeira metade do século XIX. Tocqueville era um jovem juiz de direito de 26 anos quando chegou aos Estados Unidos em 1831 com planos de estudar o sistema penal da jovem república. Sua visita durou quase dois anos e resultou no livro *Democracia na América*, um estudo magistral que ultrapassou o propósito original da viagem e tornou-se texto fundamental sobre o desenvolvimento da sociedade americana. Debret tinha 48 anos ao iniciar suas andanças pelo Brasil, a convite de D. João VI. Permaneceu 15 anos, à frente de uma missão de artistas franceses, e produziu inúmeras aquarelas sobre a sociedade brasileira nos primeiros anos após a Independência.

“Foi como se a mesma máquina fotográfica mostrasse no mesmo momento os dois países”, escreve Lessa. “O que Tocqueville e Debret observaram sobre os dois países salta aos olhos pelas disparidades sociais e econômicas que já existiam entre o Brasil – que nutria os velhos escravismo e absolutismo – e os Estados Unidos, que tinham 30 anos de independência, uma nascente república e um desenvolvimento impressionante no Nordeste do país” – e, vale acrescentar, esperariam ainda 30 anos pela guerra civil que poria fim à escravidão e mais um século para que os descendentes dos escravos emancipados conquistassem o direito ao voto e à cidadania.

“As aquarelas de Debret – a senhora branca sentada à mesa com as escravas em volta, jogando migalhas para o negrinho que brincava no chão; o mercado de escravos, os negros de ganho pela rua – dizem tudo sobre a sociedade brasileira naquele momento”, ressalta o autor.

Em contraste, Tocqueville descreve o equalitarismo na formação dos Estados Unidos como o fenômeno que mais o impressionou durante o seu périplo. “Grande igualdade existe entre os imigrantes que se estabeleceram nas praias da Nova Inglaterra; mesmo os germes da aristocracia nunca foram plantados naquela parte da União”, relata o francês. Eles vicejaram, é certo, mas somente no sul do país, onde a escravidão deitou raízes profundas, como ocorreu no Brasil.

Reside aí a grande e determinante diferença. O escravismo nos Estados Unidos ficou limitado a uma parte do país, foi militarmente derrotado e não teve força para inibir a dinâmica do progresso econômico e social desencadeada nos estados do Norte por uma população livre, composta de grandes e pequenos proprietários, de trabalhadores e suas famílias. “Desde o início, os Estados Unidos herdaram as sementes da industrialização, da livre concorrência que tornariam o país o centro da segunda revolução industrial [...] com alicerce político razoavelmente democrático, igualitário [...] e uma estrutura estatal não intervencionista [...] que favoreceu o crescimento do capitalismo” e permitiu a construção de uma república moderna, pioneira e mais estável. No Brasil, a escravidão foi generalizada e só acabou, por decreto, sem qualquer medida de amparo aos escravos, “quando eles já eram minoria na força de trabalho”. A República brasileira, parida por militares, mal tocou na estrutura de monocultura exportadora do país. “O movimento militar que derrubou a monarquia pouco acrescentou em termos de democracia ou na estrutura econômica. Os grandes fazendeiros continuaram mandando no país até pelo menos os anos 1930 e tão somente substituíram os escravos por mão de obra malremunerada”, lembra o autor.

Em 1997, dez anos antes da publicação do livro de Lessa, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, um estudioso da evolução social brasileira, antecipara a principal conclusão do livro aqui em exame numa série de entrevistas que concedeu a Roberto Pompeu de Toledo, publicadas no livro *O Presidente Segundo o Sociólogo*, em 1998. Fernando Henrique vai direto ao ponto ao responder à

primeira pergunta feita pelo jornalista, sobre as razões da demora do Brasil em tornar-se um país desenvolvido.

“Está demorando porque nós, desde os tempos da Colônia, tivemos características de uma sociedade opressora. Não passamos, realmente, por nenhuma revolução social. Compare o Brasil com os Estados Unidos. Eles tiveram escravidão, como nós, mas ali, numa certa área, criou-se uma sociedade mais dinâmica, onde, por exemplo – e isso é muito importante –, havia maior facilidade de acesso à terra. Esse fator mais dinâmico entrou em conflito com o outro, mais atrasado, e houve a Guerra de Secessão, que caracterizou uma ruptura. Não derivou daí a igualdade racial, que foi fruto de uma luta deste século. Mas, bem ou mal, houve uma ruptura. Aqui não, tivemos uma sociedade do tipo escravocrata e, portanto, muito hierarquizada. Uma sociedade que foi homogeneamente assim, em todo o país, sem um setor dinâmico para servir de contrapeso.” Na pesquisa que resultaria em sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo, percorreu o Sul do país para verificar se por lá as imigrações de italianos e alemães, iniciadas no final do século XIX, teriam alterado significativamente a dinâmica da opressão do escravismo. “Criou-se no Sul uma contraideologia, e o mito de que a sociedade ali era mais igualitária”, diz o ex-presidente. “Eu escolhi estudar o Sul por causa disso. Mas você pode constatar no meu livro (*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*) que a ideologia do resto do Brasil impregnou também a sociedade dali.” O acesso mais amplo à terra, na região, não chegou a caracterizar um modelo oposto ao do resto do país. A sociedade de base escravocrata, com grande controle patrimonial, teve o reforço histórico da transferência da Coroa portuguesa, que trouxe para o Brasil a inibidora e paralisante cultura burocrática da metrópole, cuja pesada herança está presente até hoje.

“Tivemos durante séculos aqui uma elite colonial e seus prolongamentos antidemocráticos. Só na metade do século XX começamos a ensaiar democracia e só depois do final da ditadura militar (em 1985) [...] pudemos come-

çar a consolidá-la”, escreve Lessa na conclusão do livro, que permanece atual. “A argamassa da sociedade brasileira ainda está se consolidando. Temos as vantagens e desvantagens de uma democracia nova. Um desenvolvimento econômico e social mais inclusivo é coisa recente. É trabalhoso e toma tempo. Jogar luz no passado é, a meu ver, uma boa forma de nos livrar das velharias que ainda atravancam o nosso presente e nos deixar mais leves para abrir caminho para o futuro.” A argamassa certamente melhorará de qualidade se rejeitarmos mitos e visões estereotipadas, como faz Lessa, e aprofundarmos a compreensão sobre nossas virtudes e vulnerabilidades.

Algumas das vulnerabilidades são o preconceito ideológico e a falta de tradição em estudos das realidades de outros países na academia e nas escolas brasileiras. Ela nos priva, por exemplo, no caso americano, de adquirir compreensão baseada em pesquisas e reflexões sobre processos históricos de grande relevância, como o movimento dos direitos civis dos EUA e as transformações que ele trouxe ao país a partir da Segunda Guerra Mundial. A lacuna salta à vista, pois as semelhanças e diferenças entre o desenvolvimento das sociedades multirraciais que surgiram no Brasil e nos Estados Unidos pós-escravidão propõem perguntas e desafios importantes às duas sociedades. No Brasil, no entanto, elas permanecem fora da pauta da academia brasileira, a despeito da evidente importância que assumem num mundo globalizado, como notou Jacques d’Adesky, sociólogo da Universidade Cândido Mendes, em texto que ofereceu numa conferência realizada pelo Brazil Institute do Wilson Center e pela Embaixada do Brasil em Washington, em setembro de 2006, sobre a precariedade dos estudos sobre os Estados Unidos no Brasil.

Ao abrir a conferência, o então embaixador do Brasil em Washington, Roberto Abdenur, disse que, se por um lado existe uma saudável curiosidade entre os dois países, são modestos os estudos avançados sobre os EUA no Brasil – e, pode-se acrescentar, sobre qualquer outro país, começando pela vizinha Argentina. É, obviamente, de importância estratégica que o

Brasil compreenda melhor os EUA: como se dá o processo decisório nos EUA, como o país encara a América Latina, percebe as relações raciais e vê os investimentos estrangeiros.

As avaliações de releituras de livros como o que aqui se analisa dependem, inevitavelmente, do contexto em que elas são feitas. Quando a Editora Civilização Brasileira publicou o trabalho de Lessa, em 2008, o Brasil vivia um momento promissor. Seis anos do governo do ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva haviam produzido bons resultados num momento favorável da economia mundial e reacendido a esperança dos brasileiros de viver um dia numa sociedade próspera e mais justa. A trajetória de Lula – de menino pobre do Nordeste a primeiro homem do povo eleito e reeleito presidente da República – validava teses sobre a capacidade de uma das sociedades mais desiguais do planeta se reinventar e emergir como exemplo inspirador. Naquele momento, os Estados Unidos lidavam com as consequências da trágica decisão do presidente George W. Bush de invadir o Iraque sob falsos pretextos e mergulhavam em sua pior recessão econômica em oito décadas, fatos que, ironicamente, contribuíram para a ascensão do primeiro negro – Barack Hussein Obama – à presidência do país. Como sabemos, o sonho brasileiro de Lula se desfez no pesadelo que o Brasil enfrenta no momento em que escrevo estas linhas.

O sonho americano personificado por Obama, que deixou a Casa Branca em janeiro de 2017, como um presidente bem avaliado pela maioria dos americanos, também chegou ao fim – ou pelo menos a uma pausa, com a surpreendente ascensão do empresário Donald Trump à presidência. Um homem sem experiência de governo, Trump elegeram-se depois de uma campanha populista que dividiu ainda mais um país já perigosamente polarizado e colocou a política dos Estados Unidos em território desconhecido. Venceu as máquinas do seu Partido Republicano e do Partido Democrata, mas não obteve um mandato nas urnas. Na verdade, recebeu quase 3 milhões de votos populares menos do que sua contendora no pleito, a ex-senadora e ex-secretária de Estado Hillary Clinton. Proprietário de uma rede de hotéis,

que se viabilizou para a política transformando-se em celebridade da televisão, o novo líder americano tomou posse no dia 20 de janeiro de 2017 reiterando seu discurso radical da campanha sobre temas sensíveis como imigração e protecionismo comercial, para perplexidade dos governos ao redor do mundo.

Se estivesse iniciando hoje a redação de seu livro, Lessa certamente teria o desafio de explicar por que os Estados Unidos, cuja política vem perdendo qualidade ano após ano, optaram

por um líder pouco apetrechado para a complexa arte de governar e desinteressado da rica história de seu país. O sociólogo norueguês Johan Galtung, reconhecido por ter previsto o colapso da União Soviética, escreveu que o poder global dos EUA está em acelerado declínio e entrará em colapso durante a administração de Donald Trump. Se a previsão comprovar-se correta, é de se esperar que o interesse em estudar os EUA e traçar paralelos relevantes para o Brasil diminuirá – para prejuízo de todos.

***Antibrasiliarianismo: doença infantil
da historiografia brasileira***

José Carlos Sebe Bom Meihy

resumo

O presente artigo aborda a produção dos intelectuais norte-americanos que pesquisam o Brasil em diversos campos do conhecimento. De modo geral, os chamados brasilianistas têm sido vistos como “intrusos”, e sobre eles pesa uma rejeição que compromete a análise desse conjunto de pesquisadores segundo os fundamentos da cultura universitária norte-americana. O desconhecimento do contexto daquela produção tem provocado visões que refletem um nacionalismo acadêmico que merece críticas a partir do uso insistente de determinadas práticas conhecidas como “antibrasilianismos”. Pensando em termos historiográficos, essa perspectiva pode ser assumida como uma doença infantil que toma conta da percepção de alguns autores brasileiros que se dizem especialistas no assunto.

Palavras-chave: brasilianismo; antibrasilianismo; historiografia; relações Brasil-Estados Unidos.

abstract

This article addresses North American authors engaged in research concerning Brazil-specific issues in different realms of knowledge. The rejection befalling those so-called “Brazilianists”, usually regarded as “intruders”, compromises the analysis of their intellectual production on the grounds of North American scholarship. Overall ignorance of the context for their writing has been translated as an expression of academic nationalism, which should be refuted for its recurrent practice known as “anti-Brazilianism”. In historiographic terms, that perspective can be thought of as a childhood illness, compromising the perception of a few Brazilian writers claiming expert knowledge for themselves.

Keywords: Brazilianism; anti-Brazilianism; historiography; Brazil-USA relations.

“[...] daí o ser olhado de esguelha
[pelos que viam torto
e pensavam com teias de aranhas”
(Monteiro Lobato).

Ao tanger o tema “brasilianismo”, Robert M. Levine, na abertura dos anos de 1990, prenunciava de maneira arguta “é sempre como o Brasil: uma montanha russa” (Maisonave, 1999). Virado o século XX, na vigência da globalização e dos crescentes refluxos nacionalistas que nos assombram; valorizado o curso de estudos renovados pelos avanços interdisciplinares e trocas naturais de fórmulas de conhecimento acadêmico; consideradas as tortuosas transformações do pensamento crítico brasileiro, causa espécie saber que ainda repon-tam encanecidos desafios atentos à qualificação do brasilianismo como tema, e dos brasilianistas como personagens de uma saga historiográfica algo maldita. Moeda de duas faces, brasilianismo e brasilianistas, de um lado, e antibrasilianismo, de outro, lastreiam incertezas que põem em juízo a função de análises feitas por estrangeiros sobre o Brasil, em particular por pesquisadores acadêmicos norte-americanos¹. Qualquer breve retrospecto atento àquela produção confirma as

1 No espaço deste ensaio, assume-se o brasilianismo matizado pela experiência norte-americana, levando-se em conta o viés da produção de conhecimento segundo supostos daquela cultura acadêmica e de seu consumo no campo original de criação. Por óbvio, a recepção no Brasil é importante, mas deve ser vista como decorrência historiográfica, não como objetivo. Por “antibrasilianismo” entende-se a crítica sistemática em face daquela produção. Ainda que muitos críticos brasileiros não

sinuosidades da aludida “montanha russa” que, de sobra, deixa quebradiços os trilhos que impedem reflexões remoçadas, oportunas e necessárias.

Lembremos: com insistentes e sutis intermitências, o brasilianismo e os brasilianistas, bem como o antibrasilianismo emergem na cena nacional motivando críticas que, juntadas as partes, provocam sanhas que não conseguem esconder a perenidade de seu caráter dual, de amor e ódio – muito mais de ódio que de amor, diga-se. Para o bem ou para o mal, tal inquietude não resolvida impacienta analistas que, Sísifos acadêmicos, fazem rolar essa pedra temática como impreciação ou castigo alongado. Sem chegar a termo algum, impondo perenes recomeços – e muitas vezes constrangimentos transparentes no quase monócórdico teor condenatório contido nos argumentos –, o que se mantém latente são suspeitas que afloram de porquês confundidos, sintetizados no comprometimento de atitudes de ataques e defesas, procedimentos muitas vezes disfarçados e expressos em favor da renovação e legitimidade de nossas ciências humanas (Green, 2014, p. 12). É nesse panorama que se realiza o ideário de um

se assumam antibrasilianistas, não há como deixar de lado essa postura que se enquadra nas molduras de um defensivo e velado *nacionalismo acadêmico*.

JOSÉ CARLOS SEBE BOM MEIHY é professor aposentado do Departamento de História da FFLCH-USP.

nacionalismo acadêmico que não assume publicamente o significado de seu conteúdo. Tudo é ensurdecido, tratado como crítica e, de regra, com alaridos atribuídos à imprensa (Massi, 1990, p. 30).

Que fique claro, pois, de saída que falar de brasilianismo e de brasilianistas implica adotar a relação especular do antibrasilianismo como reflexo. Ainda que o primeiro seja matéria existente sem o segundo, como imagem projetada, desfiguração mesmo, o antibrasilianismo não existiria sem a matriz que lhe dá sentido. Mas há arduas variações na captação e aproveitamento dos discursos brasilianistas, e tais rodeios interessam como tópicos a serem avaliados ao longo dos tempos e dos vieses historiográficos brasileiros. De maneira clara, ainda que autores ressaltem o papel universal do brasilianismo – incluindo em listas pesquisadores de procedências historiográficas plurais –, o que interessa é ferir o alvo norte-americano, particularmente recortado nos *anos de chumbo*, ou seja, desde pouco antes da instalação da ditadura militar de 1964 e nos anos seguintes. Nessa lógica de enquadramento, na medida em que a abertura política se perpetrava nos primeiros anos da década de 1980, a tendência condenatória se esmoreceria, e ao ponto de alguns autores anunciarem seu possível fim, enquadrando aquela manifestação nas molduras dos anos 60/70 (Massi, 1990, p. 30). Há reações que, espertas, percebem a dinâmica de mudanças naturais operadas na produção norte-americana tanto no particular – no que se refere ao Brasil – como no geral – relacionado à América Latina e ao hemisfério sul. A identificação das continuidades ou desdobramentos é destaque nessa marcha irreversível que, afinal, carrega por gerações os sinais dos tempos (Maisonave, 1979; Green, 2014, p. 12; Bieber, 2002, p. 211). Sob a tensão das mudanças, contudo, fica clara a sequência da produção brasilianista que evolui de acordo com interações oportunas, na cadência de dinâmicas próprias, mas em ritmo muito mais lento que o antibrasilianismo, manifestação insistente em retrair seu espectro sempre suspeito e carregado das mesmas dúvidas.

A constatação de uma linha temporal na historiografia brasileira, atenta aos velados discursos antibrasilianistas, serve de chão para exames que se animam com o passar dos anos, reproduzindo ecos que, contudo, se distendem sem muita originalidade e/ou variação substantiva. Meditando

sobre a construção dos argumentos bipolares, torna-se saudável recompor temas centrais – seja de defesa ou ataque – e estabelecer pontos nodais que expliquem o trato dado ao assunto no Brasil². Isso, na altura dos nossos dias, é fundamental para requalificar ideias e assim melhorar a saúde da pendência que se alastra como vírus azado, progredido por gerações que obedecem a propostas de alguns mestres acadêmicos, matrizes veladas do antibrasilianismo. Afinal, pergunta-se: desde as primeiras experiências de contatos formais daquela produção, o brasilianismo e os brasilianistas representam continuidades? Há rupturas, destaques, balizas nessa produção e em suas reações? E as formas de recepção, se variaram, por que ocorreram? A mais admissível interrogação, porém, implica responder se cabem ainda as posturas antibrasilianistas e até onde elas conseguiram ou conseguirão vigir.

O BRASILIANISMO, OS BRASILIANISTAS E O ANTIBRASILIANISMO

Que não se confunda então o discurso do movimento brasilianista e dos personagens brasilianistas com o antibrasilianismo, posto serem evidentes suas autonomias, desde o motivo da produção até os polos receptores. Trata-se de campos historiográficos diferentes e que correspondem a articulações próprias do meio que as caracterizam (Bourdieu, 2004). Ressalta-se ainda – quase exceção que confirma a regra – a crescente presença de recentes análises críticas temperadas, “mais neutras” (Bieber, 2001, p. 196), ou de apreciações consistentes e capazes de inscrever a problemática analítica em quadros fundamentados historiograficamente (Carrijo, 2007). Com isso, em face de novos estímulos para a retomada da questão, postula-se a necessidade de (re)ver a produção intelectual estadunidense sobre o Brasil, partindo-se da geratriz que, antes de nada mais, a situa em seu nascituro, como natural ramo da historiografia norte-americana. Trabalhos atentos à superação dos extremos ratificam o brasilianismo, como lugar de

2 É válido assinalar que há setores brasileiros que reconhecem na produção brasilianistas qualidades inquestionáveis e até exageradas. Igualmente passíveis de críticas, esses aplausos são criticáveis.

pesquisas e que se constitui, pelo olhar estadunidense, em “um subcampo pequeno e deficiente da história latino-americana” (Bieber, 2002, p. 195).

O antibrasilianismo, por sua vez, deve se portar como expressão do pensamento crítico brasileiro, não apenas promovido pela imprensa escrita, para a qual o brasilianismo seria, naturalmente, “um prato cheio”. Estimulado pela presença inquietante daquele padrão exegético – que segue tradição própria, muito mais atenta a temas “presentificados” como *modernização e implicações políticas do conhecimento* –, tem sido na academia que se processam as críticas mais agudas, ainda que revestidas de camuflagens. De toda forma, proposto como discurso dissonante de nosso coro historiográfico – mas sempre passível de reações –, o brasilianismo pode ser facilmente identificado como fator “intruso” (Levine, 2002, p. 65). Por certo, ambos os códigos se comunicam e interagem em ritmos próprios, mas é patente que qualquer reflexão mais cuidada é tributária de suas matrizes historiográficas, sejam estadunidenses ou brasileiras. Explicar o brasilianismo em geral pelo antibrasilianismo seria como que inverter a ordem reflexiva, tomando o avesso pelo direito, a representação pelo modelo, a sombra pelo personagem.

Entre o brasilianismo e o antibrasilianismo, há um perturbador elemento, pouco considerado, mas que faz a diferença nas conformações analíticas: os brasilianistas, pessoas que reagem às incitações contextuais, nem sempre em obediência aos rígidos mandamentos do figurino hipotético. A mera indicação desse tipo social-acadêmico convida a supor uma movimentação humana, de pessoas capazes de pôr em causa os padrões materializados em teorias absolutas, propostas fechadas, linhagens intelectuais discursivas obrigatórias, ou ordenamentos políticos estatais. A identificação mecânica do brasilianismo com os brasilianistas tem sido uma das mais recorrentes distorções promovidas pela avaliação antibrasilianista. Por lógico, tais enquadramentos exibem furos que comprometem o simplismo da fórmula acusatória, que, contudo, continua e promete sequência ao longo do tempo. É comum, por exemplo, indicar o brasilianismo como um todo de vocação absoluta, mas, ao se considerar alguma produção específica, inevitavelmente, ressaltam-se discrepâncias que demandam justifica-

tivas³. Ainda que se proponha variáveis classificatórias entre o escopo brasilianista, de regra, o que se vê é uma tabela cromática que, contudo, em nuances suavizantes, não abdica da cor própria.

Há casos curiosos que dão vida às excepcionalidades, e que assim permitem tecer comentários a certas posturas condenatórias, pois autores como Warren Dean, Ralph Della Cava, Barbara Weinstein ou James N. Green são alguns tipos que, por atitudes públicas sempre favoráveis ao progressismo político nacional brasileiro, passam a ser vistos como “fora da curva” ou mesmo, segundo se repete, “acima de qualquer suspeita”. Na medida em que exames de trabalhos de alguns brasilianistas ganham conotação de estudos específicos, como que a se desculpar, dados biográficos dos “escolhidos” atuam de maneira a abonar a excepcionalidade de cada um. Não é, pois, desprezível afirmar que, na medida do desgaste puro e simples dos supostos generalizadores antibrasilianistas, preside uma tendência progressiva em “biografar” os autores, mostrando-se dessa maneira seu caráter “desviante”, ou pelo menos explicativo das atitudes de certos personagens (Santos, Oliveira & Susin, 2014). Em muitos casos, tomando frases dos próprios brasilianistas, pretende-se responder aos questionamentos historiográfico-identitários pelo incômodo da pergunta que, desde seu enunciado, traz o veredito condenatório.

Recentemente, a partir da reverberação da crítica negativa ao brasilianismo, alguns protagonistas praticamente se defendem em público, se explicando em vista de seu lugar no conjunto. Muitos indagados – ou a se autoquestionar sobre a questão (Weinstein, 2016) – autobiografam a própria experiência e se fundamentam frente ao preconceito disseminado. E os detalhamentos personalizados, como defesa, vêm em cascata de argumentos distintivos seja de geração, gênero, procedência étnica, orientação sexual, formação acadêmica ou credo religioso. Interessa tal constatação como evidência da dificuldade de separar o movimento, o brasilianismo, de seus personagens, os brasilianistas. Na maioria das vezes, progressi-

3 Atento a essa tendência, entre 1989 e 1990, coletei 64 entrevistas de *histórias de vida* e, destas, 32 foram publicadas no volume *A Colônia Brasilianista: História Oral de Vida Acadêmica*.

vamente, nota-se o enjeite antibrasilianistas tecido com fios devotos às produções isoladas, como se não integrassem o todo bandido. Retoma-se, a fim de qualificar o caso, a oportunidade da expressão “colônia brasilianista” cunhada para aquela comunidade que, mesmo comportando diferenças notáveis entre si, rende tributo às mesmas origens, pertence às mesmas linhagens e é tributária de diálogos próprios. Aliás, a noção de “colônia” se aplica exatamente por juntar diferenças sob o denominador comum que a qualifica: o labor intelectual proposto numa relação de trabalho e produção acadêmica. Por óbvio, sob os efeitos de décadas de convívio, as interações ocorrem favorecendo intercâmbios que, porém, não lhes permite fugir de sua gênese. É exatamente o teor hereditário/intelectual que exige que se considerem as continuidades e se condenem destaques suscetíveis às demandas de seus momentos de vigências.

Há situada uma memória endurecida nas oposições ao brasilianismo em geral, e a constatação disso implica notar a dificuldade de mudanças em busca de aperfeiçoamento dos fatores discriminatórios. Assim, por exemplo, a fim de reciclar o andamento do assunto, vale debilitar alguns sintomas permanentes na constituição dessa disputa que, vista em seu caráter obsessivo e disfarçado, ganha ares de enfermidade. E, então, sob a mirada historiográfica, cabe compreender que a permanência do antibrasilianismo funciona como uma espécie de doença historiográfica, mazela infantil que se manifesta segundo alguns sinais, a saber⁴:

- 1) O peso sempre inaugural do replicado debate sobre a origem do termo “brasilianista”, pontificado como criação nossa, supostamente fiado pela primeira vez no Brasil em texto de Francisco de Assis Barbosa na introdução do livro de Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco: 1930-1964* (Massi,

4 A escolha do título deste artigo nada tem a ver com o texto de Lenin, de 1920, sobre o esquerdismo como doença do partidarismo comunista; também não se aproxima da proposta de Susan Sontag, escrita em 1978, no ensaio sobre representações da tuberculose e câncer na sociedade. A intenção é demonstrar a debilidade de uma linha de interpretação do brasilianismo provocada pelo desconhecimento das raízes da organização curricular norte-americana.

1990, p. 29). Tal apropriação, ainda que deixe entrever contradição, alivia o peso de outra origem, muito mais provável e anterior, derivada dos *estudos de área*, orientação definida como critério depois do impactante surgimento, em 1958, do Ato Educacional de Defesa Nacional, título VI (Neda), nos Estados Unidos⁵. Estabelecida a lei, o texto devotado ao incremento geral dos estudos de línguas estrangeiras produziu efeitos imediatos e revolucionários nas matérias relativas às pesquisas regionais e internacionais⁶. Mostra disso, por exemplo, foi a vulgarização, desde 1959, de termos como “africanista”, designação esta atenta a uma região pouco contemplada no plantel de estudos estadunidenses (Wallerstein, 1997, p. 129). Na mesma linha, multiplicaram-se “hispanistas”, “iberistas”, “argentinas”, “cubanistas”, “colombianistas”, mas, sobretudo, os “latino-americanistas”. Aliás, cabe lembrar que desde 1918, com a publicação da *Hispanic American Historical Review*, estava patenteada a referência do que se enunciou como “*specimen americanus* do gênero *brazilianist*” (Almeida, 2002, p. 34). Convém insistir que seria misericordioso achar que a assimilação “natural” do termo “brasilianista”, entre nós, corresponde a uma legitimação do conceito segundo a indicação de Francisco de Assis Barbosa. A sutileza da nomeação de outra alternativa não passaria de referência indicativa não expressa em desejáveis argumentos. Pelo contrário, o que se valoriza é a

5 O Neda foi coetâneo do Projeto Camelot, espécie de complô preparado pelo governo norte-americano para atuação em particular no Chile. Valendo-se de informações privilegiadas conseguidas via pesquisas acadêmicas, o Neda foi aproximado automaticamente à intervenção estadunidense nos assuntos políticos internos brasileiros.

6 Criado como artifício político e cultural defensivo, depois do sucesso das investidas soviéticas no espaço, o governo de Dwight D. Eisenhower promoveu medidas de incremento às pesquisas em geral, valendo-se dos avanços tecnológicos e do potencial de estudos das universidades, transformando os critérios curriculares. O Ato inicialmente foi proposto para durar quatro anos, mas seus efeitos o fizeram muito mais consequente. A finalidade do Neda era alimentar a superioridade tecnológica dos Estados Unidos, alertando contra avanços de adversários potenciais.

capitação atribuída à nossa imprensa como se ela tivesse o condão explicativo⁷.

- 2) Na falta de argumentos mais robustos, os detratores – hoje como no passado – inquiriam sobre a grafia do termo “brasilianista”, jogando com pretensa picardia a variação com “z” ou com “s”; com “t” no final, ou não, em inglês ou português (Pontes, 1990, p. 45). Apelando de maneira quase dissimulada para uma literalidade estreita que liga a existência do tema a um vocábulo definidor, chega a ser simplista a redução do conceito à origem etimológica da palavra, e assim, por esse artifício, nota-se a precariedade de análises históricas e processuais. E nem vale dizer que, independente da grafia em dicionário, “todos saberiam o significado do termo”⁸. Retórica à parte, sendo do conhecimento de “todos”, por que a revisão da matéria? Sem respeitar anterioridades muito bem constituídas e fundamentadas, e apagando-se o colorido contextual específico, o que resulta é a persistência da redução de uma complexa experiência historiográfica desdobrada em eventuais excentricidades do vínculo do termo com sua prática imediata. Por lógico, tais investidas tiveram algum sentido indicativo no passado remoto, mas daí a fazer disso motivo de incansável polêmica vai distância. Também provoca admiração a insistência dessas abordagens, fato, aliás, que apenas se explica pela tentativa de fixação de um argumento condenatório que percebe o enredado inscrito em suposto *estado de dicionário*. Imagina-se que potencial alternativa mais sofisticada remeteria à outra dinâmica permitida pelo uso do termo “brasilianista”. Como decorrência de menções de pertencimentos identitários, culturalmente fixados, com certeza, o exame da questão ganharia quilate qualitativo muito mais viçoso. Essa possibilidade, aliás, daria dimensão dis-

tinta ao debate que, infelizmente, tem sido negligenciado em sua semente historiográfica⁹.

- 3) Outro aspecto relevante a ser notado remete às áreas ou campos de estudos, sendo que se constata com facilidade a predominância de pesquisas feitas nas searas histórica e literária (Tyrrel, 2009, p. 455). Sim, é fácil notar uma preferência ou escolha atenta a esses setores, fato, aliás, comum desde sempre, mas acentuado no pós-guerra norte-americano (Berger, 1995, p. 19). Em vista disso, cabe perguntar da relevância dessas opções, em particular se a montagem do controle atribuído ao papel dos *scholars* norte-americanos, para melhor eficiência, não apresentaria resultado efetivo se remetesse à situação plural, interdisciplinar. Cabe a dúvida centrada na evidente incoerência, posto que, para planos de dominação geopolítica, certamente, a soma de muitos outros campos seria bem mais competente do que apenas a centralidade histórica e de domínio de língua. Assim, nota-se que se avizinha do precário a constatação do reverso, ou seja, a injusta diminuição da qualidade e quantidade de estudos feitos em outras áreas do conhecimento. Por outro ângulo, a reunião exclusiva de estudos históricos e literários promoveria um olhar esquivo, atento a áreas que, afinal, pouco acrescentariam ao hipoteticamente já sabido pelos conjeturados comandos estratégicos.
- 4) Chega a ser preocupante o uso/abuso das estatísticas para provar o óbvio. Mais que monótona, a repetição *ad nauseam* dessa prática acaba por sugerir efeito contrário, pois serve para garantir que, na carência de expressivos teores analíticos qualitativos, a exaltação da evidência numérica equivale à fragilidade dos

7 Assumido como capital, o texto assinado pelo jornalista Elio Gaspari, na revista *Veja*, em 1971, no artigo intitulado “A História do Brasil – O Passado do País Está Sendo Escrito em Inglês”, ficava aberta a porta para que um segmento de acadêmicos brasileiros discutisse a questão por tabela, sem reivindicar responsabilidades em suas posturas.

8 Esse argumento, aliás, fragiliza a repetida mania de afirmar que há consenso na aceitação do termo “brasilianista”.

9 Lastima-se que a palavra “brasilianista” seja vista à parte da evolução referenciadora do significado de “ser brasileiro”, ou de algo “relativo ao Brasil”. Derivando do fértil debate sobre a transformação do neologismo “brasilianista” – reforçado por Varnhagen ao dizer que “brasileiro” seria todo e qualquer explorador que viesse ao Brasil –, tal referência foi também explorada por José Hipólito da Costa, que elegeu a palavra “braziliense” como termo ideal para significar “do Brasil”. Convém lembrar que, desde Santa Rita Durão (1722-84), o termo “brasiliano” servia para diferenciar os brasileiros dos demais personagens presentes na colônia. O desconhecimento desse debate empobrece sobremaneira a possibilidade do entendimento do sentido evocado, entre nós, do termo “brasilianista”.

conteúdos argumentativos. Desde sempre, um dos alvos detratores da linhagem historiográfica norte-americana se definiu, no Brasil, pela expressão do número de estudos acadêmicos, fator esse sempre elevado à condição de espetáculo justificador. Alguns autores mais recentes, mesmo aceitando – de acordo com a conveniência argumentativa – a óbvia participação de intelectuais de várias nacionalidades nos projetos sobre o Brasil, sutilmente acabam por comprometer a produção norte-americana com base no crescimento excepcional do volume das pesquisas em dado momento, e, assim, arrematam seus postulados sinalizando a existência de “modelos específicos” que, evidentemente, esconderiam intenções maléficas e contrastantes dos demais estrangeiros, estes sim pretensamente “culturalistas”. Como que vendo a árvore e se esquecendo da floresta, o caráter de ressalva é consagrado com exclusividade pelo fator numérico, e a matriz desse ramo de explicação floresceu entre nós a partir de um dos estudos inaugurais do antibrasilianismo, o texto de Dulce Ramos, de 1974¹⁰. Como avesso da aceitação repetida dos números, reclama-se da falta de análise de conteúdo e exame dos critérios metodológicos e de diálogos teóricos. Reduzidos a termos como “empiristas” ou “factualistas”, “cronológicos”, sem demonstrações de exegeses constitutivas ou operacionais, restam mesmo os números.

- 5) Talvez, juntamente com seu caráter camuflado, a mais significativa mostra da fraqueza do discurso antibrasilianista resida na eleição de alguns *scholars* erigidos à condição de “notáveis”, que tenham ganhado a cena como se fossem representantes de toda a constelação. Sob esse olhar, uns poucos têm sido destacados e se projetam como protótipos, a partir da “irresistível ascensão do brasilianista no período autoritário” (Almeida, 2002, p. 42). Vistos como “pequena comunidade”, ou

“pequena tribo”, na maioria historiadores que escreviam sobre a modernização da política brasileira – principalmente levando-se em conta a projeção e o desdobramento do período varguista –, esses se mantêm como modelos, núncios de um todo bastante composto, apartados do conhecimento brasileiro. O nome mais salientado dessa geração – grupo que anteriormente chamei de “Filhos de Castro” (Meihy, 1984, p. 253) – foi Thomas Skidmore, que teve sua obra mais conhecida identificada com o apoio do governo estadunidense ao golpe militar de 1964. A sincronia dos fatos assustou o público brasileiro, que ainda professava interpretações da história tendo em vista situações remotas¹¹. O destaque de Skidmore, contudo, merecia a companhia também famosa de Robert M. Levine, Joseph Love, John Wirth e Soo-Eul Pang, que, juntos, apresentaram trabalhos articulados sobre Pernambuco, São Paulo, Minas e Bahia, fato que alimentou as convenientes suspeitas de quantos notavam naquela proposta um esforço de dominação em vista de amplo e detalhado conhecimento regional do Brasil¹². Autores como Stanley Hilton, por sua temática anticomunista, também receberam críticas ferozes, dimensionando o sentido condenatório que, no geral, era expandido a todos. É verdade que nem sempre houve apenas suspeitas; certos pesquisadores, personagens também conhecidas, sempre foram “padrinhos” – via prefácios, comentários e resenhas – de brasilianistas. Entre outros, acadêmicos ilustres, cita-se nomes respeitados como José Honório Rodrigues, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, Francisco de Assis Barbosa, personagens que se mostraram acima do simplismo difamante. Sobretudo, porém, o que se lamenta é o tratamento contrastante dado aos inominados, personagens que afinal avivam o real sentido dos *estudos de*

10 Por certo, o sentimento antiamericano tem raízes antigas no Brasil, em particular no campo intelectual. Desde os escritos monarquistas de Paulo Prado, no *Allusão Americana* (1890), até *A Desilusão Americana*, de Sergio Miceli (1990), a rejeição aos Estados Unidos convive com argumentos políticos estabelecidos.

11 Vale notar que Skidmore teve desempenho variado ao longo de sua atuação como brasilianista, tendo, inclusive, assumido papel destacado em situações de defesa da redemocratização, em particular frente ao caso de Herzog, em 1975.

12 Ainda que nem sempre notada, a reação favorável a esses quatro projetos também existiu, mas para os antibrasilianistas sempre foi conveniente o ataque a esses livros em conjunto, não separadamente.

área – no caso do Brasil – nos Estados Unidos. Tratando da massa considerável de personagens “desconhecidos”, Judy Bieber lista relações de autores, de diversas áreas, figuras que dialogam diretamente com a historiografia norte-americana, mas que são desconhecidos fora do seu país (Bieber, 2002, p. 201).

- 6) Não é de todo desprezível admitir que alguns autores norte-americanos, por diversas razões – inclusive ideológicas –, mantivessem tipos de vínculos, diretos ou indiretos, com as tais políticas de controle do continente. Não se pretende negar que tais personagens existiram, dimensionando o esforço político militar, levando a cabo ações militantes atentas à nossa sujeição àquele poderio imperialista. Nem há como deixar de reconhecer tal prática notada, por exemplo, nos apoios dados ao rosário de golpes militares latino-americanos, desdobrados na década de 1960 e seguintes, e que também atingiram diretamente o Brasil (Parker, 1979). No rol das entidades suspeitas, certamente, a Central Intelligence Agency (CIA) figura como fundamental, e tal indicação, por si só, seria suficiente para arrolar suspeitas de seus membros (Beiguelman, 1987, p. 201). De maneira original, poucos autores brasileiros têm abordado esse tema, fato que merece destaque por iluminar de maneira explicativa os medos e suspeitas nacionais. Estudos novos apontam, por exemplo, que nomes importantes na cena ideológica – como John W. Foster Dulles – se tornaram conhecidos nos círculos defensivos, implicando generalizações sempre úteis aos detratores da linhagem brasilianista. Há, inclusive, entre os próprios críticos norte-americanos, pessoas que olham de maneira suspeita para essas figuras, alegando que, mesmo na tradição acadêmica norte-americana, o citado Foster Dulles estaria desatualizado metodologicamente (Cline, 1962, p. 456). Como tipo especial, esse autor mereceu, da avaliação brasileira, destaque como modelo conspirador, *double* de engenheiro-historiador, tornando-se paradigma do “intelectual espião”. Por ser filho de conhecida família anticomunista, pertencente a um clã destacado na alta cúpula da política estadunidense, e por ter escrito alguns de seus principais trabalhos contra a

sombra soviética na América Latina – e em particular no Brasil –, exatamente no momento em que a proposta de Fidel Castro se erigia como ameaça continental, sua figura funcionou como modelo da suspeição generalizada contra o imperialismo (Carrijo, 2008). Sendo contratado como engenheiro que previamente atuou no México – onde escreveu *Yesterday in Mexico: A Chronicle of the Revolution: 1919-1936*, antes de vir ao Brasil como funcionário de empresa extrativista, o então futuro professor de História da América Latina na Universidade do Texas se notabilizou por textos que, na leitura desarmada, davam conta de funções de investigação, pelo teor factualista-informativo e cronológico que, juntos, sugeriam caminhos indicativos de uma potencial revolução, de tons socialistas, a ser deflagrada no Brasil. Seus diversos livros contaram com dezenas de resenhas que, afinal, mais do que polêmicas, dimensionavam posicionamentos suspeitos (Almeida, 1986). Convém lembrar que o antibrasilianismo se alimentou também das tendências anti-imperialistas, antiamericanistas e anticomunistas. Insiste-se no enquadramento do antibrasilianismo compondo-se como variante dos preceitos “anti”, condição precípua para a formulação do sempre velado *nacionalismo acadêmico*.

- 7) Na mesma vereda da rejeição, nota-se que a política de tradução – sempre vinculada aos interesses comerciais dos consumidores/leitores brasileiros – também interferiu na consideração geral do propósito do brasilianismo norte-americano. No ritmo que marca alguns brasilianistas como exemplares ou representantes do conjunto, certos autores mereceram versões de seus trabalhos, quase sempre primeiramente escritos em inglês – muitos deles como textos de conclusão de pesquisas acadêmicas. Antes, tais estudos foram publicados em seu país de origem, e este não é detalhe desprezível, pois remete a um ponto fulcral: para quem se escreve. A fim de alimentar o argumento, vale lembrar que o estudo mais famoso dessa fase foi a citada obra de Skidmore, *Politics in Brazil: 1930-1964: An Experiment in Democracy*, que, defendida como tese em Harvard, logo fez jus à publicação nos Estados

Unidos, já em 1967. No Brasil, porém, tardou dois anos, vindo a lume em 1969. Não caberia indicar apenas a antecedência da publicação norte-americana, mas também dar singularidade ao fato de, no Brasil, o livro ter saído, em primeira edição, por uma obscura casa editorial, Saga, com distribuição modesta. A experiência de Skidmore foi replicada por praticamente todos os brasilianistas¹³. Outro caso que merece destaque remete ao polêmico Foster Dulles, que publicou em 1967, nos Estados Unidos, o criticado livro *Vargas of Brazil: A Political Biography*, que, apesar de muito comentado e combatido entre nós, apenas ganhou versão em língua portuguesa dez anos depois. Vale ressaltar, inclusive, que alguns escritos desse autor ainda permanecem inéditos em língua portuguesa e, entre outros, principalmente, o texto muito controvertido *Unrest in Brazil: Political Military Crisis – 1955-1964*. Na linha do reconhecimento do desempenho editorial brasileiro, convém notar que importantes editores exerceram papel definitivo nas versões de escritos dos norte-americanos, em particular Fernando Gasparian, então à frente da Editora Paz e Terra.

- 8) A devoção universitária norte-americana aos livros, coleções e acervos tem sugerido que algumas bibliotecas e centros de pesquisa estadunidenses acumulam séries pensando no potencial controle informativo, condição indicada como precípua para o estabelecimento de estratégias. Universidades como Stanford, Brown e Indiana, por exemplo, funcionariam como polos de excelência no pretense projeto dominador, exatamente por terem acumulado acervos documentais importantes. Como tendência de cunho acadêmico ou científico, esses centros de estudos datam das primeiras investidas de viagens exploratórias que marcam a experiência norte-americana mundo afora, independente de espaço e tempo históricos (Kulik, 1989, p. 7). O cuidado museo-

lógico e de constituição de séries é marca da cultura norte-americana, como demonstrou Robert M. Levine (2002) ao inventariar a formação de séries documentais e arquivos que combinavam a aventura científica com interesses de conhecimentos gerais sobre o Brasil. O desconhecimento dessa forma de agir institucionalmente tem proposto aproximações entre a existência desses polos de pesquisa, como se fossem postos de informações geopolíticas, fato que, contudo, não resiste a maiores exames.

- 9) Vale reforçar a existência de grupos de intelectuais/acadêmicos brasileiros que pontificam posições e assim cumprem um estranho ritual de autocitações, evoluindo muito lentamente de um radicalismo conservador para posicionamentos algo mais negociados, inclusive com detratores. Mas tudo muito dissimulado, com melindres que, contudo, não comprometem a essência das latentes posturas antibrasilianistas. Aliás – e pelo contrário –, é exatamente nas entrelinhas, nos interditos e em mesas-redondas com protagonistas norte-americanos que as insinuações ganham exuberância. Há, contudo, um *argumento de corte* nesse processo que, sem ele, tudo fica debilitado, perdido em ataques espiralados, sem polos palpáveis de responsabilidades efetivas. Extraíndo o debate da contenda pessoal e imediata ao brasilianismo e aos brasilianistas, Sergio Miceli enfeixa argumentos centrados num pressuposto muito mais antigo, consequente, complexo e grave: a histórica vinculação institucional entre o governo norte-americano e o brasileiro. Se intermitentes pactos de alinhamentos sempre existiram – em particular desde a proclamação da nossa República –, mais tarde, já nos anos de 1960, instituições privadas estadunidenses, ideologicamente correlatas àquele Estado, também atuaram definindo políticas comuns afeitas à educação¹⁴. Novos liames se arranjaram com entidades culturais brasileiras atestando uma prática intervencionista norte-americana que, de forma direta e/ou indireta, implicaram

13 Há controvérsias sobre o endereço ou para quem teria sido escrito o primeiro livro de Skidmore, ainda que haja autores que ratifiquem algumas de suas controvertidas entrevistas. Há inclusive quem afiance que ele escreveu para os brasileiros. O fato de tê-lo previamente defendido como tese em Harvard garante o contrário.

14 Dentre os primeiros a destacar o caráter controlador da cultura norte-americana sobre o Brasil está a figura sempre esquecida de Maurício Tragtenberg.

acordos educacionais como o conhecido MEC-Usaid – celebrado entre o nosso Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development (Usaid), entre 1964 e 1976. Na linha desse potente contrato estava o estabelecimento de convênios de assistência técnica e de cooperação financeira destinados a promover a educação brasileira. A presença dominante desse pacto favoreceu a suspeita de interferência, que abrangia desde a educação elementar até o ensino superior. Além disso, não escapa também o artifício da “sedução cultural em sentido amplo”, filtrada por manhas complexas, envolvendo todos os comprometimentos do *american way of life* (Tota, 2000). Certamente, a proposta de Miceli ganha consistência na medida em que soma ao febril preconceito contra o brasilianismo, a força argumentativa de um projeto muito mais estruturado, de orientação político-ideológica efetiva, exercitado pelas ações dos Estados e por algumas entidades atentas ao desenvolvimento do saber formal, erigido segundo os padrões liberais norte-americanos. Evocando velhos estratégias de atenção continental, Miceli reinscreve a façanha estadunidense, retrazendo-a em um plano mais explicativo dessa construção: o ardil histórico que relacionava o poderio norte-americano às políticas continentais. Com força centrada na análise do papel da Fundação Ford, Leticia Bicalho Canedo (2007) diz que Miceli se apoiou, nos exames que fez, nos chamados “*program officers*, catalisadores na transferência e difusão de projetos transnacionais envoltos nos paradigmas da ciência política e da economia norte-americana”. Ressaltando positivamente o inequívoco papel da Fundação Ford – e de outras como a Fulbright e a Kellogg –, os textos de Miceli iluminaram reflexões que reconhecem a influência vital daqueles institutos na modernização geral das ciências sociais brasileiras. Tudo, porém, em obediência aos postulados estatais estadunidenses, principalmente na proteção anticomunista. O que se colocaria em pauta frente ao debate sobre o brasilianismo seria nossa capacidade de heteronomia, ou seja, de lidar, ou não, com a autonomia em uma relação patrocinada (Santos, s.d., p. 137).

10) Mas pode-se falar do fim do brasilianismo e derrocada do antibrasilianismo? O encaminhamento geral dos motes ditado pelos detratores do brasilianismo – sutis ou não – tende a mostrar o primeiro fadado a termo, pois, com o correr dos anos, o projeto de controle teria perdido seu sentido político. Como que antevendo o declínio da influência soviética e a inviabilidade de transformar o Brasil em uma “Cuba continental”, o brasilianismo perderia vigor, pois não mais precisaria dos “trabalhos diagnósticos” feitos por acadêmicos que, inocentes ou não, seriam massa de manobra. Por lógico, a construção desse argumento implicaria algumas definições que merecem cuidados. Em primeiro lugar, cabe desmitificar a dificuldade conceitual, pois é claro, simples e notável que brasilianista é todo e qualquer intelectual que sistematicamente estuda o Brasil a partir de tradições historiográficas de matrizes próprias, estrangeiras, correlatas aos seus nichos culturais. Cabe aqui notar que mesmo brasileiros que produzam em outro campo historiográfico se enquadram nessas linhagens (Green, 2014, p. 14). No caso específico do brasilianismo norte-americano, desde que existam vínculos com o perfil acadêmico daquela cultura, tudo que se produziu e ainda se produz, de maneira sistemática, acadêmica ou cientificamente, sobre o Brasil, independente do tempo histórico em que foi gerado, se ajusta ao conceito de “brasilianismo”. Simples assim. Até pouco tempo, o enfoque da produção estadunidense sobre o Brasil podia ser subdividido em dois tempos históricos complementares: o *brasilianismo histórico* – trabalhos produzidos numa fase de montagem de conhecimento continental; e, de outra sessão, muito mais em coerência com o padrão ditado no pós-guerra, o *brasilianismo político*, salientado nos chamados anos de chumbo, condizente com a modernização dos temas e modos de exercitar análises¹⁵. A exclusão da primeira fase, histó-

15 Dado o correr do tempo e as transformações do evoluir historiográfico norte-americano, em vista do Brasil, valeria a sugestão de nova onda geracional que poderia ser reconhecida como *brasilianismo interdisciplinar*, assumido por especialistas agora dedicados a temas de construções de identidades: afro, feministas, de orientação sexual, religiosa.

rica, em favor da essencialidade da segunda, a implicaria como geração espontânea e de uso meramente ideológico.

BRASILIANISMO E ANTIBRASILIANISMO: ETERNOS RETORNOS

Sendo que o termo “brasilianista” no Brasil ainda continua a causar polêmica, a fim de avaliar condições historiográficas gerais, pretendeu-se o entendimento desse fenômeno a partir dos sintomas presentes em nossa crítica acadêmica. A alongada constituição – ainda que intermitente – desse debate demonstra o custeamento de algumas práticas discursivas insistentes: a origem e supostas dificuldades de definição conceitual; o uso em inglês ou em português do termo definidor da prática; os ciclos de produção inefavelmente medidos por números; as flutuações do comportamento político imperialista norte-americano e suas estratégias de dominação; e, mais recentemente, a variação temática assumida pelas novas gerações de brasilianistas, que se dedicam, destacadamente, a temas sociocomportamentais, menos ligados ao estabelecimento do poder institucional. O fatiamento temporal – em particular o isolamento do período correspondente ao regime militar – também atua como fator discriminatório, pois quase toda a produção de uma geração tem sido vista como atestado de um projeto que marcaria o uso mecânico de pesquisadores como “intrusos”. Vale lembrar que o tom paternalista de abordagens explicativas preside a reflexão acadêmica que reforça o eterno caráter defensivo da matéria.

A fácil constatação de alguns desses aspectos, contudo, entre nós, carece de desconhecimento do outro lado da moeda, fator que ilustra o sentimento defensivo, declarado ou enrustido. Sem levar em conta as relações anteriores dos pioneiros acadêmicos com seus futuros alunos, seria temerário assumir continuidades. Exemplos importantes, como do latino-americanista Frank Tannenbaum, que orientou Richard Morse, que, por sua vez, motivou uma plêiade de significativos brasilianistas – como Dain Borges, Thomas Cohen, Jeffrey Needel, Matthew Shirts –, de Stanley Stein, que acompanhou Robert M. Levine, que, por sua vez, orientou Peter Batie, entre muitos outros casos, caracterizam

continuidades irrefutáveis. Seria fácil multiplicar exemplos, inclusive que garantiriam continuidade de estudos em personagens como Emilia Viotti da Costa e alunos como John French ou Barbara Weinstein, e tantos mais. Além disso, porém, é importante lembrar a revolução demográfica causada nas famílias norte-americanas depois do fim do conflito mundial em 1945. Os chamados *babies boomers* – a expressiva geração nascida imediatamente depois do fim da Segunda Guerra Mundial –, com a chegada à idade adulta, revolucionaram o sistema educacional estadunidense, que abrigou levas de estudantes, dando-lhes sentido profissional na área da pesquisa e da educação.

Logicamente o olhar político-institucional dos Estados Unidos se nutriu de fatores defensivos e em particular se alimentou da política antissoviética que ambientou a Guerra Fria. Nesse contexto, o enfrentamento com a potência opositora colocou em mira áreas vulneráveis à expansão comunista. Tudo se agitou ainda mais frente ao lançamento do satélite Sputnik, em 1957, e depois, com os desdobramentos da Revolução Cubana nos anos da década de 1960 em diante. A proteção continental deixaria então de ser tendência, para assumir a condição de política estratégica. Juntando partes, a prática educacional dos Estados Unidos passaria supostamente a exercitar seus adeptos a *estudos de áreas*, alijados de intenções acadêmicas, culturais ou científicas. Como parte de continuidade firmada desde o começo do século XX, a América Latina ganharia destaque nesse plano, e nela o Brasil mereceria realce pelo tamanho, importância e função estratégica. O desconhecimento das partes, porém, se tornou notável, havendo esforço compensatório dos Estados Unidos para com a América Latina, ainda que a recíproca não se reconhecesse verdadeira.

Amedrontados, sem entender o significado motivador de tantos estudos, setores da intelectualidade brasileira, em particular no meio acadêmico, se compuseram com segmentos que identificavam o golpe militar com a efetiva participação política norte-americana. Logicamente, não faltavam aspectos indicadores da interferência estadunidense nos procedimentos políticos dos *anos de chumbo*, nem se pode deixar de perceber alguns acadêmicos norte-americanos empenhados nesse processo, mas daí a assumir o conjunto como

uma espécie de patrulha é exagero grande, e muito consequente. Há evidente e justificável explicação para procedimentos de rejeição antiamericana que, sim, sempre se fez efetiva. Os críticos desse ramo do brasilianismo, no entanto, neutralizaram diferenças, propondo uma propaganda contrária, fundamentada na reverberação local. É verdade que sempre existiram intelectuais mais precavidos que reconheceram a construção de um discurso anti-brasilianista, mas estes, contudo, não exerceram efetiva ação de contraste. Junto à conveniência de silêncios de alguns, outros trataram de propor para seus alunos pesquisas que eventualmente permitissem fundamentação oposta à dos estudiosos norte-americanos. Foi assim que se nutriu o sentimento antibrazilianista que, apesar de mostras evidentes, nunca se assumiu como tal, evoluindo num discurso de aparente fundamentação sociológica. É nesse cenário incerto e nebuloso que, como expressão de um *nacionalismo acadêmico* embutido, muitas

pesquisas brasileiras sobre o assunto dimensionavam a caracterização modernizadora das nossas ciências humanas e a distinção de uma cultura intelectual que, por ter discernimento dos valores estrangeiros, escolhe o que convém para diálogos.

Mas o que se avoluma como consequência desse processo todo é a inevitável permanência do sentimento antibrazilianista. Passado o tempo, mesmo com as marcas deixadas pela construção preconceituosa do discurso contrário, o que se tem é a projeção das sombras que, no presente, reconhecem a inevitável atuação dos novos brasilianistas, mas a percebem destituída de atributos políticos. Isso, diga-se, é outra forma de manter vivo o antibrazilianismo. A presença das oposições ao brasilianismo, por disfarçadas ou irreconhecidas, servirá de combustível para nutrir prosseguimentos que tendem a se desdobrar, pelo menos enquanto não houver condições de amadurecimento do corpo crítico nacional brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. "Tendências e Perspectivas dos Estudos Brasileiros nos Estados Unidos", in Rubens Antônio Barbosa; Marshall C. Eakin; Paulo R. de Almeida (orgs.). *O Brasil dos Brazilianistas: Um Guia dos Estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2001*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp. 31-55.
- _____. "Mr. Dulles e o Brasil", in *D.O. Leitura*, v. 54, n. 5. São Paulo, Imprensa Oficial, 1986, p. 14.
- ARAPIRACA, José Oliveira. *Usaid e a Educação Brasileira*. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982.
- BEIGUELMAN, Paula. "Cultura Acadêmica Nacional e Brazilianismo", in Alfredo Bosi. *Cultura Brasileira, Temas e Situações*. São Paulo, Ática, 1987, pp. 199-207.
- BERGER, Mark T. *Under Northern Eyes: Latin American Studies and U.S. Hegemony in the Americas, 1898-1990*. Bloomington, Indiana University Press, 1995.
- BIEBER, Judy. "História do Brasil nos Estados Unidos: 1945-2000", in Paulo Roberto de Almeida; Marshall C. Eakin; Rubens Antônio Barbosa (orgs.). *O Brasil dos Brazilianistas: Um Guia dos Estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp. 194-232.
- BOURDIEU, P. *Os Usos Sociais da Ciência: Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico*. São Paulo, Editora Unesp, 2004.

- CANEDO, Leticia Bicalho. "La Fundación Ford y la Importación de la Ciencia Política en Brasil", in Martha Cecilia Herrera (org.). *Política, Intelectuales y Espacio Público en las Sociedades Contemporáneas*. Bogotá, Cooperativa Editorial Magisterio, 2007.
- CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. "John Waston Foster Dulles (1913-2008): A Vocational Historian", in *Estudos Históricos*, v. 3, n. 5. Rio de Janeiro, 2008, p. 29.
- _____. "O Brasil e os Brazilianistas nos Circuitos Acadêmicos Norte-Americanos: Thomas Skidmore e a História Contemporânea do Brasil". 2007 (mimeo.).
- CLINE, Howard. "Review", in *The American Historical Review*, v. 67, n. 2. 1962, pp. 455-6.
- GASPARI, Elio. "A História do Brasil – O Passado do País Está Sendo Escrito em Inglês", in *Veja*, 168. São Paulo, Abril, 24/11/1971, pp. 32-8.
- GREEN, N. James. "Prefácio", in *Anais Brasileiros e Brazilianistas: Novas Gerações, Novos Olhares*. São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/12127503/BRASILEIROS_E_BRASILIANISTAS_-_emilia_viotte. Acesso em: 12/12/2016.
- KULIK, Gary. "Designing the Past: History-Museum Exhibitions from Peale to the Present", in Warren Leon. *History Museum in the United States. A Critical Assessment*. Urbana-Champaign, University of Illinois Press, 1989, pp. 3-37.
- LEVINE, Robert M. "Pesquisas: Fontes e Materiais de Arquivos, Instituições Relevantes, Abordagens", in Rubens Antônio Barbosa; Marshall C. Eakin; Paulo R. de Almeida (orgs.). *O Brasil dos Brazilianistas: Um Guia dos Estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp. 57-80.
- MASSI, Fernanda Peixoto. "Brazilianismos, 'Brazilianists' e Discursos Brasileiros", in *Estudos Históricos*, v. 3, n. 5. Rio de Janeiro, 1990, p. 29.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A Colônia Brazilianista: História Oral de Vida Acadêmica*. São Paulo, Nova Stella, 1990.
- _____. *Introdução ao Nacionalismo Acadêmico: Os Brazilianistas*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MICELI, Sergio. *A Desilusão Americana: Relações Acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo, Idesp/Vértice/Finep, 1990.
- MUSSE, Ricardo. "O Brasil de Skidmore", in *Blog da Boitempo*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/24/o-brasil-e-skidmore>. Acesso em: 13/9/2016.
- PARKER, Phyllis. *Brazil and the Quiet Intervention, 1964*. Austin, University of Texas Press, 1979.
- PONTES, Heloisa. "Brasil com Z", in *Estudos Históricos*, v. 3, n. 5. Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, 1990.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo, Ibrasa, 1981.
- SANTOS, Hermílio; OLIVEIRA, Patrícia; SUSIN, Priscila. "Narrativas e Pesquisa Biográfica na Sociologia Brasileira: Revisão e Perspectivas", in *Civitas, Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 2. Porto Alegre, PUC-RS, 2014, pp. 359-82. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17152/11478>. Acesso em: 21/12/2016.
- TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- TRAGTENBERG, Mauricio. "A Delinquência Acadêmica", in *Educação & Sociedade*, v. 1, n. 3. São Paulo, maio/1979, pp. 76-82.
- TYRREL, Ian. "Reflection on the Transnational Turn in United States History: Theory and Practice", in *Journal of Global History*, v. 4. 2009, pp. 453-75.
- WALLERSTEIN, Immanuel. "The Unintended Consequences of Cold War Area Studies", in Noam Chomsky et al. (eds.). *The Cold War and the University: Toward an Intellectual History of Postwar Years*. New York, New Press, 1997.
- WEINSTEIN, Barbara. "Am I Still a Brazilianist?", in *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 72. São Paulo, 2016, pp. 195-217.

**Um olhar para as cidades: Richard Morse
e a história urbana no Brasil**

Ana Claudia Veiga de Castro

resumo

Richard Morse, historiador norte-americano, mais conhecido pela sua obra *O Espelho de Próspero*, estudo comparativo sobre a Anglo-América e a Ibero-América publicado em 1981, é autor também de um seminal livro sobre a história de São Paulo: *Formação Histórica de São Paulo: De Comunidade à Metrópole*, publicado pela primeira vez em 1954 e republicado em 1970. Esse livro de juventude foi uma espécie de plataforma de estudos que permitiu a Morse percorrer um caminho pela história das cidades para compreender a sociedade de um ângulo particular. Tornando-se professor de história da América Latina nos Estados Unidos, Morse privilegiaria em seus cursos o estudo das cidades, artefato que lhe dava acesso à sociedade por um ângulo especial, fornecendo pistas para a compreensão da cultura ocidental. A intenção deste artigo é iluminar a maneira como Morse elaborou tais cursos, para discutir os rendimentos de seu pensamento nos estudos históricos urbanos hoje no Brasil.

Palavras-chave: Richard Morse; história urbana; América.

abstract

Richard Morse, a North-American historian best known for his work Prospero's Mirror, a comparative study of Anglo-America and Iberian-America published in the 1980s, is also the author of a seminal book on the history of São Paulo: From Community to Metropolis: A Biography of São Paulo, Brazil, first published in 1954 and republished in 1970. This book from his early years was a kind of study platform that allowed Morse to tread a path through the history of cities to understand society from a singular viewpoint. As he became a professor of Latin American History in the United States, Morse privileged in his courses the study of cities, an approach that provided him with access to society from a special angle, providing clues to understanding the Western culture. The main goal of this paper is to shed light on the way Morse devised his courses, to discuss the outcomes of his ideas in the urban historical studies today in Brazil.

Keywords: Richard Morse; Urban History; America.

Richard Morse, historiador norte-americano que se tornou mais conhecido pelas suas teses pouco ortodoxas sobre o papel das duas Américas no mundo moderno, explicitadas em seu livro *O Espelho de Próspero*, publicado na década de 1980¹, é também autor de uma importante história de São Paulo, *Formação Histórica de São Paulo: De Comunidade a Metrópole*, lançado pela primeira vez em 1954, na efeméride do IV Centenário, e republicado em 1970 na importante coleção *Corpo e Alma do Brasil*, dirigida por Fernando Henrique Cardoso para a Difusão Europeia do Livro.

Esse livro de juventude, o primeiro trabalho de fôlego do historiador – fruto de sua tese de doutorado desenvolvida na Universidade de Columbia sob a orientação do conhecido latino-americanista Frank Tannenbaum, a partir de pesquisa feita em São Paulo em fins dos anos 1940 –, é apresentado aqui como uma espécie de plataforma de estudos que organizou seus trabalhos e sua trajetória acadêmica dali em diante². Tornando-se professor de

História da América Latina nos Estados Unidos, Morse privilegiaria em seus cursos o estudo das cidades, artefato que lhe dava acesso à sociedade por um ângulo especial, fornecendo pistas para a compreensão da cultura ocidental desde o estabelecimento do capitalismo na Europa.

A intenção deste artigo é iluminar a maneira como Morse encarou a história urbana em seu trabalho como pesquisador e professor para discutir os rendimentos de seu pensamento nesse campo de estudos, na medida em que hoje se nota um renovado interesse por sua obra. Para tanto, recupera-se brevemente sua trajetória acadêmica desde a tese defendida em 1952, elaborada em diálogo com as biografias de cidades que se faziam nos Estados Unidos, mas escrita num ambiente de investigação sobre a América Latina que extrapolava o olhar acadêmico dos *area studies* então em formação. Tendo conhecido em São Paulo a nata da *intelligentsia* paulista, Sergio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Florestan Fernandes, entre outros, Morse soube combinar em sua obra ambas as perspectivas, a do grupo paulista em busca da afirmação de um pensamento científico autônomo que contribuísse para “explicar” o país, e a de professores norte-americanos interessados em com-

1 Lançado em espanhol: *El Espejo de Prospero: Un Estudio de la Dialéctica Del Nuevo Mundo* (Mexico, Siglo XXI, 1982) e republicado em português: *O Espelho de Próspero: Cultura e Ideias nas Américas* (São Paulo, Companhia das Letras, 1988), nunca foi publicado em inglês.

2 Para uma análise detida do livro, ver Castro (2013).

ANA CLAUDIA VEIGA DE CASTRO é arquiteta e urbanista, professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU-USP e autora de *A São Paulo de Menotti del Picchia: Artes, Arquitetura e Cidade nas Crônicas de um Modernista* (Alameda/Fapesp).

preender a cultura ocidental para além da própria América formada na tradição anglo-saxônica.

Em seguida, pontua-se sua trajetória em Yale desde 1957, onde permaneceu por quase 20 anos, não apenas como professor, mas também como *chairman* do Latin American Studies Program e membro de diversos conselhos e grupos de trabalho ligados à América Latina, até ser substituído em 1973 pela historiadora brasileira Emília Viotti da Costa (então cassada pelo AI-5), de modo a recuperar alguns de seus cursos e discutir a bibliografia neles indicada³.

Nesse panorama, interessa destacar os pontos que permitem entender como sua maneira de olhar as cidades se relacionou com os estudos urbanos que se estruturam no segundo pós-guerra, sobretudo com a sociologia urbana que se afirmava no período – sem portanto deixar de lado as condições sociais e materiais da urbanização –, mas levando em conta outra dimensão, a da cultura – por meio sobretudo da produção literária –, o que, naqueles anos de especialização dos saberes, não parecia ser um caminho de análise comum. Busca-se por fim indicar como essa perspectiva voltou a fazer parte dos estudos sobre as cidades mais recentemente, em instigantes interpretações sobre as cidades latino-americanas.

NA AMÉRICA, EM BUSCA DA OUTRA AMÉRICA

Morse chega à Universidade de Columbia após o fim da Segunda Guerra Mundial, graduado em História pela renomada Universidade de Princeton. Em Nova York, encontra o historiador e antropólogo Frank Tannenbaum em plena atividade, como diretor dos Latin American Seminar, encontros semanais que reuniram em Columbia acadêmicos, diplomatas, políticos, jornalistas, em uma palavra, *intelectuais* que

buscavam discutir os rumos da América Latina, entender sua particular história, mas também incidir nas relações entre aqueles países e os Estados Unidos. Num momento em que os *area studies* começavam a ganhar força como campos de atuação extremamente especializados⁴, Tannenbaum levou adiante uma dinâmica de trabalho para reunir nomes que pudessem dar aos seus alunos uma perspectiva mais ampla dos fenômenos sociais.

Dessa forma, contrariando o que afirma uma certa bibliografia, que após o fim da guerra a América Latina teria passado a um segundo plano⁵, pode-se ver que Tannenbaum atuava para fortalecer os laços não apenas culturais ou acadêmicos, mas também os econômicos e políticos entre os diversos países latino-americanos e os Estados Unidos desde meados dos anos 1940, sem jamais arrefecer nesse esforço até o fim da década de 1960⁶. No outono de 1954 o próprio Richard Morse, já como docente em Columbia, apresentava ali o tema “Linguagem e Civilização na América Latina”, matéria obviamente ampla para alguém que acabara de defender uma tese sobre São Paulo, mas que indica o sentido dos seminários e, mais ainda, a perspectiva que envolvia a sua pesquisa (Figura 1).

3 Em 1979 Morse passa a dar aulas na Universidade de Stanford, na Califórnia, onde permanece até 1984. Posteriormente se transfere para Washington, onde se tornou secretário do Latin American Affairs do Wilson Center, voltando ao Brasil por um curto período de tempo como consultor da Fundação Ford, dirigindo a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Regional no Rio de Janeiro.

4 Os chamados “estudos de área” (*area studies*) conheceriam uma maior institucionalização com a promulgação do National Defense Education Act em 1958, dando às universidades norte-americanas recursos generosos destinados à pesquisa, treinamento e ensino para as distintas áreas geográficas de interesse (cf. Almeida, 2001, p. 38).

5 Segundo Elizabeth Cobbs, tratando especificamente da relação com o Brasil, “[...] depois de 1945, a relação com o [país] se deslocou mais e mais para fora dos interesses norte-americanos”, resumindo-se sua nova política na frase: “*Don’t call us, we’ll call you*” (cf. Cobbs, 1992, p. 6). Para Almeida, do ponto de vista da política universitária, ainda que “no pós-Segunda Guerra, os estudos latino-americanos come[ce]m a experimentar um desenvolvimento em bases mais sólidas nas universidades americanas, com o estabelecimento de seções especializadas, de cunho interdisciplinar, nos departamentos humanísticos ou, onde é pertinente, em centros voltados exclusivamente para os estudos latino-americanos [...] A América Latina aparece[ria], nas diretivas do Conselho de Segurança Nacional, como a região de menor importância estratégica nos planos de segurança externa dos EUA” (Almeida, 2001, p. 35).

6 Tannenbaum falece em 1969, mas os seminários seguiriam acontecendo. Sobre Tannenbaum, ver: Maier & Weatherhead (1974).

Programa das Palestras/Latin American Center – Outono 1954.
Na primeira linha da página 2: Prof. Richard Morse

Victor Morais

SCHEDULE OF SPEAKERS LATIN AMERICAN CENTER - FALL TERM 1954		
Sep. 23	<i>Bel</i> Dr. Angel Del Rio, Cal. <i>Washington</i>	"Que tanto español es la cultura Latinoamericana"
Sep. 30	✓ Prof. Waldo Ross (Chile)	"The Panorama of Chilean Philosophy"
Oct. 7	✓ Dr. Jose Nivas-Mioud	"Constitutional Development in Uruguay"
Oct. 14	✓ M. de Souza Dantas Romero (Consul of Brazil)	"The Theory of Brazilian Foreign Policy"
Oct. 21	Dr. Max Henriquez-Ureña <i>Santiago</i>	"The Bolivian Agrarian Problem"
Oct. 28	No meeting	
Nov. 4	Dr. Eduardo Flores <i>Argentina</i>	"El Barbozo and Modern Brazil"
Nov. 11	✓ Dr. Americo Jacobina LaCombe	"The Problem of Political Stability in Latin America, with Ecuador as a Case in Point."
Nov. 18	Leopoldo Benitez (Ecuadorian Ambassador to Bolivia, now at U.W.)	Same as above
Dec. 2	Leopoldo Benitez	"The Cuban Elections"
Dec. 9	Mr. Herbert Matthews (New York Times)	"Is There a Latin American Philosophy?"
Dec. 16	Prof. Waldo Ross (Chile)	"How to Make a Study of Latin American Dictatorship"
Jan. 6	Josue de Salinas <i>Buenos Aires</i>	"The Amazon Basin"
Jan. 13	Dr. A. Métraux <i>Geneva</i>	"Sociology in Chile"
Feb. 3	✓ Dr. Felicitas Klimgal <i>del</i>	"The Conflict Between Costa Rica and Nicaragua"
Feb. 10	Father Benjamin Flores <i>del</i>	"Aspectos Economicos del Peronismo"
Feb. 17	✓ Lic. Ricardo Hojo <i>Argentin</i>	"Spanish Influence in Latin America"
Feb. 24	Prof. Angel Del Rio <i>del</i>	"Spanish Influence in Central America"
Mar. 3	Jose Coronel Urtecho	"The Position of Labor in Present-Day Argentina"
Mar. 10	✓ Dr. Americo Ghelardi <i>del</i>	

Speakers--Latin American Center, 1954-55 (cont'd)

Mar. 17	Prof. Richard Morse <i>del</i>	"Language and Civilization in Latin America"
Mar. 24	Father Arguello	"The Corridillos in the Colonial Age"
Mar. 31	Mr. W.W. Lunsden <i>Lip</i>	"Inter-American Investment Opportunities"
Apr. 14	Jose Coronel Urtecho <i>del</i>	"Our Neighbor, the United States"
Apr. 21	✓ Dr. Ramon Villeda <i>del</i>	"The Honduran Situation"
Apr. 28	Carlos Hebeverry-Cortez <i>del</i>	"The Case of Haya de la Torre"
May 5	Lic. Carlos Basaldua	"El Derecho de Trabajo argentino comparado con el de E.U.U."
May 12	Dr. Mauricio A. Ottolenghi	"Judicial Power in Argentina"

Fonte: Box 20, Frank Tannenbaum Papers, Rare Book & Manuscript Library, Columbia University

Durante seus 25 anos de existência, passaram por esses encontros, entre outros, inúmeros intelectuais, como o economista e diplomata mexicano Daniel Cosío-Villegas; o escritor e político venezuelano Arturo Uslar Pietri; o historiador e ensaísta argentino José Luís Romero; o editor e político colombiano Eduardo Santos Montejo; o sociólogo e ensaísta brasileiro Gilberto Freyre; o economista alemão Albert Hirshmann, àquela altura consultor em Bogotá e depois professor em Columbia; o crítico de arte brasileiro Flávio Motta; e até Fidel Castro, que, ao visitar os Estados Unidos logo depois da Revolução Cubana, seria convidado por Tannenbaum. Também colegas da universidade, com interesse nos problemas latino-americanos, frequentariam essas reuniões, como o romancista espanhol e professor em Nova York Frederico de Onís; o diplomata e crítico venezuelano Mariano Pícon-Salas; o historiador e ensaísta colombiano Germán Arciniegas; o antropólogo brasileiro Charles Wagley. Ou ainda intelectuais europeus como o geógrafo francês Pierre Monbeig e o

antropólogo Alfred Métraux, que tinham alguma ligação com a América Latina em suas trajetórias. A maioria, membros de uma geração em que duas chaves de atuação – cultura e política – pareciam se complementar.

Dessa forma, atuando no momento em que a especialização começava a ser cada vez mais valorizada, ao mesmo tempo em que as grandes explicações, vistas como impressionistas e pouco adequadas, eram deixadas de lado em nome de uma pretensa cientificidade do conhecimento (o que implicou a segmentação dos temas e o abandono das perspectivas totalizantes), Richard Morse acabou por construir uma visão que unia as duas formas de empenho acadêmico para compreender a América Latina. Como disse certa vez Decio de Almeida Prado a respeito da sua geração, um dos “trunfos” daquele grupo de intelectuais, do qual ele fazia parte e que se afirmara em São Paulo nos anos 1940, tinha sido a visão a cavaleiro da história, “montado ao mesmo tempo sobre a liberdade do ensaísmo e a objetividade dos cursos universitários” (Prado, 1999, p. 37).

Morse, intelectual dessa mesma geração, viveu situação similar, participando intensamente de uma universidade que buscava delimitar os campos de estudo, mas convivendo de perto com um intelectual que jamais deixou de lançar mão de intuições e hipóteses formuladas a partir da sua própria experiência para compreender o mundo que o cercava, as sociedades e suas culturas, submetendo sempre a pesquisa científica ao escrutínio da realidade, jamais o oposto. Como apontou o historiador Maurício Tenório, naqueles anos “o *boom* universitário transforma[va] os sistemas tradicionais de produção de ideias”. Sendo assim,

“Morse [passaria a] distingu[ir] duas formas de reprodução do pensamento latino-americano: a dos ‘intelectuais’ no sentido mais amplo (artistas, escritores, pensadores) e a dos cientistas sociais surgidos das universidades. Num ritmo mais ou menos contemporâneo das ciências sociais ocidentais, os universitários se dedicam aos pormenores das grandes transformações (sociais, econômicas, administrativas, educacionais, etc.). Morse encontr[ou] nos literatos a outra forma de conhecimento, a qual constata a resistência das sociedades à mudança, ou seja, a permanência” (Trillo, 1989).

Se eram os literatos os intelectuais cuja visão compreendia de maneira mais profunda as sociedades em que viviam, porque conseguiam perceber as permanências mesmo nos períodos de grandes transformações, foi com eles que o jovem historiador buscou dialogar em seu primeiro livro, elegendo os poetas Álvares de Azevedo e Mário de Andrade como “criadores de símbolos” cujas obras podiam fornecer, de seu ponto de vista, um acesso privilegiado à história da capital paulista (Morse, 1954, p. 18). Para Morse, a produção do artista era potencialmente reveladora:

“O artista é com frequência o símbolo mais satisfatório para captar e refletir os processos vivos de uma sociedade. [...] O artista é, a um tempo, mais capaz de compartilhar-se e envolver-se, e de ser mais objetivo do que seus semelhantes” (Morse, 1954, p. 87).

Dito de outra forma, não que estudos científicos e pesquisas acadêmicas tivessem que ser descartados ou menosprezados, mas desta particular perspectiva, esse material tornava-se coadjuvante de um sentido antes revelado na própria forma literária. Isso porque, sendo a matéria artística historicamente formada, ela estabeleceria nexos com a vida social produzindo aquilo que Adorno chamou de “a historiografia inconsciente de si mesma e de sua época” (Adorno, 1970, p. 207).

Assim, vemos que Morse organizou sua obra sobre São Paulo a partir dos dois movimentos literários: Romantismo e Modernismo, compreendendo a urbanização paulista a partir da mudança de sensibilidades, ou, nas suas palavras, da transformação do *ethos* paulista, que ocorria entre os dois períodos. A tríade café-ferrovia-imigração, recorrentemente vista como “a” explicação sobre a urbanização paulista, passava a ser tensionada pelas transformações culturais e de mentalidade que ocorriam na cidade.

No mesmo ano de 1954, outro autor buscou colocar cidade e literatura em relação. Respondendo à efeméride do IV Centenário, Antonio Candido publicaria num suplemento especial do jornal *O Estado de S. Paulo* o ensaio “A Literatura na Evolução de uma Comunidade”⁷. Neste artigo, Candido caracterizava as “diferentes etapas da literatura brasileira em São Paulo”, reconhecendo a “ligação orgânica entre produção literária e vida social”. Se uma obra é única, a “literatura é coletiva”, e por isso ela serviria de índice de compreensão da vida social. Ali é possível notar a ideia de “sistema literário” – esquema explicativo da sua obra *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*, publicada em 1959 – em plena elaboração. Ao destacar uma série de momentos decisivos da literatura produzida em São Paulo, organizando-a em cinco fases, Candido também pontuava o Romantismo e o Modernismo como dois momentos fortes, em que a literatura produzida na cidade “contou” para a nação, na esteira, é verdade, da leitura do próprio Mário de Andrade, protagonista e intérprete do Modernismo⁸. Nesse senti-

7 Republicado em: Candido (2000, p. 142).

8 Ver Castro (2013), especialmente capítulo 2.

do, pode-se afirmar que a obra de Morse sobre São Paulo é fruto não só das lições aprendidas com Tannenbaum, mas também de seu encontro em São Paulo com Antonio Candido, que lhe forneceria pistas fundamentais para sua aproximação da história da cidade⁹.

Ora, mas num momento de crescente especialização, não apenas os temas de estudos se segmentavam. A própria forma de compreensão das disciplinas sofreria mudanças, levando também o campo da história a se fragmentar em nichos particulares de atuação, a história urbana sendo um deles.

O primeiro trabalho considerado fundador dos estudos de história urbana nos Estados Unidos é o livro *The Rise of the City (1878-1898)*, de Arthur Schlesinger, publicado em 1933 e que apontava para o papel fundamental das cidades na compreensão da própria nação (Schlesinger, 1933)¹⁰. A partir de então, uma série de estudos monográficos sobre as cidades norte-americanas começou a aparecer, passando a ser chamados de “biografias de cidade”. Se um biógrafo estudava o crescimento e o desenvolvimento de um ser humano desde o seu nascimento, também os biógrafos urbanos deveriam investigar o crescimento e o desenvolvimento de cidades desde sua fundação. Um historiador chegou a afirmar:

“Depois de um ano de estudo sobre Memphis, convenci-me de que *uma biografia adequada de nossas principais cidades* – Nova York, Chicago, Nova Orleans, São Francisco, Kansas City e mais uma dezena delas – *significaria mais à nação do que a biografia de uma figura*, mesmo tão proeminente como Theodor Roosevelt. [...] Esta tarefa tão importante, ainda que interesse ao sociólogo, ao economista, ao genealogista e ao literato, é primeira e fundamental tarefa do historiador – tarefa que foi negligenciada até agora” (Carpers apud Glaab, 1965, p. 52 – grifos meus).

9 Ambos conviveram em São Paulo na década de 1940, dando início a uma amizade intelectual que duraria toda a vida (cf. Candido, 1992, pp. 7-12).

10 O livro fazia parte da coleção *History of American Life*, publicada em 13 volumes, e por cobrir o período entre 1878 e 1898, justamente o de urbanização mais intensa, acabou sendo considerado o primeiro trabalho de história urbana (cf. Stave, 1977).

Desde as metrópoles nacionais, como Nova York ou Chicago, às metrópoles locais, como Memphis ou Pittsburgh, até as cidades menos conhecidas, como Holyoke, nascida no bojo da Revolução Industrial do século XIX, toda e qualquer cidade tornou-se alvo de interesse para os historiadores. Durante os anos que se seguiram ao livro de Schlesinger, dezenas de pesquisas sobre cidades seriam publicadas. Compreende-se assim que a primeira edição do livro de Morse sobre São Paulo se chame justamente *De Comunidade a Metrópole: A Biografia de São Paulo*¹¹. O título evidencia a relação com essa história urbana norte-americana, compartilhando com ela a intenção de compreender o fenômeno urbano em um largo espectro temporal.

Mas esse título também revela o diálogo com a sociologia norte-americana, em trabalhos que vinham explorando a passagem da *comunidade* à *sociedade* e seus efeitos nas cidades norte-americanas, desenvolvidos sobretudo na Universidade de Chicago¹². Tais pesquisas investigavam as transformações urbanas ocorridas a partir da chegada de imigrantes no século XIX, vindos de comunidades agrárias da Europa e cujo rompimento com o mundo rural resultava em uma intensa desagregação social, visível por exemplo no cenário de crimes e violência da própria Chicago¹³. Partindo dos estudos de Ferdinand Tönnies, cujo *Gemeinschaft und Gesellschaft* sintetizara no início do século XX as diferenças fundamentais entre estes dois polos, *comunidade* e *sociedade*, várias gerações de sociólogos

11 Título que Morse manteve ao editar o livro em inglês: *From Community to Metropolis: A Biography of São Paulo, Brazil* (Morse, 1958).

12 Essa universidade sediou o primeiro departamento de sociologia da América, abrigando uma série de pesquisas que seriam realizadas sobre as condições da metropolização nos Estados Unidos e seus efeitos sociais (ver Bulmer, 1984).

13 O testemunho de Maiakovski, que visitou Chicago na década de 1920, sintetiza o clima da época: “Os matadouros não passam sem deixar vestígios. Depois de trabalhar um tempo neles, ou você vai virar vegetariano ou vai matar pessoas tranquilamente, quando estiver farto de se divertir no cinema. Não é à toa que Chicago é palco de assassinatos sensacionais, de bandidos legendários. Não é à toa que nesse ambiente, de cada quatro crianças, uma morre antes de completar quatro anos” (cf. Maiakovski, 2007, p. 103).

desde então formulariam leituras e explicações sobre os efeitos dessa passagem¹⁴.

Em seu livro sobre São Paulo, Richard Morse mobiliza, portanto, uma série de referências para produzir uma história urbana que é também uma espécie de esquema interpretativo, alcançando um resultado que até hoje é lido por aqueles interessados na história da cidade. Como dito por Florestan Fernandes em uma resenha no calor da hora, a obra, construída “sob preocupações historiográficas muito complexas”, contém uma “perspectiva da ‘síntese histórica’ [...] engrandecida pela exploração contínua de recursos interpretativos fornecidos pelas ciências sociais”, que faria dela uma espécie de “história cultural” da cidade *avant la lettre* (Fernandes, 1956). Em outra apreciação, já na década de 1990, suas palavras reafirmariam o valor daquele trabalho de juventude:

“O primeiro trabalho de envergadura do historiador não é, necessariamente, um item superficial em sua produção. Como explicar o passo ousado de partir do ponto zero da ‘colonização’ (assinale-se: não da civilização, pois as terras eram ocupadas por diversas populações indígenas) e tentar percorrer os altos e baixos da transformação da ‘comunidade’ em ‘metrópole’? Não basta para isso a energia juvenil. Carece o talento maduro, manejado pela imaginação histórica que agregue capacidade de invenção, dedicação extrema à exploração de fontes e de bibliografias exuberantes e confiança de que certas tendências gerais à continuidade e à mudança possuem fundamento *in re*. Desse ângulo, o historiador jovem ultrapassa a categoria de idade – a competência, a argúcia e o espírito criador ganham a primazia e decidem o que será a obra” (Fernandes, 1995, p. 90).

De fato, vê-se que, mesmo com o aumento do número de teses e estudos especializados, a obra de Morse continua sendo uma referência fundamental. Volta-se a ela para confirmar hipó-

teses, recolher citações, conferir dados, aprofundar intuições, e é raro que seu livro não conste da bibliografia de qualquer trabalho sobre São Paulo¹⁵. Por isso mesmo, chama a atenção Morse não ter tido naqueles anos seguidores, discípulos ou mesmo admiradores que tomassem dali lições sobre a forma de se estudar as cidades. O próprio Morse, entretanto, faria de seu livro uma plataforma de estudos.

NA AMÉRICA, UM OLHAR PARA AS CIDADES

Ao se observar o programa de seus cursos na cadeira História da América Latina em Yale, na década de 1960, nota-se como as cidades ocuparam um lugar central, sendo tomadas como um artefato que fornecia um ângulo particular para entender as sociedades. Das diversas disciplinas que Morse oferece ao longo dos anos 1960, a cidade foi um objeto importante na maioria delas: “*Study of the City*” e “*Introduction to Study of the City*”; “*Latin American Urban History, Urban History of Colonial Latin American*”; “*Urban History and Colonial Latin American Studies*”; “*Studies in Latin American Urban History*”; “*Latin American History*”; “*Brazilian History*”; “*Brazilian Modernism*”¹⁶. Pela bibliografia empregada ali, pode-se verificar que Morse reafirmava a vontade de traçar panoramas e visões de longo alcance, mantendo um diálogo com a literatura especializada contemporânea, sobretudo com a sociologia urbana, mas buscando ir além das questões mais imediatas, inserindo-as em uma perspectiva histórica.

Em “*Study of the City*”, que pode ser vista como uma disciplina introdutória aos temas debatidos por Morse, pretendia-se “examina[r] certos aspectos da vida e dos problemas contemporâneos” por meio de três módulos: *The ethos of urban life; Cities and National Cultures: three case studies; “Making it” in Cities*. O curso co-

14 Entre os norte-americanos, Robert Park e Luis Wirth, que escreveram trabalhos fundadores para a compreensão da vida urbana naquele país (cf. Park, 1915; Wirth, 1938; e, também, Redfield, 1941 – que extrapolou os estudos para além dos Estados Unidos, fazendo da América Latina seu laboratório de pesquisa.

15 Sobre os leitores de Morse, ver: Castro (2013, pp. 25-47).

16 Cf. Programas constantes em Series III, Box 7 - Folders 11-16, Richard McGee Morse Papers, Manuscript & Archives Library, Yale University.

meçava perguntando se a vida urbana teria características universais, para em seguida explorar a história comparada entre os Estados Unidos, a América Latina e o Japão – de modo a examinar três distintas sociedades que passavam por períodos de forte urbanização desde o século XIX –, e posteriormente adentrar em temas específicos como migração campo-cidade, escolarização, mobilidade social, etc.

Já no primeiro módulo, ainda que apoiado nos clássicos Tönnies e Durkheim, era o trabalho de Redfield (inspirado nessa bibliografia clássica) a leitura obrigatória: *The Folk Culture of Yucatan* – o mesmo livro que lhe servira como mote em seu trabalho sobre São Paulo –, no qual o sociólogo de Chicago tomava quatro comunidades mexicanas como representantes de quatro diferentes estágios da urbanização, numa espécie de linha evolutiva que ele chamou de *continuum folk-urban*¹⁷. O historiador indicava títulos de sociologia urbana, trazendo ao debate os principais nomes da discussão contemporânea.

Ao comparar, no segundo módulo, as três diferentes culturas, Morse se valia do trabalho de Stephen Therstorn – que juntamente a Richard Sennet havia acabado de lançar o livro *Nineteenth Century Cities: Essays in New Urban History*, considerado desde então o trabalho que inaugurou uma *nova história urbana* – para introduzir a cidade anglo-saxã na América. Para discutir a cidade no Japão, indicava o trabalho de um *scholar* japonês, T. Yasaki, que traçara em *Social Change in the City in Japan* um largo panorama histórico sobre a “ocidentalização” daquele país da Ásia, mostrando como o envolvimento japonês com a ciência e a cultura ocidentais fora no geral controlado e metódico. Para discutir as cidades na América Latina, mobilizava o livro de Gerald Bresse, *The City in Newly Developing Countries*, seu próprio artigo “Culture and Urban Change in Latin America” e ainda o livro de Carolina de Jesus, *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*. No terceiro módulo, retornava às leituras

17 No trabalho sobre São Paulo, Morse discute a ideia de *continuum*, problematizando a linearidade e a evolução presentes nessa perspectiva, apontando para conclusões mais complexas e vendo a manutenção da “comunidade” na metrópole paulista.

sociológicas e históricas contemporâneas, buscando especificar o processo de urbanização e refletir sobre seus efeitos, a partir de tópicos que iam da migração à mobilidade social, dos cortiços aos guetos, relacionando raça e escolaridade, etc.

Percebe-se assim que para entender a América Latina não bastava o trabalho realizado na academia. Morse também lançava mão da obra escrita por uma “favelada” – que se tornara um verdadeiro *bestseller* na década de 1950, contrariando o olhar ufanista paulista sobre a modernização e a urbanização da capital – para discutir a outra face do processo não apenas a partir de pesquisas sociológicas. Não se tratava de opor os dois olhares, mas de indicar outro caminho de compreensão, que, ao mesclar vozes, discutia a pertinência dos modelos explicativos universais que, como ele mostrava, partiam sempre de uma matriz europeia, mais especificamente do norte da Europa, desprezando a origem ibérico-católica – que certamente trazia consequências para a sua forma de desenvolvimento – daqueles espaços sociais¹⁸.

Em uma prova desse curso, as questões propostas pelo historiador explicitam o caminho que ele indicava. Morse pede aos alunos que comparem as formas de vida das classes populares na Londres do século XVIII com as do Brasil do século XIX, com base em dois ensaios: o de Dorothy George, *London Life in the XVIIIth Century*, publicado em 1925, que recorria à literatura e a reportagens para revelar as formas de vida da classe trabalhadora, e *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre, publicado em 1936 e traduzido para o inglês como *Mansions and Shanties*. Sugere para essa comparação uma série de tópicos que podem ser objeto de atenção dos alunos, como “distribuição ocupacional” ou “padrões de mobilidade”, e, entre eles, inclui “temperamento e textura da vida urbana”. O que isso quer dizer? Morse demanda dos alunos algo

18 Em seu livro sobre São Paulo são muitas as passagens que tratam desse ponto, ainda que a cidade lhe chamasse a atenção inicialmente por parecer ser uma “verdadeira” metrópole capitalista, mas com o passar dos anos, nas reedições do livro, Morse vai dando mais atenção ao que diferenciava aquela metrópole das dos países centrais, valorizando essas variações como potencialmente importantes para oferecer ao mundo outro caminho de modernização. Para um aprofundamento da discussão, ver: Castro (2013).

que vai além da bibliografia, e que depende do envolvimento de cada um com leituras mais amplas que lhe permitam construir uma compreensão própria do mundo urbano e social, envolvendo as diversas esferas da vida social. E a cultura, mais uma vez, é uma porta de entrada potente. Por isso, ele indicaria no final do exercício: “*Fell free to hand-taylor your own topics within the broad fields of the urbanization of post-medieval Europe, Latin America, and the United States, making critical use of the readings and lectures*”.

Em “*Latin American Urban History*” vê-se o semestre organizado por tópicos tão variados quanto: *City and Country in Argentine Literature; Urban History in World Perspective; Urbanization in Development Countries; A Latin American Case Study* (justamente a partir de seu livro sobre São Paulo); *The Folk-Urban Continuum and its Critics; Case Studies in Urban Social Organization e Urbanization Trends in Latin America*. Também aqui a América Latina continuava demandando outras vezes para ser de fato compreendida e, assim, juntamente a toda a literatura histórica e sociológica contemporânea, Carolina de Jesus novamente, ao lado de Simmel e Gilberto Freyre, explicitavam um caminho de pensamento pouco ortodoxo, que partia de uma compreensão vitalista sobre as cidades, para chegar ao *ethos* latino-americano.

No seu curso “*Urban History of Colonial Latin America*” – cuja bibliografia incluía clássicos europeus como Henri Pirègne e Max Weber, ou ainda Charles Boxer, ao lado de historiadores urbanos norte-americanos contemporâneos, como Richard Wade (autor de *The Urban Frontier: the Rise of Western Cities*, 1959) ou Eric Lampard (autor de *American Historians and the Study of Urbanization*, 1961) –, Morse indicava ainda a leitura do arquiteto Jorge Enrique Hardoy, com quem organizou uma série de obras sobre a América Latina¹⁹, e aqui também o ensaísmo apare-

19 O arquiteto argentino Jorge Enrique Hardoy, do Centro de Estudios Urbanos y Regionales do Instituto Torcuato di Tella, foi um parceiro importante de Morse no campo da história urbana, e junto ainda a Richard Schaedell, do Departamento de Antropologia da Universidade do Texas, organizariam alguns volumes: Hardoy, Morse & Schaedell (1978); Hardoy & Morse (1985); Hardoy & Morse (1989).

cia, com a leitura, por exemplo, de *La Multitud, la Ciudad y el Campo en la Historia del Peru* (1929), de Jorge Basadre.

Os exemplos se sucedem e demonstram como o trabalho sobre a história de São Paulo permitiu que Morse construísse um olhar ampliado para o urbano, fornecendo temas, problemas e sobretudo formas de pensar a cidade latino-americana, que partiam da própria constituição de uma Europa urbana no final do período medieval, mas que podiam recuperar ainda as cidades do Império Romano a fim de compreender a formação da Península Ibérica²⁰. Ao mesmo tempo, Morse atuava como um importante animador desse campo de estudos em formação, organizando e participando de seminários e debates, lançando obras e elaborando balanços bibliográficos²¹. Por isso, insisto, não deixa de ser curioso notar que no Brasil seu trabalho tenha tido pouca penetração no campo da história urbana, do ponto de vista metodológico. Ou talvez possamos dizer que a própria história urbana levaria mais tempo para se configurar aqui como um campo disciplinar²².

NO BRASIL, A HISTÓRIA URBANA E O TRABALHO DE MORSE

Ainda que o primeiro momento de produção bibliográfica sobre a formação urbana no Brasil recue à geração de pensadores da formação social brasileira, que buscaram discutir a formação do território e da identidade nacional nos seus aspectos econômicos e sociais, foi de fato nos anos 1930

20 Como indica o programa da disciplina “*Urban History of Colonial Latin America*”, cujos tópicos eram: 1. *Town Founding in the Caribbean*; 2. *The Urban Structure of New Spain*; 3. *Urban Development in Spanish South America*; 4. *Town Life in Brazil*; 5. *The Towns of the Roman Empire: Latin American Analogies*; 6. *The Towns of Medieval Europe*; 7. *Latin American Contrasts*; 8. *Spanish Cities*; 9. *Spanish Urban Form and Transit to the Indies*; 10. *The Urban Development of Anglo-America: Comparison-Contrast*.

21 Não cabe aqui listar os inúmeros volumes em que Morse foi colaborador ou organizador, nem todos os seminários de que participou; os títulos organizados com Hardoy citados anteriormente indicam como esse trabalho foi profícuo.

22 A respeito, ver: Raminelli (1997).

e 1940, já no contexto de criação da Universidade de São Paulo, que as contribuições mais importantes sobre o mundo urbano começaram a aparecer, justamente quando uma certa autonomização disciplinar começa a se consolidar²³.

No campo da geografia, surgiram nos anos de 1950 alguns importantes estudos monográficos sobre cidades e regiões, como foi o caso dos trabalhos de Aroldo de Azevedo e Pierre Monbeig, que buscavam entender o processo de constituição do espaço urbano da capital paulista inserida na sua região (Azevedo, 1958; Monbeig, 1952, 1953). Na sociologia, os chamados “estudos de comunidade”, ainda que dando maior peso ao polo comunitário que ao polo societário, contribuíram para trazer o fenômeno urbano para o centro dos debates (cf. Magnani, 1992). No campo da história, o interesse pelas cidades demoraria mais para se constituir como tema de estudos, e talvez tenha sido Emília Vioti da Costa quem deu maior importância às formações urbanas, na década de 1960, buscando trabalhar a partir dos marcos de uma história urbana²⁴. Seu texto “Urbanização no Brasil no Século XIX”, publicado em livro em 1977, no volume *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*, é um exemplo fundamental de como o fenômeno urbano incide no entendimento da formação da sociedade brasileira.

Foi, entretanto, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da mesma Universidade de São Paulo (FAU-USP) que a pesquisa histórica so-

bre as cidades acabou se constituindo como um campo autônomo. Com a reforma de 1962, que estruturaria o curso em três departamentos, além de Projeto e de Tecnologia foi criado também um departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, congregando arquitetos, historiadores da arte e sociólogos voltados ao ensino da história da arquitetura, das técnicas, das artes e do urbanismo. Nesse processo, Nestor Goulart Reis Filho foi um nome fundamental, postulando o uso do termo “urbanização” para enfatizar a ideia de processo no estudo da história urbana. A publicação de *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil* em 1967, resultado da sua tese defendida em 1964, inauguraria a história da urbanização, mais que uma história urbana, como um campo de estudos em São Paulo. Vista como um processo que se dá no conjunto da sociedade, organizando as pessoas no território, a urbanização seria tomada por esse autor como um conceito abrangente o bastante para abarcar toda a complexidade das relações entre processo social e espaço.

Conforme explica Rebeca Scherer, na década de 1960 o trabalho de pesquisa em história na FAU procurou incorporar o arcabouço teórico e conceitual das ciências sociais ao estudo dos fenômenos urbanos, criticando as perspectivas positivistas e funcionalistas. Se as análises partiam dos vestígios materiais e de sua inserção urbana, dava-se atenção também aos processos de produção e às relações estabelecidas em todas as escalas de organização do espaço. Em seguida, com a institucionalização da pós-graduação a partir de 1972, ocorreria uma delimitação mais clara dos campos disciplinares, fazendo da história urbana um tema cada vez mais de arquitetos e urbanistas – o que talvez tenha contribuído para que a perspectiva interdisciplinar de Morse fosse deixada de lado –, como confirmam os grupos de pesquisas e os seminários que se instituíram no Brasil desde então (Scherer, 1994).

Mas hoje, quando se nota um interesse renovado pela cultura e pela literatura como portas de entrada para o fenômeno urbano, quando as cidades, reconhecidas como entidades complexas e de difícil redução teórica, são tomadas não apenas como laboratórios para compreender a sociedade, nem como cenários onde a vida social acontece, mas vistas em si como objetos de análise que va-

23 Capistrano de Abreu e depois Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior discutiram os temas da colonização e da formação brasileira, nos quais os núcleos urbanos aparecem na sua relação com o mundo rural. Se Capistrano abria as sendas da compreensão do território, com seu pioneiro *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* (1930, edição póstuma), Freyre, com *Sobrados e Mucambos* (1936), inseria a cidade de modo interessado na discussão do país. Da geração de pensadores da década de 1930, há que se destacar o famoso capítulo de Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil* (1936), “O Semeador e o Ladrilhador”, considerado desde então o grau zero da história das cidades coloniais.

24 A historiadora Raquel Glezer fala da institucionalização dos estudos históricos urbanos ainda na década de 1960 sob a liderança de Emília Viotti da Costa, cortada pelo Golpe Militar de 1964 e a cassação da referida professora – que então iria para Yale para justamente trabalhar no lugar de Richard Morse, a convite do mesmo, então licenciado (cf. Glezer, 2001; Costa, 2002).

lem a pena serem investigados em vários níveis²⁵, o trabalho de Richard Morse parece voltar à cena.

É verdade que já na década de 1990 cidade e literatura se mesclavam em trabalhos publicados, como os de Flora Süssekind ou de Nicolau Sevcenko, seguidos por outros²⁶. Mas ali a referência a Morse nunca apareceu, sendo tais trabalhos devedores da renovação historiográfica das décadas anteriores, que defendia a ampliação das fontes, dos objetos e dos métodos, e que também chegava ao Brasil. Salvo engano, apenas Maria Alice Rezende de Carvalho, em seu livro *Quatro Vezes Cidade*, faria uma referência explícita a Richard Morse ao escrever sobre o Rio e seus autores (Carvalho, 1994, pp. 15-63). Morse, por seu turno, publicava nessa década seu grande texto sobre a cultura latino-americana, “O Multiverso da Identidade Latino-Americana, c. 1920-c.1970”, no qual, a partir da análise de três cidades, São Paulo, Buenos Aires e Cidade do México, traçaria um panorama abrangente das transformações urbanas e culturais do subcontinente, apoiando-se na produção dos seus intelectuais (Morse, 2011).

Se hoje podemos reconhecer finalmente os frutos de um diálogo efetivo e direto com a obra e o pensamento de Richard Morse sobre as cidades, isso ocorre em uma obra de abrangência sul-americana. O projeto *Ciudades Sudamericanas* como *Arenas Culturales*, organizado pelo arquiteto argentino Adrián Gorelik e pela antropóloga Fernanda Peixoto, reuniu pesquisadores que, a partir da figura-chave “arenas culturais”, desenvolveram leituras urbanas sobre as capitais latino-americanas (Gorelik & Peixoto, 2016). Essa noção havia sido formulada no ensaio “Cidades Periféricas como Arenas Culturais”, que Morse publicara em

1984 e no qual defendia a capacidade de as cidades serem simultaneamente “lugar de germinação, de experimentação e de combate cultural” (Gorelik & Peixoto, 2016, p. 13). Revisando uma literatura que explorava a ligação entre cultura e cidade – as obras de José Luís Romero (1971), Carl Schorske (1979) e Marshall Berman (1982) – Morse reincidia ali em seu tema de eleição, o papel da cultura para a compreensão da modernização latino-americana, para defender que as culturas periféricas seriam mais intensas que as culturas dos países centrais. Sem necessariamente concordar com essa abordagem (quase romântica), o livro de Gorelik e Peixoto retoma a figura da “arena cultural” para sugerir leituras da vida urbana na América Latina que possam, a partir de seus artistas, escritores e ensaístas, encontrar outras facetas interpretativas. Buscando “identificar contrastes e coincidências” que pudessem permitir traçar linhas de “conectividade cultural entre as diferentes cidades”, os diversos textos estabelecem um diálogo não linear, mas cuja fragmentação é a própria expressão da vida social, revelando a pluralidade de experiências urbanas e estabelecendo nexos entre práticas sociais, configurações simbólicas e a constituição material do espaço.

Num momento em que a América Latina, do ponto de vista urbano, já não pode mais ser compreendida por meio das visões sociológicas planificadoras, que até o final da década de 1970 foram a principal chave interpretativa para suas cidades, talvez de fato seja a cultura, e a cultura urbana, que possa fornecer aos pesquisadores interessados nas suas cidades um caminho de reflexão inovador²⁷. Caminho, como vimos, que Morse percorreu em sua longa e profícua trajetória.

25 A respeito, ver: Gorelik (2009).

26 Para uma revisão destes trabalhos, ver: Castro (2016).

27 A pesquisa “Figurações de São Paulo: Cidade, Cultura e Experiência Urbana no Século 20”, desenvolvida por um grupo de investigadores na FAU-USP, sob a coordenação de Ana Lanna, também retoma uma perspectiva morsiana de compreensão da vida urbana para discutir

São Paulo como uma “capital cultural”. Operando com as noções de fronteiras e conexões, a cidade é tomada como um espaço social poroso e polissêmico avesso aos pares analíticos de modernidade e tradição, rural e urbano, nativo e estrangeiro. Dessa forma, buscando desestabilizar recortes usuais, a pesquisa quer estabelecer uma análise do espaço construído, vivido e imaginado da cidade.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor. *Teoria Estética*. São Paulo, Martins Fontes, 1970.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. "Os Estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos: A Produção Brasilianista no Pós-Segunda Guerra", in *Estudos Históricos*, n. 27. Rio de Janeiro, FGV, 2001, pp. 31-61.
- AZEVEDO, Aroldo (org.). *A Cidade de São Paulo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.
- BERMAN, Marshall. *All That Is Solid Melts Into Air: The Experience of Modernity*. New York, Verso, 1982.
- BULMER, Martin. *The Chicago School of Sociology*. Chicago, University of Chicago Press, 1984.
- CANDIDO, Antonio. "A Literatura na Evolução de uma Comunidade", in *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*. São Paulo, T. A. Queiróz, 2000, pp.139-68.
- _____. "Young Mr. Morse", in Carlos Guilherme Mota (org.). *Um Americano Intranquilo*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1992, pp. 7-12.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. "A Produção de uma Cidade: O Rio de Janeiro por seus Autores", in *Quatro Vezes Cidade*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 1994, pp.15-63.
- CASTRO, Ana. "Figurações da Cidade: Um Olhar para a Literatura como Fonte da História Urbana", in *Anais do Museu Paulista*, v. 24, n. 2. São Paulo, 2016.
- _____. *Um Americano na Metrópole [Latino-Americana]: Richard Morse e a História Cultural Urbana de São Paulo, 1947-1970*. Tese de doutorado. São Paulo, FAU-USP, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-06082013-142628/pt-br.php>
- COBBS, Elizabeth. *The Rich Neighbor Policy. Rockefeller and Kaiser in Brazil*. New Haven/ London, Yale University Press, 1992.
- COSTA, Emília Viotti da. "Entrevista", in José Geraldo Vinci Moraes e José Marcio Rego. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 2002, pp. 65-94.
- FERNANDES, Florestan. "O Historiador Enquanto Jovem", in *Luso-Brazilian Review*, v. 32, n. 2. Winter, 1995, pp. 89-92.
- _____. "Resenha Bibliográfica: De Comunidade à Metrópole", in *Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo*, 20/10/1956, p. 1. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19561020-24991-nac-0010-lit-2-not>. Acesso em: 28/12/2016.
- GLAAB, Charles. "O Historiador e a Cidade Norte-Americana: Estudo Bibliográfico", in Phillip Hauser; Leo Schnore. *Estudos de Urbanização*. São Paulo, Pioneira, 1965, pp. 49-74.
- GLEZER, Raquel. *Chão de Terra e Outros Ensaios sobre São Paulo*. São Paulo, Alameda, 2001.
- GORELIK, Adrián; PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs). *Ciudades Sudamericanas como Arenas Culturales*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2016.
- GORELIK, Adrián. "Cultura Urbana sob Novas Perspectivas. Entrevista a Ana Castro e Joana Mello", in *Novos Estudos*, n. 84. São Paulo, Cebrap, 2009, pp. 235-49. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200013.
- HARDOY, J. E.; MORSE, R. (orgs). *Nuevas Perspectivas en los Estudios sobre Historia Urbana Latinoamericana*. Buenos Aires, ILED-GEL, 1989.
- HARDOY J. E.; MORSE, R.; SCHAEDELL, R. (eds.). *Ensayos sobre la Urbanización en America Latina*, 1978.
- HARDOY, J. E.; MORSE, R. *Cultura Urbana Latinoamericana*. Buenos Aires, Clacso, 1985.

- MAGNANI, José Guilherme. "O Campo da Antropologia", in Maria Lucia Perrone Passos (org.). *Cadernos de História de São Paulo*, n. 1. São Paulo, MP-USP, 1992, pp. 45-56.
- MAIAKOVSKI, Vladimir. *Minha Descoberta da América*. Trad. Graziela Schneider. São Paulo, Martins Fontes, 2007.
- MAIER, Joseph; WEATHERHEAD, Richard W. *Frank Tannenbaum. A Biographical Essay*. New York, University Seminars, Columbia University, 1974.
- MONBEIG, Pierre. *La Croissance de la Ville de São Paulo*. Grenoble, Institut et Revue de Géographie Alpine, 1953.
- _____. *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Paris, Librairie Armand Colin, 1952.
- MORSE, Richard. "O Multiverso da Identidade Latino-Americana – c. 1920 - c. 1970", in Leslie Bethell (org.). *A América Latina Após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade (História da América Latina, Vol. VIII)*. São Paulo, Edusp, 2011, pp. 19-160.
- _____. "'Peripheral' Cities as Cultural Arenas (Russia, Austria, Latin America)", in *Journal of Urban History*, v. 10, n. 4, 1984, pp. 423-52.
- _____. *De Comunidade a Metrópole: Biografia de São Paulo*. Trad. Maria Aparecida Madeira Kerberg. São Paulo, Comissão do IV Centenário, 1954.
- _____. *Formação Histórica de São Paulo: De Comunidade a Metrópole*. Trad. complementares Antonio Candido. São Paulo, Difel, 1970.
- _____. *From Community to Metropolis: A Biography of São Paulo, Brazil*. Gainesville, Florida University Press, 1958.
- _____. *O Espelho de Próspero: Cultura e Ideias nas Américas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- PARK, Robert. "The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Human Environment", in *The American Journal of Sociology*, v. 20, n. 5, mar. 1915, pp.577-612
- PRADO, Decio de Almeida. "O Clima de uma Época", in Flavio Aguiar (org.). *Antonio Candido: Pensamento e Militância*. São Paulo, Humanitas, 1999, pp. 25-43.
- RAMINELLI, Ronald. "História Urbana", in Ciro Flamarion Cardoso; Ronaldo Vainfas (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Método*. Rio de Janeiro, Elsevier, 1997, pp. 185-202.
- REDFIELD, Robert. *The Folk Culture of Yucatan*. Chicago, The University of Chicago Press, 1941.
- ROMERO, José Luís. *América Latina, Las Ciudades y las Ideas*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1971.
- SCHERER, Rebeca. "História, Teoria e Método nos Estudos de Urbanização", in *Revista Pós*, n. especial. *O Estudo da História na Formação do Arquiteto*. São Paulo, 1994.
- SCHLESINGER, Arthur. *The Rise of the City 1878-1898*. New York, MacMillan, 1933.
- SCHORSKE, Carl. *Fin-de-siècle Vienna: Politics and Culture*. New York, Alfred Knopf, 1979.
- STAVE, Bruce, "Introduction", in *The Making of Urban History. Historiography Trought Oral History, Conversation with...* Bervelly Hills/London, Sage, 1977, pp. 13-32.
- TRILLO, Mauricio Tenório. "Profissão: Latin Americanist. Richard Morse e a Historiografia Norte-Americana da América Latina", in *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3. Trad. Moacir Werneck de Castro. Rio de Janeiro, FGV, 1989, pp. 102-32.
- WIRTH, Louis. "Urbanism as Way of Life", in *The American Journal of Sociology*, v. 44, n. 1, jul. 1938, pp. 1-24.

arte

Reflexos do olhar

Joel de La Laina Sene
fotos e texto

A percepção do tempo preocupa o ser humano desde a Antiguidade. Com o advento da fotografia, se permitiu à imagem simultaneamente congelar um instante e recortar um espaço. Essas imagens rapidamente se tornaram registros que atestam a presença de um observador, uma testemunha incontestável pela própria existência do documento fotográfico.

Se, por um lado, as imagens fotográficas podem ser produzidas, arranjadas, alteradas, por outro lado, essas considerações não parecem ter importância quando se atribui a essas imagens um valor de fidelidade ao evento apresentado. Com o tempo em suspensão e o espaço imutável podemos enfim observar aquele fato em profundidade, mesmo que uma fotografia não passe de um plano de diminuta espessura.

A captação de imagens em movimento permitiu não só o registro dos objetos dentro do quadro, mas também o deslocamento do ponto de vista. A cinematografia constitui, assim, uma opinião narrativa sobre um mundo observado dito documental ou preparado, ensaiado e próprio da ficção.

Ao desviar a lupa do centro das imagens para suas fronteiras, aponta-se apenas para mais uma interferência autoral em um suposto discurso isento ou objetivo. As objetivas são operadas por seres responsáveis pelos registros por detrás das câmeras. A cinematografia e mesmo apenas uma fotografia fixa sofrem, por inúmeras ocasiões, análises por parte da filosofia, da estética, da semiologia e – ampliando este universo – também da psicologia, da sociologia e da história.

Muito já foi pensado sobre uma determinada fotografia. Trata-se, aqui, de procurar e encontrar sentido entre as imagens como conjunto, ou seja, não apenas na intenção que move plano por plano, mas na sua relação de diálogo em ressonâncias, sintonias e antagonismos em um repertório visual e, desse modo, vislumbrar como as imagens preconcebidas de diferentes formas podem ganhar novas leituras quando amalgamadas, a configurar narrativas compostas de camadas.

Aqui, se a imagem se refere ao real, se advém deste, como rastro, parece já não ser tão relevante quanto as intenções de um editor construtor que pavimenta viadutos de comunicação entre as ilhas afloradas. De todo modo, as imagens técnicas passam por um processo de registro que impõe suas regras, que mostram de forma mais evidente ou mais camuflada os métodos de captação.

O fotógrafo, ao elaborar por meio do dispositivo fotográfico, reflete seu imaginário, antes de configurar como definitivo o discurso. Concebe pensamento e olhar, pelos quais se torna responsável. A continuidade ou sobrevivência dessas imagens depende sempre do interesse e das afinidades com os receptores.

A memória contemporânea se nutre dos registros capturados e cativantes. Em sentido quase oposto, *cattivo* em italiano seria “ruim” em português. Mas nem sempre estamos em busca de belas imagens, às vezes somos imantados pelo humor e pelo incomensurável sublime.

JOEL DE LA LAINA SENE é fotógrafo e professor do Departamento de Cinema, Arte e TV (CTR) da ECA-USP.

De Young Museum, São Francisco, Califórnia, 2010

Momidi, Kyoto, 2009/ Pau-Ferro, Av. Paulista, São Paulo, 1985

Barcelona, 1998

Roma, 2009; Museu Rodin, Paris, 2011

Roma, 2009; Santuário Ise, 2009

Figuerres, Catalunya, 2008; Ise, Japão, 2009

Parque do Ibirapuera, São Paulo, 1986

Kyoto, 2010; São Francisco, 2010

Nara, 2009

Kobe, 2015

Arashiyama, Kyoto, 2009; São Francisco, 2010

Arashiyama, Kyoto, 2009; Osaka, 2009

Olhar de gaivotas, Parco Virgiliano, Napoli, 2008; Casal no Fisterra, Galiza, 2008

São Francisco, 2010; Arashiyama, Kyoto, 2009

livros

Lessing quintessencial: um pouco da lucidez iluminista para a contemporaneidade

Simone Homem de Mello

Lessing: Obras (Crítica e Criação), de J. Guinsburg e Ingrid D. Koudela (orgs.),
São Paulo, Perspectiva, 2016, 688 pp.

U ma das dificuldades que o público leitor brasileiro encontra para formar uma imagem representativa de um escritor estrangeiro é a tendência de o mercado editorial publicar apenas livros e não autores. Excetuando-se alguns projetos editoriais específicos, raramente se tenta apresentar a trajetória de um escritor estrangeiro – seja ele clássico ou contemporâneo –, de modo que o leitor dependente das publicações em língua portuguesa do Brasil tenha uma visão panorâmica de sua obra. Um desses projetos editoriais, dedicado aos clássicos de antes e de agora, é a coleção Textos, da Editora Perspectiva, que acaba de lançar um volume sobre um dos expoentes do Iluminismo na Alemanha, Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781).

Assim como outros volumes da coleção – que abarca diferentes épocas, gêneros e espaços linguísticos e apresenta autores por meio de uma seleção de obras-chave traduzidas, ao lado de informativo aparato crítico –, o livro organizado por J. Guinsburg e Ingrid D. Koudela inclui a obra dramática tardia, além de textos filosóficos e críticos do autor setecentista alemão. Intitulado *Crítica e Criação*, o volume das obras de Lessing reúne suas três últimas peças – *Minna von Barnhelm ou a Sorte do Soldado* (1767), *Emília Galotti* (1772) e *Natã, o Sábio* (1779) –, *Laocoonte ou Sobre os Limites da Pintura e da Poesia* (1766) – texto canônico sobre a relação interartes –, bem como uma amostra de textos críticos da *Dramaturgia de*

Hamburgo (1767-1769), além de uma breve seleção de textos mais breves do autor.

Trata-se de mais uma publicação da coleção Textos – com 18 de 35 volumes dedicados ao gênero dramático –, que coloca em circulação peças de teatro, destacando seu valor como texto literário (algo também pouco usual no cenário editorial de hoje). O livro dedicado a Lessing, com sua seleção de peças que ainda fazem parte do repertório dos palcos contemporâneos alemães, testemunha um importante momento da história teatral na Alemanha: as primeiras iniciativas de constituição do drama burguês alemão na segunda metade do século XVIII, em repúdio ao modelo classicista francês e à sua respectiva interpretação das regras aristotélicas. Opondo-se aos cultivadores francófilos da *tragédie classique* na Alemanha, desde o crítico e dramaturgo Johann Christoph Gottsched até Frederico II da Prússia, em cuja corte veio a conhecer pessoalmente Voltaire, em 1748, Lessing empenhou-se – como dramaturgo, dramaturgista e crítico de teatro – em conceber uma nova literatura dramática que propiciasse uma proximidade maior com o espectador. Isso começava pelo enredo, pela criação

SIMONE HOMEM DE MELLO é escritora e tradutora literária.

de personagens em grande parte provindos de círculos burgueses mais familiares ao público e pela criação de conflitos motivados por discrepâncias de classe, de *status* social e de orientação religiosa. É justamente a “naturalidade” da estratificação social do século XVIII que as peças tardias de Lessing, repletas de personagens não aristocráticos vitimados pelas formas absolutistas de poder, questionam por meio da atitude de seus heróis livre-pensantes.

As duas peças de Lessing intituladas segundo suas heroínas, a comédia *Minna von Barnhelm* (1767) e a tragédia *Emília Galotti* (1772), mostram, respectivamente, como um soldado reformado após a Guerra dos Sete Anos e injustamente despojado de suas riquezas acaba readquirindo seu *status* pela reversão dos fatos e até mesmo elevando-o, com os planos de casar com uma moça da aristocracia, e como a filha de um militar, às vésperas de seu casamento com um aristocrata, acaba sendo arruinada por um príncipe decidido a impor o seu desejo a qualquer custo. Em ambos os casos, trata-se de personagens na iminência de se deslocarem de estrato social, sendo que a comédia termina com a perspectiva de ascensão do soldado e a tragédia, com a queda da protagonista. Em ambos os casos, o domínio arbitrário da nobreza se contrapõe à moral da burguesia, com seus ideais iluministas: para escapar a uma desonra, o soldado reformado se dispõe a viver na mendicância, enquanto a jovem noiva é sacrificada pelo pai diante da ameaça de perder sua honra nas mãos do príncipe.

A peça *Minna von Barnhelm*, cuja estreia ocorreu em 1767 no Teatro Nacional de Hamburgo, onde Lessing trabalhou como dramaturgo até o seu fechamento, em 1769, foi inicialmente ameaçada de proibição pela censura, mas após a liberação se tornou um sucesso de público. Qualificando-a como “um meteoro brilhante”, Goethe chegou a destacá-la como o ponto mais alto no contexto dramático alemão de sua época. *Emília Galotti*, por sua vez, é considerada a primeira tragédia do drama burguês alemão, uma peça na qual Lessing rompe programaticamente com a “cláusula dos estamentos” prescrita por Gottsched em imitação ao teatro clássico francês, segundo a qual a tragédia só poderia ser protagonizada por reis, príncipes e nobres

de alta hierarquia. Em oposição a isso, Lessing cria personagens bem mais mundanos, movidos por dilemas interiores a culminarem numa intensidade dramático-psicológica antecipadora de aspectos do teatro pré-romântico do *Sturm und Drang* (Tempestade e Ímpeto). Em *Emília Galotti* (peça que já havia sido traduzida no Brasil por Karin Volobuef e publicada em 2010 pela Editora Hedra), também se nota uma mistura de registros linguísticos até então inédita no teatro alemão.

Em sua (re)tradução das peças de teatro de Lessing incluídas no volume 34 da coleção Textos, os organizadores J. Guinsburg e Ingrid D. Koudela alcançam uma dicção que faz jus ao dinamismo textual do autor, sem apagar a pátina temporal que cobre seus textos. Em sua “Nota de Edição”, os tradutores declaram ter evitado “adaptações modernizantes que pudessem descolorir as formas originais, de notável sobriedade”. Dessa forma, dispensam recursos linguísticos mais atuais que pudessem reduzir o prazo de validade da tradução. Como em inúmeros outros trabalhos tradutórios de J. Guinsburg, nota-se – também nestas peças traduzidas – que a manutenção da complexidade sintática e discursiva do texto setecentista não compromete a diretividade e a engrenagem rítmica do fluxo textual.

Entre as peças de Lessing incluídas na antologia, *Natã, o Sábio* se distingue por ser um poema dramático em versos brancos, composto – portanto – em pentâmetros iâmbicos não rimados. O *blank verse* inglês, que já começara a aparecer na literatura traduzida para o alemão no final do século XVII e já fora adotado esporadicamente por autores como Wieland, veio a conquistar seu espaço definitivo na poesia dramática alemã justamente com o *Natã* de Lessing, tendo sido posteriormente praticado também por autores como Goethe, Schiller e Kleist, entre outros. A tradução brasileira agora publicada opta pela prosa, abdicando do recurso métrico, sem – no entanto – eliminar o caráter poético do texto. Por meio disso, a tradução tende a acentuar o potencial dramático-conversacional e reduzir a estaticidade de uma peça que já foi qualificada como “drama de ideias” e chegou a decepcionar o público pela escassez de ação em sua estreia póstuma, em 1783, em Berlim.

Com o protagonista de *Natã, o Sábio*, Lessing prestou sua homenagem ao amigo e interlocutor

Moses Mendelssohn, expoente do chamado Iluminismo judaico (*Haskalá*). Na peça, o dramaturgo alemão elabora literariamente a sua defesa iluminista da convivência pacífica entre as religiões, após ter sido proibido de publicar textos referentes ao âmbito religioso – uma represália advinda da chamada Polêmica dos Fragmentos (*Fragmentenstreit*), a mais significativa disputa teológica do século XVIII na Alemanha, que polarizou os intelectuais iluministas e a teologia luterana ortodoxa. “Reconhecer um deus, tentar formar as mais dignas noções dele, levar em consideração essas noções dignas em todas as nossas ações: essa é a mais completa síntese de toda religião natural”: é assim que Lessing define – em “Sobre o Surgimento da Religião Revelada” (“Über die Entstehung der geoffenbarten Religion”, 1762-63) – o fenômeno da religiosidade anterior ao estabelecimento de um contrato social. Essa religião natural, que pode ser descoberta espontaneamente por todo ser humano, é – segundo Lessing – o único elemento que poderia ser considerado verdadeiro nas chamadas religiões positivas, criadas depois, coletivamente e por convenções. Para Lessing, estas não podem comprovar o seu teor de verdade, pois as religiões positivas não seriam nem verdadeiras, nem falsas. É com esse posicionamento que o pensador concebe o seu poema dramático *Natã, o Sábio*. A peça, passada em Jerusalém durante a terceira cruzada (1189-1192), funciona como uma engrenagem de ações entre indivíduos de diferentes religiões positivas que compartilham – por fim – a mesma religião natural e uma sensibilidade ética relativamente análoga: um comerciante judeu, um sultão muçulmano e um cristão cavaleiro templário. Não é à toa que essa peça, uma apologia da igualdade e da convivência pacífica entre as religiões, foi proibida de ser encenada nos palcos da Alemanha nazista, além de ter sido excluída do cânon de leitura escolar durante o Terceiro Reich.

O aparato crítico por vezes minucioso dos textos em questão ou do contexto de sua produção ressalta de modo ainda mais marcante a dimensão histórica das peças de Lessing. Precedidas por uma cronologia de acontecimentos biobibliográficos referentes a Lessing e de ocorrências históricas relevantes em seu período de vida, bem como por uma notícia biográfica do autor e pelo ensaio intro-

dução dos organizadores (“Crítica e Criação”), as peças traduzidas podem ser compreendidas dentro de seu contexto historiográfico-literário, ao mesmo tempo em que podem ser fruídas como obras dramáticas perfeitamente encenáveis ainda hoje. Apesar da coloração de época perceptível na linguagem do original e da tradução, as peças surpreendem pela atualidade de certos elementos. O fato de Lessing assimilar elementos da *commedia dell’arte* – seja na caracterização de personagens em *Minna von Barnhelm* ou na reversão da estrutura dessa forma dramática popular em *Emília Galotti* – e o fato de o autor permitir a interferência de efeitos melodramáticos remetem o leitor dessas peças à persistência de certas constantes nos gêneros cômicos e trágicos populares até hoje. Quanto a *Natã, o Sábio*, mesmo a tradução em prosa não chega a eliminar a dose de estranhamento desse “drama de ideias” inspirado em *Le Fils naturel ou les Épreuves de la vertu, comédie suivie des Entretiens sur le Fils naturel* (1757), de Denis Diderot. Muito pelo contrário, a atualidade dos conflitos religiosos abordados na peça torna a sua leitura, ainda hoje, mais que oportuna e esclarecedora. A possibilidade de se poderem assimilar concomitantemente o valor histórico das obras e seu efeito estético é assegurada pela concepção editorial, com sua escolha certa de textos, seu aparato crítico bem selecionado e suas traduções precisas.

A segunda parte do livro oferece os pressupostos teórico-críticos que permitem contextualizar com mais precisão a obra de Lessing dentro do Iluminismo europeu. A seleção de artigos da *Dramaturgia de Hamburgo* – obra em que Lessing compila suas críticas de teatro escritas como dramaturgista do Deutsches Nationaltheater de Hamburgo, entre 1767 e 1769 – prioriza o repúdio do autor à poética dramática vigente na Alemanha, representada por J. C. Gottsched e extraída sobretudo do modelo classicista de Corneille e Racine, bem como sua discordância da interpretação das normas aristotélicas pelos dramaturgos franceses. Como complemento a essa amostra de textos sobre a arte teatral, a edição também reúne alguns textos fundamentais de uma extensa obra crítica escrita em forma epistolar e publicada semanalmente ao longo

de mais de 50 anos (1728-1781), em colaboração com o editor e escritor Friedrich Nicolai e com o filósofo Moses Mendelssohn: *Briefe, die neueste Literatur betreffend* (*Cartas Referentes à Mais Recente Literatura*). Todos esses escritos contextualizam de forma ainda mais precisa a contribuição de Lessing para a estética literária europeia do Iluminismo.

É *Laocoonte ou Sobre os Limites da Pintura e da Poesia* (1766), no entanto, que constitui o texto mais influente de Lessing no domínio da teoria da arte, representando um marco fundamental na reflexão sobre questões de intermídia. Anteriormente publicado pela Iluminuras em 1998, na tradução de Márcio Seligmann-Silva, o *Laocoonte* – retraduzido agora por J. Guinsburg e por Samir Signeu para o novo volume da coleção Textos e acompanhado de um glossário bastante completo, elaborado por J. e Gita K. Guinsburg – dá a dimensão do universo de referências da teoria de arte no século XVIII. A apreciação comparada da literatura como arte temporal e das artes plásticas como artes espaciais, realizada por Lessing nesse escrito, serve de referência histórica até hoje para a teorização interartes. Assim como a *Dramaturgia de Hamburgo*, o *Laocoonte* é precedido, nesta edição, por um texto – como sempre lúcido e livre-pensante – de Anatol Rosenfeld.

O 34º volume da coleção Textos da Perspectiva, finalizado com um ensaio de Newton Cunha sobre o Iluminismo e o spinozismo, pode ser considerado o melhor acesso à obra de Gotthold Ephraim Lessing no Brasil. Destinado não apenas a profissionais e interessados das áreas de teatro, teoria da arte e da literatura, germanística

e estudos da tradução, o volume das obras de Lessing – sobretudo suas três últimas peças de teatro – oferece parâmetros históricos para diversas questões da contemporaneidade, como, por exemplo, a luta do indivíduo contra estruturas de poder ou os conflitos de ordem religiosa. Com a lucidez atemporal de um Montaigne, Lessing abre – em *Natã, o Sábio*, por exemplo – um campo polifônico de reflexão, testemunho concreto da cultura alemã de polêmica para a qual ele sempre contribuiu ativamente.

O lançamento de mais este volume da coleção Textos da Editora Perspectiva também chama a atenção para o trabalho de garimpo do editor J. Guinsburg na publicação de obras de Jorge Andrade a Sch An-Ski, de Púchkin a Thomas Mann, de Pirandello a Heiner Müller, de Spinoza a Diderot, de Büchner a Canetti. A iniciativa editorial de publicar diversas obras de um autor em um mesmo volume, mesmo sob o risco de muitas passarem despercebidas dentro da coletânea, revela o interesse pela apresentação da trajetória de autores e não apenas pela promoção de livros isolados. Outro mérito da coleção é valorizar os textos dramáticos em sua literariedade e incentivar a sua leitura, um hábito que cada vez mais se restringe a especialistas da área. E, por fim, ainda seria importante destacar o projeto de combinar a tradução de textos literários com um aparato crítico que proporcione a profissionais e interessados um acesso qualificado às obras em questão. Em tempos de fácil acessibilidade à informação e de pouco tempo-espaço para a sua elaboração, a coleção Textos funciona – mais do que nunca – como um importante canal de formação do leitor.